

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDSON GIL SANTOS JÚNIOR

FUNÇÕES EDUCATIVAS DOS PARLAMENTOS DIGITAIS: UMA ANÁLISE  
COMPARADA DOS PROGRAMAS DE LETRAMENTO POLÍTICO E PARLAMENTO  
JOVEM DOS LEGISLATIVOS BRASILEIROS E EUROPEUS

CURITIBA

2022

EDSON GIL SANTOS JÚNIOR

FUNÇÕES EDUCATIVAS DOS PARLAMENTOS DIGITAIS: UMA ANÁLISE  
COMPARADA DOS PROGRAMAS DE LETRAMENTO POLÍTICO E PARLAMENTO  
JOVEM DOS LEGISLATIVOS BRASILEIROS E EUROPEUS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política Setor de Ciências  
Humanas, na Universidade Federal do Paraná como  
requisito parcial à obtenção do título de Doutor em  
Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Soares Braga

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Santos Júnior, Edson Gil

Funções educativas dos parlamentos digitais: uma análise comparada dos programas de letramento político e parlamento jovem dos legislativos brasileiros e europeus. / Edson Gil Santos Júnior – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Orientador: Prof. Dr. Sérgio Soares Braga

1. Ciência política - Educação. 2. Câmaras legislativas – Sites da Web. 3. Comunicação na política. 4. Educação e cidadania. I. Braga, Sergio Soare, 1965-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -  
40001016061P2

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **EDSON GIL SANTOS JUNIOR** intitulada: **Funções educativas dos parlamentos digitais: uma análise comparada dos programas de letramento político e parlamento jovem dos legislativos brasileiros e europeus**, sob orientação do Prof. Dr. SERGIO SOARES BRAGA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 15 de Setembro de 2022.

Assinatura Eletrônica  
19/09/2022 11:36:02.0  
SERGIO SOARES BRAGA  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
19/09/2022 11:04:29.0  
HUMBERTO DANTAS DE MIZUCA  
Avaliador Externo (FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E  
POLÍTICA/SP)

Assinatura Eletrônica  
19/09/2022 13:27:48.0  
CRISTIANE BRUM BERNARDES  
Avaliador Externo (CÂMARA DOS DEPUTADOS - CENTRO DE  
FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO)

Assinatura Eletrônica  
20/09/2022 10:19:08.0  
ISABELE BATISTA MITOZO  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

---

General Carneiro, 460 - 5º andar - sala 517 - CURITIBA - Paraná - Brasil  
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5233 - E-mail: ppgcupfr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.  
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 223205

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prgp.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>  
e insira o código 223205



Dedico este trabalho para as brilhantes mulheres da minha vida,  
que contribuíram, cada uma do seu jeito, para eu ser o que sou.

## AGRADECIMENTOS

O final de um doutorado é um momento de muita alegria, não apenas pela possibilidade de receber um título que confirma um mérito pela realização de uma pesquisa, mas porque se olha para trás e se vê que muitas pessoas fizeram parte de uma jornada, que para mim já dura quase 10 anos. Fazer esse doutorado não se limitou na escolha de um tema acadêmico e iniciar uma pesquisa no decorrer de quatro anos. São tantas histórias e tantas pessoas, que teria que fazer um capítulo à parte.

Primeiramente agradeço a Deus, esse ser interior ou celestial, que agiu dando-me força em momentos difíceis ou possibilitando-me acasos que fizeram com que eu chegasse ao momento de escrever estes agradecimentos.

Agradeço à minha esposa Francieli Lunelli Santos, que me deu suporte por todos esses anos, para eu trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Por ser amiga, sócia, companheira e motivadora em toda minha vida com ela. Eu sei que por vezes parece que eu não reconheço, mas reconheço sim. Agradeço também à minha filha Ana Luiza, por compreender o motivo pelo qual lutamos, também por ser sempre doce e forte. Desculpe-me por não ficar mais tempo contigo, vamos ficar a partir de agora. Vocês duas estiveram no campo de batalha comigo por quase todo o tempo, por isso merecem esse destaque especial.

Agradeço a minha mãe Elaine, minha filha Livia e meu irmão Bruno, e com ele ao restante de sua família, por estarem ao meu lado na hora de celebrar as conquistas e de chorar as mágoas pelas derrotas naturais da vida.

Entender de educação política e de Poder Legislativo teve início na cidade de Palmeira (PR), pois mesmo já trabalhando com gestão pública por quatro anos, entrei em um mundo que não tinha nem ideia de como funcionava. Nesse aspecto, tive o auxílio do servidor Ernesto Xavier e dos nove vereadores da legislatura 2013-2016 em meu aprendizado. Destaco os presidentes da Casa Fabiano Cassanta e Domingos Everaldo Kuhn, por terem me dado a oportunidade de crescer como gestor e fazer do Parlamento Jovem de Palmeira um programa de educação política reconhecido e premiado.

Ainda em Palmeira, agradeço ao ex-vereador Mário Wiczorek, por ter me dado a incumbência de criar o ‘câmara mirim’ e por acreditar na transformação para Parlamento Jovem. Flaviana Sousa e Vanessa Albano também fazem parte processo, não apenas por serem fiéis à causa do letramento político, mas também por terem me auxiliado no início da transformação desse assunto, a partir da nossa experiência empírica, em ciência.

Desse período, agradeço ainda ao ex-vereador de Palmeira, pastor Anselmo e à Giseli Gremski, pelo incentivo ao Parlamento Jovem de Palmeira e aos servidores aposentados do Senado Federal Simone Dourado e Florian Madruga, da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas, por possibilitarem a publicação do conteúdo educativo de minha autoria pelo Interlegis, do Senado Federal.

Especificamente ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política agradeço primeiramente ao meu orientador, professor Dr. Sérgio Braga, por ter confiado em mim para a realização desta pesquisa, por ter sido paciente e companheiro durante esse período de trabalho, mas principalmente por ter contribuído de forma significativa para meu crescimento acadêmico.

Agradeço também à banca, primeiramente à professora Dra. Cristiane Bernardes, pessoa que admiro enquanto pesquisadora e servidora da Câmara dos Deputados. É uma grande honra ter meu trabalho novamente avaliado pela senhora, que acompanho e referencio há quase 10 anos.

Meus agradecimentos também para o professor Dr. Humberto Dantas, pesquisador e entusiasta da educação política, também referenciado por mim desde meus primeiros escritos científicos sobre o tema. Agradeço também ao aceite do convite pela professora Dra. Isabele Mitozo, que também estuda parlamentos do Brasil e do Reino Unido. Tenho a certeza de que terá muito para somar nessa banca.

Agradeço também o professor Rodrigo Rossi Horochovski, do Programa de Pós-Graduação da UFPR em Ciência Política, que juntamente com a professora Cristiane e o professor Sérgio contribuíram de maneira fundamental para o avanço dessa pesquisa, que culminou nos resultados apresentados nesse documento.

Pessoas e instituições também fizeram parte desse processo, como as casas legislativas que forneceram informações importantes para essa pesquisa, como Raquel Braga Rodrigues, do Parlamento Jovem Brasileiro, da Câmara dos Deputados (Cefor), de Márcia Yukiko e Antônio Burity do Programa Jovem Senador, do Senado Federal; Marlene Viegas e Cristina Tavares da coordenação do Programa Parlamento dos Jovens da Assembleia da República Portuguesa; de Teresa Coutinho, Ana Antunes, Katalin Gonczy Vitória de Sá (gabinete de Portugal) e Zdravemira Yordanova (sede de Estrasburgo), do Euroscola através do Parlamento Europeu; como também Miguel Martins do Departamento de Juventude, do Instituto de Português do Desporto e Juventude, do governo de Portugal.

Agradeço ainda ao meu amigo e companheiro de TCC, Rafael Kondlatsch pela revisão desse trabalho, bem como pela paciência em escutar-me sobre o assunto. Através dele, estendo

meus agradecimentos a outros amigos do coração que me ouviram, motivaram-me e me auxiliaram nesse momento.

Agradeço também à Rosmery Dall Oglio Kostycz e Almir Gaspar Schenfeld, meus gerentes da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa que foram flexíveis com a maneira de utilização do meu banco de horas para cumprimento de minha carga horária nas disciplinas do doutorado, em Curitiba, como também Luana Pieckhardt Souza, que me deu suporte remoto em minhas atividades de trabalho enquanto eu estava fora.

Não posso deixar de registrar as plataformas tecnológicas que foram fundamentais para a conclusão dessa tese, como o aplicativo Blablacar que possibilitou meu deslocamento de até duas vezes por semana à Curitiba ida e volta, o site Sci-Hub, que me permitiu acesso gratuito a artigos científicos do mundo todo e o Google Tradutor que proporcionou um maior dinamismo para os textos em outros idiomas.

Peço desculpas aos familiares e amigos para cada vez que disse “Não posso, infelizmente. Estou trabalhando na tese”. Espero que não tenham desistido de mim, porque estou na área.

Esse é o resultado da minha ausência. Fiz porque o tema dessa pesquisa cumpre um papel acadêmico, mas que pode reverberar também no âmbito social, melhorando futuramente a democracia e por consequência a vida das pessoas.

Com uma sociedade mais participativa com o que é público, poderemos ter a esperança de um mundo menos desigual.

## RESUMO

Este trabalho desenvolve uma análise comparativa de sites parlamentares, a partir das dimensões de conteúdo educativo dos *websites* das casas legislativas e de programas de parlamentos jovens. Foram avaliados o Parlamento Europeu, com o Euroscola; o Parlamento do Reino Unido, juntamente com o Parlamento Juvenil, do Reino Unido, e a Assembleia da República Portuguesa, com o programa Parlamento dos Jovens, de Portugal. No Brasil, a investigação contempla a Câmara dos Deputados e o Parlamento Jovem Brasileiro, além do Senado Federal e o Jovem Senador. O estudo propôs a análise de conteúdo quantitativa, na criação de índices inspirados no trabalho efetuado por Leston-Bandeira (2009) em *websites* europeus, além de qualitativa, em um esforço descritivo-analítico, para a obtenção de um entendimento mais preciso sobre a relação entre os materiais digitais disponibilizados pelas instituições, frente às experiências de simulação de atividade parlamentar presencial. No caso dos parlamentos jovens, em particular, foi feita uma análise documental que apresenta as diferenças de cada modelo educação política tanto em um aspecto contextual e operacional quanto de engajamento e participação do público com a iniciativa. A avaliação desses sítios eletrônicos sistematizou os instrumentos de comunicação no âmbito educativo e suas especificidades, como eles potencializam as plataformas de aprendizado on-line e como possibilitam não somente o letramento político, mas também a e-participação da sociedade no processo legislativo.

Palavras-chave: Educação política. Educação para a cidadania. Parlamento Jovem. Parlamento. Sites de Parlamentos.



## ABSTRACT

This work develops a comparative analysis of parliamentary websites, based on the dimensions of the educational content of the websites of legislative houses and youth parliament programs. The European Parliament, with Euroscola; the UK Parliament, together with the UK Youth Parliament; and the Assembly of the Portuguese Republic, with the Youth Parliament program, from Portugal. In Brazil, the investigation includes the Chamber of Deputies, the Young Brazilian Parliament, the Federal Senate, and the Young Senator. The study proposed the analysis of quantitative content, in the creation of indexes inspired by the work carried out by Leston-Bandeira (2009) on European websites, as well as qualitative, in a descriptive-analytical effort to obtain a more accurate understanding of the relationship between the digital materials available by the institutions, in view of the experiences of simulating face-to-face parliamentary activity. In the case of youth parliaments, in particular, a documental analysis was carried out that presents the differences of each political education model both in a contextual and operational aspect, but also in terms of engagement and public participation with the initiative. The evaluation of these electronic sites systematized the communication tools in the educational field and their specificities, how they enhance online learning platforms, and how they enable not only political literacy but also the e-participation of society in the legislative process.

Keywords: Political education. Education for citizenship. Youth Parliament. Parliament. Parliament websites.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Fotografia da primeira Sessão Plenária do Parlamento Juvenil de Manitoba, em 1922 .....	37
FIGURA 2 –	Página inicial do site do Parlamento Juvenil Assembleia Legislativa da Região de Novosibirsk .....	38
FIGURA 3 –	Página inicial do site da Assembleia Nacional da Juventude da Coreia .....	40
FIGURA 4 –	Mapa das regiões do Reino Unido .....	80
FIGURA 5 –	Mapa das regiões de Portugal de acordo com o NUTSII .....	86
FIGURA 6 –	JS prestigiosa egressa do Programa que foi eleita vereadora na cidade onde mora .....	118
FIGURA 7 –	Demonstração de protagonismo dos participantes da experiência presencial no PJB .....	118
FIGURA 8 –	Fração da página inicial do Parlamento Europeu que explica o parlamento .....	126
FIGURA 9 –	Plataforma Trem Legislativo do Parlamento Europeu .....	127
FIGURA 10 –	Página que apresenta a diferença que o Parlamento Europeu faz para os cidadãos da União Europeia .....	128
FIGURA 11 –	Página inicial do Euroscola .....	131
FIGURA 12 –	Trecho da página principal do Envolve-se do Parlamento do Reino Unido .....	136
FIGURA 13 –	Conteúdo da página Aprendendo do site do Parlamento do Reino Unido .....	138
FIGURA 14 –	Reprodução do jogo MP for Week - Atendimento à imprensa .....	139
FIGURA 15 –	Reprodução do jogo MP for Week - Atualização de Progresso .....	139
FIGURA 16 –	Página inicial do Conselho Britânico da Juventude .....	142
FIGURA 17 –	Página inicial do Parlamento Juvenil do Reino Unido .....	143
FIGURA 18 –	Página inicial da Assembleia da República Portuguesa .....	149
FIGURA 19 –	Capa do livro ‘A Constituição da República Portuguesa trocada por [para] miúdos’ .....	150
FIGURA 20 –	Menu do Espaço Jovem da Assembleia da República Portuguesa .....	151
FIGURA 21 –	Conteúdo sobre o Estatuto do Cuidador Informal veiculado na página Ordem do Dia, da Assembleia da República .....	154
FIGURA 22 –	Página do Programa Parlamento dos Jovens .....	156

FIGURA 23 –	Página do Programa Parlamento dos Jovens / ensino secundário .....	156
FIGURA 24 –	O plenário e os sistemas políticos na página ‘Papel e Estrutura’ da página da Câmara dos Deputados .....	162
FIGURA 25 –	Página inicial da Escola da Câmara, em que está o acesso para o site do Parlamento Jovem Brasileiro .....	163
FIGURA 26 –	Interface do Portal EVC, site de conteúdos educacionais básicos da Câmara dos Deputados .....	161
FIGURA 27 –	Tela do jogo ‘Você é o Deputado’ .....	164
FIGURA 28 –	Exemplos de conteúdo do Portal EVC .....	165
FIGURA 29 –	Interface do Eleve, site de conteúdos educacionais avançados, da Câmara dos Deputados .....	166
FIGURA 30 –	Conteúdos informacionais para experiências presenciais para universitários .....	168
FIGURA 31 –	Página inicial do Plenarinho da Câmara dos Deputados .....	171
FIGURA 32 –	Página inicial do Parlamento Jovem Brasileiro, da Câmara dos Deputados .....	174
FIGURA 33 –	Página inicial do Wikilegis, da Câmara dos Deputados .....	178
FIGURA 34 –	Edição PJB 2020 com mais conteúdos on-line ofertados .....	180
FIGURA 35 –	Página inicial da Plataforma do PJB, da Câmara dos Deputados .....	181
FIGURA 36 –	Página inicial do Senado Federal, programas institucionais .....	184
FIGURA 37 –	Página inicial da plataforma Saberes.....	185
FIGURA 38 –	Frente do certificado emitido após a conclusão do curso desenvolvido pela plataforma Saberes .....	187
FIGURA 39 –	Verso do certificado emitido após a conclusão do curso desenvolvido pela plataforma Saberes, com a descrição dos módulos.....	187
FIGURA 40 –	Capa da publicação Constituição em Miúdos produzida pelo Senado Federal .....	188
FIGURA 41 –	Caminho para chegar ao site do Jovem Senador, pela página do Senado Federal .....	190
FIGURA 42 –	<i>Homepage</i> do Programa Jovem Senador .....	191
FIGURA 43 –	Sugestão do Programa Jovem Senador transformada em Projeto de Lei .....	193
FIGURA 44 –	Explicações sobre o concurso Jovem Senador .....	194

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Participação dos jovens do Reino Unido por região e porcentagem de jovens votantes.....	79
TABELA 2 – Participação dos jovens do Reino Unido nas votações sobre os temas a serem tratados pelo PJRU .....	80
TABELA 3 – Inscrições por regiões do Brasil para o PJB entre 2017 e 2020.....	100
TABELA 4 – Inscrições por estados brasileiros para o PJB entre 2017 e 2020 .....	102

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Seguidores por faixa etária nas redes sociais do Euroscola, em 2021 .....	69
GRÁFICO 2 – Escolas participantes na 1ª fase do Euroscola, entre 2019 e 2021, em Portugal .....	70
GRÁFICO 3 – Participação dos estudantes na 1ª fase do Euroscola, entre 2019 e 2021, em Portugal .....	70
GRÁFICO 4 – Participação no Euroscola por região de Portugal em 2019.....	71
GRÁFICO 5 – Participação no Euroscola por região de Portugal em 2020.....	72
GRÁFICO 6 – Participação no Euroscola por região de Portugal em 2021.....	72
GRÁFICO 7 – Participação no Euroscola por região de Portugal, em 2021, na Sessão Nacional .....	73
GRÁFICO 8 – Nível de acertos entre os 321 jovens que responderam ao questionário aplicado sobre questões do Euroscola 2015.....	74
GRÁFICO 9 – Comparação por gênero entre o parlamento e a simulação de parlamento no Reino Unido .....	77
GRÁFICO 10 – Participação dos jovens do Reino Unido nas votações sobre os temas a serem tratados pelo PJRU, considerando o total do público de 11 a 18 anos, de 2015 a 2022.....	81
GRÁFICO 11 – Participação, por idade, dos jovens portugueses de 2011 a 2021 .....	89
GRÁFICO 12 – Comparação por gênero entre o parlamento e a simulação de parlamento, em Portugal .....	90
GRÁFICO 13 – Debates realizados nas escolas pelo PDJ .....	91
GRÁFICO 14 – Comparação por gênero entre o parlamento (2018) e a simulação de parlamento (2004-2011), no PJB .....	96
GRÁFICO 15 – Comparação por gênero entre a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (2022) e na Mesa da simulação de parlamento (2004-2011), no PJB .....	96
GRÁFICO 16 – Porcentagem de participação por idade dos participantes dos PJB 2016-2020 .....	98
GRÁFICO 17 – Áreas de interesse dos projetos selecionados pelo PJB entre 2016 e 2020.....	99
GRÁFICO 18 – Inscrições por regiões do Brasil entre os anos 2017 e 2020 .....	100



GRÁFICO 19 – Comparação por gênero entre o parlamento e a simulação de parlamento, no Jovem Senador .....	106
GRÁFICO 20 – Idade dos selecionados no Programa Jovem Senador em 2019 .....	107
GRÁFICO 21 – Área de atuação profissional pretendida dos participantes do ano de 2019.....	108
GRÁFICO 22 – Noções básicas de parlamento e temas sociais nos sites de parlamentos .....	110
GRÁFICO 23 – Variedade de conteúdo para públicos específicos.....	111
GRÁFICO 24 – Formatos de mídia disponíveis nos conteúdos educativos dos parlamentos .....	112
GRÁFICO 25 – Ferramentas de conhecimento avançado nos sites dos parlamentos .....	112
GRÁFICO 26 – Conteúdo educativo em espaço noticioso nos sites dos parlamentos .....	113
GRÁFICO 27 – Presença nas Redes Sociais Digitais .....	114
GRÁFICO 28 – Índice geral de conteúdo educativo casas legislativas estudadas.....	114
GRÁFICO 29 – Espaço dado ao PPJ no site da Casa Legislativa.....	115
GRÁFICO 30 – Informações das ferramentas de educação política do PPJ.....	116
GRÁFICO 31 – Conteúdos sobre democracia e poder legislativo .....	117
GRÁFICO 32 – Protagonismo dos atores envolvidos / participação .....	119
GRÁFICO 33 – Informações noticiosas e de sensibilização ao PPJ e ao público-alvo .....	120
GRÁFICO 34 – Formatos de mídia usados nos sites de parlamentos jovens .....	121
GRÁFICO 35 – Variedade de formatos de mídia PPJs x Parlamentos .....	121
GRÁFICO 36 – Presença nas Redes Sociais na Internet.....	122
GRÁFICO 37 – Presença nas Redes Sociais Digitais PPJs x Parlamentos.....	123
GRÁFICO 38 – Formas de contato disponíveis no site .....	123
GRÁFICO 39 – Índice geral dos conteúdos nos sites de parlamentos jovens.....	124
GRÁFICO 40 – Índices das ferramentas on-line de Educação Política em parlamentos junto com os PPJs .....	124

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Similaridades entre os termos relacionados à Educação Política .....	32
QUADRO 2 – Dados solicitados por e-mail para os responsáveis pela realização dos programas de parlamentos jovens .....	53
QUADRO 3 – Níveis de educação política a partir de parlamentos .....	59
QUADRO 4 – Resumo da estratégia metodológica .....	60
QUADRO 5 – Principais características qualitativas do site do Parlamento Europeu ....	129
QUADRO 6 – Principais características qualitativas do site do Euroscola .....	133
QUADRO 7 – Principais características qualitativas do site do Parlamento do Reino Unido .....	140
QUADRO 8 – Principais características qualitativas do site do Parlamento Juvenil do Reino Unido.....	147
QUADRO 9 – Principais características qualitativas do site da Assembleia da República .....	155
QUADRO 10 – Principais características qualitativas do site do Parlamento dos Jovens .....	160
QUADRO 11 – Principais características qualitativas do site da Câmara dos Deputados .....	173
QUADRO 12 – Principais características qualitativas do site do Parlamento Jovem Brasileiro .....	182
QUADRO 13 – Principais características qualitativas do site do Senado Federal .....	189
QUADRO 14 – Principais características qualitativas do site do Programa Jovem Senador .....	195

## LISTA DE SIGLAS

AGC	– Grupo Consultivo para a Cidadania
ALMG	– Assembleia Legislativa de Minas Gerais
AP	– Amapá
AM	– Amazonas
AR	– Assembleia da República Portuguesa
CBJ	– British Youth Council
CONSED	– Conselho Nacional de Secretários de Educação
DF	– Distrito Federal
EL	– Escola do Legislativo
EURS	– Euroscola
IPDJ	– Instituto Português do Desporto e Juventude
JS	– Programa Jovem Senador
MEC	– Ministério da Educação
MP	– Membro do parlamento
MYP	– Membro do parlamento juvenil
ONU	– Organização das Nações Unidas
ODS	– Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PA	– Pará
PB	– Paraíba
PCP	– Partido Comunista Português
PE	– Parlamento Europeu
PEP	– Programa de Educação Política
PDJ	– Parlamento dos Jovens
PJ	– Parlamento Jovem
PJB	– Parlamento Jovem Brasileiro
PJRU	– Parlamento do Reino Unido
PL	– Projeto de Lei
PSD	– Partido Social Democrata (Portugal)
PSDB	– Partido da Social Democracia Brasileira (Brasil)
PPJ	– Programa de Parlamento Jovem
PRU	– Parlamento do Reino Unido
RJ	– Rio de Janeiro

RN	– Rio Grande do Norte
RR	– Roraima
TICs	– Tecnologias da informação e comunicação
TO	– Tocantins
TRE	– Tribunal Regional Eleitoral
TSE	– Tribunal Superior Eleitoral
TUXIS	– Treinamento sob Cristo em Serviço
UE	– União Europeia
UIP	– União Interparlamentar
UNDEF	– Fundo das Nações Unidas para a Democracia
UK	– United Kingdom / Reino Unido

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	20
<b>2</b>	<b>OS PARLAMENTOS MODERNOS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA: UM CENÁRIO TEÓRICO E PRÁTICO</b> .....	26
2.1	A DEMOCRACIA E A EDUCAÇÃO .....	26
2.2	A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO POLÍTICO .....	32
2.3	ESFORÇOS PARA A INCLUSÃO DO JOVEM NA POLÍTICA.....	36
2.4	A EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PARLAMENTOS.....	37
2.5	ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA.....	42
<b>3</b>	<b>ESTRATÉGIA METODOLÓGICA</b> .....	49
3.1	DESENHO DA PESQUISA .....	51
3.2	ANÁLISE DOCUMENTAL.....	52
3.3	ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	54
<b>4</b>	<b>OS PARLAMENTOS JOVENS ESTUDADOS E SUAS ESPECIFICIDADES ENQUANTO EXPERIÊNCIAS PRESENCIAIS</b> .....	61
4.1	EXEMPLOS DE PARLAMENTOS JOVENS NA EUROPA .....	62
4.1.1	O Euroscola – Parlamento Europeu .....	63
4.1.2	O Parlamento Juvenil do Reino Unido .....	74
4.1.3	Parlamento dos Jovens – Assembleia da República Portuguesa.....	81
4.2	EXEMPLOS DE PARLAMENTOS JOVENS NO BRASIL .....	92
4.2.1	Parlamento Jovem Brasileiro (Câmara dos Deputados).....	93
4.2.2	Programa Jovem Senador (Senado Federal) – Brasil.....	104
<b>5</b>	<b>FERRAMENTAS COMUNICATIVAS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA DISPONÍVEIS NOS SITES DOS PARLAMENTOS E EM PROGRAMAS DE PARLAMENTOS JOVENS: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA</b> .....	109
5.1	CARACTERÍSTICAS DAS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS EM SITES DE PARLAMENTO .....	110
5.2	CARACTERÍSTICAS DAS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS EM SITES DE PARLAMENTOS JOVENS .....	114
<b>6</b>	<b>FERRAMENTAS COMUNICATIVAS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA EM MIÚDOS: UMA AVALIAÇÃO QUALITATIVA NOS SITES DE PARLAMENTOS E PROGRAMAS DE PARLAMENTO JOVEM</b> .....	125



6.1	A EDUCAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL ON-LINE DO PARLAMENTO EUROPEU .....	125
6.1.1	Visitando o Parlamento Europeu e o Euroescola.....	129
6.2	OS CONTEÚDOS DIGITAIS DO PARLAMENTO DO REINO UNIDO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO POLÍTICA.....	133
6.2.1	O site do Parlamento Juvenil do Reino Unido.....	141
6.3	EDUCAÇÃO POLÍTICA NO SITE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA .....	148
6.3.1	O website do Parlamento dos Jovens .....	155
6.4	O CONTEÚDO ON-LINE EDUCATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL.....	161
6.4.1	O site do Parlamento Jovem Brasileiro .....	174
6.5	O SENADO FEDERAL BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO POLÍTICA ON-LINE ..	183
6.5.1	O site do Jovem Senador.....	190
6.6	QUADROS COMPARATIVOS DOS PARLAMENTOS E SUAS INICIATIVAS EDUCATIVAS ON E OFF-LINE .....	197
7	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>202</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>210</b>
	<b>APÊNDICE 1 – LIVRO DE CÓDIGOS .....</b>	<b>217</b>
	<b>APÊNDICE 2 - PLANILHA DE COLETA DE DADOS .....</b>	<b>224</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os parlamentos modernos, por meio de suas funções educativas, atuam de maneira crescente, há décadas, na disponibilização de informação sobre as casas legislativas. Porém, esse trabalho intensificou-se, após uma maior popularização da internet, com o objetivo de promover o conhecimento sobre essas instituições públicas, a partir de suas atribuições e funcionamento. Além de um trabalho informativo, programas de simulação de atividade parlamentar, também conhecidos como parlamentos jovens, atuam em um público específico, que conta com mais disponibilidade para aprender e mais disposto a fazer a diferença na sociedade.

Essas iniciativas educadoras passam por um período de transformação, devido a maiores oportunidades e formatos de comunicação, proporcionados pelas tecnologias digitais. Com o uso dessas ferramentas, as casas legislativas buscam, através de um letramento, que não se limita apenas à leitura, mas a uma compreensão mais ampla sobre o parlamento, possibilitar um maior engajamento e participação com a vida pública, além de aumentar a confiança das novas gerações nas instituições legislativas.

Nosso interesse anterior pelo tema surgiu da experiência profissional com a implementação de um programa de Parlamento Jovem, na Câmara Municipal de Palmeira, uma cidade de aproximadamente 35 mil habitantes, no interior do Paraná. O programa está em sua 8ª edição, formando até 2022 um total de 72 jovens em nível avançado em Poder Legislativo Municipal. Essa formação dá-se após a participação dos estudantes pelo período de um ano, em uma rotina mensal de simulação de atividade parlamentar. Além dessa, há uma capacitação em nível básico em que anualmente milhares de jovens, estudantes de toda a rede de ensino pública e particular entre 12 e 17 anos, assistem palestras ministradas por servidores da Câmara Municipal.

Para a formulação do Programa foi necessário buscar uma bibliografia adequada e explorar outras iniciativas do país. Com o Parlamento Jovem de Palmeira em execução, o acompanhamento constante de documentou procedimentos, a adesão dos estudantes e os conhecimentos adquiridos por meio de questionários objetivos para os participantes da iniciativa.

Parte desses estudos compõem o e-book publicado pelo Interlegis, do Senado Federal, Parlamento Jovem: Como Implementar – Relatos da Câmara de Palmeira (SANTOS JÚNIOR, 2017a), que serve como um manual, para estruturar um programa nos mesmos moldes em aspectos educativos, legais e de comunicação, para as câmaras municipais de cidades

brasileiras, com população até 70 mil habitantes. Vale destacar que o Parlamento Jovem de Palmeira teve o reconhecimento do poder público quando ganhou o Prêmio Gestor Público Paraná<sup>1</sup> 2016 e do setor privado quando foi finalista e obteve a menção honrosa no Prêmio Sesi ODS 2017<sup>2</sup>.

Após encerrado o período à frente do Parlamento Jovem de Palmeira, em 2017, o autor dessa tese teve a oportunidade de residir quatro meses em Portugal. Nesse período, foi buscado o entendimento sobre o funcionamento das iniciativas lusitanas de parlamentos jovens, através tanto dos respectivos sites quanto de entrevistas presenciais, com os responsáveis pelos programas. Em relação ao programa nacional Parlamentos dos Jovens, realizado pela Assembleia da República Portuguesa, quatro entrevistas em profundidade possibilitaram um maior entendimento sobre a ferramenta de educação política.

Entre elas, a realizada com a coordenadora geral da iniciativa, em Lisboa. Já em Coimbra, foi possível entrevistar os coordenadores das regionais de Coimbra e de Viseu, servidores do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), do Poder Executivo, órgão que contribui como o elo organizacional entre Assembleia da República e as escolas participantes. O IPDJ será novamente citado nesse trabalho com participações importantes, não apenas no Parlamento dos Jovens, mas também no Euroscola, do Parlamento Europeu.

Para contemplar o objetivo fim, na outra ponta do Parlamento dos Jovens, entrevistamos um professor da Escola de Ensino Básico dos 2º e 3º Ciclos Martim de Freitas, para entender na prática o funcionamento dentro do ambiente escolar. Na mesma instituição foi entrevistada uma estudante do 9º ano<sup>3</sup>, participante da Sessão Nacional, que discorreu sobre a experiência dela no programa.

Por fim, em Lisboa, tivemos condições de entender sobre o funcionamento do Euroscola, realizado pelo Gabinete Português do Parlamento Europeu, após entrevista com a coordenadora da iniciativa acompanhada da assessora de imprensa da instituição.

Pela experiência prática e teórica sobre essas iniciativas de educação política, percebemos a oportunidade de contribuir com o campo da ciência política e da comunicação,

---

<sup>1</sup> O Prêmio Gestor Público Paraná é uma iniciativa do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (SINDAFEP) e tem como objetivo incentivar os municípios do estado a adotar metodologias de planejamento, execução e controle de projetos nos programas governamentais deles. Além do reconhecimento dos serviços públicos de qualidade, o PGP-PR proporciona a possibilidade de outras cidades inspirarem-se nas boas práticas e nas experiências exitosas, gerando processo virtuoso. Disponível em: <[https://pgp-pr.org.br/old/projeto\\_page/635/programa-parlamento-jovem-de-palmeira](https://pgp-pr.org.br/old/projeto_page/635/programa-parlamento-jovem-de-palmeira)>. Acesso em: 14 jul. 2022.

<sup>2</sup> O Prêmio Sesi ODS e o Selo ODS visam reconhecer e divulgar, anualmente, práticas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável realizadas por organizações do Estado do Paraná. Disponível em: <<https://www.sesipr.org.br/FreeComponent67content351340.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

<sup>3</sup> Equivalente no Brasil ao último ano do Ensino Fundamental.

através da análise das ferramentas educativas utilizadas pelos parlamentos, com ênfase em programas de parlamentos jovens.

O que antes poder-se-ia mensurar apenas no aspecto presencial ou através de livros didáticos, atualmente no digital, contamos com possibilidades ampliadas quanto a recursos a serem usados. Através dessas plataformas, tem-se condições não apenas de ocasionar a disseminação da informação, pela facilidade de acesso, mas também possibilita a construção do conhecimento, utilizando de diversas formas para alcançar o objetivo do aprendizado.

No segundo capítulo apresentaremos o referencial teórico, que discutirá pontos-chave desse trabalho, conceituando e estabelecendo diferenças quanto aos termos que denominam o que será chamado com mais frequência, nessa tese, de educação política. Abordamos o letramento político e a importância da educação cívica e cidadã, além dos esforços para inserir o jovem no debate político. De maneira breve serão apresentados alguns modelos de boas práticas de programas de parlamentos jovens e será discutida a utilização das ferramentas digitais nos parlamentos, com o objetivo de atender a função educativa das casas legislativas, potencializada nas últimas décadas, por meio dos *websites* e redes sociais digitais.

A pesquisa justifica-se pelo fato de que mesmo havendo outros estudos sobre o assunto de educação política (ALBANO, SANTOS JÚNIOR, SOUSA, 2017; BARROS, 2016; BRAGA, TANDRA, 2013; BRAGA, MITOZO, TADRA, 2016; BERNARDES, 2015; CARVALHO, 2009; DANTAS, COSSON, ALMEIDA, 2015; COSSON, 2016; 2018; 2019; DANTAS, 2010; DANTAS, SILVA, 2015; FUKS, 2014; FUKS, CASALECCHI, 2012; 2017; FUKS, AVILA, 2012; GUTMANN, 1987; MARQUES JR, 2009; MARTINS, 2014; MARTINS, BARROS, 2017; 2018; MOTA, BARROS, 2019; 2020; NASCIMENTO, SILVA, SEINO, 2016; PONTES, HENN, GRIFFITHS, 2017; ROCHA, VIEIRA, 2011; SANTOS JÚNIOR, 2017; TADRA, 2014), este propõe-se, de modo comparativo, estabelecer relações entre as iniciativas do Brasil e as experiências europeias, considerando as especificidades deles e os resultados, com o intuito de levantar elementos comuns ou mesmo distintos que possam ser utilizados por essas ou outras iniciativas, na disponibilização de conteúdo digital educativo, para a promoção da cidadania, da democracia e do fortalecimento das instituições de representativas.

Embora não possamos concluir que a política democrática tenha primazia causal sobre a educação democrática, podemos concluir que a "educação política" - o cultivo das virtudes, conhecimentos e habilidades necessárias para a participação política - tem primazia moral sobre outros propósitos da educação pública em uma sociedade democrática. A educação política prepara os cidadãos para participarem da reprodução consciente de sua sociedade e a reprodução social consciente é o ideal não

apenas da educação democrática, mas também da política democrática. (GUTMANN, 1987, p. 287).

O capítulo teórico teve como objetivo auxiliar no entendimento da metodologia a ser utilizada, mas não apenas isso, pois o contexto também direcionou as escolhas metodológicas no terceiro capítulo. Em um primeiro momento, essa pesquisa atuaria na estrutura e na atuação dos programas de parlamento jovem, visando ao estudo *in loco* das experiências. No entanto, a pandemia da covid-19 ocasionou um encaminhamento natural da tese para a análise de conteúdo dos *websites*, tanto pela impossibilidade de acompanhar presencialmente quanto pela própria dinâmica das iniciativas que foram alteradas devido às medidas de distanciamento.

Essas condições adversas da pandemia criaram um fenômeno, entre os anos de 2020 e 2021, que afetaram a realização das sessões nos parlamentos e também dos programas educativos, baseados na simulação de atividade parlamentar, que foram suspensos, que tiveram as edições canceladas e que tiveram as edições migradas para o ambiente on-line. Em virtude dessa mudança no cenário mundial, que incluiu as casas legislativas e as iniciativas educadoras delas, pode-se dizer que foi um grande impulso para a transição do parlamento para o e-parlamento (VIEIRA, 2021), que além de potencializar as funções dele no âmbito digital, adotou práticas que o conduzem ao Parlamento Aberto, e que, nessa pesquisa, possibilitaram a ampliação da oferta de conteúdos educativos sobre democracia, política e parlamentos.

Assim, a presente investigação realiza uma análise de conteúdo comparativa no ambiente on-line e off-line, de programas de educação política e de parlamentos jovens oriundos das casas legislativas, em âmbito nacional como no Brasil, Portugal e no Reino Unido, também em um contexto continental, incluindo o Parlamento Europeu, com o objetivo de entender os formatos dos conteúdos digitais disponibilizados nos sites deles.

O estudo de ferramentas digitais em sites legislativos já foi objeto de outras investigações nossas (SANTOS JÚNIOR, BECKER 2015a; 2015b; SANTOS JÚNIOR, 2015; 2017b), na análise de conteúdo jornalístico e informativo da Assembleia Legislativa do Paraná. Mesmo a presente pesquisa não tratando de conteúdo jornalístico, apresenta como ponto de convergência a avaliação de *websites* de parlamentos.

Essa análise será realizada a partir das seguintes dimensões: 1) conteúdo educativo dos *websites* das casas legislativas e 2) conteúdo de programas de parlamentos jovens. Para tanto, é necessário delimitar algumas fronteiras do que será estudado. Esse trabalho estuda: a) Programas de Educação Política (PEPs), que são iniciativas criadas pelos parlamentos ou outra instituição com uma sistematização e regimento próprios, com o intuito de levar conteúdo educativo sobre a política ou sobre a casa legislativa. Um PEP não tem a necessidade de ser on-



line, mas pode contar ou atuar exclusivamente, também de maneira complementar, com ferramentas digitais. b) Ferramentas On-line de Educação Política (FOEPs), que são ferramentas educativas exclusivamente digitais, que frequentemente fazem parte dos PEPs; os c) Programa de Parlamento Jovem (PPJ) são PEPs, tendo características próprias com similaridades entre si, considerando o fato de apresentarem a premissa fundamental baseada na simulação da atividade parlamentar. Os PPJs são realizados de maneira presencial na grande maioria do tempo. Porém, nos últimos anos, ampliou-se o uso da internet para promover, bem como registrar as ações e atividades desses programas. Dessa forma, para mais fácil explanação, esses recursos serão denominados como d) Ferramentas On-line de Parlamentos Jovens (FOPJs).

Com intuito de entender o funcionamento e especificidades dos PPJs, essa tese, no quarto capítulo, por meio da análise documental, traçou um perfil dos programas de parlamentos jovens, primeiramente, considerando as características off-line deles. Foram utilizados não só dados qualitativos sobre o histórico e como são conduzidos, utilizando como documento os próprios sites, mas também trabalhamos com dados quantitativos, em que são apresentadas informações sobre a participação e engajamento dos jovens. Os dados apresentados que não foram encontrados nos sites, foram fornecidos através de planilhas e relatórios pelos referidos programas, enviados por e-mail, a pedido dessa pesquisa.

Por meio da análise de conteúdo esse estudo criou, no capítulo cinco, um índice das ferramentas comunicativas virtuais comuns (FOEPs) disponibilizadas pelo Parlamento Europeu (PE), Parlamento do Reino Unido (PRU), Assembleia da República Portuguesa (AR), Câmara dos Deputados (CD) e pelo Senado Federal (SF), estabelecendo relações entre as iniciativas digitais. Essa fase da pesquisa efetuou um levantamento de 43 itens constantes nos *websites*, divididos em seis categorias.

Um procedimento, nos mesmos moldes, criou um índice também sobre as ferramentas de comunicação (FOPJs), no âmbito educacional dos parlamentos jovens na internet, com os programas europeus Eurocola (EURS), realizado pelo PE; o Parlamento Juvenil do Reino Unido (PJRU), pelo Conselho Britânico da Juventude (CBJ); o Parlamento dos Jovens (PDJ), pela AR. Também foram avaliadas as iniciativas brasileiras Parlamento Jovem Brasileiro (PJB), realizadas pela Câmara dos Deputados e o Jovem Senador (JS), pelo Senado Federal, com o objetivo de mensurar o desempenho de cada um deles, em categorias que demonstram formas e tipos de conteúdos ofertados para a população. Nessa fase da investigação foi efetuado um levantamento de 53 itens constantes nos sítios eletrônicos de parlamentos jovens, divididos em oito categorias.

Utilizando esses mesmos parlamentos e programas de parlamentos jovens, a pesquisa realiza também uma análise de conteúdo qualitativa, descrevendo os ambientes digitais de ambos com o intuito de, através da indução analítica, construir as abstrações à medida que os dados são recolhidos e vão agrupando-se, para então compará-los quando apresentarem similaridade. Além disso, se essas ferramentas cumprem com papéis que atribuem a importância do parlamento em meio aos sistemas políticos, se elucidam sobre a relevância do poder legislativo na vida dos cidadãos, se estimulam o aprendizado sobre o tema em diversas faixas etárias e, ainda sim, se oferecem a possibilidade de aprofundamento no conteúdo tanto em ferramentas on-line, ou mesmo off-line.

Em relação aos parlamentos jovens, a análise qualitativa avaliou se os programas apresentam uma noção prática ou de vivência de atuação parlamentar, se possibilitam interação e participação on-line, se prestam suporte on-line de maneira adequada para as etapas de seleção e participação presencial para estudantes e professores e ainda se utilizam da experiência presencial para gerar conteúdo educativo e de engajamento no âmbito on-line.

Por fim, o objetivo desse estudo visa à análise dos conteúdos dos parlamentos e dos parlamentos jovens, com o intuito mensurar a qualidade das iniciativas brasileiras, frente aos programas de mesmo modelo internacionais e estabelecer conexões do que poder ser empregado ou melhorado nas experiências do Brasil.

## 2 OS PARLAMENTOS MODERNOS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA: UM CENÁRIO TEÓRICO E PRÁTICO

### 2.1 A DEMOCRACIA E A EDUCAÇÃO

Conceber a democracia sem a participação é tão complexo quanto entender a participação sem educação. Dantas (2010) aponta que a filosofia política associa a democracia a duas questões essenciais: participação e educação. Para ele, a participação está atrelada ao caráter quantitativo da democracia, enquanto a educação ao aspecto qualitativo.

Marques (2008), embasado em Rousseau, apresenta três funções e benefícios da participação efetiva da população no processo político. A primeira é a função educadora, a segunda é a legitimidade do exercício democrático e, por fim, que Rousseau acreditava que se o cidadão participasse da formulação da lei, sentir-se-ia compelido a obedecer às normas.

Dessa forma, caso sejam conferidas oportunidades de participação, o interesse pela política seria constantemente renovado (MARQUES, 2008; PATERMAN, 1992). No entanto, entende-se que com o aumento da participação, a falta de conhecimento poderia gerar enganos nas decisões (DANTAS, 2010; MILLS, 1983). Por outro lado, a participação também criaria habilidades de entendimento político nos cidadãos (MARQUES, 2008; BARBER, 2004).

Nesse universo de participação, podemos ressaltar a existência de dois tipos de cidadão: os passivos e os ativos (DANTAS, 2010; MILLS, 1983). O primeiro tipo é composto pela maioria, que geralmente são guiados por seus dirigentes. Já os ativos são essenciais para a democracia e para a sociedade, pois questionam. Porém, nem sempre entendem o funcionamento da própria democracia. Devido a isso, a importância de educar os indivíduos para o exercício do complexo jogo democrático, que amedronta alguns e desinteressa outros.

Montesquieu, por exemplo, entendia que o exercício da escolha política demandava um indispensável bom senso, pautado na troca de informações e no debate intenso. Thomas Jefferson, por sua vez, entendia a educação como ferramenta capaz de despertar em cada um o espírito necessário à manutenção do poder do povo, garantindo a liberdade e o afastamento da corrupção. Mais recentemente, já no século XX, Robert Dahl defende a educação cívica como instrumento fundamental à consolidação da democracia, sendo esta realizada de maneira formal nas escolas. (DANTAS, 2010, p. 5).

Benevides (1996) destaca que a educação para a democracia tem como função a cidadania ativa, isto é, a formação para a participação na vida pública tanto para a participação do cidadão comum, quanto do governante. Segundo ela, a educação não consiste apenas no

processo social que permite ao indivíduo ter conhecimento de direitos e deveres, mas sim capacitar a população a ocupar a posição de governante se for o caso.

Concorda Barros (2016), que explica que educação exerce papel fundamental para a formação de cidadãos com habilidades cognitivas e cívicas para participar da esfera pública. Segundo ele, pela perspectiva do pensamento social e político, há uma ligação direta entre política, lei e educação, de forma que esses elementos são alicerces para a formação da opinião. Em virtude disso, Barros acredita que a educação prepara o cidadão para atuar na esfera pública, por meio de um contrato dialógico, através de um compromisso hermenêutico entre a compreensão do passado, ancorado no presente, mas com vistas ao futuro.

Além disso, entende-se que com o pensamento ampliado, através do aprendizado político, o cidadão tende a superar a vaidade que levam os indivíduos a supervalorizarem as suas próprias opiniões em detrimento do pensamento de seus semelhantes, o que dificulta o ponto de vista ideal, pautado pelos princípios normativos e éticos, apontados por Kant (BARROS, 2016; ARENDT, 2000).

Benevides (1996) reforça que a educação para a democracia tem como objetivos a formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis. Para ela, no pensamento clássico, a educação já era considerada uma instituição política, como elemento da organização do Estado.

No que tange aos valores republicanos, Benevides (1996) afirma que a educação para a democracia auxilia na preparação para o julgamento político necessário à tomada de decisões. O mesmo é apontado por Barros (2016), em um modelo republicano de democracia defendido por Hannah Arendt, no qual a educação é apontada como esteio para a formação da opinião e da vontade coletiva.

Benevides avalia, ainda, que esses valores auxiliam no enfrentamento dos problemas dos mais variados tipos, tendo como critério para o julgamento a justiça - decorrente de premissas como liberdade, igualdade e solidariedade, bem como o respeito às leis deve estar acima da vontade dos homens, como apontou Rousseau. O mesmo acontece em relação aos valores democráticos, no reconhecimento da igualdade, o respeito aos direitos humanos e à vontade da maioria.

Em suma, educação e legislação convergem tanto no aspecto racional, conforme a tese weberiana, quanto em suas contribuições para o fortalecimento de uma esfera pública democrática e plural, no sentido defendido por Arendt. Ambas contribuem para o contínuo aprendizado político do cidadão e para o aperfeiçoamento de uma cultura democrática sempre em processo dinâmico de (re)construção, visto que a democracia é algo inacabado, uma obra humana em constante (re)formulação. (BARROS, 2016, p. 870).

Devido a isso, de acordo com Dantas (2010), o objetivo central de formar cidadãos é ofertar a oportunidade de realizar suas escolhas de forma mais consciente, não se utilizando de paixões irracionais na formação da opinião e tomada de decisão, elucidando o entendimento aos direitos individuais, coletivo e com a política e seu processo decisório.

No entanto, o nível de participação e a disponibilização de informações que promova a educação política ainda divide opiniões entre os agentes políticos, como também no âmbito acadêmico. Schumpeter (1984) em sua visão conservadora, enquanto princípio básico do modelo liberal, entende que a função da população encerra-se com a escolha de seus representantes através do voto, sendo essa a expressão máxima de controle sobre os representantes. Esse fator, segundo Faria (2012), viabiliza o ‘elitismo competitivo’, em que apenas um grupo seletivo com capacidade técnica teria condições para se dedicar ao que é público. Em virtude disso, de acordo com Dantas (2010), o cidadão ativo nem sempre é interessante para o governante.

Dificultando a relação entre representante e representado, estão os meios de comunicação, atrelado a um conhecimento do que é público raso ou inexistente, por parte do cidadão. Coleman e Blumler (2009, p. 55) destacam que “a fluidez e indeterminação do espaço cibernético potencializam as tensões entre os cidadãos e o estado”. Esse distanciamento ocorre pelo fato de o cidadão observar de fora os acontecimentos da arena política, muitas vezes de forma sensacionalista, noticiados pelos meios de comunicação, por interesses políticos e comerciais, e não contar com conhecimento suficiente para uma interpretação mais assertiva dos fatos. Tal fator, também interfere na credibilidade dos poderes representativos.

A falta de credibilidade ou legitimidade do Poder Legislativo prejudica o regime democrático, uma vez que o Parlamento é o órgão estatal responsável pela representação das minorias no Estado, pela expressão das opiniões existentes na sociedade e pela fiscalização do governo, especialmente do orçamento. Uma instituição como o Parlamento, portanto, precisa ter a confiança dos cidadãos para assegurar a estabilidade de uma democracia. (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2015, p. 189).

No entanto, o que o setor público ou mesmo os políticos promovem de útil, de inovador para a sociedade, nem sempre tem o destaque que a ação merece, pois, para a imprensa, é obrigação do setor público trabalhar em prol da população e obrigação dos veículos de imprensa denunciar fatos controversos.

O fato é que a falta de divulgação de informações positivas do que é de função dos agentes políticos, agregada à midiatização de aspectos negativos ou de difícil entendimento, auxiliam em um afastamento dos cidadãos em geral da política.

Nunca antes na história houve tantas oportunidades de acessar, comentar e desafiar autoridades governamentais. Mas nunca antes pelo menos na história democrática, o público se sentiu tão frustrado e desapontado com a falta de capacidade de fazer qualquer diferença nas políticas e decisões do governo. Em pesquisas, grupos focais e entrevistas, os cidadãos se queixam repetidamente de sentir-se excluídos, não ouvidos e desrespeitados; meros espectadores sobre um processo político que está rapidamente perdendo sua confiança. (COLEMAN; BLUMLER, 2009, p. 14, tradução nossa<sup>4</sup>).

Por muito tempo, essa carência de conhecimento do funcionamento da vida pública, isso inclui o Poder Legislativo, dá-se pela linguagem específica, pela complexidade para o leigo no regramento do processo legislativo e pelas próprias relações políticas, que interferem nas decisões. Além desses, há aqueles que se conectam de maneira precária, em virtude do desconhecimento, e tumultuam o processo.

Existe um senso generalizado de que os políticos e as pessoas que representam habitam mundos diferentes, falam línguas mutuamente incompreensíveis e não conseguem respeitar-se mutuamente. Com certeza, o cidadão desconectado não é exclusivo da democracia moderna. (COLEMAN; BLUMLER, 2009, p. 69, tradução nossa<sup>5</sup>).

Agregado a isso, Bernardes e Leston-Bandeira (2016) comentam mais um fator que contribui para esse distanciamento. Segundo as autoras, os parlamentos são muito vulneráveis em termos de imagem e satisfação pública, em parte devido as suas próprias características, isto é, por serem altamente visíveis, pela alta responsabilidade de suas decisões, bem como pelo aspecto plural nos pensamentos, ideias e decisões. “A falta de uma identidade única e seu conflito intrínseco são outros elementos que dificultam o parlamento de ser ‘amado’ pela população” (2016, p. 96).

As iniciativas de educação política, oriundas em parlamentos, aparecem na contracorrente dessa lógica, pois através das próprias casas legislativas, buscam levar conhecimento da importância, do funcionamento e das rotinas do Poder Legislativo, juntamente com a normalidade do entendimento plural e conflituoso. Dessa forma, essas ferramentas têm como função propiciar o devido esclarecimento do papel das instituições e o uso de suas plataformas digitais para uma participação mais qualificada e produtiva.

---

Texto original: <sup>4</sup> Never before in history have there been so many opportunities to access, comment upon and challenge governing authorities. But never before, at least in democratic history, has the public felt so frustrated and disappointed about its lack of ability to make any difference to the policies and decisions of government. In surveys, focus groups and interviews, citizens repeatedly complain of feeling left out, unheard and disrespected; mere spectators upon a political process that is rapidly losing their trust.

Texto original: <sup>5</sup> There is a pervasive sense that politicians and the people they represent inhabit different worlds, speak mutually incomprehensible languages and fail to respect one another. To be sure, the disconnected citizen is not unique to late modern democracy.

A agenda de engajamento público tornou-se um motor fundamental para os parlamentos, com recursos consideráveis sendo dedicados à expansão dos serviços e atividades de apoio, em particular, mas não apenas, por meio do uso da Internet. Em alguns casos, o engajamento público se expandiu quase ao ponto de se desenvolver em uma nova função parlamentar (LESTON-BANDEIRA, 2012, p. 417, tradução nossa<sup>6</sup>).

Com isso, a pesquisadora do Reino Unido elucida que, com o avanço das tecnologias digitais, as funções contemporâneas do parlamento vão além do papel legiferante. Seus estudos (2007; 2009) destacam também que as casas legislativas possuem as funções de legitimação do próprio poder, a de mediação e resolução de conflitos, a de fiscalização do executivo, a de representação e legislação, também a de educação. Faria (2012) reconhece que a intensificação de processos de participação através das tecnologias digitais de informação também auxilia o cidadão a entender a complexidade dos procedimentos para alcançar a deliberação pública, através de ferramentas de e-democracia.

Leston-Bandeira (2014) e Walker (2012) identificam a falta de conhecimento sobre o parlamento como o primeiro desafio que o envolvimento público tem de enfrentar, em seguida, se faz necessária a abertura da instituição para que, conseqüentemente, o cidadão tenha a percepção de que o parlamento é relevante para eles e que faz diferença na vida cotidiana.

A necessidade de ciência do funcionamento de instituições públicas para auxiliar no processo de *accountability* é um dos grandes objetivos dos defensores da democracia, não apenas para os afinados com o pensamento liberal clássico, a exemplo de John Stuart Mill e Robert Dahl, mas também para os participacionistas profundos, como Carole Pateman e Benjamin Barber. (FARIA, 2012, p. 298).

Pontes, Henn e Griffiths (2017) entendem que a educação, para a cidadania, cumpre um papel em aumentar o capital social dos poderes instituídos e conta com o efeito de estimular o engajamento cívico e político. Os autores supracitados, juntamente com Sloam (2007), enxergam a educação para a cidadania como fundamental para processos de regeneração cívica, oferecendo ferramentas para conectar os cidadãos ao sistema político, ajudando-os a fazer sentido em um mundo político complexo e, assim, fortalecer a democracia.

No Reino Unido, a educação para a cidadania foi introduzida no currículo nacional das escolas secundárias inglesas em 2002, com o conteúdo disponibilizado para todos os alunos com idades de 11 a 16 anos. Pontes *et al.* (2017) relatam que a inclusão de aulas de cidadania nas escolas foi desencadeada pelo relatório do Grupo Consultivo para a Cidadania (AGC), que

---

Texto original: <sup>6</sup> The public engagement agenda has become a key driver for parliaments, with considerable resources being dedicated to the expansion of the services and activities supporting it, in particular, but not only, through the use of the internet. In some cases public engagement has expanded almost to the point of developing into a new parliamentary role.



foi motivada pela crescente preocupação com o declínio da participação dos jovens na vida cívica e política e, em particular, com a abstenção eleitoral por grupos etários mais jovens.

Sloam (2007) registra que apenas 39% dos jovens de 18 a 24 anos tinham votado nas eleições gerais de 2001. Para ele, as mudanças institucionais são importantes, mas devem acontecer paralelamente com as mudanças na cultura política:

Os jovens estão interessados na política, mas não no processo político, embora o interesse não seja acompanhado por uma profunda compreensão de como as coisas funcionam. Isso dificulta o debate e a discussão das questões, mas também atua como uma barreira para a participação na política convencional, e aumenta a sensação de impotência e desconexão do processo político. (SLOAM, 2007, p. 565, tradução nossa<sup>7</sup>).

A sensação de impotência no processo e a desconexão geradas pela carência de conhecimento da população levam, em muitos casos, ao cinismo, que impacta negativamente na credibilidade da política e dos aparelhos democráticos, dando abertura ao pensamento autoritário. Devido a isso, a educação política para jovens torna-se uma ferramenta necessária para que se possibilite a geração de novas lideranças, que atuem para a continuidade e fortalecimento da democracia.

Bernardes e Lopez (2015) indicam que a função educadora do Legislativo não é algo recente:

Conforme Bagehot (1867) já apontava no século XIX, a função pedagógica do Legislativo, como centro dos debates que interessam à sociedade por ele representada, seria primordial na instituição legislativa, exatamente por seu caráter representativo. De certa forma, cumpre ao Parlamento educar os cidadãos para o sistema representativo e informar a sociedade sobre o que ocorre em seus debates, necessidades do regime destacadas por Stuart Mill ao fazer referência aos cidadãos ativos (1861). (BERNARDES; LOPEZ, 2015, p. 81)

As autoras destacam que os programas de simulação parlamentar, “são uma das mais importantes ferramentas de educação para a democracia à disposição do Legislativo”. Logo, os programas de educação política, oriundos de parlamentos, buscam encurtar a distância entre a população com as casas legislativas em geral, motivando a experiência simulada ou mesmo a participação política, na demonstração que é mais fácil do que se imagina entender e até interagir politicamente.

---

Texto original: <sup>7</sup> Young people are interested in politics, but not in the political process, though their interest is not matched by a deep understanding of how things work. This hampers debate and discussion of the issues, but also acts as a barrier to participation in conventional politics, and adds to the feeling of powerlessness and disconnection from the political process.



## 2.2 A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO POLÍTICO

Educação para a Cidadania, Educação Legislativa, Politização de Jovens, Letramento Político ou Educação Política mesmo, as formas de denominar são variadas entre os autores que discorrem sobre o assunto, mas os significados são similares. Jardim (2018) realizou um levantamento teórico sobre os conceitos para definir o processo de aprendizado sobre a política, a vida pública, o trabalho das instituições e, por consequência, o processo de decisão sobre as demandas da sociedade.

A autora desenvolveu um quadro com os quatro principais termos utilizados e a variação de sentido dada pelos principais autores que discorrem sobre o tema. O que destaca a completude entre os termos Letramento Político e Educação Política, “que oferecem mais pontos comuns do que divergências”, destaca Jardim (2018, p. 42).

QUADRO 1 – Similaridades entre os termos relacionados à Educação Política

<b>Letramento Político</b>	<b>Educação política</b>	<b>Educação para a democracia</b>	<b>Educação para a cidadania</b>
Conhecimento das instituições e ideias políticas e sociais	Questões de ordem teórica e história política	Formação intelectual e informação	
Apropriação de práticas, conhecimentos e valores para aprimoramento da democracia	Educação que fortalece a democracia, valorizando a representação e a participação	Educação moral (vinculada a valores democráticos) e educação do comportamento	Fortalecimento da democracia e fomento de cultura política baseada em práticas e valores democráticos
Adoção de atitudes e valores para a prática da boa cidadania	Empatia e construção de diálogos saudáveis	Ensinar a tolerância e despertar a cidadania ativa	Mudança de comportamento dos cidadãos para a cidadania e democracia
Participação social	Participação social		Importância da Participação política

FONTE: Jardim (2018).

Cosson (2018) remete a criação do termo Letramento Político a Bernard Crick, no Relatório Crick (1998) intitulado como *Education for Citizenship and the teaching of democracy in schools* (Educação para a cidadania e ensino de democracia nas escolas), um documento elaborado a pedido do governo britânico, com o objetivo de introduzir nessa modalidade de educação, preceitos que desenvolvessem a cidadania nos jovens, na expectativa de mudar o cenário público e/ou político, que era penalizado pela ausência da participação das pessoas na vida pública, supostamente devido à falta de conhecimento sobre o tema.

O desafio seria de que cada aluno, após o conhecimento adquirido, debatido e praticado, considerasse-se como um cidadão ativo, com habilidades de influenciar na vida pública e com condições de interpretar os acontecimentos de maneira mais técnica, ao invés de leiga. Para isso, a intenção foi desenvolver um discurso padrão, considerando uma formação similar entre os estudantes.

O referido relatório, que foi implementado em toda a rede educacional do Reino Unido, aponta que o método visava à mudança na cultura, preparando o jovem para a vida adulta, para agir como um cidadão:

[...] que as pessoas se considerem como cidadãos ativos, intervenientes, capazes e equipadas para ter uma influência na vida pública e com as capacidades críticas para avaliar fatos antes de falar e de agir; para construir e para alargar aos mais jovens o que há de melhor nas tradições existentes de participação da comunidade e de serviço público, e para os tornar individualmente confiantes para encontrar novas fórmulas de participação e de interação. (CRICK, 1998, p. 102).

Crick dividia a cidadania em três estratos: o da responsabilidade social e moral, a participação da comunidade e literacia<sup>8</sup> política. De acordo com o Relatório, a cidadania significa a participação na coisa pública dos que têm direitos de cidadãos e que, a partir do momento em que fossem implementadas medidas em consonância com o documento, o Reino Unido teria “uma democracia altamente educada”, tendo consciência de seus direitos e deveres. Marshall (1950), aponta que o bem-estar não deve ser apenas uma provisão feita pelo Estado, mas também o que as pessoas podem fazer umas pelas outras em grupos e em organizações voluntárias, em âmbito local ou nacional.

Devido a isso, o Relatório orienta que a educação para a cidadania deve dar a confiança para as pessoas questionarem o *status quo* e reivindicar os seus direitos. Além disso, deve promover o respeito para com a lei, a justiça e a democracia, alimentar o interesse para o bem comum, ao mesmo tempo que incentiva a independência do pensamento e ainda fornece habilidades essenciais como: escutar, discutir, argumentar, e aceitar a sabedoria ou a força maior de uma visão alternativa.

Para Crick, essas habilidades essenciais são transformadas em atitudes, que por sua vez consistem na tolerância do ponto de vista dos outros, do uso de argumentos racionais, de ferramentas para reconhecer formas de manipulação e persuasão, maneiras de usar criticamente

---

<sup>8</sup> O Plano Nacional de Alfabetização, instituído por meio do Decreto nº 9.765/19, utiliza o termo “literacia”, derivada do inglês *literacy* e utilizado em Portugal para, entre outros sentidos, referir-se às práticas sociais de leitura, escrita e oralidade. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431)>. Acesso em: 19 jun. 2022.

a mídia e a tecnologia para obter informações e ainda desenvolver a capacidade de resolver problemas. Gerando o que Cosson (2018) aponta como empoderamento dos estudantes, convencidos de que podem influenciar no governo em todos os níveis, através de uma cidadania ativa e politicamente letrada.

Cosson (2018) diferencia o cidadão ativo, que participa efetivamente da vida pública, do bom cidadão, que é aquele que obedece às leis, vota regularmente, paga impostos, faz doações a instituições de caridade e outras ações socialmente meritórias, mas que não se envolve. O pensamento de Freire (1961) já direcionava-se para essa linha, em que o cidadão, através da educação democrática, poderia ser motivado a se envolver.

O cidadão ativo é um agente desprendido do hábito de conceber a democracia como algo institucional e externo, mas sim, que é de sua responsabilidade (DEWEY, 1939; COSSON, 2018). Cosson destaca que ninguém nasce democrata, em virtude disso, considerando o interesse de manter a sociedade democrática, é necessário educar as crianças e jovens para viver democraticamente. De acordo com a literatura, a participação é o principal motivador, tanto na geração de interesse, através do pertencimento, como também do cidadão ativo sentir-se capacitado em interagir nos processos de decisão.

Nos Estados Unidos, a Carnegie Corporation de Nova York e o Centro para Informação e Pesquisa sobre Aprendizagem e Engajamento Cívico (Circle) produziram, em 2013, um documento denominado como ‘*The new civic mission of schools*’ (A nova missão cívica das escolas). O estudo aponta que resultados da Avaliação Nacional do Progresso Educacional, da referida época conhecida como “Relatório da Nação Card”, revelou que apenas 26% dos alunos do ensino médio eram proficientes em educação cívica.

Além disso, o documento teve como objetivo gerar ações que prestigiassem os eleitores que são menos propensos a votar ou a ser engajados civilmente, isto é, americanos jovens, afro-americanos, latinos e pessoas de baixa renda.

Reconhecemos que ser um cidadão competente e responsável não é fácil. Pode ser preciso coragem, sacrifício e paixão para ser cívica e politicamente engajado. O envolvimento é especialmente difícil para jovens desfavorecidos, que não têm recursos e muitas vezes são desencorajados a participar. Assim, uma meta essencial da educação cívica é fornecer habilidades, conhecimento e incentivo para todos os alunos, incluindo aqueles que, de outra forma, podem ser excluídos da vida cívica e política. (GIBSON; LEVINE, 2003, p. 10, tradução nossa<sup>9</sup>).

---

Texto original: <sup>9</sup> We recognize that being a competent and responsible citizen is not easy. It can take courage, sacrifice, and passion to be civically and politically engaged. Engagement is especially difficult for disadvantaged young people, who lack resources and are often discouraged from participating. Thus, an essential goal of civic education is to provide skills, knowledge, and encouragement for all students, including those who may otherwise be excluded from civic and political life.

Para Martins e Barros (2018), o entendimento da cultura democrática tem como objetivo criar condições morais, históricas e sociais que podem ser utilizadas para a construção de uma ética coletiva voltada para a tolerância, para o cultivo da pluralidade, da liberdade e do respeito às diferenças, superando assim os valores autoritários.

Consequentemente a isso, a educação para a democracia deve ser voltada para a promoção de valores democráticos, como a igualdade e a liberdade, o respeito aos direitos humanos e à vontade da maioria (BENEVIDES, 1996; MARTINS; BARROS, 2018). Com isso, o aprendizado tende a impactar nas atitudes, nas relações coletivas e de confiança, que são fundamentais nas sociedades democráticas. Assim, a confiança política é vista na literatura como possível antídoto às crises democráticas (MCCOY, 2000; MARTINS; BARROS, 2018).

O aprendizado político baseia-se em julgamentos, os quais devem ser considerados sob a perspectiva moral, visto que servem de guia para a execução de atividades, práticas e condutas, além da adesão a ideias e modos de pensar. O ponto de convergência de tudo isso é a esfera do cotidiano, espaço por excelência das práticas moralmente orientadas por esses valores, como argumenta Agnes Heller (1998). Entre essas práticas está o engajamento político, nos termos de Pipa Norris (2000), que envolve informação, participação política e confiança nas instituições. O engajamento interfere, portanto, nas opiniões sobre o universo da política e nas atitudes cotidianas dos cidadãos. (MARTINS; BARROS, 2018, p. 51).

Os autores apontam que a formação da opinião sobre os temas relacionados ao que é público e consequentemente sobre as tensões geradas pela divergência de interesses, ultrapassa o senso comum na medida em que se é possível entender as regras do jogo político e da legislação. Porém, sem a base sociológica, moral e ética, fragiliza-se a formação de uma identidade social do indivíduo e, por consequência, dos grupos de interesse, considerando que fazem parte desse processo tanto as tendências cognitivas, como também as emoções, ações e comportamentos dos indivíduos perante os objetos da política.

O Relatório Parlamentar Geral de 2022, da União Interparlamentar, aponta que ensinar como a democracia funciona é uma tarefa desafiadora que requer aprendizado ao longo da vida de maneira sistemática, por isso é um processo que começa no sistema educacional. Para o estudo da UIP, mesmo os parlamentos não sendo instituições educativas, têm a responsabilidade especial de apoiar o trabalho das escolas, por ser parte interessada no processo. Pois, um público que conta com conhecimento específico sobre o processo de decisão, em idade jovem, tem mais probabilidade de valorizar e se envolver com o parlamento no contexto de uma interação mais consciente e, também, com a governança em geral.

Esse estudo visa entender como os valores e conceitos debatidos nessa fase do trabalho são encontrados na prática, através das ferramentas on-line, tanto dos sites das casas legislativas, quanto dos programas de parlamento jovem.

### 2.3 ESFORÇOS PARA A INCLUSÃO DO JOVEM NA POLÍTICA

Podemos dizer que o jovem está inserido ou ambientado na política? Que tem o lugar de fala garantido e tem representatividade nos parlamentos? Em 2018, a União Interparlamentar<sup>10</sup> (UIP) publicou mais uma edição do relatório que apresenta um levantamento sobre a participação dos jovens em parlamentos nacionais.

De acordo com o documento, as estatísticas geradas mostram que os jovens estão sub-representados na vida política. O estudo demonstra que, mesmo as pessoas com menos de 30 anos representando mais da metade da população (51%), a presença em parlamentos nacionais aponta para aproximadamente 2% e um terço dos parlamentos pesquisados não contam com nenhum parlamentar com menos de 30 anos de idade.

Por outro lado, o estudo elucida que mais de um terço das 169 metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas estão relacionadas aos jovens e à importância de capacitação, participação e bem-estar deles. Motivo esse que a ONU conta com um fundo próprio para a democracia (UNDEF), com uma das plataformas dela, o engajamento juvenil<sup>11</sup>.

O relatório da União Interparlamentar, ainda em sua introdução, alerta que em estudos anteriores, já se sugeria não apenas a busca de estratégias para aumentar a proporção de jovens parlamentares, mas até a adoção de cotas para jovens e o alinhamento da idade mínima exigida para concorrer a um cargo político com a idade para votar, destacando casos no mundo em que critérios de idade tornaram-se temas a serem debatidos nos parlamentos, como foi o caso de Costa Rica, Libéria, Nigéria e até no Japão.

Na maioria dos países, a idade mínima para votar é 18 anos, tendo variações entre 16 e 17 anos. No entanto, para concorrer, na maioria dos casos, os interessados devem ter entre 20 e 25 anos. O tempo de espera é geralmente mais longo para as câmaras superiores do que para

---

<sup>10</sup> A União Interparlamentar (UIP), com sede em Genebra, na Suíça, conta com 179 Parlamentos-Membros (incluindo o Brasil) dos 193 países do mundo e representam mais de 6,5 bilhões dos 7 bilhões de pessoas do mundo.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://www.un.org/democracyfund/news/do-you-have-bright-idea-submit-it-undef-november-0>>. Acesso em: 21 maio 2022.

as câmaras simples ou inferiores. Como no Brasil, por exemplo, em que a idade mínima para concorrer à Câmara dos Deputados é 21 anos, mas para o Senado Federal é 35 anos<sup>12</sup>.

Na última década, enquanto países estudam a redução da idade para se candidatar, outros avaliam a possibilidade de implementar cotas para jovens nas eleições de parlamentos, visando uma maior participação jovem no processo democrático.

## 2.4 A EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PARLAMENTOS

Entre as diversas formas de educação política, os programas de parlamento jovem podem ser definidos como iniciativas de simulação de atividade parlamentar, através da formação de um órgão colegiado que segue um rito de discussão e deliberação, aos moldes dos parlamentos nacionais, assembleias legislativas ou câmaras municipais de vereadores.

Entre uma das experiências mais antigas de Parlamento Jovem que se tem registro, se destaca o Parlamento Juvenil de Manitoba, no Canadá. A iniciativa foi criada por volta de 1922, em Ontário, através de um movimento de cunho religioso e também de cidadania. Sob a sigla TUXIS, definida por Treinamento sob Cristo em Serviço, os patrocinadores eram igrejas protestantes.

FIGURA 1 – Fotografia da primeira Sessão Plenária do Parlamento Juvenil de Manitoba, em 1922



FONTE: <<https://www.ypmanitoba.ca/about/history/>>. Acesso em: 21 maio 2022.

Seu histórico, no site da entidade, aponta que a organização é uma das mais antigas do segmento no mundo. Entre as premissas descritas na página da internet, há a indicação que desde o início a proposta baseia-se no mesmo princípio básico de fomentar o conhecimento do

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/elegibilidade>>. Acesso em: 24 set. 2022.



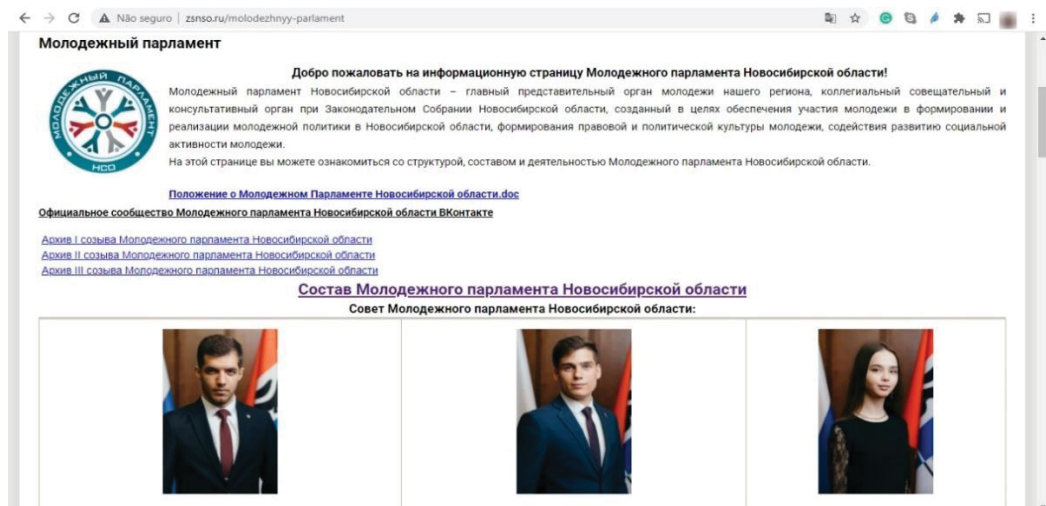
sistema parlamentar entre os jovens canadenses. Em 1968, o programa expandiu o público, possibilitando a participação de jovens não protestantes e, em 1972, incluiu o público feminino no parlamento.

Quanto ao funcionamento dela, na atualidade, é realizada anualmente a Sessão de Inverno e os jovens parlamentares de Manitoba, que por cinco dias debatem questões atuais em um ambiente de simulação de um parlamento. No evento, os participantes têm a oportunidade de encontrar políticos em mandato e egressos, tanto da Legislatura de Manitoba e da Câmara dos Comuns canadense.

De acordo com o site da entidade, o Parlamento Juvenil da Manitoba é formado por um conselho de diretores composto por cinco pessoas, também conhecido como Executivo. Os jovens parlamentares são eleitos para um mandato de um ano. Todos os diretores são voluntários com idades entre 18 e 25 anos. O site salienta que a participação no Programa agrega no currículo dos participantes para oportunidades profissionais.

Um outro caso é o Conselho do Parlamento Juvenil, da Assembleia Legislativa da província (estado) de Novosibirsk<sup>13</sup>, na Rússia, que faz parte do Distrito Federal da Sibéria. A divisão administrativo-territorial é composta por cinco distritos urbanos, 30 municípios e 455 assentamentos. O centro administrativo da região de Novosibirsk é na cidade de mesmo nome. A população da região é de 2,8 milhões de pessoas.

FIGURA 2 – Página inicial do site do Parlamento Juvenil Assembleia Legislativa da Região de Novosibirsk



FONTE: <<http://znsno.ru/molodezhnyy-parlament>>. Acesso em: 15 set. 2021.

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://www.nso.ru/page/2264>>. Acesso em: 15 set. 2021.

De acordo com o site da Assembleia Legislativa da Região de Novosibirsk<sup>14</sup>, o Parlamento Juvenil é órgão representativo da juventude, em formato colegiado de assessoria e consulta no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado, criado para garantir a participação na formação e implementação da política da juventude, bem como na formação da cultura jurídica e no desenvolvimento da atividade social juvenil.

Em seu regulamento, disponível para download no site<sup>15</sup>, é deixado claro que é uma entidade legal apenas de simulação. Além disso, a experiência tem duração de três anos. As eleições acontecem por meio de votação aberta e o critério de idade é ter 16 anos completos e menos de 31 anos.

No período estudado, a formação atual do Parlamento Juvenil era composta por 38 jovens<sup>16</sup>, sendo 15 mulheres e 23 homens. Enquanto a mesa diretora é formada por seis homens e apenas uma mulher. No entanto, no regulamento do Programa está estabelecido que o Parlamento Juvenil é composto por 44 membros.

A *Youth National Assembly of Republic of Korea* (Assembleia Nacional Jovem da República da Coreia) tem como público-alvo jovens de 13 a 20 anos e tem direito de se candidatar interessados entre 13 e 24 anos. Além da participação como parlamentar, o programa, aos moldes do Parlamento dos Jovens de Portugal, que será apresentado adiante, conta também com a função de jornalista, que registra e divulga os assuntos discutidos nas sessões.

O regulamento<sup>17</sup> elucida que a iniciativa conta com um mandato de 12 meses, em que cerca de 200 jovens são eleitos pelo voto on-line. A composição desse parlamento, com 206 cadeiras, chama a atenção pela maioria feminina, com 119 (58%), contra 87 meninos (42%).

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://zsnso.ru/molodezhnyy-parlament>>. Acesso em: 7 nov. 2021.

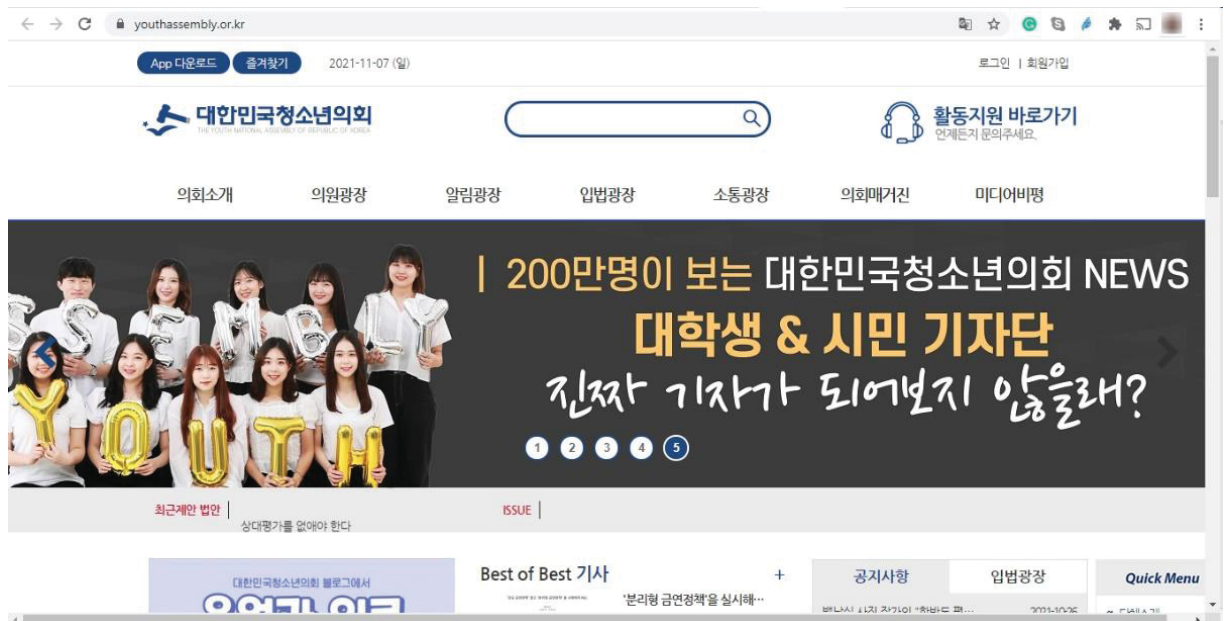
<sup>15</sup> Disponível em: <[http://zsnso.ru/sites/default/files/imce/\\_obsh\\_sved/molod-parlam/poloz.doc](http://zsnso.ru/sites/default/files/imce/_obsh_sved/molod-parlam/poloz.doc)>. Acesso em: 7 nov. 2021.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://zsnso.ru/chleny-molodezhnogo-parlamenta-novosibirskoy-oblasti-4-sozyva>>. Acesso: 7 nov. 2021.

<sup>17</sup> Disponível em: <[https://youthassembly.or.kr/bbs/board.php?bo\\_table=B02&sca=%EC%9D%98%ED%9A%8C%EA%B7%9C%EC%A0%95](https://youthassembly.or.kr/bbs/board.php?bo_table=B02&sca=%EC%9D%98%ED%9A%8C%EA%B7%9C%EC%A0%95)>. Acesso: 07 de nov. de 2021.



FIGURA 3 – Página inicial do site da Assembleia Nacional da Juventude da Coréia



FONTE: Assembleia Nacional da Juventude da Coréia<sup>18</sup>.

No regimento do programa, são elucidadas as funções dos integrantes da mesa diretora, sobre as sessões nacionais, que acontecem nos meses de agosto e janeiro; o organograma, sobre as comissões técnicas, entre outras funções no decorrer do mandato; bem como regras para o bom andamento dos trabalhos.

No site, é possível encontrar uma quantidade de estudos sobre propostas de lei e propostas de emendas criadas pelos participantes, como também o trabalho de cobertura das reuniões e artigos críticos escritos pelos jovens, como também materiais educativos sobre política, cidadania e jornalismo. Um deles, por exemplo<sup>19</sup>, fez uma crítica sobre a idade mínima para votar em 16 anos, em que o estudante faz uma comparação com outros países, justificando a pertinência da alteração na legislação. Esse assunto será retomado quando for tratado do Parlamento Juvenil do Reino Unido. No site não foi encontrado nenhum indício de ligação governamental na iniciativa.

O presente estudo não se aprofundará nas experiências citadas nessa fração do trabalho, que são utilizadas apenas para exemplificar a existência de parlamentos jovens pelo mundo. Foram encontradas diversas outras iniciativas em todos os continentes e que têm como o objetivo padrão a educação política, cidadã e a formação de lideranças.

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://youthassembly.or.kr/>>. Acesso em: 15 set. 2021.

<sup>19</sup> Disponível em: <[https://youthassembly.or.kr/bbs/board.php?bo\\_table=B61&wr\\_id=41204757](https://youthassembly.or.kr/bbs/board.php?bo_table=B61&wr_id=41204757)>. Acesso em: 7 nov. 2021.

Uma pesquisa realizada pelo Parlamento Austríaco (2020) com todos os países membros da União Interparlamentar indagou sobre a presença de programas de educação política nas casas legislativas. Descobriu-se que mais de 70 por cento dos parlamentos respondentes tinham serviços disponíveis como visitas guiadas, programas de parlamentos juvenis e programas de oficinas parlamentares.

O levantamento aponta que os parlamentos usam uma ampla variedade de ferramentas para educar o público, sendo os mais comuns os programas educacionais para crianças em idade escolar, que são oferecidos por 72% dos parlamentos que responderam ao questionário.

De acordo com o estudo, de um modo geral, quase todos os exemplos mencionados destinam-se ao grupo etário dos 14 aos 25 anos e nenhum dos programas mencionados é dirigido exclusivamente aos grupos etários com menos de 8 anos ou com mais de 60 anos. Desses 45 países, alguns deles chegaram a contar com mais de um modelo de programa destacado na publicação. Entre eles, 19 parlamentos afirmaram que contam com iniciativas de simulação de atividade parlamentar, que acontecem com duração de um até cinco dias, destinados em sua maioria para jovens a partir de 13 anos.

Os parlamentos consultados relataram que contam com recursos educativos disponibilizados em sites exclusivos para essas iniciativas, juntamente com outros materiais de apoio impressos entregues na experiência presencial. No entanto, nenhum dos parlamentos citou um exclusivamente on-line de educação democrática.

A publicação apresenta casos de sucesso de países como Andorra, Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Canadá, Croácia, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, Fiji, Geórgia, Grécia, Hungria, Índia, Irlanda, Israel, Japão, Jordânia, Quênia, Letônia, Liechtenstein, Luxemburgo, Maldivas, Malta, Maurícia, México, Moldávia, Montenegro, Namíbia, Países Baixos, Nova Zelândia, Macedônia do Norte, Noruega, Paquistão, Polônia, Romênia, Ruanda, San Marino, Sérvia, Singapura, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Tailândia, Iémen e Zâmbia, como também do Reino Unido e da União Europeia, que serão tratados posteriormente no presente trabalho.

Em um dos textos de abertura do documento produzido pelo Parlamento Austríaco, a presidente da União Parlamentar, Gabriela Cuevas Barron, pontua que a educação para os princípios democráticos deve ser uma experiência participativa que os instrua nos detalhes do diálogo e da deliberação, pois segundo ela, o próprio processo político democrático para que funcione adequadamente, necessita um nível de participação que vá além do voto.

Aprender essas atitudes é um exercício de liberdade, que estimula a compreensão do ser humano não apenas como meros depositários de memórias, mas sim como um

componente essencial de qualquer sociedade. Esta é uma condição necessária para a cidadania informada que é decisiva para garantir um engajamento adequado e vivo entre a sociedade civil e o Estado. (BARRON, 2020, p. 6, tradução nossa<sup>20</sup>).

Em cada uma das iniciativas apresentadas na publicação, além de informações gerais sobre os programas, o estudo disponibiliza categorias para comparações entre os programas como grupo de idade, frequência, duração, eventos especiais, conteúdo e organização, forma de implementação, local, resultados dos programas, função dos parlamentares jovens na iniciativa, influência dos participantes nos procedimentos do parlamento, presença na web, objetivos e conteúdo, materiais didáticos utilizados, métodos e formatos educacionais e elementos básicos a serem aprendidos.

## 2.5 ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA

De acordo com o Relatório da União Interparlamentar (2022), os sites das casas legislativas são importantes meios de comunicação e informação direta com as pessoas, possibilitando não somente a divulgação das atividades parlamentares, mas também por promover os processos de consulta e participação. Mesmo com as redes sociais digitais, o documento destaca que os sites continuam sendo essenciais no ecossistema da informação parlamentar, na educação política, divulgação e em ferramentas de engajamento. Dessa forma, facilitam a participação cidadã não apenas por disponibilizar ferramentas específicas para essa finalidade, mas também por fornecer conhecimento para essa interação.

Sobre a pertinência da proposta. Atualmente, diversos estudos abordam o trabalho realizado por casas legislativas na promoção da educação política, não apenas no Brasil, mas também em todo o mundo. Todavia, essa investigação propõe-se a avaliar os impactos digitais desses programas frente às novas possibilidades digitais, através dos sites dos parlamentos e das próprias iniciativas presenciais, que contam com *websites*. Já na primeira década desse século (NORRIS, 2000; BRAGA, 2007), reconhecia-se a importância dos sites para a finalidade educativa e de aproximação com a população.

A Internet permite a transmissão de tudo, desde a versão completa dos documentos oficiais e a agenda diária dos negócios parlamentares até o streaming de feeds audiovisuais da câmara de debates durante as sessões parlamentares e visitas “virtuais” aos edifícios. [...] Muitos parlamentos também reconhecem o valor dos sites

---

Texto original: <sup>20</sup> Learning these attitudes is an exercise in freedom, which encourages the understanding of human beings not only as mere depositaries of memories, but as an essential component of any society. This is a necessary condition for informed citizenship that is decisive to guarantee an adequate and lively engagement between civil society and the State.

para uma “educação cívica” mais ampla, dedicando seções específicas de informações para alunos e professores. (NORRIS, 2000, p. 7, tradução nossa<sup>21</sup>).

Dessa forma, a implementação das tecnologias digitais no parlamento não é apenas introduzir alguns mecanismos eletrônicos, softwares e aplicativos para smartphones, mas também mudanças nos procedimentos e na cultura (LESTON-BANDEIRA, 2007). A utilização dessas ferramentas virtuais e as potencialidades delas já são reconhecidas por garantir maior eficiência e segurança ao processo deliberativo, mas, indo além, como abordado nos itens 3 e 4, que pode ser usado para entender o objeto de estudo desse trabalho:

(1) Informatizar grande parte do processo legislativo, assegurando ao mesmo maior rapidez, eficiência e transparência; (2) promover o acesso em tempo real de um grande volume de informações disponíveis para atores situados em ampla extensão geográfica; (3) aumentar os graus de informação da opinião pública e da população de uma maneira geral sobre o funcionamento do processo legislativo e das instituições políticas democráticas; (4) estimular a ampliação da participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões parlamentares, aumentando o grau de conhecimento e interesse da opinião pública por processos deliberativos que envolvam as relações entre o Executivo e o Legislativo. (BRAGA, 2007, p. 76).

Recentemente Tadra, Mitoso e Braga (2016) também demonstraram preocupação com o tema e abordaram o assunto no artigo ‘As funções desempenhadas pelos *websites* parlamentares brasileiros e o papel dos programas educativos’. O estudo apontou uma ampla desigualdade na distribuição das funções educativas entre os portais legislativos brasileiros, como também, que ocorrem experiências de vanguarda que contribuem para um maior enraizamento social dos órgãos legislativos brasileiros na sociedade. Ao mesmo tempo, o estudo demonstrou uma carência de informações e um espaço de pesquisa a ser explorado.

[...] desconhecemos trabalhos que busquem analisar de maneira sistemática como os parlamentos brasileiros, especialmente em escala subnacional, usam as tecnologias digitais para veicular tais iniciativas, no contexto de uma reflexão mais ampla sobre as funções desempenhadas pelos *websites* parlamentares. (TADRA; MITOSO; BRAGA, 2016, p. 794).

Para os autores, além de suprir uma lacuna, esses estudos avançam quanto as funções desempenhadas pelos órgãos legislativos, por meio de suas plataformas virtuais, gerando um movimento de aproximação do parlamento com os cidadãos, através da informação, criando a percepção de que foi aberta uma maior oportunidade de participação no processo decisório

---

Texto original: <sup>21</sup> The Internet allows transmission of everything from the complete version of official documents and the daily agenda for parliamentary business to streaming audio-visual feeds of the debating chamber during parliamentary sessions and ‘virtual’ tours of the buildings. [...] Many parliaments also recognize the value of web sites for broader ‘civics education’, devoting specific sections of information for students and teachers.

parlamentar, mas principalmente, desempenhando uma função pedagógica sobre a democracia e os seus valores.

Leston-Bandeira (2007) oferece uma visão geral das diferentes funções desempenhadas pelos parlamentos a partir das tecnologias digitais de comunicação. Segundo ela, essas atribuições variam de representativa e legislativa, a escrutínio (fiscalização), legitimação do sistema político, resolução de conflitos, recrutamento e educação. Nesse contexto, a autora aponta que a comunicação, a *disseminação de informação* e a gestão de informação afetam funções como a legislativa, de fiscalização, de legitimidade do poder e representativa. A ferramenta de *disseminação de informação* é de fundamental importância para a função educativa, não apenas em uma perspectiva interna de formação de servidores como em escolas do legislativo, mas na disponibilização de informações diretamente ao cidadão.

Já em 2013, Leston-Bandeira aponta que os jovens, por exemplo, têm uma maior facilidade em navegar nas informações digitais, de modo que esse público tem a capacidade de gerar pesquisadores independentes e não apenas consumidores passivos dos conteúdos. Porém, o problema percebido pela autora é o fato de os jovens terem pouca consciência de parlamento e, assim, muitas vezes enxergar essas instituições como complexas e chatas. A facilidade de entendimento das ferramentas digitais, portanto, esbarra na linguagem e na complexidade dos processos das casas legislativas.

Na mesma linha, Barros (2009) aponta que estudos empíricos demonstram que os jovens são atraídos pelas formas mais flexíveis, mais abertas de engajamento e não convencionais. Para ele, existe uma desconfiança nas instituições políticas convencionais, visto que se apresentam para os jovens no âmbito virtual com uma interface burocrática e limitadora.

Um estudo realizado no Reino Unido (LESTON-BANDEIRA; THOMPSON, 2013) demonstra que esse desafio não é recente, bem como que a falta de consciência da natureza e da importância do parlamento faz com que as instituições legislativas sejam vistas apenas como uma extensão do trabalho governamental. Leston-Bandeira e Thompson (2013) constataam ainda que essa confusão no entendimento dos jovens deu-se também em relação ao trabalho realizado por outros tipos de instituições que realizam monitoramento do exercício parlamentar.

Da mesma maneira, a autora aponta que os materiais disponíveis no período do estudo realizado por ela não eram atraentes aos professores, que poderiam ser fortes disseminadores desses conteúdos aos jovens. De acordo com a pesquisa, os professores tendem a pensar nos recursos parlamentares de uma maneira muito mais complexa, abordando-os do ponto de vista da pesquisa e, portanto, têm dificuldade em traduzir isso no momento do ensino.

Leston-Bandeira (2013) apresenta três fatores importantes a serem repensados sobre os conteúdos educativos disponibilizados no Reino Unido: 1) baixo nível de conscientização sobre a natureza dos recursos parlamentares; 2) dificuldades em localizar material relevante; e 3) hesitação dos professores sobre como fazer o uso mais eficaz do material como uma característica essencial de seu ensino.

No Brasil, por meio do estudo de Braga, Mitozo e Tadra (2016), percebeu-se que os órgãos parlamentares tendem a priorizar informações sobre o processo legislativo, isto é, até por sua real atribuição natural. A análise realizada por eles, levantou os índices de legislação, de legitimação, de função de representação, de função educativa, de função de participação e o índice de fiscalização nos parlamentos dos estados brasileiros.

O estudo de Braga, Mitozo e Tadra (2016) apontou que a Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) saíram na vanguarda em traduzir o trabalho legislativo de forma educativa, através das páginas de internet. No período, além destes, outros estados também contavam com uma comunicação mais ativa com o cidadão, de maneira mais inclusiva quanto a linguagem parlamentar, como os casos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro.

A pesquisa concluiu que dos 29 parlamentos estudados, 11 deles mostraram um desempenho satisfatório no âmbito educativo. Notou-se que a maior parte das assembleias legislativas brasileiras contam com iniciativas de Escolas do Legislativo e Parlamentos Jovens em suas estruturas, além de cursos de Ensino a Distância e atividades voltadas para o ensino médio e educação básica brasileira.

Verificamos também que as assembleias se preocupam com mais intensidade em divulgar programas orientados predominantemente para os funcionários da casa, tais como as ELs (78,6%) das assembleias possuem links para este programa em seus portais, do que com maior potencial para atingir o público externo, tais como PJ, cursos de Ensino a Distância, ou atividades voltadas para o ensino médio. (BRAGA; MITOZO; TADRA, 2016, p. 810).

Braga, Mitozo e Tadra (2016) apresentaram ainda uma contribuição importante no que tange às iniciativas de educação legislativa nos *websites* brasileiros. Foram oferecidas três classificações para medir as experiências do jovem, de professores e da população em geral. O estudo classificou as plataformas como predominantemente informativa, moderadamente interativa e, por fim, fortemente interativas e/ou deliberativas. No período estudado, de 32 programas examinados, apenas cinco apresentam características “fortemente interativas” ou deliberativas.



As TICs trouxeram uma série de possibilidades de comunicação e interação entre poder legislativo e sociedade. A internet surgiu como um novo meio de estimular o engajamento político e a circulação de informações sobre a política. Novas perspectivas de modernização foram criadas e estreitou-se a relação entre governantes e governados, embora sem subverter radicalmente os padrões anteriormente vigentes de democracia representativa. (TADRA; BRAGA, 2013, p. 216).

A publicação Caixa de Ferramentas para a Transparência Legislativa (PARLAMERICAS, 2020), que é o resultado do trabalho conjunto entre o Programa de cooperação da União Europeia com a América Latina, EUROsociAL+, e as instituições que fazem parte da Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA) do ParlAmericas, defende que a transparência e o acesso à informação são princípios fundamentais nos sistemas democráticos. De acordo com o estudo, os dados disponibilizados, além de orientar a gestão das instituições públicas, permitem o empoderamento e a vigilância dos cidadãos nos assuntos públicos, possibilitando a redução de riscos de corrupção no interior do Estado, como também contribuem com a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Entre os diversos fatores analisados no âmbito comunicacional dos parlamentos, o estudo discorre sobre as plataformas educativas. A publicação explica que o direito de acesso à informação acontece também na medida em que aproxima o Estado dos cidadãos, na geração de informação com caráter pedagógico, para uma melhor compreensão por parte da população.

Para que isso aconteça, o estudo aponta para a necessidade de que sejam desenvolvidos conteúdos voltados para a pluralidade de públicos-alvo, com a utilização de linguagem clara e eficaz no que se refere à transmissão da mensagem, bem como a entrega da informação deve ocorrer, considerando que os cidadãos não estão familiarizados com sua atuação parlamentar.

Estas plataformas educativas contam com recursos educativos para meninas, meninos e docentes, entendendo que os(as) professores(as) são parte necessária e integral na entrega de conhecimento a crianças e jovens. Para os(as) docentes, ademais, promovem-se ações de aperfeiçoamento, que lhes permitem incorporar competências sobre a institucionalidade e os afazeres legislativos, para em seguida replicar este conhecimento na sala de aula. (PARLAMERICAS, 2020, p. 63).

O presente estudo propõe-se a realizar um levantamento do que é oferecido de conteúdo e de que forma, não do quanto. Tadra e Braga (2013), em pesquisa específica sobre a utilização da canais legislativos na internet, avaliaram que a ferramenta dentro do sistema democrático é um recurso valioso para incitar, estimular e expandir a participação política.

Em virtude disso, para que os resultados apresentem maior grau de efetividade quanto à participação política ativa, os autores entendem que também é preciso que a internet disponha de um repertório mínimo de instrumentos para que os cidadãos se sintam atraídos e estimulados

a “navegar” no site. No tocante a esse aspecto, de acordo com os eles, no período estudado, a maioria dos *websites* tem muito a realizar e são esses elementos que serão buscados nessa pesquisa, isto é, compreender entender o que esses conteúdos têm para dizer para seus públicos e, com isso, servirem de exemplo para outras iniciativas com mesmo perfil.

Em estudo específico sobre o Parlamento Europeu, Leston-Bandeira (2014) aponta que no Reino Unido existem evidências de que a internet é a principal fonte de informação do público sobre o parlamento, chegando a 73% e ultrapassando a mídia tradicional (HANSARD SOCIETY, 2011; LESTON-BANDEIRA, 2014). De acordo com a autora, isso dá-se pela capacidade de fornecer informações detalhadas, precisas e oportunas sobre o parlamento.

Ainda sobre a perspectiva de Leston-Bandeira (2014), pode-se entender que a comunicação utilizada para o engajamento público e, por consequência, do jovem, acontece em cinco importantes etapas. Primeiramente pela informação, depois pela compreensão, identificação, participação e intervenção real no processo de decisão.

Enquanto ferramentas educativas, baseado em Leston-Bandeira (2014), a presente investigação utiliza-se da etapa da ‘informação’ disponibilizada nos sites dos parlamentos, sendo aprofundado na busca pela compreensão e pela identificação, que é a maneira que esses órgãos têm para atrair a atenção do público em geral, e mais especificamente do público jovem, quando for tratado de iniciativas de simulação de parlamento.

Além disso, pela ‘participação’, para o melhor entendimento desses processos de aprendizado. Quanto ao quesito ‘intervenção’, se tratando de parlamentos jovens, pode-se dizer que mesmo com exemplos bem-sucedidos, ainda resta buscar maneiras a não frustrar o participante, deixando clara qual é a real contribuição no estudante no processo.

Kelly e Bochel (2018), em publicação pela *House of Commons Library* (Biblioteca da Casa dos Comuns), explicam que há uma variedade de razões para o parlamento procurar envolver-se com o público. Entre elas está ouvir mais o que os representados desejam, além de aumentar a legitimidade nas decisões, incluindo potencializar a compreensão pública sobre a casa legislativa.

Na última década, de acordo com Kelly e Bochel (2018), ocorreu uma expansão do contato com a população devido ao desenvolvimento das tecnologias digitais de comunicação e as próprias mídias sociais são entendidas como canais mais rápidos para o fornecimento de informações, sendo ferramentas relevantes para os parlamentos para estreitamento no relacionamento, através de atividades de sensibilização e educação sobre importância das instituições legislativas para a sociedade.



Barros *et al.* (2016) apresenta um levantamento exploratório sobre o tema, avaliando a participação em audiências públicas digitais no site da Câmara dos Deputados brasileira, da TV Câmara, das redes sociais digitais e do portal e-Democracia que foi selecionado, em 2010, como uma das melhores experiências de democracia do mundo pela Fundação alemã Bertelsmann Stiftung, por permitir um impacto efetivo na tomada de decisão (FARIA, 2012). No entanto, de acordo com Barros *et al.*, a ferramenta reconhecida internacionalmente não contava com uma quantidade significativa de acesso, tendo como uma das explicações, a dificuldade de entendimento e manuseio pelos usuários.

O autor justifica que o foco principal da instituição teria sido apenas oferecer os canais digitais para receber manifestações da sociedade, mas que só isso não garantia a participação cidadã nos processos de tomada de decisão. Barros *et al.* (2016) ressalta que ainda seria necessário aumentar a conscientização dos formuladores de políticas sobre a importância dessas ferramentas interativas para a participação social, gerando uma interação maior por parte dos parlamentares, que através dessas plataformas, praticamente não interagem com os cidadãos.

Dessa forma, a educação política faz parte de uma construção de vínculo com as casas legislativas, sendo um dos três pilares para a consequente participação em processos de deliberação on-line. Por isso, não se pode afirmar que um cidadão bem-informado no funcionamento do Poder Legislativo fará dele mais participativo, o mesmo pode dizer-se em relação à simples disponibilização de ferramentas digitais que garantirá essa interação. Sendo necessário, também, um amadurecimento, por parte do representante, ouvir o cidadão e dar retorno para a população.

Em virtude disso, essa pesquisa não tem a pretensão de encontrar uma solução que amplie a participação popular nos parlamentos pela simples existência de ferramentas digitais educativas ou mesmo de programas de parlamento jovem. O estudo visa sistematizar o funcionamento de cada iniciativa, elencando suas fragilidades e potencialidades, na busca de opções para melhorar o serviço prestado e a experiência dos usuários frente a esses dispositivos on e off-line. Com isso, aumentar as chances de uma participação mais consciente por parte do internauta, que saberá tanto do papel da instituição, como dele mesmo no contexto, tendo ciência das possibilidades de interação e limitações regulamentadas.

### 3 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Como ponto de partida para essa pesquisa está o trabalho realizado, de 2013 a 2016, na Câmara Municipal de Palmeira, no Paraná. No período, o autor dessa tese foi o responsável pela criação de uma iniciativa de Parlamento Jovem e precisou entender o funcionamento das experiências já existentes usando, para isso, trabalhos científicos e sites dos parlamentos e seus conteúdos educativos. Na época, para a inspiração na elaboração do regimento e condução da iniciativa em âmbito municipal, foram tomados como base os modelos de parlamento jovem da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Com a iniciativa em funcionamento, questionários foram aplicados para os participantes com o intuito de avaliar a assimilação do conteúdo e o que fazia de diferença o conhecimento adquirido na experiência de vereador jovem no dia a dia deles e das comunidades em que moravam. Esses estudos deram origem a publicações sobre o tema (ALBANO; SANTOS JÚNIOR; SOUSA, 2017; SANTOS JÚNIOR, 2017).

Depois de encerrado o contrato de trabalho em Palmeira, em viagem para Portugal foi possível entender *in loco* outras formas de parlamentos jovens, tanto na Assembleia da República Portuguesa e gabinete português do Parlamento Europeu, em visita e entrevista com a coordenadoras da época, como também em experiências como mesmo objetivo, mas características diferentes nas cidades de Aveiro e Santa Maria da Feira. Dessa forma, o contato teórico e prático com iniciativas brasileiras e portuguesas é a base e motivação para a presente investigação.

Em virtude dessa experiência presencial citada em âmbito nacional e internacional, em um primeiro momento essa pesquisa faria uma análise comparativa dos programas de parlamento jovem das casas legislativas elencadas, mas em virtude da pandemia da Covid-19, as dificuldades de informações, a suspensão, cancelamentos das edições dos programas, optou-se em realizar uma avaliação das ferramentas on-line dessas iniciativas.

Como objeto desse estudo em profundidade serão analisadas as boas práticas de programas educativos dos parlamentos digitais com ênfase aos parlamentos jovens. Serão analisados os conteúdos educativos dos sites brasileiros da Câmara dos Deputados, com o Parlamento Jovem Brasileiro e do Senado Federal, com a página do Jovem Senador. Serão usadas ainda as *webpages* do Parlamento Europeu e o programa Euroscola; da Assembleia da República Portuguesa, com o Parlamento dos Jovens; e como ponto de referência, será usado o site do Parlamento do Reino Unido. Devido ao fato da *House of Commons* não contar com uma iniciativa própria de simulação de parlamento para jovens, a pesquisa utiliza do Parlamento

Juvenil do Reino Unido, realizado pelo Conselho da Juventude do Reino Unido e que conta com o apoio da referida casa legislativa para a execução do programa.

Acompanhando os estudos de Tadra (2014) e Vieira (2021), esse trabalho parte do pressuposto que os fatores endógenos das casas legislativas são mais relevantes do que fatores contextuais como PIB, IDH, Índice Gini, Índice de alfabetização das sedes do parlamento, para explicar as diferenças de conteúdo dos sites educativos.

No entanto, em concordância com Vieira (2021), essa pesquisa acredita também que além dos fatores internos das instituições legislativas, duas motivações exógenas podem ser consideradas como importantes no processo nos últimos anos como: 1) o avanço tecnológico que resulta em mais possibilidades institucionais de criação de conteúdo; 2) a pandemia da Covid-19, que adiantou a necessidade de uma comunicação digital mais completa e em tempo real pela impossibilidade do contato presencial.

A escolha desses cinco parlamentos digitais deve-se também à excelência de programas de digitalização das atividades parlamentares desses órgãos, destacada em vários estudos sobre a temática, que se inspira ainda em estudos anteriores de natureza análoga ou semelhante (BRAGA, 2007; LESTON-BANDEIRA, 2009; BRAGA; MITOZO; TADRA, 2016; BERNARDES; BANDEIRA, 2016). Além da facilidade de acesso através de servidores das casas legislativas brasileiras e as portuguesas.

O objetivo geral desse trabalho foi compreender como o e-parlamento disponibiliza mecanismos de educação política on-line para uma formação básica, intermediária e até avançada para os cidadãos; sobre as atribuições do poder legislativo, democracia e temas sensíveis para grupos de interesse discutidos em parlamentos; além de verificar como as instituições desenvolvem tais processos nos ambientes on-line das experiências de simulação de parlamento.

Em relação aos objetivos específicos, baseado em Mitozo (2018), faz-se importante explicar que as intenções dessa pesquisa são:

- 1) Traçar um perfil de cada programa de educação política, em formato de simulação de parlamento off-line, para entender o formato, funcionamento, público, principais resultados conquistados e abrangência;
- 2) Construir índices que tornem possível a avaliação das diferentes ferramentas de educação política nos sites dos parlamentos estudados, relacionados ao tipo de

conteúdo publicado, público-alvo, formato de mídia, nível de aprofundamento e presença nas redes sociais, com ênfase nos programas de parlamento jovens;

- 3) Elucidar de forma qualitativa e descritiva, as características e especificidades das ferramentas educativas on-line de cada casa legislativa em estudo, além dos respectivos sites das iniciativas de parlamento jovem através da experiência de simulação de parlamento.

### 3.1 DESENHO DA PESQUISA

O desenho da pesquisa é aqui entendido como a sequência lógica que conecta os dados empíricos às questões iniciais de pesquisa de um estudo. O problema lógico subjacente a essa tese é a relação triangular entre as funções educativas dos parlamentos, as iniciativas educadoras, com ênfase nos programas de simulação de atividade parlamentar presenciais, também conhecidos como parlamentos jovens e as tecnologias digitais de comunicação, através dos respectivos sites que são analisados no contexto de novo papel das casas legislativas, considerando o aumento do uso das plataformas digitais, frente aos impactos tecnológicos e comportamentais da pandemia da Covid-19.

Para isso, o referencial teórico abordou não somente a importância da educação para a democracia, mas também a evolução na maneira em ensinar sobre o que é público, sobre poder legislativo e como são tomadas as decisões. No cenário atual, contamos ainda com as plataformas digitais, com uma gama de oportunidades e maneiras de transmitir o conhecimento visando o aumento de participação, a geração de lideranças até uma mudança na cultura política, e uma maior compreensão dos valores democráticos pelas novas gerações.

Considerando a literatura já existente sobre os parlamentos e suas funções, já citados no capítulo anterior, esse trabalho percebeu a necessidade de fazer um estudo mais detalhado sobre as iniciativas de parlamento jovem e entender o cenário atual desses programas no âmbito off-line, para melhor compreensão das características on-line deles que serão apresentadas nos capítulos posteriores.

Por isso, no quarto capítulo, a pesquisa realiza uma análise documental nos sites, para a obtenção de dados contextuais e operacionais, além disso buscou com a coordenação dos programas de parlamentos jovens dados quantitativos de adesão do público a ser atingido, com o intuito de traçar um perfil das iniciativas com dados endógenos de seu funcionamento, e, também, exógenos, sobre a participação dos jovens tanto em aspectos off-line, quanto on-line.

Dessa forma, mapear por meio desses dados, as especificidades de cada programa e possíveis resultados práticos com o público-alvo, que possam ser melhorados, comparados com outras iniciativas desse trabalho ou até mesmo replicados.

Para compreender esse fenômeno complexo e dinâmico de uso das tecnologias digitais de comunicação para a educação política, utilizamos a análise de conteúdo dos sites, na combinação de métodos quantitativos e qualitativos. Os resultados serão apresentados no capítulo 5 a partir: a) do conteúdo educativo dos websites das casas legislativas e b) dos conteúdos educativos existentes em programas de parlamentos jovens. Faremos isso tendo como horizonte as dimensões estudadas por Bernardes e Leston-Bandeira (2016) sendo: 1) as informações sobre as instituições, 2) as informações sobre a atividade parlamentar, e 3) as ferramentas para promover o engajamento público.

No capítulo 5, em sua primeira dimensão, o levantamento ocorre em relação a seis categorias, no âmbito das tecnologias digitais, nos sites dos parlamentos especificamente, desconsiderando a ferramenta parlamento jovem na página. Ao todo, 43 itens formam seis índices de maneira distinta e um índice geral, com a média deles.

Na segunda dimensão, dividida em oito categorias, são tratados dos conteúdos educativos em sites de programas de parlamentos jovens. Ao todo, são 53 subcategorias que formam sete índices e a média entre eles, em um índice geral. Nessa fase quantitativa, na análise das duas dimensões propostas de estudo, contamos com 14 categorias e 96 subcategorias ou itens a serem avaliados.

No capítulo 6, é realizada uma análise qualitativa dos sites, tanto dos parlamentos quanto dos programas de parlamentos jovens. Foi efetuada uma análise comparativa das diferentes experiências de educação política nos parlamentos digitais e procurou-se investigar se as ferramentas educativas on-line cumprem requisitos básicos e fundamentais tanto nos sites das casas legislativas, como também dos programas de parlamentos jovens.

### 3.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

Como metodologia inicial, foi aplicada análise documental, com o intuito de contemplar o primeiro objetivo específico, que visa a entender os programas de educação política. Silva (2015) aponta que esse modelo de pesquisa toma como base documentos internos ou externos de instituições e é utilizada tanto na pesquisa quantitativa como na qualitativa. Gil (2008) explica que esse formato utiliza de materiais que receberam ou não receberam ainda um tratamento analítico.

Gil (2008) cita que fontes que podem ser utilizadas para análise documental são elas, jornais, boletins e folhetos. Nesse caso, as fontes para a utilização dessa técnica são os sites dos programas de parlamentos jovens. Em concordância com o pensamento de Gil (2008), a presente pesquisa realiza um levantamento de primeira mão de dados quando busca informações históricas e operacionais, disponibilizadas nos sites a serem estudados e em respectivos regulamentos de funcionamento dos programas. Nessa fase, foram gerados dados qualitativos.

Porém, essa pesquisa utiliza-se também de dados de segunda mão, com a análise de outros documentos, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas e tabelas estatísticas. Nesse caso, em contato com a coordenação dos programas, foram solicitadas informações, recebidas em formato de planilhas e relatórios e que geraram, após a análise, dados quantitativos que auxiliaram a apresentar um perfil de cada modelo de parlamento jovem estudado.

No estudo documental, de acordo com Flick (2009), o pesquisador deve entender os documentos como ‘meios de comunicação’, pois foram elaborados com algum propósito e para alguma finalidade. Na apreciação do material, tem-se uma ideia das intencionalidades dos autores. Essas intenções podem ser avaliadas nos dados posteriores, oriundos das outras técnicas de análises utilizadas nessa investigação.

Os dados que não foram encontrados durante o levantamento realizado nos sites das iniciativas foram solicitados por e-mail, junto às coordenações dos Programas, conforme o QUADRO 2:

QUADRO 2 – Dados solicitados por e-mail para os responsáveis pela realização dos programas de parlamentos jovens

(continua)

**Dados de participação (quantitativo anual por estado, região ou país – 2011-2021)**

- Escolas aptas a participar
- Escolas participantes
- Alunos mobilizados
- Baseados em estimativa, como por exemplo, as escolas passaram a informar o quantitativo de alunos mobilizados diretamente na ficha de inscrição.
- Professores mobilizados
- Projetos produzidos pelos jovens
- Outras proposições legislativas originadas pelos jovens parlamentares participantes
- Quantidade de proposições elaboradas por jovens que chegaram ao parlamento

QUADRO 2 – Dados solicitados por e-mail para os responsáveis pela realização dos programas de parlamentos jovens

(conclusão)

<p><b>Perfil dos participantes por ano (2011-2021)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Origem (capital ou interior)</li> <li>• Gênero</li> <li>• Idade</li> <li>• Nível de escolaridade</li> <li>• Cursos de preferência (curso superior que pretende fazer)</li> <li>• Presença em redes sociais (qual plataforma tem conta)</li> <li>• Participa de projetos sociais em sua comunidade (sim x não)</li> <li>• Participa de outros projetos de educação para a cidadania (sim x não)</li> <li>• Deseja atuar em atividade político-partidária (sim x não)</li> </ul>
<p><b>Dados do site e das redes sociais – evolução anual 2011-2021</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Perfil do usuário</li> <li>• Acesso as plataformas</li> <li>• Faixa etária</li> <li>• Gênero</li> <li>• Quantitativos de curtidas e interações</li> <li>• Outros dados que entendam ser pertinentes.</li> </ul>

FONTE: O autor (2021).

Os dados foram enviados pelos referidos programas de diversas formas, em planilhas, como na Câmara dos Deputados e Assembleia da República, ou por relatórios, como no caso do Parlamento Europeu. Vale registrar que as coordenações nem sempre contemplavam as mesmas categorias de dados solicitados, mesmo tendo perfis semelhantes. Os recortes temporais dos dados enviados também não foram os mesmos, devido as metodologias de coletas de dados efetuadas pelas iniciativas. No entanto, esse estudo trabalhou com os dados disponibilizados e buscou, através deles, apresentar um perfil mais próximo da realidade para servir de base para as análises efetuadas dos sites dessas iniciativas.

O Parlamento Juvenil do Reino Unido foi o único que não respondeu. Dois e-mails foram enviados, para dois endereços diferentes disponibilizados no site da iniciativa, bem como foi tentado contato com o ‘Fale Conosco’ da entidade que promove o programa, mas também, sem resposta. Contudo, foi possível utilizar relatórios anuais do referido programa que estão disponíveis no site da instituição.

### 3.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Com o intuito de alcançar os objetivos específicos 2 e 3, foi realizada a análise do conteúdo dos sites dos parlamentos e das iniciativas de parlamento jovem, em dois momentos: 1) na formulação de índices quantitativos com o registro das existências ou não de ferramentas

nos sites; 2) na análise descritiva e qualitativa além da busca de características e ferramentas educativas, tanto no site da casa legislativa, como na iniciativa de simulação de parlamento.

Para Bardin (2012) a escolha dos documentos a terem o conteúdo analisado depende muito do objetivo da pesquisa. Dessa forma, o estudo pretende entender se as ferramentas comunicativas, através da internet, oferecem o suporte necessário para o internauta, de forma complementar e/ou até mais abrangente que a experiência presencial.

Será objetivo dessa análise observar se há a relação entre os conteúdos educativos dos parlamentos com os programas de simulação de parlamento. Isto é, se os conteúdos educativos dos parlamentos auxiliam ou de alguma maneira estão ligados com o conteúdo dos programas de parlamento jovem, bem como se haverá a possibilidade de os jovens participarem mais ativamente de maneira on-line dessas iniciativas.

Leston-Bandeira (2012) referenda o site como uma ferramenta educativa que pode promover até a intervenção no processo decisório se antecedida pela 'Informação', 'Compreensão', 'Identificação' e a 'Participação'.

Numerosos estudos mostram que, apesar das diferenças de acessibilidade, a Internet tem desempenhado um papel fundamental na abertura dos parlamentos, em particular no fornecimento de informações que de outra forma seriam extremamente difíceis de encontrar. (LESTON-BANDEIRA, 2012, p. 419, tradução nossa<sup>22</sup>).

Dessa forma, o objetivo é quantificar, mas também qualificar, os caminhos e ferramentas de educação política nos canais próprios de informação usados por essas iniciativas. Para isso, foi realizada primeiramente uma leitura flutuante (BARDIN, 2012) para fazer um mapeamento das formas de comunicar desses programas e criar as categorias e as subcategorias para a análise de conteúdo.

Como um esforço prévio para a preparação da pesquisa, foi importante sistematizar as categorias e subcategorias ou itens a serem analisados. Baseando-se no modelo de Leston-Bandeira (2009), Tadra e Braga (2012) Bernardes e Leston-Bandeira (2016), essa análise de conteúdo visa realizar um mapeamento dos sites dos parlamentos, além das iniciativas de parlamento jovem a serem estudadas, no levantamento de índices de dados on-line que podem ser considerados comuns.

As categorias e itens foram pensados de maneira objetiva, como sugerem Carlomagno e Rocha (2016), de forma a ser possível que a classificação seja realizada de maneira idêntica

---

Texto original: <sup>22</sup> Numerous studies show that, despite accessibility differences, the internet has played a key role in opening parliaments up, in particular in providing information which otherwise would be extremely difficult to find.



por analistas distintos, garantindo sua replicabilidade como uma condição de confiabilidade (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2018). Um livro de códigos foi criado a partir de códigos alfanuméricos com as variáveis possíveis, através de regras de codificação das categorias.

Como recorte temporal, devido a quantidade de sites a serem analisados, a coleta de dados em uma planilha<sup>23</sup> baseada no livro de códigos teve início, em fevereiro de 2022, estendendo-se até final de maio do mesmo ano. Nos meses de junho e julho, foram efetuadas a segunda e terceira verificação, considerando os procedimentos para pesquisas individuais apontados por Sampaio e Lycarião (2021), que sugerem um intervalo para uma nova codificação sem consultar a primeira realizada anteriormente visando, assim, alcançar um maior nível de confiabilidade.

Como forma de mensuração, define-se que caso o recurso exista é codificado como 1 (um) e em caso contrário, é codificado como 0 (zero). Dessa forma, aos moldes dos estudos já citados, permite-se a criação de um índice para cada categoria, tanto nas ferramentas educativas existentes dos sites dos parlamentos, como em cada PPJ, de modo a possibilitar as comparações entre variáveis. Portanto, cada índice será a média das variáveis binárias e quanto mais próximo de 0 (zero), mais baixo será o índice, quanto mais próximo de 1, mais alto.

Destaca-se que o levantamento conta com um total de 96 itens, denominados de subcategorias e aos moldes de Leston-Bandeira e Bernardes (2016, p. 94) “a codificação dos sites parlamentares deve seguir trabalhos anteriores e semelhantes, que tendem a codificar a existência (ou não) de itens específicos”. Dessa forma, a média de cada conjunto de itens estabelecerá um índice para cada categoria, demonstrando de forma comparativa, a performance de cada parlamento e cada programa de educação política a partir de critérios objetivos.

No caso dos sites dos parlamentos foram formuladas seis categorias de índices sobre a disponibilização de dados. Buscou-se, primeiramente, conteúdos que apresentassem:

- 1) noções básicas sobre os parlamentos;
- 2) conteúdo para públicos específicos;
- 3) formatos de mídia ofertados de conteúdo educativos;
- 4) ferramentas de conhecimento avançado;
- 5) conteúdo educativo em espaços noticiosos;
- 6) presença das casas legislativas nas redes sociais digitais.

---

<sup>23</sup> Na planilha de coleta de dados, juntamente com o número 1 que registra a existência do item no site, foi colocado o endereço da página para facilitar a verificação posterior, ou replicação do procedimento.

Ao todo, são 43 subcategorias que formam os seis índices de maneira distinta e um índice geral com a média deles.

O mesmo procedimento de coleta de dados foi realizado para o levantamento das características de sites de programas de parlamento jovem. Para isso, foram avaliadas sete categorias de informações que tratam:

- 1) do espaço dado ao PPJ no site da casa legislativa;
- 2) das informações das ferramentas de educação política do PPJ;
- 3) dos conteúdos educativos sobre democracia e poder legislativo disponibilizados;
- 4) da protagonização dos atores envolvidos e maneiras de interação do PPJ;
- 5) das informações noticiosas e de sensibilização ao PPJ e ao público-alvo;
- 6) dos formatos de mídia ofertados de conteúdo educativos;
- 7) da presença do PPJ nas redes sociais on-line;
- 8) das formas de contato disponíveis no website.

Ao todo, são 53 subcategorias, que formam os sete índices, e a média entre eles, um índice geral.

Mesmo com a elaboração dos índices citados, entendeu-se que somente eles não dariam conta de contribuir com o campo como desejado. Dessa forma, a análise de conteúdo também utilizou-se de técnica qualitativa para a avaliação das principais ferramentas educativas on-line, tanto pela casa legislativa, quanto pelos programas de parlamentos jovens.

Considerando que se trata de um conteúdo educativo a ser analisado, encontrou-se em Bogdan e Biklen (1994), na obra ‘Investigação Qualitativa em Educação’, argumentos que demonstram a necessidade da análise de conteúdo, não se limitando apenas nos índices mencionados anteriormente, mas sim, discorrendo sobre as descobertas.

Os autores apontam cinco características para uma investigação qualitativa. A primeira delas aponta que o ambiente natural é a fonte direta para essa modalidade de dados. Nesse trabalho, esse ambiente seria a interface on-line e os dados disponibilizados para a análise.

Além disso, o segundo fator define essa modalidade de pesquisa como descritiva, de forma que os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números. Segundo Bogdan e Biklen (1994), nesse tipo de estudo, é importante uma narrativa com riqueza de detalhes, em uma forma minuciosa de explicar o que está sendo analisado.

Na terceira característica, Bogdan e Biklen (1994) ressaltam que a investigação interessa-se mais pelo processo em si do que pelos resultados ou produtos. O que se encaixa com a intencionalidade de realizar também uma análise de conteúdo descritiva dos sites, pelo

fato de suas especificidades encontradas nem sempre serem mensuráveis em uma análise numérica.

Sendo assim, na quarta característica, entende-se que a análise ocorre de forma indutiva, pois as abstrações são construídas à medida que os dados são recolhidos e vão se agrupando. Enquanto, como quinto fator, está a aplicabilidade dos dados levantados para a vida das pessoas e a conjectura em que a investigação é realizada.

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção / recepção destas mensagens. (BARDIN, 1979, p. 42).

Minayo (2007) entende a Análise de Conteúdo como técnica de tratamento de dados que possui a mesma lógica das metodologias quantitativas, uma vez que busca a interpretação cifrada do material de caráter qualitativo.

Para a análise dessa fase da pesquisa, foram avaliadas as mesmas categorias dos índices, porém sob uma perspectiva de desdobramentos descritivos analíticos. Para uma maior riqueza de detalhes e visualização facilitada na leitura, optou-se pela inserção de imagens das páginas estudadas. Primeiramente para ficar mais claro para o leitor do que está sendo abordado, mas também para demonstrar as diferenças dos elementos apresentados e com a imagem da página inserida no texto, evitar análises equivocadas em virtude de alterações futuras, nos sites realizadas por seus administradores.

Além disso, no tocante à metodologia qualitativa, foi efetuada uma análise comparativa das diferentes experiências de educação política nos parlamentos digitais através das seguintes categorias, visando a compreensão se as ferramentas educativas on-line dão conta de:

- 1) elucidar sobre a importância do parlamento;
- 2) explicar como o referido parlamento interfere na vida do internauta;
- 3) estimular o aprendizado sobre a atividade parlamentar em diversas faixas etárias, respeitando suas especificidades; e
- 4) oferecer a oportunidade de aprofundamento no conteúdo.

Por outro lado, na análise dos programas de parlamento jovem, as categorias comparam se as ferramentas educativas on-line atendem as expectativas de:

- 1) apresentar uma noção prática ou de vivência de atuação parlamentar;
- 2) possibilitar interação e participação on-line;

- 3) prestar suporte de maneira adequada para a seleção e participação presencial (estudantes e professores); e
- 4) utilizar da experiência presencial para gerar conteúdo educativo e de engajamento no âmbito on-line.

Ao final da explanação de cada conjunto de ferramentas, tanto das casas legislativas, como dos parlamentos jovens, foram elaborados quadros explicativos com as categorias propostas e as principais características que exemplificam o cumprimento ou não, para mais fácil compreensão do leitor.

Além dos quadros de maneira a sistematizar cada site de programa e site de parlamento jovem, ao fim, foram elaborados quadros comparativos entre as ferramentas digitais. Foram comparadas categorias como a interação, a participação dos professores, a descentralização do programa presencial, a forma de seleção, a influência das instituições escolares no processo, a deliberação através dos jovens, a divulgação através dos estudantes e o debate final.

Em um segundo momento, comparou-se a periodicidade destas iniciativas divididas em ‘Constantes’, que acontecem sem datas pré-definidas em cronograma, e as ‘Periódicas’ que contam com um calendário anual específico durante o ano/edição de realização.

E por fim, foi realizada a comparação das principais ferramentas educativas, exclusivamente, on-line encontradas nos sites dos parlamentos e também dos programas de parlamento jovem. Nessa fase pesquisa entende-se os níveis de aprendizado da seguinte maneira:

QUADRO 3 – Níveis de educação política a partir de parlamentos

Nível	Níveis de compreensão
Básico	Informação sobre temas legislativos ou de assunto público por meio de um artigo, texto informativo, matéria jornalística, vídeo curto, animação curta, visita virtual, jogos, histórias em quadrinhos e uma palestra on-line. Para esse formato de iniciativa, o usuário não necessita ter um conhecimento prévio mínimo sobre o parlamento.
Intermediário	Cursos com uma carga horária maior, realizado em mais de uma etapa. Esses cursos podem ser disponibilizados nas plataformas on-line com tutoria ou autoinstrucionais, também pode ser considerada a experiência de simulação de parlamento no aspecto presencial ou ainda outras modalidades de formações educativas de média duração digitais ou presenciais. Para esse formato de iniciativa, o usuário deve ter um conhecimento mínimo prévio sobre o parlamento.
Avançado	Cursos de longa duração, que podem ser on-line ou presenciais, bem com lato ou stricto sensu. Para esse formato de iniciativa, o usuário deve ter um conhecimento intermediário prévio sobre o parlamento.

FONTE: O autor (2022).

QUADRO 4 – Resumo da estratégia metodológica

<b>Metodologia</b>	<b>Coleta, análise de dados e resultados</b>
Análise Documental (sites, planilhas e relatórios)	Buscou-se entender o formato dos programas de parlamentos jovens que fazem parte do objeto desse estudo. A análise documental efetuou um levantamento de dados históricos e operacionais, através das informações contidas nos sites das iniciativas. Além disso, em contato com a coordenação dos programas, analisou fontes como planilhas e relatórios tendo acesso a informações quantitativas que auxiliaram apresentar um perfil de cada modelo de parlamento jovem estudado.
Análise de Conteúdo (Quantitativa)	Através de critérios objetivos, foi realizada uma análise de conteúdo baseada em técnica utilizada por Leston-Bandeira (2009) para a criação de índices em seis categorias para ferramentas educativas existentes dos sites dos parlamentos, em oito categorias em cada PPJ, somando 96 itens, de modo a possibilitar comparações entre variáveis.
Análise de Conteúdo (Qualitativa)	De maneira complementar às técnicas anteriores, foi realizada análise de conteúdo de forma qualitativa, em um mapeamento descritivo-analítico das ferramentas educativas constantes nos sites dos parlamentos, além dos programas de parlamentos jovens. Nessa fase da pesquisa, foram destacadas quatro categorias de análise para entender se objetivos fundamentais são atendidos com as ferramentas existentes.

FONTE: O autor (2022).

#### 4 OS PARLAMENTOS JOVENS ESTUDADOS E SUAS ESPECIFICIDADES ENQUANTO EXPERIÊNCIAS PRESENCIAIS

Este capítulo tem como objetivo realizar uma caracterização do objeto de pesquisa e, dessa forma, situar o leitor para as especificidades de cada programa de parlamento jovem que será estudado nesse trabalho. O entendimento de cada experiência presencial tem sua importância para a compreensão dos capítulos seguintes, quando será avaliado o que os sites desses programas têm para oferecer em relação à educação política.

Para isso, foi usada a análise documental para o levantamento de dados históricos e operacionais do programa presencial, através das informações disponibilizadas nos sites das iniciativas e em bibliografia específica. Essa etapa analisa também a participação dos jovens no decorrer dos anos, a diferença na participação de acordo com a região ou estado, os interesses futuros desses jovens, os interesses em participar do programa, entre outros assuntos, por meio da análise de planilhas e relatórios fornecidos pela própria iniciativa.

Segundo Leston-Bandeira (2007), os fatores institucionais fornecem o contexto para entender até que ponto os processos das tecnologias digitais de comunicação estão afetando as funções do parlamento, bem como, que o contexto off-line também inclui outros fatores dinâmicos, que, muitas vezes, explicam a forma como essas tecnologias têm sido implementadas no parlamento.

Os fatores institucionais não precisam ser levados em conta toda vez que se avalia o uso da Internet pelo parlamento. No entanto, o contexto institucional precisa ser integrado à análise da relação entre os parlamentos e a Internet, pois fornece as pistas que podem explicar porque ferramentas específicas (como os sites pessoais dos parlamentares) estão sendo usadas de maneiras diferentes. [...] Os fatores institucionais são muitas vezes a variável independente que pode explicar algumas das diferenças encontradas no uso das TIC. (LESTON-BANDEIRA, 2007, p. 666, tradução nossa<sup>24</sup>).

Em virtude disso, esse estudo fez um levantamento das características institucionais, no que tange ao funcionamento do programa de parlamento jovem para uma melhor compreensão das tecnologias digitais de comunicação que são o objeto dessa pesquisa.

---

Texto original: <sup>24</sup> The institutional factors do not need to be taken all into account every time the use of the Internet by parliament is being assessed. However, the institutional context does need to be integrated into the analysis of the relationship between parliaments and the Internet, as it gives the clues that may explain why specific tools (such as MPs' personal websites) are being used in different ways. [...] The institutional factors are often the independent variable that could explain some of the differences found in the use of ICT.

#### 4.1 EXEMPLOS DE PARLAMENTOS JOVENS NA EUROPA

Em uma premissa comparativa de experiências de educação política oriunda de parlamentos é de grande importância estabelecer conexões com os modelos de estudos a serem comparados. Missira (2019) aponta um aumento significativo da participação no processo eleitoral da União Europeia, registrando um recorde de 50,5% de adesão as urnas, atingindo o nível mais alto dos últimos 20 anos.

De acordo com ela, mesmo assim, ainda não foi atribuído ao debate sobre a educação cívica, a importância que deveria a nível europeu e que os cidadãos continuam alheios à vida democrática. Missira (2019) salienta que a educação cívica tem como função a construção de uma identidade europeia. Ela cita o relatório da Comissão Europeia de 2017 que fala sobre a monitorização da educação e da formação.

[...] dada a recente onda de populismo e extremismo na Europa, [...] os Estados-Membros da UE introduziram recentemente políticas para garantir que as crianças e os jovens adquiram competências sociais e interculturais e competências de cidadania. As medidas políticas para melhorar as capacidades da educação, para responder aos desafios sociais foram introduzidas principalmente no nível primário e secundário. (EUROPEAN COMMISSION, 2017 *apud* MISSIRA, 2019, p. 63, tradução nossa<sup>25</sup>).

Missira (2019) reconhece o impacto atual dos programas europeus, nos países da UE e aponta que a região conta com potencial suficiente para ações de maior alcance. Porém, salienta que o desafio para a Europa é aproveitar essa força e ampliar o contato com o público em geral, adotando novas abordagens fora e dentro do ambiente escolar. Segundo ela, o déficit democrático ainda é um grande problema da Europa e resulta em um fenômeno do euroceticismo<sup>26</sup>, que lamentavelmente promove o desenvolvimento da intolerância, da violência, do racismo, da intimidação social e das violações dos direitos humanos. Para a autora, um maior entendimento e engajamento público poderia diminuir esse cenário negativo.

Essa relação possível entre as dinâmicas internas parlamentares e o engajamento público também é apontado por Mitozo (2021) no estudo comparativo dele sobre as práticas institucionais de desenvolvimento de mecanismos de e-participação nos legislativos do Brasil e do Reino Unido. De acordo com ela, ações comunicacionais auxiliam a reduzir uma distância

---

Texto original: <sup>25</sup> [...] given the recent wave of populism and extremism in Europe, [...] EU Member States have recently introduced policies to ensure that children and young people acquire social and intercultural skills and citizenship skills. Policy measures to enhance the capabilities of education to respond to social challenges have been introduced primarily at the primary and secondary level” (EUROPEAN COMMISSION, 2017).

<sup>26</sup> Relutância e falta de confiança à integração europeia.

histórica entre mandantes e mandatários no exercício da democracia e, tanto no modelo brasileiro como no britânico, há um grande esforço institucional para essa aproximação entre os representantes e os representados, como será visto no decorrer dessa pesquisa.

No âmbito europeu serão utilizadas como amostras, experiências de parlamentos jovens e suas especificidades, através do Programa Euroscola, do Parlamento Europeu, por Estrasburgo e pelo do Gabinete do PE em Portugal. O Parlamento Juvenil do Reino Unido realizado pelo Conselho Britânico da Juventude, em parceria com o Parlamento do Reino Unido e o Parlamento dos Jovens, realizado pela Assembleia da República Portuguesa, em parceria com o governo português.

#### 4.1.1. O Euroscola – Parlamento Europeu

O programa foi criado em 1990 e já recebeu milhares de estudantes, com idades entre 16 e 18 anos, de todos os 27 Estados Membros da União Europeia<sup>27</sup>. O modelo de prática educativa, em formato de simulação de parlamento, consiste em levar um grupo de estudantes, de diversas escolas da Europa, para passar um dia em Estrasburgo, na França, e atuarem como membros (deputados) do Parlamento Europeu.

Dessa forma, enquanto deputados europeus, esses jovens têm a oportunidade de discutir assuntos relevantes, bem como entender como são tomadas de decisões da UE, através de debates no hemiciclo, que também conhecemos por plenário, negociando com os seus colegas e deliberando em votação resoluções sobre questões europeias atuais, de modo simulado. Por ano são realizadas 12 sessões em Estrasburgo com grupos diferentes de jovens.

De acordo com o site do Euroscola, a iniciativa dá aos estudantes a oportunidade de interagir e trocar informações em uma língua estrangeira e destaca a importância da cooperação intercultural. Além disso, os alunos têm a possibilidade de apresentar a escola de onde vieram e a região de onde são originários, o que proporciona uma maior diversidade que enriquece o diálogo cultural e integrador no âmbito europeu.

Mesmo o Programa Euroscola contando com mais de 30 anos de existência, Leston-Bandeira (2014) aponta que, desde o início dos anos 2000, através do Tratado de Lisboa, o Parlamento Europeu entendeu o engajamento público como prioridade fundamental para a

---

<sup>27</sup> A União Europeia é formada pelos seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, República Tcheca, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Roménia e Suécia. O Reino Unido fez parte da UE até o final de 2020.



entidade, intensificando as ações nesse sentido. Segundo a autora, a gestão da imagem da instituição e a atividade de engajamento público, mesmo sendo um aspecto particularmente desafiador, pelo atual contexto, assumiu protagonismo ainda maior, conferindo mais visibilidade ao Parlamento, o que, por sua vez, trouxe uma maior responsabilidade para a comunicação da instituição.

Esse compromisso destaca-se justamente pela dificuldade de entendimento do trabalho do Parlamento Europeu frente a própria miscelânea cultural dos países que compõem a União Europeia. Leston-Bandeira (2014) apresenta três características importantes para que o trabalho do Parlamento Europeu nem sempre seja bem interpretado pela população da Europa.

Primeiramente, a pesquisadora aponta o excesso de exposição. A transparência da instituição, por mais que seja uma prática salutar no âmbito democrático, evidência não apenas os parlamentares, mas também a instituição, tanto de maneira positiva, quanto negativa, dentro do processo de tomada de decisão e gerenciamento, mesmo que indiretamente, de recursos públicos.

Devido a essa exposição, a maior visibilidade leva a desafios adicionais para manter, o que Leston-Bandeira define como segunda característica, a legitimidade, que frequentemente é contestada pela própria população. Devido a isso, duas questões dessa característica podem ser prevenidas ou mesmo remediadas por iniciativas educadoras para a população.

Os parlamentos combinam uma série de características que os tornam instituições particularmente difíceis de defender. Num contexto de discurso público que reforça a ideia de apatia do eleitor e desconfiança dos políticos, e onde os parlamentos passaram a personificar tudo o que há de ruim na política, mas também se tornaram uma instituição-chave para defender (Flinders, 2010; Flinders e Kelso, 2011; Riddell, 2011). Porém, o fato de serem instituições altamente visíveis, responsáveis e coletivas torna-as instituições particularmente vulneráveis em termos de imagem pública, o que tem consequências no desenvolvimento das atividades de engajamento público. (LESTON-BANDEIRA, 2012, p. 421, tradução nossa<sup>28</sup>).

Já a terceira característica é a falta de identidade do cidadão comum com o parlamento devido a questões da pluralidade de entendimentos ocasionados pela diversidade de realidades representadas entre os 27 países que compõem a UE. Essas diferenças regionais, culturais e ideológicas são fatores que também geram o desentendimento na representação e que mobiliza de maneira fragmentada a opinião pública da população envolvida.

---

Texto original: <sup>28</sup> Parliaments combine a number of characteristics that make them particularly difficult institutions to defend. In a context of public discourse that reinforces the idea of voter apathy and mistrust of politicians, and where parliaments have come to personify all that is bad about politics, they have also become a key institution to defend (Flinders, 2010; Flinders and Kelso, 2011; Riddell, 2011). But the fact that they are highly visible, accountable and collective institutions make them particularly vulnerable institutions in terms of public image, which has consequences into the development of public engagement activities.

Esse fator, por si, é totalmente pertinente para a existência da democracia, no entanto, no aspecto da imagem institucional, por vezes, o fórum dessas diferentes facções pode competir ou até macular com a imagem da própria entidade representativa.

Isso não é nenhuma virtude específica da União Europeia, considerando que esses mesmos fatores incidem no cenário das instituições parlamentares no Brasil. No entanto, Leston-Bandeira (2014) aponta que, para além destas três características, o Parlamento Europeu conta com uma singularidade que torna a instituição particularmente difícil de defender.

É também um parlamento multilíngue em um nível único, onde o idioma de cada estado membro deve ser representado. Isso significa trabalhar diariamente com 23 línguas oficiais, com a tradução de todos os documentos parlamentares para essas línguas, mas também com a interpretação dos procedimentos parlamentares para essas línguas. Cada deputado tem o direito de falar na sua própria língua, todos os cidadãos da UE têm o direito de dialogar com o Parlamento na sua própria língua. O multilinguismo do PE tem um impacto considerável em tudo o que o Parlamento faz (Corbett *et al.*, 2011, pp. 41-48), não apenas politicamente, mas também organizacionalmente, levantando desafios e imprevistos em outros parlamentos europeus. (LESTON-BANDEIRA, 2014, p. 423, tradução nossa<sup>29</sup>).

Justamente por esses fatores, conquistar o engajamento público é percebido como particularmente importante para o Parlamento Europeu.

Em relação ao funcionamento do Euroscola, cada Gabinete de Informação do Parlamento Europeu é responsável pelo processo de seleção através de concursos no seu Estado-Membro. A seleção para participar do referido programa difere entre os países integrantes da União Europeia e é organizado pelo Gabinete do Parlamento Europeu de cada nação. O Gabinete de Portugal do PE, que será estudado nessa pesquisa, por sua vez, realiza a triagem em parceria com a Assembleia da República de Portugal, juntamente com o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), do Poder Executivo.

De acordo com o site do IPDJ, o programa é dirigido para estudantes do ensino secundário e consiste na simulação do trabalho dos deputados e deputadas no Parlamento Europeu. O site cita como fase inicial a seleção efetuada para o programa nacional Parlamento dos Jovens, contendo a primeira fase do concurso na sessão distrital ou regional, seguindo para uma sessão nacional e, por fim, na Assembleia da República.

---

Texto original: <sup>29</sup> It is also a multilingual parliament to a unique level where each member state's language must be represented. This means working daily with 23 official languages, with translation of all parliamentary documents into these languages but also interpreting of parliamentary proceedings into those languages. Every MEP is entitled to speak in their own language, all EU citizens are entitled to engage with the Parliament in their own language. The EP's multilingualism has considerable impact on everything the Parliament does (Corbett *et al.*, 2011, p. 41-48), not only politically but also organizationally, raising considerable challenges unforeseen in other European parliaments.

O Programa Euroscola tem início no mês de janeiro, com uma sessão distrital, na qual é escolhida uma instituição de ensino para participar da sessão nacional. Entre os vencedores do concurso na sessão nacional, são definidos os estudantes para participarem da iniciativa do Parlamento Europeu.

Os escolhidos a irem para em Estrasburgo devem ter a devida preparação a ser conduzida pelas escolas, que inclui conhecimentos sobre o processo legislativo europeu e as áreas de formulação de políticas da União Europeia, e ainda devem passar por uma familiarização com tópicos que dizem respeito à visão dos participantes sobre o futuro da UE.

No Programa, os estudantes têm oportunidade de entenderem o funcionamento das instituições europeias, discutirem a democracia, os direitos fundamentais, os valores europeus e exprimirem as suas opiniões pessoais sobre as decisões tomadas a nível da União Europeia. Além disso, têm a oportunidade de vivenciar de maneira simulada a tomada de decisões da UE na forma de um Parlamento Europeu da Juventude multilíngue.

Nas sessões realizadas no hemiciclo<sup>30</sup>, o Euroscola permite uma experiência de debate, negociação, a tomada de partido sobre os assuntos, em criar emendas para as proposições, votar e adotar resoluções sobre verdadeiras questões europeias.

Em 2020, a partir do mês de março, todas as sessões do Euroscola foram canceladas devido a pandemia da Covid-19. Já em novembro do mesmo ano, Euroscola On-line<sup>31</sup> foi criado para ser um evento juvenil interativo, oportunizando, mesmo a distância, que milhares de jovens participem e se envolvam.

Considerando o mesmo pedido de informações enviado por e-mail para os demais programas estudados, em relação ao Euroscola a indagação deu-se para a sede do Parlamento Europeu de Estrasburgo, na França, por ser o espaço a ser visitado na iniciativa e onde ocorre a imersão no formato legislativo em âmbito europeu. Dessa forma, acreditou-se que dados mais gerais poderiam ser obtidos.

Não foi informado de maneira quantitativa as escolas que participaram da iniciativa, por país, entre o período de 2011-2021 como solicitado. Porém, foi respondido que estão aptas a participar escolas secundárias, escolas profissionais e outras escolas de nível secundário da União Europeia.

Além disso, o retorno dado destacou a extensão do Programa pelo Euro-medscola, em que escolas secundárias, escolas profissionais e outras escolas secundárias de países

---

<sup>30</sup> Um hemiciclo é uma câmara de debate semicircular ou em forma de ferradura, onde os deputados sentam-se para discutir e aprovar legislação.

<sup>31</sup> Atualmente estão em funcionamento o Euroscola presencial, mas também a versão on-line.

mediterrânicos também tiveram a oportunidade de, junto com os estudantes de 27 países europeus, de ver em funcionamento o Parlamento Europeu, em Estrasburgo. O Euro-medscola foi realizado até o momento em duas edições, uma em 2008 e outra em 2011. Segundo uma notícia sobre o assunto no site do PE<sup>32</sup>, a edição de 2011 contou com a participação de estudantes de países como Albânia, Argélia, Croácia, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Palestina, Marrocos, Mauritânia, Tunísia e Turquia.

O Euroscola contempla ainda estudantes de países que já foram da União Europeia, bem como daqueles países que são candidatos a membros da União Europeia. A participação das escolas acontece através de grupos de 24 alunos e dois professores. Participantes suplementares são aceitos, mas não recebem subsídio financeiro para o deslocamento para a visita em Estrasburgo. Além disso, o site da iniciativa explica que em cada Euroscola existe no máximo um grupo de cada país.

De acordo com os dados enviados pelo Euroscola, através de um infográfico, de 1990 a 2020 mais de 40 mil turmas participaram do programa todos os anos, somando mais de 150 mil estudantes que passaram pelo PE em Estrasburgo. O que representa, de acordo com o material, cerca de 10 mil estudantes por ano, sendo 480 por sessão do Euroscola.

Esse mesmo infográfico mostra a escalada da participação jovem juntamente com o maior nível de adesão dos países na União Europeia, desde quando tinha apenas 12 países na década de 1990, como desde 2007, com 27 países compondo o bloco.

O Euroscola informou que em 2020, nos meses de janeiro e fevereiro, participaram 3.500 alunos e 300 professores, mas devido a pandemia suspendeu suas atividades. O retorno ocorreu em novembro do mesmo ano, quando registrou nos dois últimos meses a participação de aproximadamente 5 mil pessoas, incluindo os professores. Já em 2021, também devido a pandemia, o Euroscola foi realizado apenas no formato remoto, contabilizando mais de 18 mil pessoas entre estudantes e professores.

De acordo com o programa, a participação dos professores costuma ser maior que o permitido, porém, na inscrição eram contabilizados somente dois em virtude do subsídio destinado para despesas de viagem dos grupos para Estrasburgo. Já em relação ao sistema eletrônico, no período de pandemia, não existia esse controle e por conta disso foi registrada uma participação maior dos professores.

---

<sup>32</sup> Estudantes da EuroMedScola substituindo MEPs por dois dias. Tradução automática do Google Chrome. <<https://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/society/20111111STO31290/euromedscola-students-replacing-meps-for-two-days>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Sobre uma participação mais efetiva dos jovens na formulação de projetos ou temas de discussão, o Programa informou que o Euroscola é um jogo educativo, de modo que explica o funcionamento do PE por meio de uma simulação do dia de um deputado do Parlamento Europeu. O mesmo foi respondido quanto a outras propostas legislativas originadas pelos jovens parlamentares que pudessem inspirar normas ou resoluções por parte do PE. Segundo o retorno dado, as discussões no dia da Eurocola não pretendem produzir propostas legislativas diretas.

Sobre o perfil dos participantes do Euroscola, o retorno fornecido demonstrou que não há, por parte do Parlamento Europeu de Estrasburgo, o interesse em coletar informações pessoais dos participantes do Programa.

Dessa forma, os dados que poderiam compor a pesquisa de modo substancial foram respondidos como “*no information*”, como no quantitativo de jovens do sexo masculino ou feminino, cursos superiores preferenciais dos participantes, se os jovens participam de outros projetos de educação para a cidadania, se participam em projetos sociais em sua comunidade ou se tem interesse em atuar em atividade partidária. Para todos esses questionamentos a resposta foi a mesma “*we do not collect personal information*”<sup>33</sup>.

Em relação ao perfil dos participantes do Euroscola, a informação mais precisa que foi passada diz respeito à idade dos participantes, que é de 15 a 19 anos, sem uma média de participação por idade, como também que são alunos apenas do ensino médio.

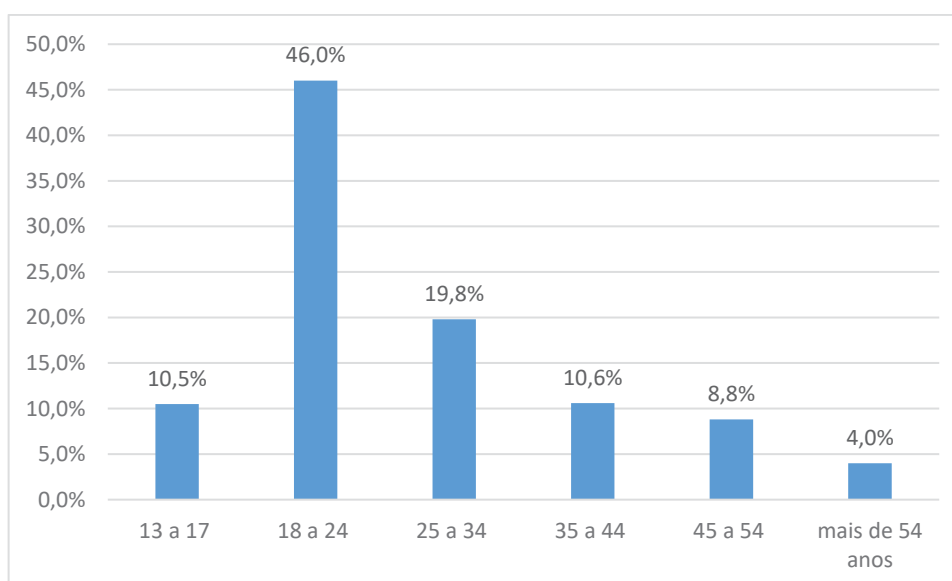
Sobre os dados do site e redes sociais na internet, foram solicitadas informações sobre a evolução das páginas do Euroscola de 2011-2021. De acordo com o Programa, o Euroscola está presente no Facebook desde setembro de 2011, no Instagram desde dezembro de 2014 e Youtube desde março de 2015.

De acordo com os dados cedidos, o acesso nessas páginas é predominantemente do público jovem, com seguidores vindos de toda a Europa, chegando a mais de 56% de pessoas até 24 anos. O GRÁFICO 1 traz o levantamento dos seguidores dos perfis do Euroscola divididos em faixas etárias. Os dados fornecidos sobre as redes sociais foram levantados em fevereiro de 2022.

---

<sup>33</sup> Não coletamos informações pessoais (tradução nossa).

GRÁFICO 1 – Seguidores por faixa etária nas redes sociais do Euroscola, em 2021



FONTE: Euroscola Estrasburgo / Parlamento Europeu.

O Euroscola também enviou dados referentes ao gênero dos seguidores, com atualmente 63% do sexo feminino e 36% do sexo masculino. Ainda de acordo com o programa, a quantidade de curtidas e interações acontecem de maneira diária em todas as plataformas, com picos em períodos próximos e durante os eventos.

A segunda parte do levantamento de dados do Euroscola deu-se através do Gabinete Português do Parlamento Europeu. Parte das informações foram obtidas em visita *in loco* feita pelo autor desse trabalho, em Lisboa, no ano de 2017, em que além de entrevistar a coordenadora do Euroscola em Portugal, teve acesso ao Relatório do Euroscola – Portugal Europeu 2015.

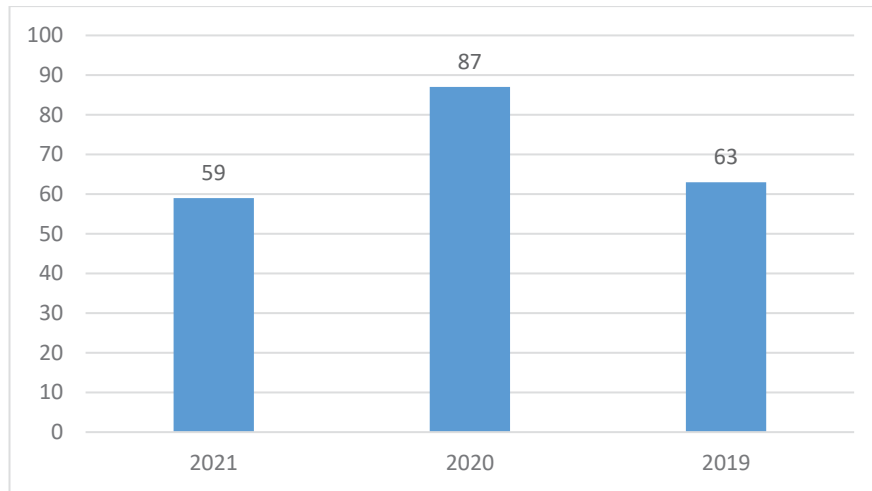
Além desse contato com o gabinete, em 2022, buscando atualizar os dados, foi enviado um e-mail para a coordenação da iniciativa, que orientou que fosse procurado o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), que era o responsável pela organização do Euroscola em Portugal, sob a supervisão do PE. Além da versão atualizada do regulamento do Programa, foi enviado um Relatório de 2021. Dessa forma, serão apresentados nesse estudo dados de 2015 e 2021.

Na sessão nacional em Portugal, realizada em 2020, estiveram representadas 18 escolas, sendo 16 do continente; uma dos Açores e um da Ilha da Madeira, somando um total de 36 alunos. O Relatório do Euroscola 2021, produzido pelo IPDJ, apresenta um levantamento da participação portuguesa no Euroscola, entre os anos de 2019 e 2021.

Em 2021, a fase Distrital / Regional do Euroscola contou com 59 instituições de ensino, 1.475 estudantes nas escolas e 118 alunos na Sessão Distrital. Em 2020, participaram

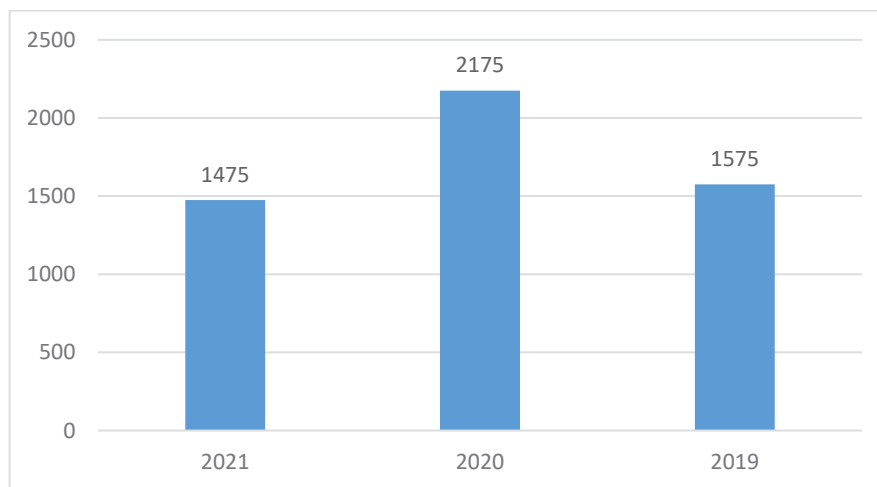
87 escolas, com 2.175 estudantes na fase local e 174 na Sessão Distrital. Já em 2019, aderiram 63 escolas, com a participação de 1.575 alunos nas instituições de ensino e 128 estudantes na Sessão Distrital. Como demonstram os GRÁFICOS 2 e 3.

GRÁFICO 2 – Escolas participantes na 1ª fase do Euroscola, entre 2019 e 2021, em Portugal



FONTE: Relatório Euroscola / IPDJ 2021.

GRÁFICO 3 – Participação dos estudantes na 1ª fase do Euroscola, entre 2019 e 2021, em Portugal



FONTE: Relatório Euroscola / IPDJ 2021.

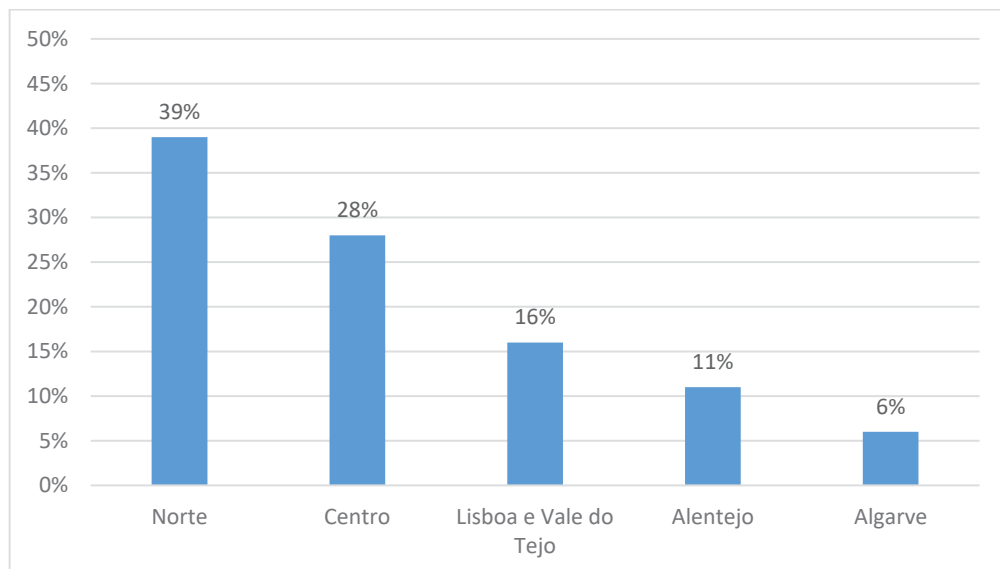
O Relatório aponta a queda de participantes no ano de 2021. De acordo com o documento, o decréscimo de interessados pode ter ocorrido devido a uma saturação dos alunos participantes em ações via on-line, que se avolumaram em 2020, juntamente com as aulas, o que possibilita levar a algum desinteresse na participação remota. Fenômeno esse que não aconteceu no ano de 2020, visto ser ainda uma situação recente e com os primeiros processos de inscrição e seleção efetuados ainda de maneira presencial.



Igualmente, a suspensão no ano de 2020 do Programa Parlamento dos Jovens, com o qual o Euroscola, habitualmente, segue a par, e muitas vezes com os mesmos alunos participantes em ambos os Programas, também se verificou aí muitas desistências de escolas e conseqüentemente de alunos, algo que muito provavelmente se refletiu neste Programa. Por fim, uma nova plataforma informática do IPDJ, que assume uma base de dados única, complexifica a submissão de candidaturas, terá também tido algum efeito negativo em alguns professores menos propensos à inovação digital, não tendo por isso concluído a candidatura. (RELATÓRIO DO PROGRAMA EUROSCOLA, 2021, p. 6).

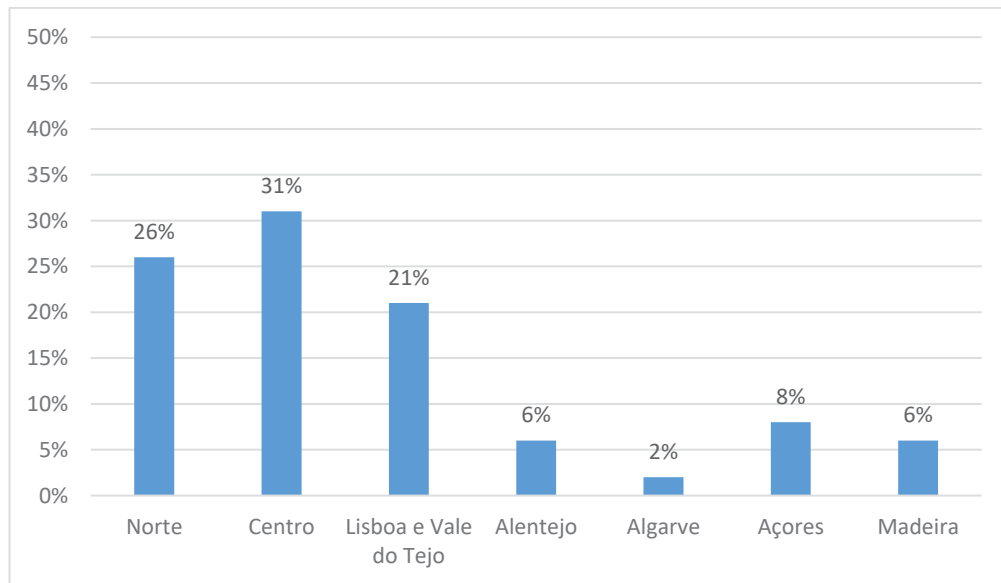
O Relatório 2021 apresentou um comparativo entre as regiões portuguesas (GRÁFICOS 4, 5 e 6) no que diz respeito a participação dos jovens na primeira fase e segunda. Esse estudo pondera que a primeira fase é o momento espontâneo de adesão do estudante, considerando que as outras fases dependerão do desempenho do participante frente aos demais, que concorrem entre si pelas vagas para a sessão distrital e por consequência a nacional.

GRÁFICO 4 – Participação no Euroscola por região de Portugal, em 2019



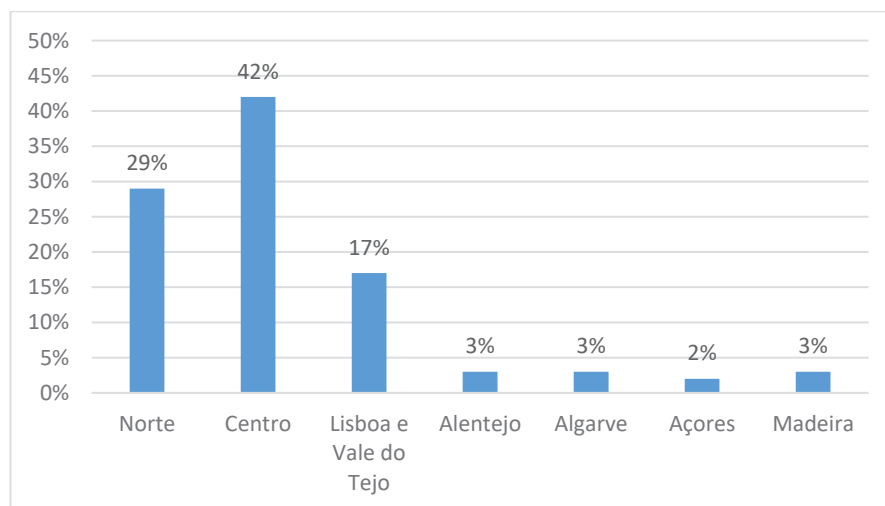
FONTE: Relatório Euroscola / IPDJ 2021.

GRÁFICO 5 – Participação no Euroscola por região de Portugal, em 2020



FONTE: Relatório Euroscola / IPDJ 2021.

GRÁFICO 6 – Participação no Euroscola por região de Portugal, em 2021



FONTE: Relatório Euroscola / IPDJ 2021.

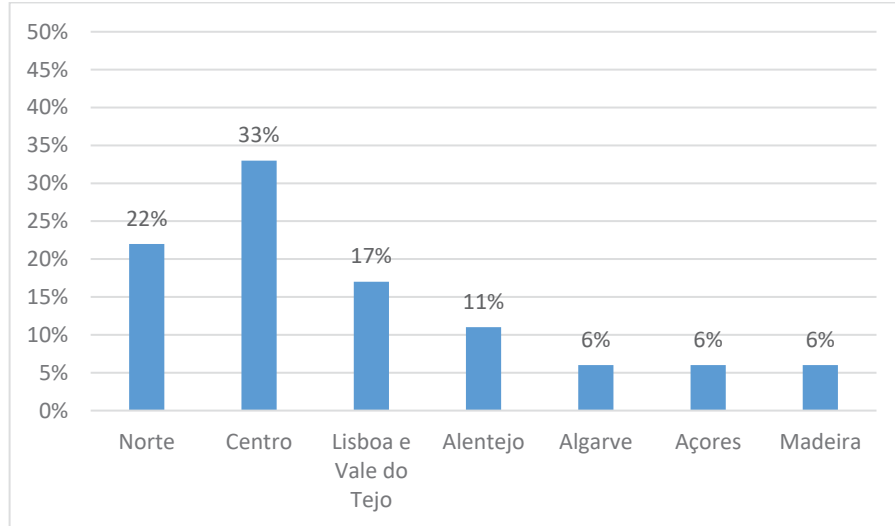
As regiões<sup>34</sup> Norte e Centro disputam entre si qual conta com mais inscritos e selecionados para a Fase Distrital, chegando à região Norte a 39% dos participantes em 2020 e a região Centro a 42% em 2021. A região da capital Lisboa e do Vale do Tejo, mantém uma média de 18% entre os anos analisados.

Quanto aos estudantes que chegaram à Sessão Nacional, em 2021 foi registrado 22% dos selecionados da região Norte, 33% da região do Centro, 17% de Lisboa e Vale do Tejo,

<sup>34</sup> Informações mais detalhadas sobre as regiões de Portugal estão à disposição do leitor na explanação sobre o Parlamento dos Jovens.

11% do Alentejo, 6% de estudantes dos Açores e 6% de estudantes da Madeira, como demonstrado no GRÁFICO 7.

GRÁFICO 7 – Participação no Euroscola por região de Portugal, em 2021, na Sessão Nacional



FONTE: Relatório Euroscola / IPDJ 2021.

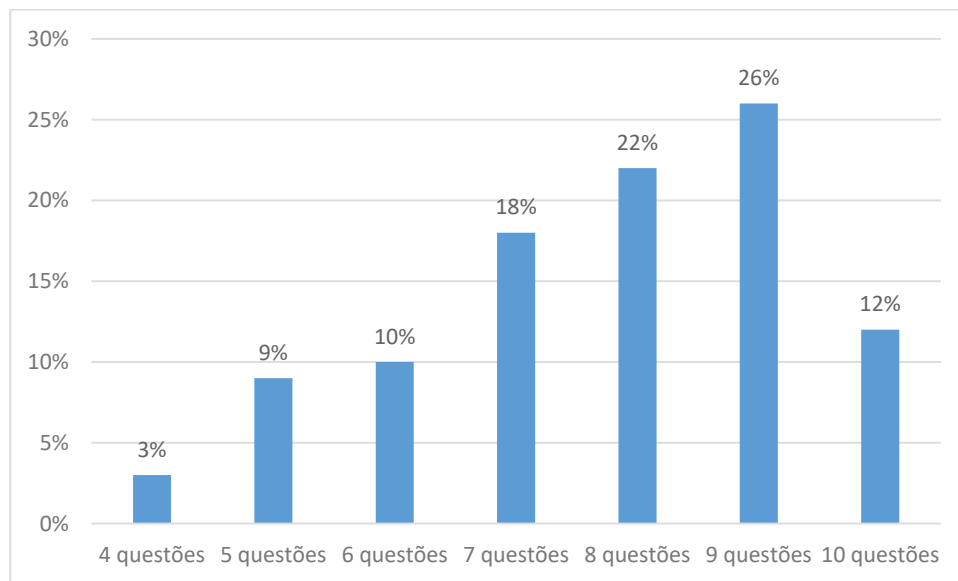
O Relatório 2021 pontua que a terceira fase concluiria o Programa com o deslocamento dos alunos das três escolas mais bem classificadas na sessão nacional para Estrasburgo, com cerca de 75 alunos. No entanto, a Sessão Europeia de 2021 também aconteceu em versão digital, estando impedidos voos para Estrasburgo, devendo ser constituído um seminário on-line ministrado pelos serviços do Parlamento Europeu.

No Euroscola 2021 tiveram direito à viagem ao PE em Estrasburgo o Agrupamento de Escolas Maia, da cidade do Porto, na região Norte, que ficou em 1º lugar; seguida pelo Colégio de São Teotónio, de Coimbra, da região Centro; e do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco, da cidade de Braga.

No relatório de 2015, foi aplicado um questionário para medir o nível de aproveitamento do conhecimento obtido com a experiência do Euroscola de Portugal, para os 321 participantes. O *survey* de múltipla escolha, com três alternativas para cada resposta, teve como objetivo avaliar conhecimentos gerais sobre a União Europeia, bem como sobre o papel e o funcionamento das instituições.

De acordo com o Relatório, apenas 12% acertaram todas as 10 questões; 26,23% obtiveram 9 respostas certas; 22% acertaram 8 respostas; 18,50% somaram 7 respostas certas; 9,97% acertaram 60% das questões; 8,50% erraram metade do questionário; e 2,8% conseguiram acertar somente 4 respostas.

GRÁFICO 8 – Nível de acertos entre os 321 jovens que responderam ao questionário aplicado sobre questões do Euroscola 2015



FONTE: Relatório IPDJ 2015.

O estudo aponta que se considerou importante ponderar o nível de dificuldade para que os resultados pudessem refletir o empenho dos grupos de escolas, assim como orientar práticas futuras nessa área. Nesse contexto, foram avaliados os testes no seu todo e, também, as escolas individualmente. Quanto a isso, constatou-se através do Relatório que não houve grande disparidade entre os resultados apresentados pelos diferentes estabelecimentos escolares.

#### 4.1.2 O Parlamento Juvenil do Reino Unido

Criado na década de 90, o Parlamento da Juventude do Reino Unido (PJRU) foi oriundo de um parlamentar da Casa dos Comuns, Andrew Rowe, de Faversham e Mid-Kent. Conta a história, no site do programa, que o proponente trabalhou “incansavelmente” para reunir um grupo diretor de jovens e representantes das principais organizações juvenis para apoiar a criação do PJRU.

O órgão conta com 369 cadeiras para membros eleitos, todos com idades entre 11 e 18 anos e a eleição acontece presencialmente em 202 círculos eleitorais. Já, o parlamento convencional da Casa dos Comuns é formado com 650 membros do parlamento (MP).

De acordo com o site do PJRU, o objetivo da iniciativa foi gerar uma entidade representativa, que fosse ouvida pelo governo local, regional e nacional, por provedores de serviços para jovens e outras agências que tenham interesse nos pontos de vista e necessidades

da juventude. A descrição dele salienta ainda que o programa possui uma identidade nacional independente, com um sistema contínuo de atividades ao longo do ano. Percebe-se que a sessão anual, que acontece na Câmara dos Comuns, é o ponto alto do programa, que conta com reuniões regionais, diálogo com ministros e porta-vozes da oposição e contribuições para o desenvolvimento de políticas e programas.

O PJRU não é uma entidade provida pelo parlamento ou mesmo órgão governamental, sendo realizado por uma organização política não partidária. Além disso, toda a Inglaterra conta com um círculo eleitoral do PJRU e cada um deles tem no mínimo um jovem eleito como representante. O número de MYPs<sup>35</sup> em cada círculo eleitoral é proporcional ao número de jovens em cada área.

Kelly e Bochel (2018) explicam que existem formas através das quais o público pode interagir com o Parlamento do Reino Unido por meio de outras organizações. Elas podem ser ‘externas’, com o Parlamento não estando envolvido. Como é o caso do *The Lords of the Blog*<sup>36</sup>, de responsabilidade do *Hansard Society*, que é uma sociedade independente e apartidária de pesquisa e educação política. O blog realiza um trabalho de engajamento externo, sendo um espaço independente em formato de fórum que permite que os membros da Câmara dos Lordes comuniquem-se diretamente com a população e que o público tenha a oportunidade de se manifestar por comentários na plataforma.

Além do formato ‘externo’, os autores relatam o modelo chamado de ‘híbrido’, em que há uma relação de parceria do Parlamento. Como é o caso do Parlamento Juvenil do Reino Unido, através do CBJ. Kelly e Bochel (2018) apontam que, embora seja totalmente independente, a sessão anual do PJRU na Câmara dos Comuns é facilitada pelo Parlamento, que ainda financia parte dela. Fator esse que garante maior independência para o PJRU comparado com as demais experiências mencionadas nessa tese, mas que também confere legitimidade para a iniciativa jovem. Os MYPs eleitos são responsáveis por organizar eventos e projetos, realizar campanhas e influenciar os tomadores de decisão nas questões que mais importam para os jovens.

Para entender o PJRU, temos que compreender outra instituição britânica que é o *British Youth Council (BYC)*, isto é, o Conselho Britânico da Juventude (CBJ). Essa é uma instituição de voluntariado liderada por jovens que capacitam outros jovens de até 25 anos com o objetivo de influenciar e informar as decisões que afetam os interesses da

---

<sup>35</sup> Membro do Parlamento Jovem.

<sup>36</sup> Disponível em: <<http://lordsoftheblog.net/terms-and-conditions/>>. Acesso em: 1 jul. 2022.

juventude. De acordo com informações da instituição, o intuito é apoiar os participantes a se envolverem em suas comunidades e na democracia local, nacional e internacional, como voluntários, ativistas, tomadores de decisão e líderes.

A iniciativa do Parlamento da Juventude conta ainda com um Grupo Diretor, formado por jovens, que toma as decisões, orienta o desenvolvimento do programa, ajuda a criar e apoiar a equipe de representantes em cada região/nação, planeja e administra convenções, bem como trabalha em parceria com a equipe para organizar e facilitar os arranjos para a conferência anual na Casa dos Comuns.

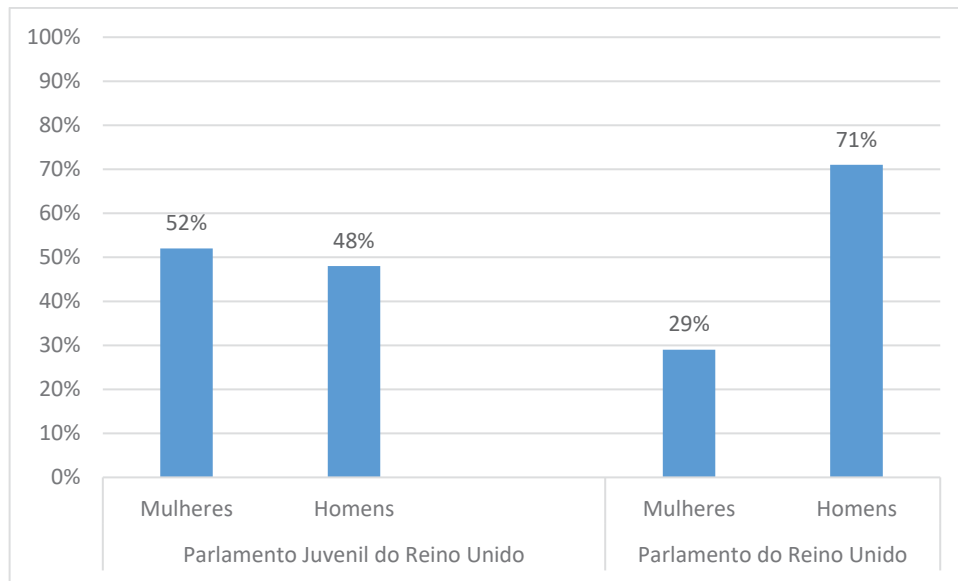
Sobre a sessão do PJRU, que acontece anualmente na Casa dos Comuns<sup>37</sup>, são escolhidos 12 líderes entre os mais de 300 parlamentares jovens para discorrerem sobre os temas escolhidos para debate. Em 2019, foram levantados temas como crimes com arma branca, saúde mental, currículo para a vida, combate ao crime de ódio e proteção ao meio ambiente e contou com votação próxima a um milhão de jovens. Isso demonstra que o nível de engajamento do jovem do Reino Unido é significativo em relação a participação de referendos sobre temas de interesse.

Na sessão de 2017 foi realizado um levantamento em que o PJRU contabilizou a participação dos jovens de todas as áreas do país. Do montante geral, 52% dos membros do Parlamento da Juventude foram mulheres, enquanto na Casa dos Comuns apenas 29% dos deputados são mulheres. Além disso, 32% dos participantes são de etnia negra e minoritária, em comparação com 8% dos deputados, e 7,9% da população britânica.

---

<sup>37</sup> Atualmente a sessão plenária do Parlamento Jovem do Reino Unido acontece na *House of Commons* na *UK Parliament Week*, isto é, uma semana especial de divulgação do parlamento para todo o Reino Unido. Em 2021, mais de 1,1 milhão de pessoas participaram de alguma das mais de 10 mil atividades realizadas pela UKPW. Disponível em: <<https://www.parliament.uk/business/news/2022/july-2022/uk-parliament-week-returns-for-2022/>>, Acesso em: 24 set. 2022.

GRÁFICO 9 – Comparação por gênero entre o parlamento e a simulação de parlamento no Reino Unido



FONTE: O autor, com dados do PJRU e Parlamento do Reino Unido.

Além dos assuntos debatidos e votados no PJRU chegarem ao conhecimento dos deputados da Casa dos Comuns, campanhas são realizadas por todo o Reino Unido. Com o slogan *Make Your Mark* (faça sua marca), a iniciativa do programa visa estimular o jovem a participar de uma consulta pública.

A participação acontece através do voto e que atualmente pode ser on-line ou também presencial nos Conselhos Locais. Em ambos os casos, o jovem deve marcar um X em sete temas que entenderem ser necessários à discussão pelo Parlamento Juvenil do Reino Unido e por consequência, pelo Parlamento. O que remete ao exemplo dado por Coleman e Blumler sobre a ação organizada pela sociedade civil com a Câmara de Bristol, que contava com o slogan “Não basta reclamar” ou “Você pode fazê-lo”, que também era no âmbito da educação e participação cidadã, mas em esfera municipal, no Reino Unido.

Coleman e Blumler (2009) explicam que a capacidade política depende e circula através de redes de governança transversais que atravessam as fronteiras do mercado, da sociedade civil e da arena política formal. Segundo eles, treinar os cidadãos para desenvolver essa capacidade implica mais do que simplesmente ajudá-los a encontrar o caminho para a Câmara Municipal. O exemplo da Câmara de Bristol demonstra que pedagogias de cidadania ativa, como vislumbrado por Crick (1998) devem servir para mecanismos de poder inerentes a uma governação neutra, bem como fornecer aos cidadãos recursos práticos para desafiar esse poder, ou pelo menos torná-lo mais responsável.



Em 2022, o Parlamento Juvenil do Reino Unido divulgou seu mais recente relatório, apresentando dados sobre a participação dos jovens nas escolhas de temas a serem discutidos e realizadas campanhas de orientação. De acordo com o documento, em uma população jovem com aproximadamente 6,15 milhões, considerando apenas o público de 11 a 18 anos, em 13 regiões do Reino Unido, cerca de 435 mil jovens participaram da consulta, em aproximadamente 780 instituições de ensino entre escolas, faculdades e grupos de jovens.

Os temas com maior votação foram saúde e bem-estar, com 93 mil votos; emprego, dinheiro, habitação e oportunidades, com 81 mil; educação e aprendizagem, 77 mil; meio ambiente, 74.500 votos; pobreza, 53 mil; direitos e democracia, 28 mil votos e a recuperação da covid-19, com pouco mais de 27 mil votos.

O relatório apontou temas abordados nos últimos anos, sendo parte deles recorrentes, isto é, que mesmo discutidos na Casa dos Comuns e efetuada campanha pelo PJRU, não apresentaram resultado no parlamento, necessitando serem retomados pela organização não governamental. Em 2021 e 2020, os temas foram *universidade livre (gratuita)*, *saúde mental*, além de *emergências climáticas e a poluição através do plástico*. Em 2019, as *questões ambientais* também tiveram destaques, juntamente com o tema *crimes de faca*, que aborda a criminalidade a partir de gangue de jovens. Em 2018, além dos crimes cometidos por faca, o *voto aos 16 anos* também contou com destaque.

Entre os assuntos recorrentes, nos quais o PJRU insiste que para além de colocar na agenda parlamentar sejam propostas soluções, estão: 1) *voto aos 16 anos*, sendo abordado por seis anos, juntamente com o tema *currículo para a vida*<sup>38</sup> e *saúde mental*; 2) *transporte e salários dignos*, propostos por cinco vezes; 3) a *preparação e experiência para o mercado de trabalho*, com quatro anos sendo oferecido, o tema relacionado com; 4) *o combate ao crime de ódio, racismo, religião e discriminação*, por três anos propostos; 5) enquanto com os temas de *assédio moral, refugiados, crimes com faca e alterações climáticas* registradas em dois anos.

O relatório aponta também a participação jovem nas regiões inglesas, Irlanda do Norte, Escócia, País de Gales e Forças Armadas Ultramarinas Britânicas, registrando que um público estimado de 7,06% dos jovens do Reino Unido participou da edição. Destaques para as regiões Nordeste, com 13,31% dos jovens votantes, da região Noroeste, com 12,91%, e a região de Yorkshire e Humber, com 10,71%.

---

<sup>38</sup> Currículo para a vida sugere que o sistema educacional precisa preparar os jovens para além da escola ou faculdade. Para os jovens, essa reformulação deve inserir no currículo escolar temas como finanças, relacionamentos e sexo, sistema político, consciência cultural e coesão comunitária, vida sustentável e cidadania.

TABELA 1 – Participação dos jovens do Reino Unido por região e porcentagem de jovens votantes

Region/Nation	11-18 Population 2018	Total Votes	Turnout %
British Forces Overseas		24	
East Midlands	442,917	18,922	4.27%
East of England	582,214	54,662	9.39%
London	824,122	31,762	3.85%
North East	236,125	31,430	13.31%
North West	680,687	87,869	12.91%
Northern Ireland	191,993	97	0.05%
Scotland	460,138	4,993	1.09%
South East	874,040	72,362	8.28%
South West	495,046	35,897	7.25%
Wales	282,581	10,866	3.85%
West Midlands	568,962	27,895	4.90%
Yorkshire and Humber	513,794	55,042	10.71%
Postcode not matched		2,671	
	6,152,619	434,492	7.06%

FONTE: Relatório 2022 do Parlamento Jovem do Reino Unido.<sup>39</sup>

O relatório aponta que, em diversas cidades por região, a participação dos jovens nas consultas públicas são expressivas, chegando a alcançar 46,7%, na cidade de Rutland, na região de East Midlands; 42,18% em Southend on Sea, na região Leste da Inglaterra; 41,97% em Oldham, na região North West; 39,31% em Wolverhampton, na região de West Midlands, 37,27% na cidade de Ceredigião, no País de Gales; 38,27% em Plymouth, no South West; 34,18% em Darlington, na região North East; 28,93% em Southampton, no South East; e 25% em Hounslow, na região de Londres.

<sup>39</sup> Disponível em: <<https://2u6szgq3e9x2hmfuy16guf8q-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/2022/03/UK-Youth-Parliament-Make-Your-Mark-Results-Report-2022.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2022.

FIGURA 4 – Mapa das regiões do Reino Unido



FONTE: UK Map 360<sup>40</sup>.

No entanto, a participação de quase 435 mil jovens na consulta dos temas da *Make Your Mark* parece ser um número expressivo, mas já foi maior, chegando a 978.216 votos em 2016. Se comparado com números divulgados nos relatórios dos anos anteriores, fica evidente que a pandemia influenciou na diminuição da participação jovem na escolha dos temas a serem debatidos e levados a público pelo Parlamento Jovem do Reino Unido. Como mostra a TABELA 2 e o GRÁFICO 9:

TABELA 2 – Participação dos jovens do Reino Unido nas votações sobre os temas a serem tratados pelo PJRU

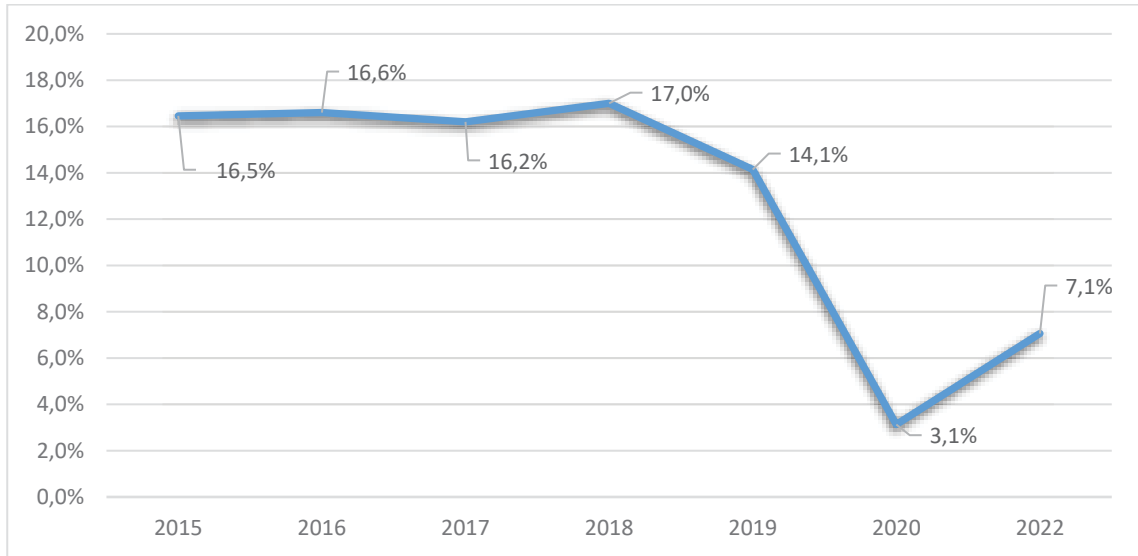
	População estimada público 11-18 anos <sup>41</sup>	Votos para a escolha dos temas	Porcentagem de jovens participantes por ano (%)
2015	5.892.215	969.992	16,5
2016	5.892.215	978.216	16,6
2017	5.892.215	954.766	16,2
2018	5.892.215	975.472	17,0
2019	5.929.041	838.288	14,1
2020	5.929.041	185.677	3,1
2022	6.152.619	434.492	7,1

FONTE: O autor, baseado nos relatórios de 2015 a 2022 do Parlamento Jovem do Reino Unido.

<sup>40</sup> Disponível em: <<https://ukmap360.com/united-kingdom-%28uk%29-region-map>>. Acesso em: 5 jun. 2022.

<sup>41</sup> Nos relatórios de 2015 a 2018 a estimativa de público jovem do Reino Unido se manteve em 5.892.215.

GRÁFICO 10 – Participação dos jovens do Reino Unido nas votações sobre os temas a serem tratados pelo PJRU, considerando o total do público de 11 a 18 anos, de 2015 a 2022



FONTE: O autor, baseado nos relatórios do Parlamento Jovem do Reino Unido.<sup>42</sup>

Esses dados demonstram que devido a pandemia, mesmo com a opção on-line, a participação no processo de escolhas dos temas ficou comprometida. Pode-se dizer que esse ‘apagão’ ou quebra na cultura em 2020 e 2021 (que não foi realizada a consulta) ainda gerou reflexos na participação dos jovens em 2022, mas aponta para uma retomada da atenção dos jovens para esses assuntos, com as atividades presenciais retomadas nas 780 instituições parceiras da iniciativa.

#### 4.1.3 Parlamento dos Jovens – Assembleia da República Portuguesa

Nesse caso, a iniciativa nacional de educação política no formato de simulação de atividade parlamentar é o Parlamento dos Jovens, que acontece por meio da Assembleia da República Portuguesa, em parceria, entre outras entidades do Poder Legislativo e também do Executivo, principalmente, com o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). O programa temático ocorre entre os meses de setembro a maio do ano subsequente.

Aos moldes da iniciativa inglesa, a deputada Julieta Sampaio também identificou a necessidade de uma iniciativa de letramento político das crianças a partir do parlamento, propondo a criação do Programa. Em virtude disso, a primeira edição contou com a participação de escolas do 1º ciclo do ensino básico das cidades de Porto (base eleitoral da deputada proponente da iniciativa) e na capital Lisboa. Já no ano seguinte, o programa foi oferecido para

<sup>42</sup> Disponível em: <<https://www.byc.org.uk/uk/uk-youth-parliament/make-your-mark>>. Acesso em: 1 jul. 2022.

os 2ºs e 3ºs ciclos para escolas de todo o país, que quisessem participar, considerando que a adesão é voluntária. A partir do ano 2000, uma resolução estendeu o programa para os jovens do ensino secundário.

Em relação a faixa etária, o Parlamento dos Jovens possibilita a participação de estudantes de 10 a 20 anos. Até os 15 na categoria Ensino Básico e dos 15 em diante, no Ensino Secundário. O processo eleitoral acontece através da formação de listas fechadas para a eleição de deputados e esse processo, que inicia nas escolas, repete-se em âmbito regional para a escolha dos jovens que irão compor a Sessão Nacional na Assembleia da República. Assim, há uma escolha de representante na Sessão Escolar, outra na Sessão Distrital e os escolhidos ficam aptos para a sessão principal em Lisboa. Todas as fases contam com debates sobre um tema proposto.

Anualmente são escolhidos, pelos próprios jovens, durante a Sessão Nacional, temas a serem discutidos pela turma do próximo ano. Estes, porém, são cancelados pela Comissão de Educação da Assembleia da República. Os temas escolhidos são debatidos por todos os estudantes nas escolas para subsidiar a escolha de seu representante. Aos moldes do sistema democrático português, o voto não é obrigatório e os parlamentares jovens são escolhidos através de uma lista (pelo sistema eleitoral de lista fechada<sup>43</sup>) no decorrer das fases do programa.

Essa fase costuma contar com a presença de um deputado do Distrito para enriquecer a discussão. Fernandes (2018), em relatório de mestrado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, apresenta de maneira detalhada o funcionamento da edição de 2017 do Parlamento dos Jovens, pela perspectiva da Escola Básica e Secundária de D. Dinis, integrada no Agrupamento de Escolas de D. Dinis, em Santo Tirso.

De acordo com a autora, no período da pesquisa de campo dela, na Sessão Escolar esteve presente o deputado Jorge Machado, do Partido Comunista Português (PCP), que fez uma breve apresentação de quem era e do que é ser um deputado da Assembleia da República. O parlamentar faria um discurso de conscientização aos estudantes sobre a importância do voto, bem como do significado da redemocratização do país em 1974. Machado discorreu sobre o tema do Parlamento dos Jovens que era Igualdade de Gênero:

Direcionando a sua intervenção para o tema “Igualdade de Género”, o Deputado falou na proibição da discriminação entre sexos após a Constituição de 1976 levando a exaltação dos alunos que começaram a interrogá-lo de como é que se, já desde 1976

<sup>43</sup> Variante do sistema de eleição proporcional no qual o eleitor vota somente no partido e ele é quem determina a ordem de cada um de seus candidatos na lista de classificação. Antes da eleição, o partido apresenta a lista com o nome dos seus candidatos por ordem de prioridade. Esse sistema é utilizado na maior parte dos países que adotam o voto proporcional, mas não vigora no Brasil. Fonte: Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/lista-fechada>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

é proibido a discriminação, ainda em 2018 assistimos a ela. O deputado explicou que essa discriminação já não existe no setor público, mas sim no privado, algo mais complicado para o Estado controlar. Os alunos inquietaram-se e transmitiram ao deputado que o Governo deve investir mais na vigilância do setor privado para tentar combater estas fugas à lei. (FERNANDES, 2018, p. 44).

A participação do deputado representante do Distrito na Assembleia da República na escola institucionaliza a discussão e apresenta limites do poder público, que são elencados para a efetividade das propostas dos jovens. A educação política nesse caso é feita na prática, juntamente com um agente político para o debate sobre as demandas da população.

Entende-se que a internet pode ser um potencializador desse diálogo, oportunizando que a mensagem chegue cada vez mais longe, para um número maior de pessoas através de transmissões e reuniões ao vivo e do próprio arquivamento desses encontros virtuais, que podem ser disponibilizados em canais dos PPJs, oferecendo essas experiências práticas para consulta de interessados. É o caso do Parlamento dos Jovens, que disponibiliza em vídeo a simulação parlamentar realizada no ambiente legislativo pelo Youtube<sup>44</sup>.

Nessa esfera pública, as pessoas se encontram intencionalmente e também acidentalmente, propositalmente e promiscuamente, racionalmente e afetivamente. Tais encontros estão ocorrendo cada vez mais on-line e, embora a Internet possa não se qualificar como uma esfera pública no sentido Habermasiano, ela oferece oportunidades específicas para os cidadãos interagirem além, ao redor e através dos canais de comunicação controlados institucionalmente. (COLEMAN; BLUMLER, 2009, p. 117, tradução nossa<sup>45</sup>).

De acordo com o Parlamento Português, na Edição Comemorativa dos 20 anos do programa, a relação do Parlamento dos Jovens e as escolas visam a reforçar os laços com a comunidade educativa, bem como reafirmar a Assembleia da República enquanto espaço de diálogo e de reflexão para a sociedade. Segundo Fernandes (2018), a Sessão Distrital contou com a presença da deputada Germana Rocha, do PSD. No entanto, o que mais interessava nesse momento era a escolha dos representantes das escolas que iriam participar da Sessão Nacional.

Os custos de divulgação do Programa, transporte e acomodações para os parlamentares jovens em Lisboa são totalmente por conta da Assembleia da República. Ao todo são 130 jovens parlamentares e mais 65 jornalistas, que também são estudantes e que participam da Sessão Nacional, sem contar os professores que acompanham os alunos.

---

<sup>44</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mdk9uU2guCI>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

Texto original: <sup>45</sup> In this public sphere people encounter one another intentionally as well as accidentally, purposefully as well as promiscuously, rationally as well as affectively. Such encounters are increasingly taking place online, and, although the Internet might not qualify as a public sphere in the Habermasian sense, it does provide particular opportunities for citizens to interact beyond, around and across institutionally-controlled communication channels.

Após os debates ocorridos durante o segundo semestre letivo e as discussões na Sessão Parlamentar do PDJ na Assembleia da República é gerado um documento ao parlamento convencional, aprovado em sessão, denominado como Recomendações à Assembleia da República.

Após aprovadas as recomendações finais pelos jovens, com suas 10 medidas, elas são enviadas para o presidente da Assembleia da República e ao presidente da Comissão de Educação e ao Governo (Poder Executivo). Além disso, todos os anos são publicadas no site do PDJ as medidas que foram tomadas pelos grupos parlamentares e pelo Governo relacionadas as temáticas.

Em entrevistas informais realizadas, tanto com a coordenação do Parlamento dos Jovens, como do Programa Euroscola, através do Gabinete Português do PE, notou-se que em Portugal há um intenso trabalho desses órgãos para diminuir o nível de abstenção nas eleições. No pleito do PE as abstenções chegaram em 66% em 2014 e em 69,3% em 2019. Enquanto nas eleições portuguesas, que em 1975, logo após o processo de redemocratização do país, contou com apenas 8,5% de abstenções, em 2016 alcançou os 51,6%<sup>46</sup>.

Já no início dos dados selecionados está a adesão das escolas do país com a iniciativa de formação política. Foram utilizadas informações enviadas pelo Programa combinadas com dados do Recenseamento Escolar, realizado em julho de 2021. O levantamento fez um comparativo dos anos de 2010, 2015 e 2020 nas categorias ensino básico e ensino secundário, somando as instituições de ensino públicas e particulares, pois o estudo enviado pelo Programa não conta com a separação entre essas categorias. Para obtenção desses dados complementares referentes a quantidade de escolas portuguesas, utilizou-se da plataforma Pordata – Base de Dados Portugal Contemporâneo<sup>47</sup>.

Outro fator importante de elucidar é em relação ao ensino básico. Pois não são consideradas as escolas que contam apenas com o 1º ciclo, isto é, que compreende apenas crianças de 6 a 10 anos de idade, que cursam do 1º ao 4º ano. Isso, em virtude do regulamento do programa estipular a participação no nível básico de estudantes que estão matriculados nos 2º e 3º ciclos, ou seja, a partir de 11 anos de idade.

---

<sup>46</sup> Dados coletados no Pordata – Base de dados Portugal Contemporâneo. Disponível em: <<https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+absten%ca7%ca3o+nas+elei%ca7%cb5es+para+o+Parlamento+Europeu+total++residentes+em+Portugal+e+residentes+no+estrangeiro-2209>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

<sup>47</sup> Disponível em: <<https://www.pordata.pt/Portugal>>. Acesso em: 21 maio 2022.



No ensino básico, na edição 2010/2011<sup>48</sup>, o Parlamento dos Jovens registrou a participação de 442 escolas, que considerando um universo de 2.695 escolas, contou com 16% das instituições de ensino do país. Na edição 2015/2016, foram 479, contando a existência de 2.681 escolas, subindo para 18% de adesão ao Programa. Já em 2019/2020 a participação aumentou para 516 escolas do ensino básico, em um universo de 3.215 instituições de ensino, devido ao aumento na quantidade de escolas no intervalo de cinco anos, a adesão voltou a 16%.

A maturidade dos estudantes do ensino secundário, agregada ao engajamento dos professores orientadores, é refletida em números, através dos dados disponibilizados pela Assembleia da República.

Na edição 2010/2011, o Parlamento dos Jovens registrou a participação de 339 escolas, que considerando um universo de 937 escolas, contou como 36% das instituições de ensino do país. Na edição 2015/2016, foram 458 instituições de ensino, contando a existência de 962 escolas, subindo para 41% de adesão ao Programa. Já em 2019/2020 a participação aumentou para 493 escolas do ensino secundário, em um universo de 968, que representou uma adesão de 51% das escolas portuguesas. Dessa forma, pode-se dizer que mais da metade das escolas portuguesas contam com representantes no programa.

Sobre a adesão nas instituições, é percebida também uma diferença entre as regiões do país. No entanto, para melhor entendimento quantitativo, é importante compreender as principais características locais. O Parlamento dos Jovens utilizou-se da divisão de Regiões NUTS 2 de Portugal, que é a mesma utilizada pela União Europeia<sup>49</sup>, para a disponibilização dos dados que auxiliam em um mapeamento da iniciativa.

Na edição de 2010/2011, um total de 781 escolas inscreveram-se no Parlamento dos Jovens. Na 2015/2016 foram 937 escolas e na edição 2019/2020 foram 1.009 escolas inscritas no Programa.

Segundo o site DirPortugal<sup>50</sup>, na Região Norte estão compreendidos os Distrito de Viana do Castelo, o Distrito de Braga, o Distrito do Porto, o Distrito de Vila Real, o Distrito de Bragança e parte dos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda. A Região faz fronteira, a Norte e a

---

<sup>48</sup> O Parlamento dos Jovens acompanha o período letivo que se inicia em setembro de um ano e se encerra em junho do ano subsequente.

<sup>49</sup> NUTS é a siglas para *Nomenclature of Territorial Units for Statistics* e que corresponde a demarcações territoriais utilizadas pela União Europeia para fins estatísticos, e que foram criadas pelo Serviço Estatístico Europeu (Eurostat) para uniformizar as estatísticas regionais europeias. Esta divisão territorial é utilizada, entre outras coisas, para a redistribuição regional dos fundos estruturais da UE.

<sup>50</sup> O site DirPortugal é um canal especializado na geografia do país. Disponível em: <<https://www.dirportugal.com/>>. Acesso em: 21 maio 2022.

Leste, com Espanha. Ao Sul com a Região Centro e a Oeste apenas com o Oceano Atlântico. Vivem nesta região cerca de 3,57 milhões de habitantes.

A Região Norte é a mais populosa e a com a maior participação do Programa, sempre aumentando a quantidade de escolas, porém apresentou uma redução no percentual devido ao incremento de instituições de ensino de outras regiões. De acordo com o levantamento efetuado pelo Programa, em 2010/2011, participaram 292 escolas, o que representou 37,4% dentre as demais áreas do país. Em 2015/2016, mesmo o quantitativo apresentando um aumento de 11,7% com o período anterior, com 344 escolas participantes, a fatia de adesão nesse ano foi de 36,7% considerando o total no país.

FIGURA 5 – Mapa das regiões de Portugal de acordo com o NUTSII



FONTE: DirPortugal<sup>51</sup> (2022).

A edição 2019/2020 também contou com aumento na participação das escolas na Região Norte. Segundo os dados do Parlamento dos Jovens, 351 escolas aderiram, ampliando em 2% a participação comparada ao período anterior, mas representando 34,8% do total em âmbito português.

Essa participação expressiva, comparada com as demais regiões, não se limita apenas ao fato do Norte ser mais populoso. O mesmo levantamento aponta que a Região Centro engloba os distritos de Coimbra e Castelo Branco e a maioria das cidades dos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda. Essa região faz fronteira com Espanha, ao Sul tem a Região do

<sup>51</sup> Disponível em: <<https://www.dirportugal.com/>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

Alentejo e a Região de Lisboa e a Oeste tem o Oceano Atlântico e conta com aproximadamente 2,22 milhões de habitantes.

A região central de Portugal é a segunda colocada em adesões por parte das instituições de ensino. Na edição 2010/2011, a participação de 222 escolas representou 28,4% do montante geral. Em 2015/2016, a adesão caiu para 220, representando 23,5% do país e, 2019/2020, registrou 23,1% da adesão em âmbito nacional, com 233 escolas participantes.

A Região de Lisboa é composta por 18 municípios. Mesmo sendo um território pequeno, é a zona mais povoada de Portugal, com cerca de 2,8 milhões de habitantes. Ao Norte está a Região Centro, a Leste e Sul a Região do Alentejo e a Sul e Oeste o Oceano Atlântico.

Essa região metropolitana apresentou uma crescente constante nos últimos 10 anos, de 127 escolas inscritas, em 2010/2011, absorveu 16,3% do montante nacional. Já em 2015/2016 contou com um acréscimo de quase 20%, com 152 escolas participantes, o que representou 16,2% de todas as escolas inscritas. O incremento foi superior na edição de 2019/2020 em cerca de 32%, contabilizando 200 escolas participantes e a fatia de 19,8% do montante geral.

A Região conhecida como Alentejo compreende o Baixo Alentejo, Alto Alentejo, Alentejo Central e Alentejo Litoral, num total de 47 municípios. Com cerca de 709 mil habitantes, ao Norte tem a Região Centro, a Leste fazendo fronteira com Espanha (Andaluzia e Estremadura), ao Sul com a Região do Algarve e a Oeste com o Oceano Atlântico e uma pequena parte da Região Centro.

A partir da Área do Alentejo, a porcentagem de adesão é menor de 10%. Nas três edições estudadas anteriormente, essa região manteve uma média de 8% da fração nacional, com 62 participantes em, 2010/2011, 77 escolas, em 2015/2016, e 82 instituições de ensino, em 2019/2020.

Como última zona no continente, a Região do Algarve também apresentou crescimento de adesão das escolas nos últimos 10 anos. No período letivo de 2010/2011, foram 17 escolas participantes, representando 2,2%. Em 2015/2016, foi registrado um acréscimo de pouco mais de 88%, chegando a 32 escolas participantes, o que representou 3,4% do montante geral. Para a edição 2019/2020 foram 35 contabilizadas, quantidade que absorveu 3,5% das adesões de escolas em âmbito nacional.

No extremo Sul de Portugal está localizada a Região do Algarve, que compreende uma sub-região com o mesmo nome e inclui o distrito de Faro e a nova Área Metropolitana do Grande Algarve. Com aproximadamente 439 mil habitantes, a Região faz fronteira com a Andaluzia a Leste e com a região do Alentejo ao Norte.

Fora do continente o Parlamento dos Jovens conta com a participação das Regiões Autônomas dos Açores e da Madeira. Foi registrada nos Açores uma adesão das escolas maior que na Região do Algarve (439 mil) e da Região da Ilha da Madeira (253 mil), em ambos os casos, mais populosos que os Açores, com 242 mil habitantes.

Na edição 2010/2011, foram 40 escolas inscritas, o que representou para a Região dos Açores 5,1% do público participante do Programa. Em 2015/2016, contou com um incremento de 70%, comparado ao período anterior, somando 68 escolas e absorvendo 7,3% do geral. Já na edição 2019/2020, a média foi mantida com 66 escolas participantes, representando 6,5% da adesão em âmbito nacional. A adesão regional depende muito do trabalho realizado tanto pela Assembleia da República, quanto pelos coordenadores regionais e professores orientadores.

A Região Autónoma da Madeira, localizada a quase mil quilômetros de Lisboa, apresenta um escore parecido com o Algarve, com 17 participantes na edição 2010/2011, 2,2% do total. Em 2015/2016 ampliou em 64% a participação no Programa com 28 escolas inscritas, o que representou 3% em âmbito nacional. Enquanto em 2019/2020 manteve as 28 adesões das escolas, com 2,8% da participação considerando as outras regiões do país.

O Parlamento dos Jovens permite em seu regulamento a participação de jovens que residam fora do país. O documento explica que não importa o país em que estejam situadas, desde que sejam escolas portuguesas, podem candidatar-se a participar do Programa, isto é, escolas que têm alunos portugueses, ou luso-descendentes, com a intenção de dar oportunidade de os aproximarem de seu país de origem ou de origem de seus genitores.

Na edição 2010/2011 o Parlamento dos Jovens contou com a participação de duas escolas localizadas no continente europeu e duas fora da Europa, o que representou 0,3% em ambos os casos. Em 2015/2016, na Europa, seis escolas aderiram, equivalendo a 0,6% do montante geral, enquanto fora da Europa foram dez escolas inscritas, apresentando um incremento de 366% ao período anterior, chegando a representar 1,1% no total geral. Já na edição 2019/2020 em ambas as categorias foram registradas sete escolas inscritas, o que representou 0,7% as adesões que ocorreram no país.

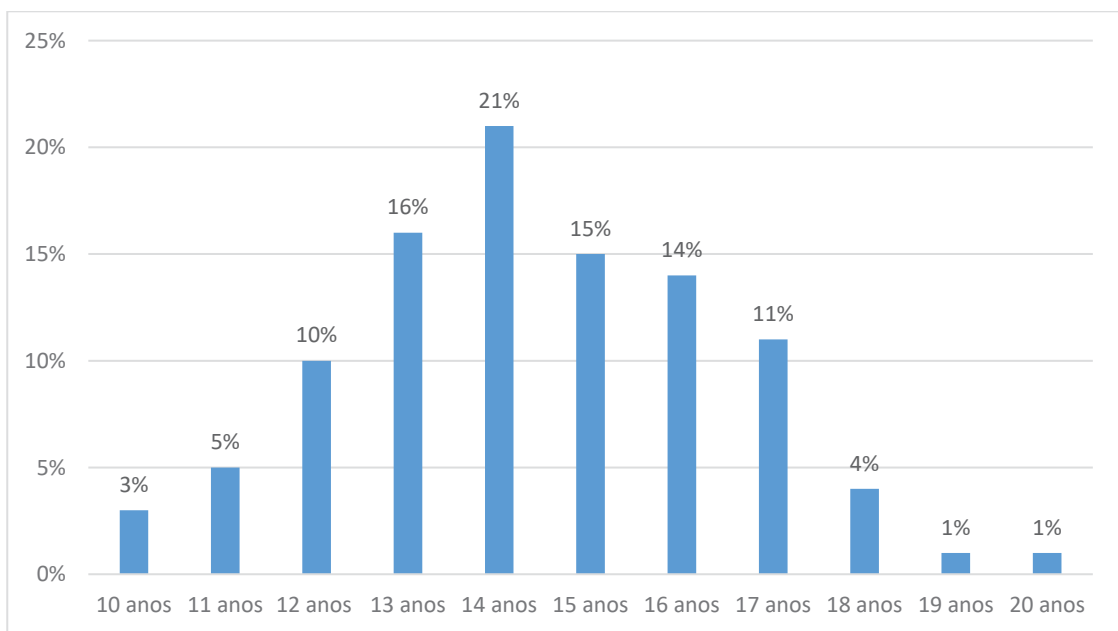
De acordo com os dados enviados pela coordenação do Parlamento dos Jovens, três fatores poderão ser observados sobre seus participantes, a idade, o sexo e o comportamento nas redes sociais.

É importante, em primeiro lugar, explicar que a participação dos jovens no Programa dá-se pela quantidade de estudantes em todas as fases do período de realização de discussão do tema.

Devido a isso, tanto a formação de listas para representar a classe, a escola e a região, bem como os debates ocorridos nas escolas, nas Sessões Regionais, até a Sessão Nacional, contabilizam todos os jovens presentes. Em virtude disso, os números costumam ser altos por edição. Nesse sentido, entre as edições de 2009/2010 a 2019/2020 foram registradas as participações de 293.262 estudantes, de uma população total de Portugal de 10,31 milhões de habitantes.

Nas 11 edições, 3% (8.189) dos participantes tinha apenas 10 anos, 5% (15.071) tinham 11 anos, 10% (28.161) tinham 12 anos, 16% (45.496) tinham 13 anos, 21% (60.502) tinham 14 anos, 15% (45.294) tinham 15 anos e 14% (40.422) tinham 16 anos, 11% (31.716) tinham 17 anos. A partir dos 18 anos, a participação no Programa cai significativamente chegando a 4% (12.036), seguido por 1% (3.924) para os que tinham 19 anos e 1% (2.451) para os que tinham 20 anos.

GRÁFICO 11 – Participação, por idade, dos jovens portugueses de 2011 a 2021



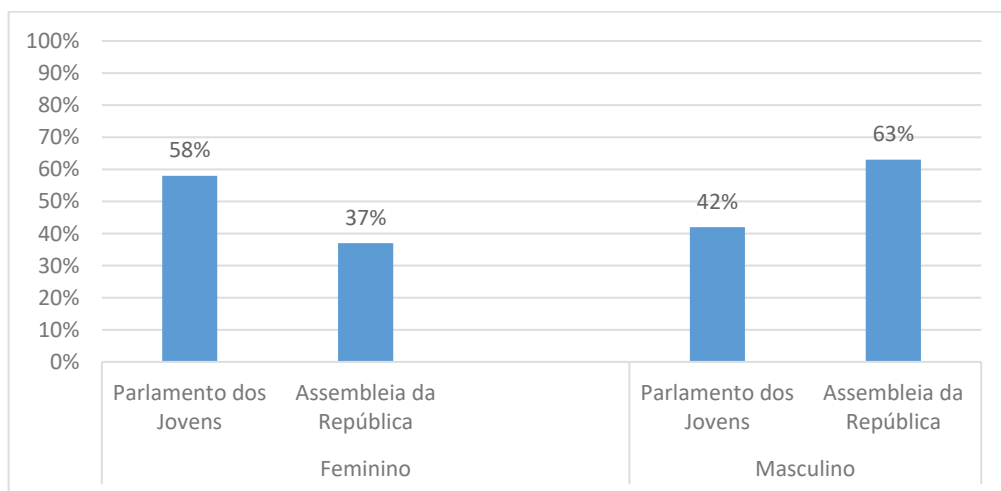
FONTE: O autor, baseado nas planilhas enviadas pelo Parlamento dos Jovens (2022).

É possível observar também uma maioria feminina no Parlamento dos Jovens, mesmo que tímida. No ensino básico, na edição 2010/2011, foi registrado 53% da participação de meninas, isto é, 9.533 de 17.901 estudantes. Em 2015/2016, ocorreu um acréscimo de 2%, com a participação de 10.402 de 18.745 inscritos. Já em 2019/2020 chegou a 56%, com 10.375 de 18.533 participantes. De 2009 a 2020, na categoria ensino básico, a participação feminina oscila entre 52% e 56%.

Quanto ao ensino secundário, a diferença varia entre 53% a 59%. Na edição 2010/2011 um total de 5.218 meninas (55%) participaram frente a 4.300 meninos (45%). Em 2015/2016 foram 6.285 meninas participantes (56%), para 4.997 meninos (44%). Em 2019/2020 o Parlamento dos Jovens contou com 7.075 meninas (58%), perante 5.193 meninos (42%). Será percebido nesse capítulo que a quantidade de meninas participantes e eleitas para programa de parlamentos jovens costuma ser superior a quantidade de meninos, o que sugere um maior interesse do público feminino a participarem dos parlamentos.

É importante comentar que a Assembleia da República conta na Legislatura iniciada em 2019 com 37% de seu parlamento formado por mulheres, isto é, 86 deputadas. Na Legislatura iniciada em 2015, eram 76 deputadas o que equivale a 33% dos 230 assentos. Esse fenômeno está ocorrendo em grande parte do mundo nos parlamentos convencionais. De acordo com a publicação da União Interparlamentar *Mulheres no Parlamento 2021*, a proporção média de mulheres nos parlamentos nacionais é de 26,1%. Vale registrar que o México foi o primeiro país do mundo a alcançar a paridade entre homens e mulheres no parlamento nacional, em 2021.

GRÁFICO 12 – Comparação por gênero entre o parlamento e a simulação de parlamento, em Portugal



FONTE: O autor, baseado nas planilhas enviadas pelo Parlamento dos Jovens (2022).

Os deputados da Assembleia da República participam das três fases do Programa. Alguns vão às escolas para participar dos debates com jovens durante as Sessões Escolares e outros participam das Sessões Distritais. Há um momento da Sessão Distrital em que são dirigidas perguntas aos deputados da Assembleia da República, as quais eles devem responder. Depois, eles participam das sessões em dois momentos diferentes. Tanto na organização das reuniões das Comissões, em que as presidem, e mais tarde no momento da Sessão Plenária anual, em que respondem mais uma vez também as perguntas que os jovens colocaram.

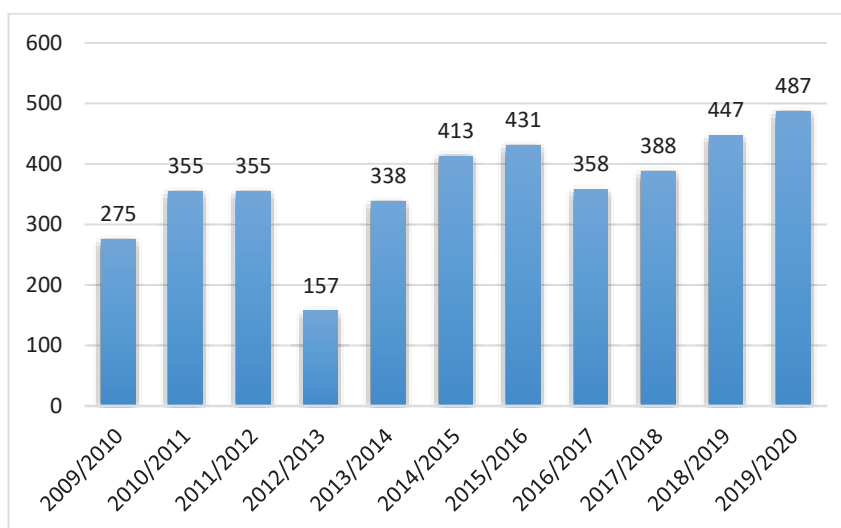
A ex-coordenadora Marlene Viegas em conversa informal com o pesquisador salienta que os deputados são muito sensíveis à importância do Programa, da participação dos jovens no Programa e sobretudo, à importância da própria participação enquanto instrumento catalizador da presença dos jovens no Programa.

Não há dúvida nenhuma que quando o deputado vai a alguma escola, que os jovens sentem o parlamento mais próximo deles, e até jovens que nem estavam muito disponíveis para participar, no dia em que o deputado vai àquela escola, percebemos que leva um bocadinho da Assembleia. Nas escolas distantes no interior do país, eles sentem a importância de ter um representante seu ali tão próximo. (VIEGAS, 2017)<sup>52</sup>.

A presença dos deputados nas escolas acontece através de convite da instituição de ensino ou, quando isso não é possível, é feita uma distribuição equitativa, realizada pela Comissão de Educação de acordo com o método Hondt<sup>53</sup>, que é o mesmo método aplicado para as eleições da Assembleia da República. Ou seja, se há 450 convites e 230 deputados, é feita a distribuição dos 450 convites pela ordem do partido que teve maior votação nas eleições.

O Parlamento dos Jovens realizou em 11 edições um total de 4.004 debates nas escolas com a presença de deputados da Assembleia da República. Na edição 2009/2010 foram 275 reuniões, mas com o decorrer dos anos a quantidade foi aumentando e chegando a quase 500 na edição de 2019/2020.

GRÁFICO 13 – Debates realizados nas escolas pelo PDJ



FONTE: Parlamento dos Jovens (2022).

<sup>52</sup> Em entrevista informal concedida ao autor em 26 jun. 2017.

<sup>53</sup> O método Hondt é um modelo matemático utilizado para converter votos em mandatos com vista à composição de órgãos de natureza colegial. Fonte: Comissão Nacional das Eleições - Portugal. Disponível em: <<http://www.cne.pt/content/metodo-de-hondt>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

Quanto às redes sociais digitais, a coordenação do Parlamento dos Jovens informou que até outubro de 2021, no Facebook, o programa conta com 6.410 seguidores e 6.163 pessoas que curtiram a página. No período de fevereiro de 2019 a fevereiro de 2020 foram registradas 121.535 curtidas e reações. Em 2019, a coordenação destaca a publicação do dia 15 de julho, que contou mais de 20.300 visualizações. O post falava sobre os temas para a edição seguinte que tratava sobre a violência doméstica. Foram 126 compartilhamentos da página.

Em 2020, foram registradas 111.730 mil curtidas e reações nas publicações. No dia 26 de junho, uma publicação que falava sobre o início das aulas e a prevenção contra a Covid-19. De acordo com o Parlamento do Jovens, a postagem alcançou mais de 19 mil visualizações e 147 compartilhamentos. Em 2019, o Parlamento dos Jovens contava com 5.572 seguidores, enquanto em 2021, a página do Facebook registrou 6.028 seguidores.

Já o Instagram do Parlamento dos Jovens contava com 3.452 e mais de 800 publicações até outubro de 2021. Entre fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021 o perfil tinha 3.380 seguidores, mesmo que entre o período de fevereiro de 2019 a fevereiro de 2020, em que tinham precisamente 3.400 seguidores. O levantamento mostra que em 2019 a página alcançou 16.453 curtidas em publicações e em 2020 foram 11.434. A postagem com maior número de curtidas em 2019 aconteceu no dia 5 de novembro e em 2020 no dia 4 de março, ambas com 2.200 interações.

#### 4.2 EXEMPLOS DE PARLAMENTOS JOVENS NO BRASIL

Recentemente, através do artigo ‘Olhares sobre a Educação para a Democracia’, Mota e Barros (2020) trouxeram uma importante contribuição para os estudos de ferramentas educativas em casas legislativas.

Os autores apresentam um panorama tanto o Parlamento Jovem Brasileiro (PJB), como do Jovem Senador (JS), juntamente com suas Escolas do Legislativo, sendo elas o Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor) e o Interlegis, do Senado Federal.

O público atendido chega a mais de 3,1 milhões de pessoas. A divulgação desses programas é feita pelos portais das duas instituições, pelos veículos de comunicação da Câmara e do Senado e pelas instituições que atuam como parceiras dos programas, como as secretarias estaduais de educação e as escolas dos Legislativos nos estados e municípios. (MOTA; BARROS, 2020, p. 12).

O estudo oferece uma estimativa de público em todas as iniciativas ofertadas em ambas as casas legislativas. Nesse sentido, a visitação cívica presencial realizada nas instalações da



Câmara e no Senado Federal acontece desde 1995 e já atendeu mais de 3 milhões de pessoas entre turistas e estudantes do Distrito Federal.

Algumas iniciativas apresentadas no estudo de Mota e Barros (2020) não estão disponíveis nos sites da Câmara dos Deputados atualmente, sendo elas: Escola na Câmara, que é a visitação presencial guiada para estudantes do DF e já contou com aproximadamente 8 mil visitas a partir de 2008; os Seminários de Interação Legislativa exclusivo para servidores municipais e estaduais para troca de experiências, que já contou com a participação de mais de mil pessoas a partir de 2014; Parlamento para Jornalistas, que ofereceu formação para 400 profissionais; o Estágio Cidadão, em que já passaram cerca de 3.600 estudantes universitários; e a Escola Virtual de Cidadania, que desde 2015 contou com aproximadamente 20 mil acessos e que agora se une ao Eleve<sup>54</sup>. Destaca-se que todas essas informações foram coletadas até julho de 2018 pelos pesquisadores.

Além desses dados, a contribuição dos autores ocorre por um levantamento crítico, a partir de professores, sobre os programas educativos realizado pelas Casas Legislativas do Congresso Nacional.

#### 4.2.1 Parlamento Jovem Brasileiro (Câmara dos Deputados)

O Programa Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) existe desde 2004 e é realizado anualmente. Segundo a Câmara dos Deputados (2014), para participar do programa os estudantes são selecionados pelas secretarias de educação dos estados. De acordo com as normas, 78 estudantes que são empossados como deputados jovens, proporcionalmente a quantidade de cada estado da Federação e o período da legislatura tem a duração de cinco dias.

Os participantes têm a oportunidade de experimentar o cotidiano dos parlamentares no desempenho de suas funções. Desde sua primeira edição, no ano de 2004, ao todo já participaram mais de mil jovens<sup>55</sup> (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016).

A iniciativa foi idealizada pelo então deputado Federal Lobbe Netto (PSDB/SP) e instituído como um projeto institucional da Câmara dos Deputados por meio da resolução 12/2003. Com periodicidade anual de simulação parlamentar juvenil, o PJB conta com um

---

<sup>54</sup> O Eleve é uma ferramenta educativa digital que será explanado de maneira mais aprofundada posteriormente nesse trabalho, no Capítulo 6.

<sup>55</sup> De acordo com o levantamento efetuado por Mota e Barros (2020), até julho de 2018, ao todo 1.170 estudantes participaram da experiência presencial do PJB.

público de estudantes regularmente matriculados em escolas públicas ou privadas, entre 16 e 22 anos (2º e 3º anos do ensino médio ou 3º e 4º do ensino técnico integrado ao Ensino Médio).

Em novembro daquele ano, previa-se inicialmente um projeto a ser desenvolvido em parceria com as instituições representativas estudantis, UNE e UBES, que promoveriam a seleção por meio de eleições abertas aos estudantes. Percebe-se assim que o objetivo inicial do projeto era de formar líderes políticos, dada a intenção de se vincular ao movimento estudantil. (MARTINS; BARROS, 2018, p. 59).

Da mesma maneira que a iniciativa lusitana, o PJB conta com apoio do Poder Executivo, mas dos estados, pois a divulgação e parte da seleção é realizada em parceria com as secretarias estaduais de educação, que é responsável por boa parte desses estudantes. Dessa forma, o PJB não conta com eleição como nos modelos anteriormente citados nesse estudo, mas sim uma seleção a partir de um projeto de lei que o candidato oferece, baseado em um tema especificado pela Câmara dos Deputados.

O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) tem papel essencial na difusão do programa nacionalmente. As secretarias estaduais realizam a divulgação do projeto por meio de releases pré-elaborados, spots de rádio e peças publicitárias impressas, oferecidos pela Câmara dos Deputados, bem como recebiam as inscrições com os projetos de lei para uma primeira avaliação de questões documentais obrigatórias. (MARTINS; BARROS, 2018, p. 59).

Dessa forma, além da divulgação, uma primeira triagem é realizada ainda nos estados da federação, através das secretarias estaduais, por meio de critérios pré-estabelecidos pela Câmara dos Deputados. Nessa fase, são selecionados o número equivalente a quatro vezes a quantidade de vagas do PJB de cada estado, que é definida pela quantidade de deputados por estado (513), proporcionalmente a quantidade de vagas disponíveis pelo Programa (78). A segunda etapa da seleção acontece por uma comissão formada por servidores de diferentes setores da Câmara dos Deputados.

Martins e Barros (2017) contam que, após selecionados, o rito do PJB é um simulacro reduzido ao da Câmara dos Deputados, com eleição da Mesa Diretora, debates nas comissões temáticas, além de votação em plenário de proposições, sendo todas as atividades organizadas conforme o Regimento Interno do PJB, homologado pelo Ato da Mesa Diretora da Câmara nº 49/2004.

De acordo com o Guia do PJB 2019, os estudantes selecionados formam partidos políticos, tomam posse como deputados jovens, elegem a Mesa Diretora dos trabalhos do PJB, analisam os projetos de lei selecionados e relatam, debatem e votam todos os projetos em comissões e em plenário. O documento ressalta ainda que em cada etapa o estudante

selecionado tem a oportunidade de aprender sobre o processo legislativo e sobre as diversas questões envolvidas na análise e na aprovação (ou rejeição) de uma proposta legislativa.

Durante todo o período do evento, os deputados jovens são auxiliados por uma equipe que conduz as atividades legislativas da jornada parlamentar, composta por servidores e servidoras da Câmara dos Deputados especialistas em Processo Legislativo. Além disso, os estudantes também participam de palestras, aulas e oficinas que irão prepará-los para a atuação como parlamentar. (GUIA PJB, 2019, p. 27).

No manual disponibilizado, fica claro que o objetivo principal da imersão é entender a criação, debate e votação de uma proposição, desde um Projeto de Lei ou Projeto de Lei Complementar, como um Projeto de Decreto Legislativo, Projeto de Resolução, Projeto de Emenda à Constituição, aos moldes do processo legislativo da Câmara dos Deputados. Em virtude disso, no Guia PJB há uma quantidade de páginas específicas para explicar essa finalidade.

Os debates acontecem nos cinco dias de realização do programa em Brasília e, da mesma forma que na experiência portuguesa, após aprovadas em plenário, não há um registro de desdobramentos ou ações das recomendações dos jovens.

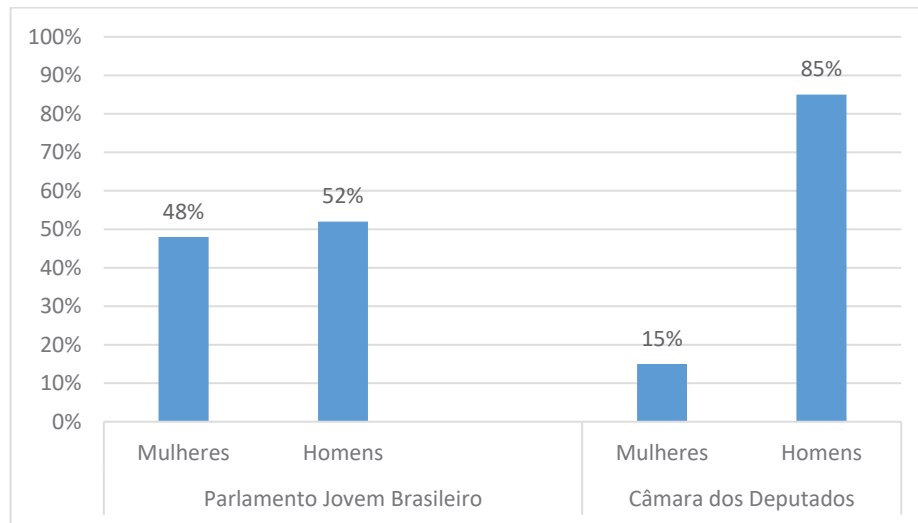
Em relação às questões de gênero, como apontado anteriormente nessa pesquisa, com os dados da União Interparlamentar, quanto mais jovens, maior é a paridade da participação de homens e mulheres. Fazendo uma média das edições do PJB, entre 2004 e 2011, as mulheres tiveram participação praticamente paritária (48%) (HENRIQUE, 2012; MARTINS; BARROS, 2018), sendo que em três das oito edições do programa, desde 2004, elas foram maioria. Cabe salientar que, nessa fase, a participação é conquistada pelo mérito através da escolha dos projetos e não pela escolha através do voto.

Diferente disso, na eleição de 2018<sup>56</sup>, por meio do voto da população, apenas 15% da composição da Câmara dos Deputados é formada por mulheres, sendo a diferença mais significativa entre os parlamentos e o programa de simulação de parlamento presentes nesse estudo, como também estando a Câmara Baixa brasileira bem abaixo da média das Américas de 39,1% de mulheres nos parlamentos, de acordo com a União Interparlamentar.

---

<sup>56</sup> Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>>. Acesso em: 7 jun.2022.

GRÁFICO 14 – Comparação por gênero entre o parlamento (2018) e a simulação de parlamento (2004-2011), no PJB

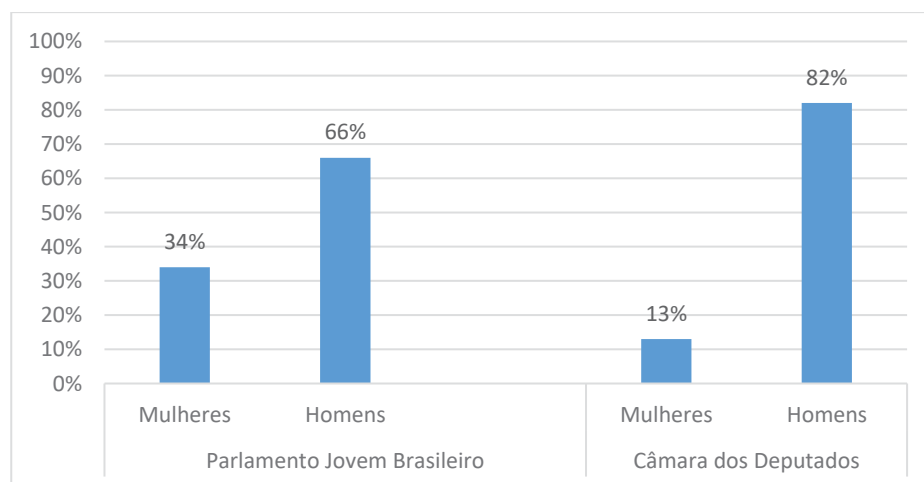


FONTE: O autor, com dados do PJB e do TSE.

Por outro lado, quando se avalia o aspecto cultural, na escolha dos membros da mesa diretora do programa que se dá por meio do voto entre os pares, em que os próprios jovens deliberam para a escolha da composição, a participação feminina se limita a 34% e nesse período estudado, as jovens ocuparam apenas três vezes a presidência, isto é, 37,5%. Enquanto para a função de 2º secretário, foram 62,5%.

Em 2022, das 11 cadeiras da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, nove são ocupadas por homens, o que representa 13% da participação feminina em sua composição, com apenas duas mulheres, nas funções de 3ª e 4ª secretária.

GRÁFICO 15 – Comparação por gênero entre a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (2022) e na Mesa da simulação de parlamento (2004-2011), no PJB



FONTE: O autor, com dados do PJB e da Câmara dos Deputados<sup>57</sup>.

<sup>57</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/ Mesa>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

A contribuição de Martins e Barros (2017) traça um perfil dos participantes e egressos do PJB, de 2004 a 2013, em um *survey* aplicado, em que praticamente 23% desse universo respondeu. Pela baixa adesão dos participantes de 2004 e 2005, os pesquisadores utilizaram de 2006 a 2013. Dessa forma, de um universo de 759 jovens, foram consideradas 166 respostas.

O estudo mostra que 64% dos participantes são do interior do país, predominantemente das regiões Sudeste, com 66 respondentes (39,75%), Nordeste com 39 (27,75%) e Sul com 26 (14,32%). Seguidos pelas regiões Centro-Oeste com 19 (7,45%), Norte com 15 (8,44%) e 1 do exterior (0,60%). Demonstra ainda que 69% dos egressos têm curso superior, 11% tenham pós-graduação, enquanto 20% tinham ensino médio e técnico. Um dado interessante é que somente 48% seguiram seus estudos nas áreas das ciências humanas e sociais aplicadas.

Quanto ao relacionamento dos egressos com partidos políticos, Martins e Barros (2017) apontam que 69% nunca foram filiados a partidos políticos, 10% já eram filiados quando participaram do PJB, enquanto 21% filiaram-se apenas após a participação no PJB. Enquanto 23% disseram participar ativamente da militância política no período em que foi realizada pesquisa.

Já em relação ao interesse em participar através de candidatura para cargos políticos, 38% responderam positivamente e novamente questões de gênero entram no debate. O público masculino demonstrou maior estímulo para candidaturas com mais de 51% de respostas positivas, contra cerca de 24% de respostas para o público feminino.

No mês de dezembro de 2021, a Coordenação Pedagógica do Parlamento Jovem Brasileiro, do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, a pedido dessa pesquisa, enviou dados que auxiliam a traçar um perfil dos participantes do PJB.

Foram solicitadas informações de 2011 a 2021. A Coordenadoria Pedagógica explicou no e-mail enviado que, até 2016, não havia um sistema eletrônico de inscrições para o PJB. Dessa forma, as inscrições eram recebidas pelas secretarias estaduais de educação via Correios ou e-mail específico para isso.

De acordo com a Coordenadoria, o sistema de inscrições do PJB na Câmara foi implantado em 2016, sendo que desse ano até 2018 recebem os dados a partir da etapa de pré-seleção estadual. A inscrição eletrônica via sistema para todos os participantes desde o início do processo somente foi implementada em 2019.

A Coordenadoria também explica que os dados anteriores a 2016 referem-se apenas aos estudantes selecionados que efetivamente foram deputados jovens. Nesse caso, informações sobre perfil e participação cidadã foram coletadas no formulário de avaliação do programa e

não no momento da inscrição. Dessa forma, como nem todos os participantes responderam ao questionário de avaliação, não contam com as informações completas.

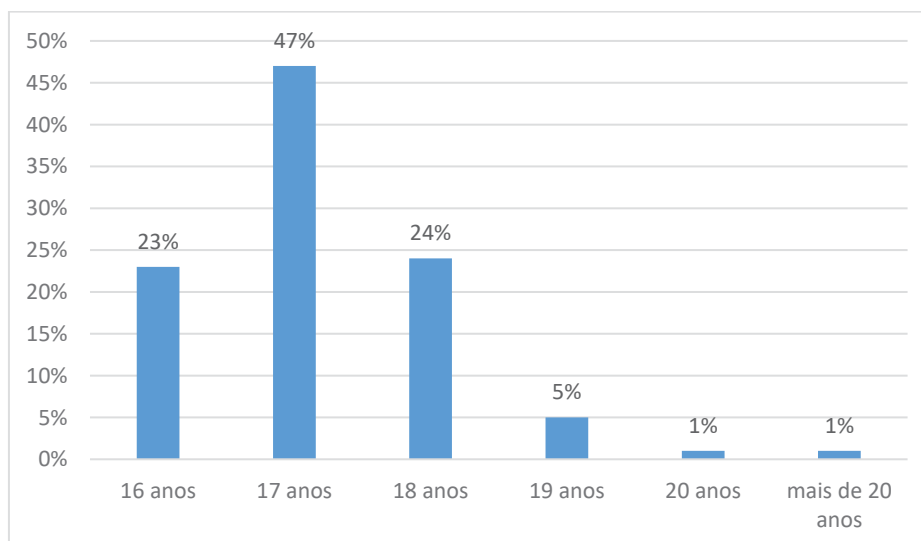
Devido a esses fatores, em alguns casos não fecham as contas com a quantidade estipulada no Regulamento do Programa em relação ao número de participantes, gerando dúvidas, por isso, foram refutados. Dessa forma, essa pesquisa utilizará o recorte das edições de 2016 a 2020.

De acordo com os dados enviados pela Câmara dos Deputados, nas últimas 5 edições o PJB contou entre os candidatos selecionados com 48% de jovens do gênero feminino e 52% masculino. Porém nos últimos dois anos, registrou um aumento da participação feminina para 54% em 2020 e 55% em 2019. Fora o ano de 2018, em que apenas 38% das selecionadas foram mulheres, em 2016 e 2017 46% das participantes eram meninas.

Em relação a participação de escolas públicas e privadas, a iniciativa conta com uma quantidade maior da primeira categoria, com cerca de 75% considerando os 5 anos analisados, frente a 25% da participação de escolas particulares. Em 2019, por exemplo, as escolas públicas chegaram a ter 78% da participação do Programa e, em 2018, 77%. Porém, em 2017 registrou 71% e, em 2016, 73%. Em 2020 as escolas públicas representaram 74% dos estudantes. Notou-se uma participação significativa, entre as instituições particulares de ensino do Sistema S, como escolas do Senai e do Sesc.

Outro dado importante fornecido pelo Cefor é a faixa etária dos participantes. No recorte 23% tinham 16 anos; 47% tinham 17, 24% tinham 18; 5% tinham 19, 1% tinha 20 anos e 1% tinha mais de 20 anos. Entre os dados passados, o Programa admitiu a participação de estudantes com até 22 anos.

GRÁFICO 16 – Porcentagem de participação por idade dos participantes dos PJB 2016-2020

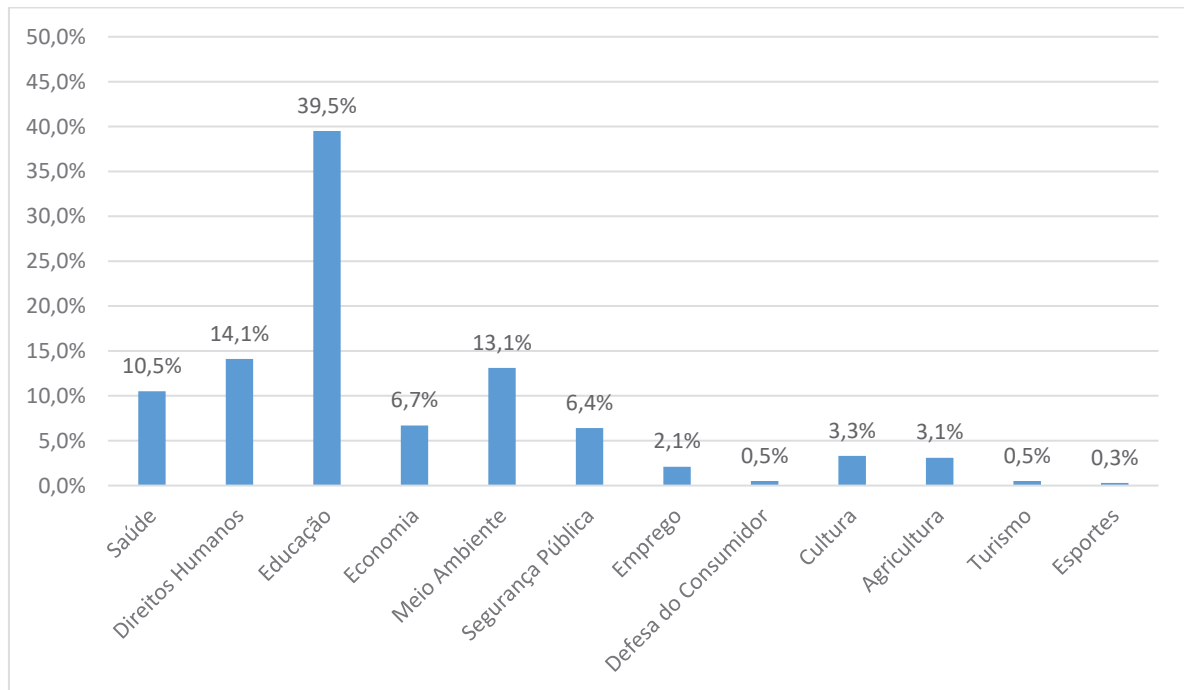


FONTE: O autor, com dados do Cefor / Câmara dos Deputados, 2022.

O público com 17 anos compreende a maior quantidade entre os selecionados no período estudado, chegando a contar com 49% nos anos de 2016 e 2017, 47% em 2020, 45% em 2019 e 44% em 2018. Em segundo lugar está o público com 16 anos, que manteve uma média de 19 participantes por ano, diferenciando em 2018 com 18 estudantes dessa faixa etária e 16 em 2016. Em apenas dois momentos o programa contou com estudantes com 20 anos ou com mais de 21 anos.

O Cefor disponibilizou também quais foram os temas utilizados pelos jovens para o projeto de lei, que serviu como ferramenta de avaliação para a seleção do programa entre os anos de 2016 e 2020/2021. O tema ‘Educação’ representou 39,5% das proposições nas últimas cinco edições, seguido por ‘Direitos Humanos’ com 14,1%, ‘Meio Ambiente’ com 13,1%, ‘Saúde’ com 10,5%, ‘Economia’ com 6,7%, ‘Segurança Pública’ com 6,4%, ‘Cultura’ com 3,3%, ‘Agricultura’ com 3,1%, ‘Emprego’ com 2,1%, ‘Defesa do Consumidor’ e ‘Turismo’ com 0,5% e ‘Esporte’ com 0,3%.

GRÁFICO 17 – Áreas de interesse dos projetos selecionados pelo PJB entre 2016 e 2020



FONTE: O autor, com dados do Cefor / Câmara dos Deputados (2022).

Um outro fator importante a ser analisado é como ocorre o interesse desses jovens em participar de um programa de simulação de parlamento, dentro do território nacional. Para

facilitar a compreensão, esse trabalho fará o recorte pela divisão regional do Brasil<sup>58</sup> em acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

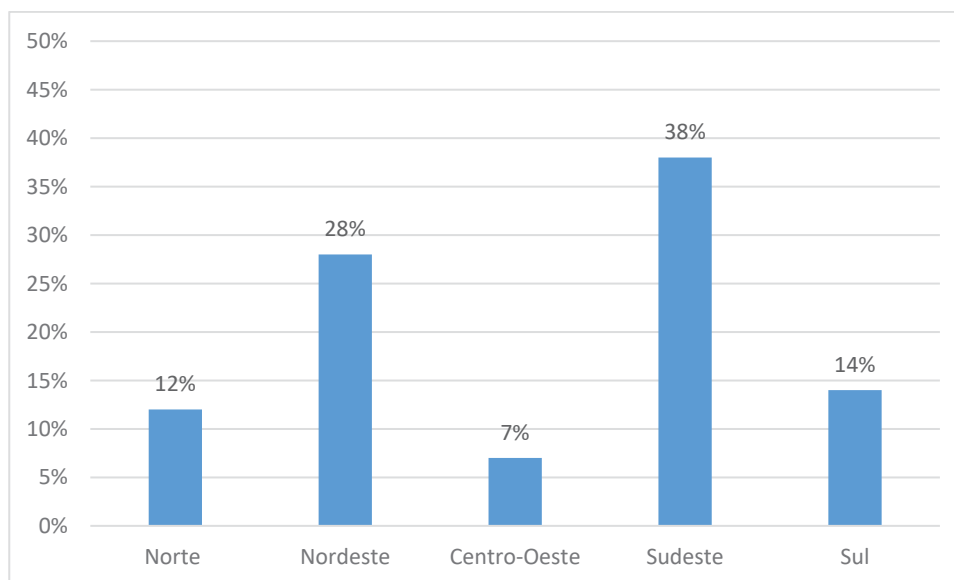
Os dados do Cefor compreendem os anos de 2017 a 2020 e foram extraídos entre 3.640 de inscrições distribuídas por estados da Federação, juntamente com o Distrito Federal. Dessa forma, a região Sudeste é a que conta com mais inscrições no PJBs considerando o período analisado, com 38% dos inscritos, seguida pelo Nordeste brasileiro com 28%, o Sul com 14%, a Região Norte 12% e por último a Região Centro-Oeste com 7%.

TABELA 3 – Inscrições por regiões do Brasil para o PJB entre 2017 e 2020

	Inscrições PJB por região do Brasil								Total 2017-2020	
	2017		2018		2019		2020			
<b>Norte</b>	36	12%	32	10%	267	14%	101	9%	436	12%
<b>Nordeste</b>	92	29%	92	30%	505	26%	338	32%	1027	28%
<b>Centro Oeste</b>	25	8%	24	8%	121	6%	95	9%	265	7%
<b>Sudeste</b>	112	36%	112	36%	771	40%	393	37%	1388	38%
<b>Sul</b>	48	15%	48	16%	287	15%	141	13%	524	14%
<b>Total de inscrições</b>	<b>313</b>		<b>308</b>		<b>1951</b>		<b>1068</b>		<b>3640</b>	

FONTE: O autor com dados do Cefor / Câmara dos Deputados (2022).

GRÁFICO 18 – Inscrições por regiões do Brasil entre os anos 2017 e 2020



FONTE: O autor, com dados do Cefor / Câmara dos Deputados (2022).

<sup>58</sup> Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html>>. Acesso em: 15 nov. 2022.



Da região Sudeste são oriundos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Esse destaque deve-se à participação expressiva dos três primeiros estados, que se colocam entre os cinco primeiros em inscrições no país, na maioria das edições analisadas.

Entre os anos estudados, o estado de São Paulo contou com 14% das inscrições do país em 2017 e 2018, chegando a 23% em 2019 e reduzindo para 19% em 2020, ano esse que ocorreu um aumento geral de inscrições dos demais estados brasileiros. Minas Gerais ficou em 2º lugar no Brasil em três dos quatro anos analisados com cerca de 10% das participações em 2017 e 2018, caindo para 5,4% em 2019<sup>59</sup> e voltando para a 2ª posição em 2020. Já o Rio de Janeiro, nos quatro anos analisados ficou em 3º lugar no Brasil com 8,9% em 2017, 9,1% em 2018 e 2019, em 2020 reduzindo para 6,6%.

Os maiores eleitorados também estão na região: São Paulo tem 22,5% dos eleitores, Minas Gerais, 10,6% e Rio de Janeiro, 8,4%. Em conjunto com o Espírito Santo (1,9%), a Região é responsável por 43,4% dos votos no país. Uma vez que o número de eleitos para o Legislativo é proporcional à população do distrito eleitoral, esses estados detêm as maiores bancadas na Câmara dos Deputados e também os maiores legislativos estaduais em número de parlamentares: 94 (SP), 77 (MG) e 70 (RJ). O Espírito Santo tem 30 deputados estaduais. (BERNARDES, 2020, p. 26).

A Região Nordeste formada pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe representou 28% das inscrições do Programa, somando 1.027 inscrições. O volume é oriundo da quantidade de estados, considerando que, fora a participação do Maranhão em 2019, que chegou a 10% das inscrições do país, com 194 inscrições, e o estado da Bahia com 7,7% em 2017, a participação costuma ser mediana, não ultrapassando os 7%. Mas há estados bem abaixo disso, com participações inferiores a 1,5%, como Sergipe, por exemplo, entre o período de 2017 a 2020.

A Região Sul ocupa a 3ª posição na quantidade de inscrições do PJB no período estudado, com praticamente a metade das inscrições da Região Nordeste. Em quatro anos Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram responsáveis por 524 inscrições, que representam 14% do total.

O Paraná e o Rio Grande do Sul dividiram a 5ª colocação nacional na quantidade de escritos, sendo 6,4% em 2017 e 6,5% em 2018. Especificamente o Paraná, em 2019 ocupa a 4ª posição com 5,8% e retorna para a 5ª posição em 2020, com 6% das inscrições. Em 2019, o Rio Grande do Sul contou com 3,8% das inscrições e em 2020 reduziu sua expressividade frente aos demais estados para 2,6% das inscrições.

---

<sup>59</sup> Em 2019, a 2ª colocação foi ocupada pelo estado do Maranhão, como será demonstrado na TABELA 4.

Ainda na Região Sul, o estado de Santa Catarina, em 2017 e 2018, representava apenas 2,6% das inscrições. Em 2019 chegou em 5% e em 2020 baixou para 4,6%.

A Região Norte, formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins representa 12% das inscrições do PJB, somando nos quatro anos da amostra 436 inscrições. Fora o estado do Amazonas, que, na edição 2020, representa 3,6% das inscrições do país, as demais participações não ultrapassam os 2% no cenário nacional.

Para finalizar, a Região Centro-Oeste, formada pelos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal representam apenas 7% do montante geral no período estudado. Os territórios com maior participação são o estado de Goiás, chegando a alcançar a 4ª posição em 2020, com 6,3% das inscrições realizadas no Brasil, mas nos anos anteriores não ultrapassando os 3,8% do geral.

A TABELA 4 traz a participação dos estados brasileiros entre os anos de 2017 e 2020, destacadas os cinco estados por ano com mais inscrições:

TABELA 4 – Inscrições por estados brasileiros para o PJB entre 2017 e 2020

Inscrições PJB por estados do Brasil 2017-2020											
2017			2018			2019			2020		
AC	4	1,3 %	AC	4	1,3 %	AC	8	0,4 %	AC	6	0,6 %
AL	4	1,3 %	AL	4	1,3 %	AL	50	2,6 %	AL	53	5,0 %
AM	4	1,3 %	AM	4	1,3 %	AM	58	3,0 %	AM	38	3,6 %
AP	4	1,3 %	AP	4	1,3 %	AP	34	1,7 %	AP	9	0,8 %
<b>BA</b>	<b>24</b>	<b>4º 7,7 %</b>	<b>BA</b>	<b>24</b>	<b>4º 7,8 %</b>	BA	62	3,2 %	BA	55	5,1 %
CE	12	3,8 %	CE	12	3,9 %	CE	54	2,8 %	CE	52	4,9 %
DF	4	1,3 %	DF	4	1,3 %	DF	15	0,8 %	DF	18	1,7 %
ES	8	2,6 %	ES	8	2,6 %	ES	40	2,1 %	ES	34	3,2 %
GO	12	3,8 %	GO	12	3,9 %	GO	74	3,8 %	<b>GO</b>	<b>67</b>	<b>4º 6,3 %</b>
MA	12	3,8 %	MA	12	3,9 %	<b>MA</b>	<b>194</b>	<b>2º 9,9 %</b>	MA	64	6,0 %
<b>MG</b>	<b>32</b>	<b>2º 10,2 %</b>	<b>MG</b>	<b>32</b>	<b>2º 10,4 %</b>	MG	105	5,4 %	<b>MG</b>	<b>87</b>	<b>2º 8,1 %</b>
MS	5	1,6 %	MS	4	1,3 %	MS	15	0,8 %	MS	3	0,3 %
MT	4	1,3 %	MT	4	1,3 %	MT	17	0,9 %	MT	7	0,7 %
PA	12	3,8 %	PA	8	2,6 %	PA	113	<b>4º 5,8 %</b>	PA	28	2,6 %
PB	8	2,6 %	PB	8	2,6 %	PB	27	1,4 %	PB	26	2,4 %
PE	16	5,1 %	PE	16	5,2 %	PE	45	2,3 %	PE	46	4,3 %
PI	8	2,6 %	PI	8	2,6 %	PI	27	1,4 %	PI	11	1,0 %
PR	20	<b>5º 6,4 %</b>	PR	20	<b>5º 6,5 %</b>	PR	114	<b>4º 5,8 %</b>	PR	64	<b>5º 6,0 %</b>
RJ	28	<b>3º 8,9 %</b>	RJ	28	<b>3º 9,1 %</b>	RJ	178	<b>3º 9,1 %</b>	RJ	70	<b>3º 6,6 %</b>
RN	4	1,3 %	RN	4	1,3 %	RN	25	1,3 %	RN	17	1,6 %
RO	4	1,3 %	RO	4	1,3 %	RO	16	0,8 %	RO	7	0,7 %
RR	4	1,3 %	RR	4	1,3 %	RR	8	0,4 %	RR	6	0,6 %
<b>RS</b>	<b>20</b>	<b>5º 6,4 %</b>	<b>RS</b>	<b>20</b>	<b>5º 6,5 %</b>	RS	75	3,8 %	RS	28	2,6 %
SC	8	2,6 %	SC	8	2,6 %	<b>SC</b>	<b>98</b>	<b>5º 5,0 %</b>	SC	49	4,6 %
SE	4	1,3 %	SE	4	1,3 %	SE	21	1,1 %	SE	14	1,3 %
<b>SP</b>	<b>44</b>	<b>1º 14,1 %</b>	<b>SP</b>	<b>44</b>	<b>1º 14,3 %</b>	<b>SP</b>	<b>448</b>	<b>1º 23,0 %</b>	<b>SP</b>	<b>202</b>	<b>1º 18,9 %</b>
TO	4	1,3 %	TO	4	1,3 %	TO	30	1,5 %	TO	7	0,7 %
<b>Total</b>	<b>313</b>		<b>Total</b>	<b>308</b>		<b>Total</b>	<b>1951</b>		<b>Total</b>	<b>1068</b>	

FONTE: Cefor / Câmara dos Deputados (2022, grifo nosso).

Juntamente com os dados solicitados com o objetivo de traçar um perfil do participante do PJB, a pesquisa questionou a Câmara dos Deputados quanto a adesão e interação dos estudantes nas redes sociais.

De acordo com a Coordenação Pedagógica, antes de 2017, no Facebook, era aberta uma comunidade para cada edição anual. Somente em 2018 foi mantida a mesma página e as antigas foram excluídas. Dessa forma, os dados enviados referem-se a 2017 em diante. Além disso foi informado que as contas do PJB tornaram-se Escola da Câmara, em outubro de 2021.

Em 2017, a página do Facebook do PJB efetuou 99 postagens e contou com 383.072 visualizações e 13.018 interações nas publicações. Além disso, nesse período, alcançou a marca de 15.237 seguidores. Quanto ao relacionamento através de mensagens *inbox*, a página não contou com interação.

Em 2018, foram realizadas 264 postagens, registrando um incremento de 167%. No entanto, as visualizações tiveram uma queda de 30%, somando durante o ano 268.708. Por outro lado, as interações nas publicações subiram 9%, chegando a 14.144, bem como a quantidade de seguidores em 7%, alcançando a marca de 16.312. As interações *inbox* aparecem com 226 registros no ano.

Já em 2019, a quantidade de postagens chegou a 398, contabilizando um incremento de 50,75% no conteúdo e as visualizações sobem 3,1%, alcançando o total de 277.085. Porém, as interações caíram 25%, para 10.581 nas publicações e 36% *inbox*. O número de seguidores cresce 4,85%, chegando a 17.104 no total.

A quantidade de postagens em 2020 aumenta em 48% considerando o ano anterior, chegando a 589, mas a quantidade de visualizações recua 26%, diminuindo para 205.358, como também as interações caem 44%, registrando 5.918 no total do ano. Vale salientar que em 2020 a edição do programa foi 100% on-line.

O Instagram do PJB foi criado em 2018, ano em que foram efetuadas 19 postagens. Foram registradas 1.175 visualizações no perfil, como também 31.480 impressões de perfil e contabilizadas 619 curtidas e 13 comentários em postagens. Ao todo, 406 seguidores foram alcançados.

Em 2019, o incremento na quantidade de publicações foi de 895%, somando um total de 189. Os seguidores da página chegam a 2.003, registrando um aumento de 393%, enquanto as visualizações do perfil alcançam 18.528, o que representou um aumento de 944%. As impressões de perfil aumentaram em 1.089%, registrando um total de 374.379. As curtidas nas postagens alcançaram 14.439, em um incremento de 2.223%, enquanto 512 comentários foram registrados, contabilizando um aumento de 3.838%.

De acordo com o PJB, duas alterações foram feitas em 2019 para a conta do PJB no Instagram: a transformação para o modelo comercial e as métricas do relatório. No entanto, os dados repassados para a pesquisa apontam, entre 2019 e 2020, somente o aumento em 74% no

quantitativo de postagens, em 328 postagens, e o incremento 126% na quantidade de seguidores, aumentando de 2.003 para 4.533 no ano seguinte.

Até o dia 2 de março de 2020, a página do Youtube da Escola da Câmara contava com 298 vídeos, 18 mil subscritores e 1.680.924 visualizações. Vale ressaltar que os conteúdos disponibilizados atendem todas as atividades da Escola desde o Portal EVC, dos cursos de pós-graduação e eventos do Cefor, como também é um repositório de conteúdo em vídeo do PJB. A página da Escola da Câmara está funcionamento desde 11 de julho de 2016.

No Youtube, o Programa Plenarinho conta com uma página independente, com 14 mil subscritores e 1.708.742 visualizações. A página do Plenarinho foi criada antes mesmo da Escola da Câmara, estando em funcionamento desde 6 de dezembro de 2009.

#### 4.2.2 Programa Jovem Senador (Senado Federal) – Brasil

O Jovem Senador nasceu de um de Concurso de Redação promovido pelo Senado Federal, em 2008. Somente em 2010, através da Resolução 42/2010, tornou-se um programa que tem como objetivo selecionar jovens através de um concurso de redação para uma imersão no cotidiano legislativo por um total de quatro dias, em Brasília.

Na primeira edição, em que participaram apenas os estudantes do ensino fundamental, somente a aluna classificada em primeiro lugar ganhou a viagem a Brasília e um microcomputador. Após a aprovação da Resolução, os 27 representantes, cada um de um estado brasileiro, além da viagem para Brasília, também ganhariam um notebook. As premiações com os notebooks aconteceram até 2017 e retornaram na edição de 2022<sup>60</sup>.

De acordo com o levantamento efetuado por Mota e Barros (2020), até julho de 2018, ao todo 324 estudantes participaram da experiência presencial do Programa Jovem Senador. Em 2019 foram mais 27, chegando a 351. Em 2020<sup>61</sup>, a iniciativa foi adiada em virtude da pandemia e, em 2021, pelo mesmo motivo, o programa não foi realizado.

Em todos esses anos de existência, o Jovem Senador conta com a parceria do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e do apoio das secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal.

---

<sup>60</sup> Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/home/noticias-1/externas/2022/03/vencedores-do-jovem-senador-vem-a-brasilia-e-atuam-no-plenario-do-senado>>. Acesso em: 21 maio 2022.

<sup>61</sup> Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/home/noticias-1/releases/2020/06/coordenador-fala-sobre-o-adiamento-do-jovem-senador-2020>>. Acesso em: 21 maio 2022.

O Jovem Senador disponibilizava em seu site a página JS em Números, uma importante ferramenta quantitativa, que apresenta um perfil do programa e de seus participantes. Vale destacar que em 18 de maio de 2022 a referida página não estava no ar. Em virtude disso, por e-mail, a presente pesquisa questionou a coordenação dos motivos. Pois, além de não estar disponível pelo link, não existia mais o atalho no menu da página inicial.

De acordo com o Programa Jovem Senador, em e-mail respondido em 19 de maio de 2022, o JS em Números foi retirado temporariamente para atualização dos dados, como também necessitará de uma metodologia diferente de mensuração por conta da pandemia e do ensino a distância. Segundo a coordenação do programa, com os alunos fora da sala de aula, dificultou para as escolas aplicarem o conceito de alunos atingidos – ou seja, quantos alunos tiveram acesso ao conteúdo proposto. O Programa ressaltou que o referencial possível no momento seria o número de escolas que enviaram redações para as secretarias da educação. O JS informou, ainda, que tão logo tenha-se esse levantamento, colocará o JS em Números novamente no site, no entanto com metodologia diferente da usada até 2019.

No entanto, o link sugerido pela coordenação do programa em 24 de novembro de 2021<sup>62</sup>, o JS em Números apresenta dados sobre a edição de 2019, a última realizada antes da pandemia. De acordo com os dados, das 21.341 escolas aptas a participar no país, apenas 1.846 participaram, o que reflete a 8,65%. Porém, a edição registrou um total de 122.695 redações, mobilizando 264.831 mil estudantes em atividades referentes ao Programa e a temática, e 8.090 professores. De 2011 a 2019, o Jovem Senador mobilizou mais de 1,85 milhões de estudantes e recebeu 819.925 mil redações das escolas participantes.

A página aponta que os estados com mais escolas aptas a participar são São Paulo, com 4.281, seguido por Minas Gerais, com 2.482, Paraná, com 1.697, Rio de Janeiro, com 1.204, Rio Grande do Sul, com 1.163, e Bahia, com 1.104. Contudo, em 2019, os estados com maior participação no programa, considerando o envio de redações para a fase seletiva, foram em 1º lugar Alagoas, 2º o Amapá, 3º o Rio Grande do Norte, em 4º empatados Ceará e Tocantins e, em 5º, o Espírito Santo. Cabe destacar que, de acordo com o Regulamento do Jovem Senador, é escolhido um representante de cada estado através da redação para compor a turma do programa para a imersão em Brasília.

Desde 2011, o Jovem Senador contou com 54 proposições apresentadas, 40 foram aceitas como projetos de Lei do Senado e duas como PEC. Dessas, 22 proposições ainda estão

---

<sup>62</sup> Link enviado por e-mail, pelo Programa Jovem senador em 24 nov. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jovemensenador/menu/quem-somos/js-em-numeros>>.

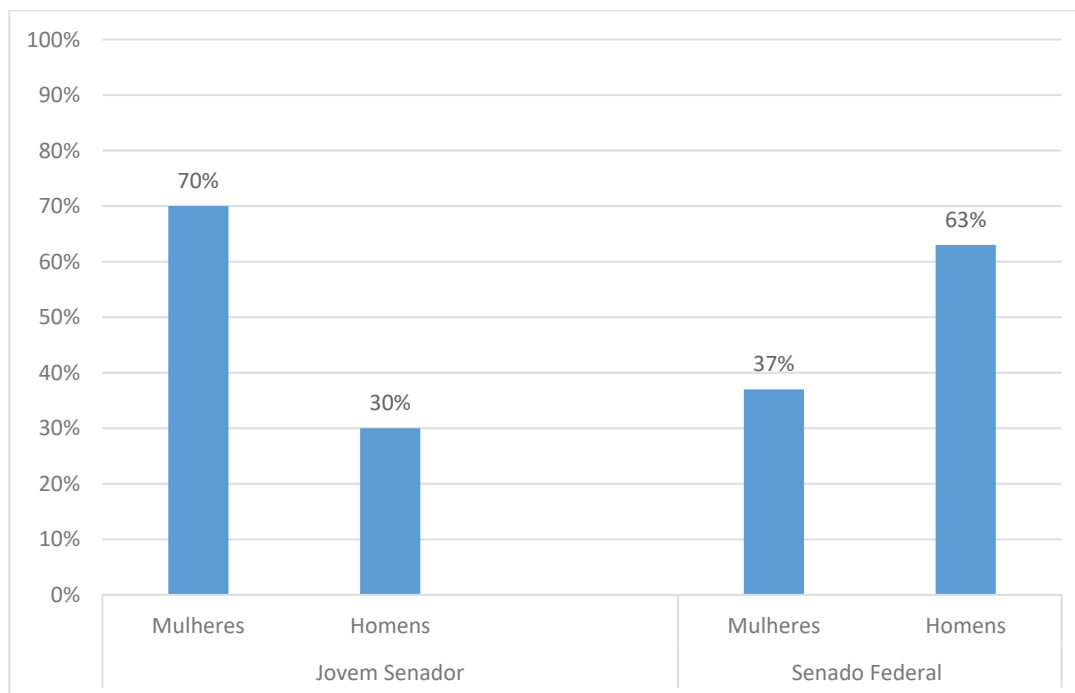
em tramitação, 6 sugestões legislativas e 16 projetos de Lei do Senado. No entanto, várias proposições foram arquivadas ao final da última legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno, do Senado Federal.

Entre a produção dos jovens senadores estão os PLs que foram aprovados no Senado e encaminhados para a Câmara dos Deputados, como o PLS 252/2014, que “Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável” e que na Câmara dos Deputados tramita como PL.9938/2018. E o PLS 426/2015, que “Dispõe sobre o serviço de assistência a estudantes de ensino médio da rede pública para ingresso em cursos superiores e no mercado de trabalho” e que tramita na Câmara dos Deputados, como PL.5053/2016. Cabe explicar que houve proposições que foram aprovadas no Senado, mas arquivadas na Câmara dos Deputados.

Outras informações importantes disponibilizadas pelo JS em Números tratam dos perfis dos estudantes e professores orientadores participantes. De acordo com o levantamento efetuado, em 2019, 74% dos alunos são de cidades do interior do país, 20 no total, enquanto 26% dos alunos são de capitais (AP, AM, DF, PA, RJ, RR, TO).

Dos 27 selecionados pelo concurso de redação, da edição 2019, um total de 19 foram do sexo feminino, enquanto apenas 8 do sexo masculino. Em relação a faixa etária, a maioria dos selecionados tinha 17 anos.

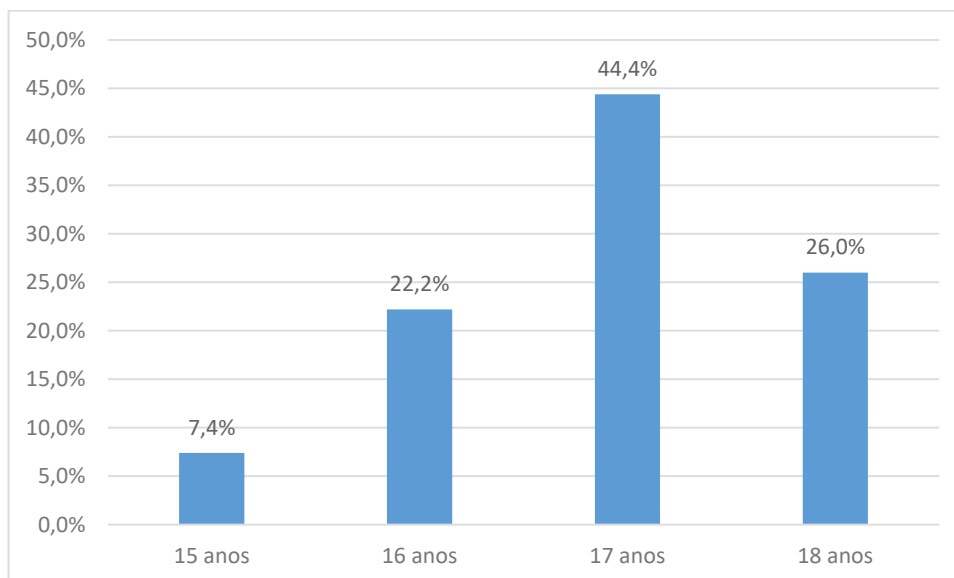
GRÁFICO 19 – Comparação por gênero entre o parlamento e a simulação de parlamento, no Jovem Senador



FONTE: O autor, com dados do Jovem Senador (2022).

O levantamento aponta que 26% tinham 18 anos (7), 44,4% tinham 17 anos (12), 22,2% tinham 16 anos (6) e 7,4% têm 15 anos (2). Vale lembrar que a idade máxima de participação no programa é de 19 anos.

GRÁFICO 20 – Idade dos selecionados no Programa Jovem Senador em 2019



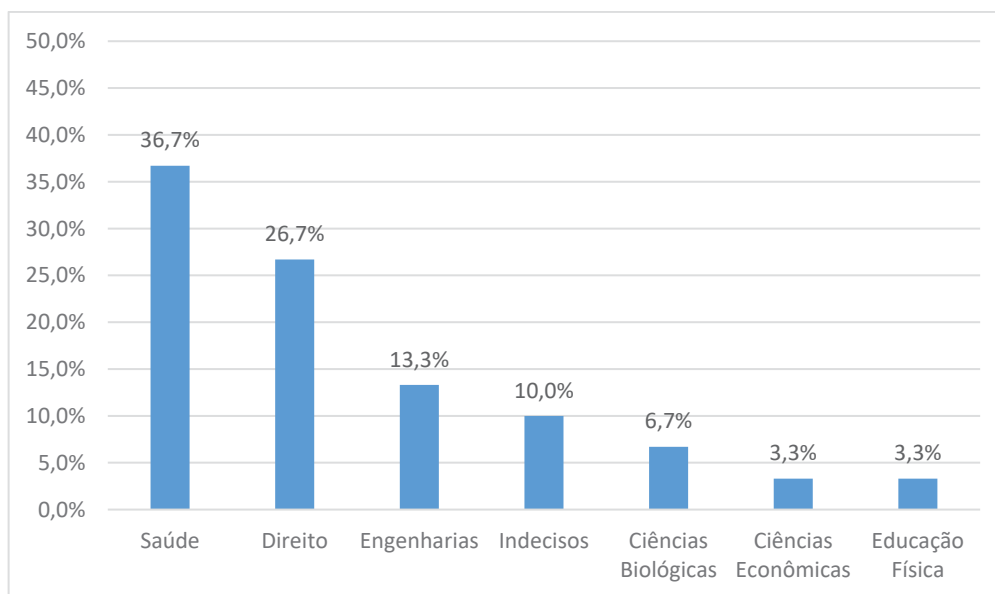
FONTE: O autor, com dados do Jovem Senador (2022).

No quesito escolaridade, em 2019 66,7% estavam cursando o terceiro ano do ensino médio (18), 22,2% estavam no segundo ano (6), 11,1% estavam no primeiro ano (3) e 11,1% estudavam em escolas profissionalizantes (PA, PB, RN), que costumam ter um quarto ano especificamente técnico.

Sobre o futuro, a turma de 2019 tinha como opções de cursos superior as áreas da Saúde, com 36,67%, Direito, com 26,67%, Engenharia, com 13,33%, Indecisos, com 10%, Ciências biológicas, com 6,67%, Ciências econômicas e Educação Física, ambos com 3,33%.



GRÁFICO 21 – Área de atuação profissional pretendida dos participantes do ano de 2019



FONTE: O autor, com dados do Jovem Senador (2022).

Um total de 15, dos 27 jovens senadores, o que representa 56% dos alunos, afirmaram já ter participado de algum projeto social como voluntários. Cerca de 63% disseram estar participando na época que foram jovens senadores ou já terem participado de projetos de educação para a cidadania, em 2018. Porém, apenas 7% se declararam interessados em ingressar na vida política.

Em relação a presença em Redes Sociais, entre os participantes da turma 2019, 74% utilizam o Instagram, 59% o Facebook, 26% o Twitter, 18,5% o Snapchat, 3% o Youtube e 15% não informaram. Em comparação com 2018, 81% disse usar o Instagram, 78% o Facebook, 15% o Twitter, 7% o Snapchat e 11% não informaram. A turma de 2018 não contou com usuários declarados do Youtube.

Este capítulo teve como intenção apresentar dados endógenos e exógenos dos programas de parlamentos jovens, que cumprem a finalidade de elucidar características off-line, que podem ou não incidir no conteúdo on-line disponibilizado pelas iniciativas, que serão analisadas nos próximos capítulos.



## 5 FERRAMENTAS COMUNICATIVAS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA DISPONÍVEIS NOS SITES DOS PARLAMENTOS E EM PROGRAMAS DE PARLAMENTOS JOVENS: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA

Após traçar um perfil de cada programa de parlamento jovem off-line, com o intuito de compreender o formato, funcionamento, público, principais resultados conquistados e a abrangência, o esforço foi direcionado para a construção de índices que tornem possível a avaliação das diferentes ferramentas comunicacionais de educação política na internet, a partir de parlamentos ou entidades parceiras.

Em primeiro lugar, foi trabalhado com os sites dos parlamentos, relacionando ao tipo de conteúdo publicados, público-alvo, formato de mídia, nível de aprofundamento, presença nas redes sociais. Foram avaliadas, nos sites dos cinco parlamentos que fazem parte do objeto desse estudo, seis categorias subdivididas em 43 itens

Para a obtenção do índice nos sites de parlamentos, iniciou-se a busca a partir da página inicial e os caminhos virtuais foram trilhados a partir de palavras-chaves que remetem aos programas de educação política, mas também termos como “educação legislativa”, “educação para a cidadania”, “ensinar”, “aprender”, “aprendendo”, “visite-nos”, “educação”, “aprendizagem”, “jogo”, “juventude”, “envolver-se”, “programa de aprendizado”, “cidadania e participação”, “cursos”, “escola”, entre outros.

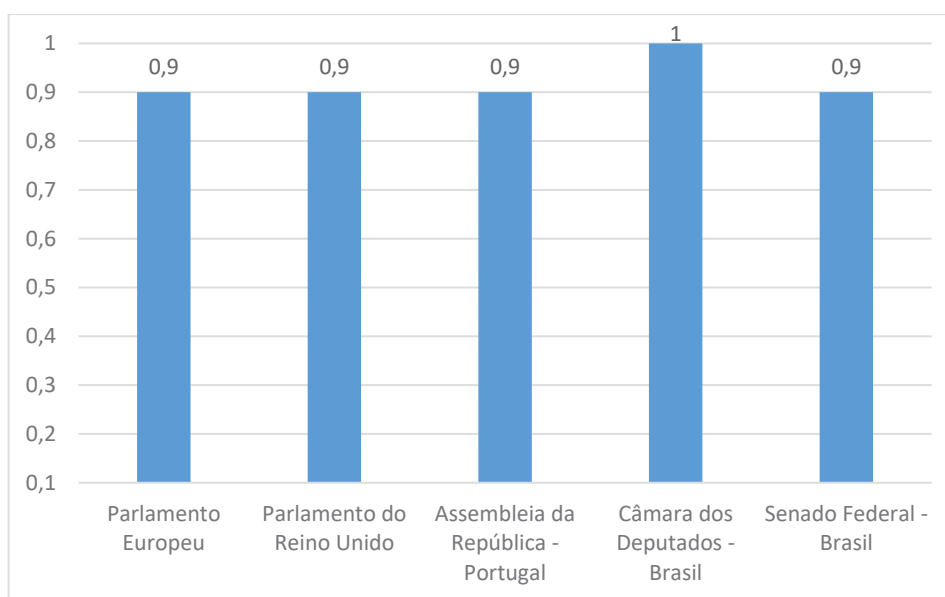
Em um segundo momento, nesse capítulo, o levantamento de dados e análise acontece nos sites dos programas de parlamentos jovens a partir da relação do *website* do programa com o do parlamento. Foi verificado como as informações contidas podem auxiliar na participação presencial, o quanto se utiliza dos participantes da experiência presencial como maneira de motivar à participação, quais são os formatos de mídias utilizados, quais as maneiras de sensibilização ao programa e ao público-alvo, sobre a presença nas redes sociais, entre outros. Ao todo, foram avaliadas oito categorias, subdivididas em mais 53 itens.

Vale lembrar que nesse capítulo foi utilizada a análise conteúdo, através da técnica de Leston-Bandeira (2009), em que os itens encontrados no *website* foram codificados como 1 (um) e não encontrados foram codificados como 0 (zero). Dessa forma, cada índice é o resultado da média das variáveis binárias e, quanto mais próximo de 0 (zero), mais baixo será o índice, sendo considerado o site com menos ferramentas de educação política. Já quanto mais próximo de 1, mais alto o índice, sendo mais próximo do ideal.

## 5.1 CARACTERÍSTICAS DAS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS EM SITES DE PARLAMENTO

Na categoria que mapeia a *disponibilização de informações básicas*, foram elencados 10 itens, sendo eles: 1) poder legislativo; 2) história do parlamento; 3) visita virtual on-line; 4) papel da casa legislativa; 5) como elaborar leis; 6) funções dos parlamentares; 7) processo legislativo; 8) funções das comissões da casa; 9) perfil dos deputados e 10) outros temas de interesse da sociedade. Por se tratar de noções básicas sobre o parlamento e temas discutidos por ele, a maioria dos itens foi encontrada. O Parlamento Europeu (PE), Parlamento do Reino Unido (PRU), Assembleia da República (AR) e Senado Federal (SF) obtiveram o índice de 0,90. Já a Câmara dos Deputados (CD) brasileira preencheu todos os quesitos.

GRÁFICO 22 – Noções básicas de parlamento e temas sociais nos sites de parlamentos

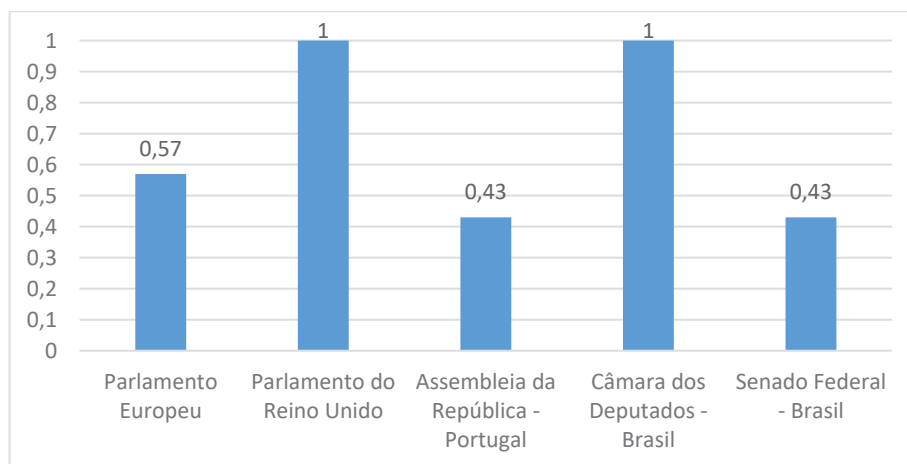


FONTE: O autor (2022).

A segunda categoria apresenta *conteúdos para públicos específicos* e traz sete itens: 11) crianças; 12) adolescentes; 13) universitários; 14) professores; 15) instituições e sociedade civil organizada; 16) servidores públicos; e 17) indicação de faixa etária. O SF e AR não contemplam quatro dos sete itens, obtendo um índice de 0,43, enquanto o PE alcançou 0,57. Novamente a CD preenche todos os requisitos e, dessa vez, juntamente com o PRU. O item ‘Indicação de faixa etária’ foi considerado no PRU e PE por estar evidente a indicação de idade e público nos conteúdos. No caso da Câmara dos Deputados, mesmo não tendo uma indicação explícita, existe uma segmentação clara de público, atrelada também à idade, como é o caso do

Plenarinho para as crianças, PJB para jovens, conteúdo para professores, organizações da sociedade civil, entre outros.

GRÁFICO 23 – Variedade de conteúdo para públicos específicos

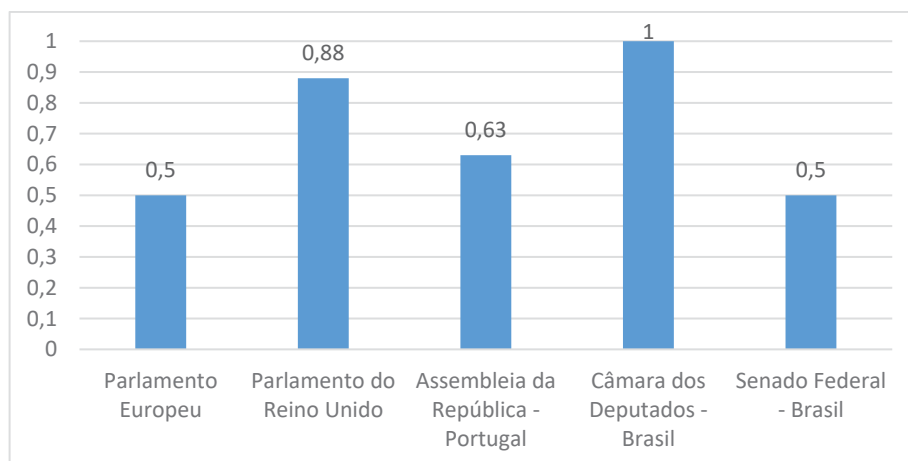


FONTE: O autor (2022).

A terceira categoria efetua um levantamento sobre os *formatos de mídia em que os conteúdos educativos* estão disponíveis. Como itens conta com 18) texto<sup>63</sup>; 19) vídeo; 20) animações; 21) jogos; 22) atividades lúdicas; 23) histórias em quadrinhos; 24) lives de debates ou educativas; 25) Podcasts / Áudio. o PRU e a CD contemplaram todos os requisitos elencados. Os sites do SF e PE são os que menos apresentam variedade de formatos de mídia, o que demonstra que o conteúdo não visa a atender crianças, mas sim aos jovens e adultos, por não conter atividades lúdicas, jogos e histórias em quadrinhos. Enquanto o site da AR obteve o índice de 0,63.

<sup>63</sup> Sobre o item ‘texto’, justifica-se a existência dele como uma forma mínima de comunicação com o internauta, que pode ser acompanhado por foto ou não. O site do Portal EVC conta, em seu sistema de busca, com a possibilidade de escolher entre os formatos de mídia, texto, áudio, vídeo e multimídia.

GRÁFICO 24 – Formatos de mídia disponíveis nos conteúdos educativos dos parlamentos

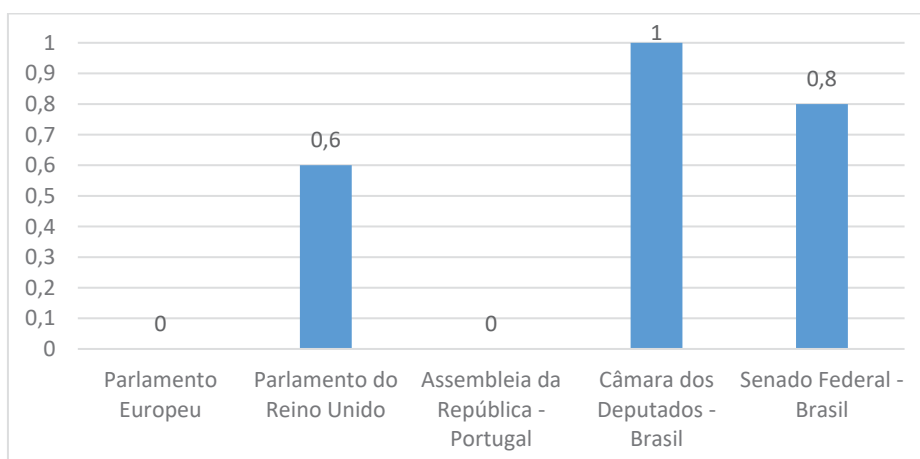


FONTE: O autor (2022).

As *ferramentas de conhecimento avançado* compõem a quarta categoria e apresenta como itens: 26) Cursos com tutoria; 27) cursos sem tutoria ou autoinstrucionais; 28) certificação; 29) cursos de pós-graduação; e 30) parcerias com universidades e/ou bolsas de estudo. Novamente a CD destaca-se e contempla todos os itens, enquanto o SF não apresentou nenhuma parceria com instituição de ensino superior. Em ambos os casos, tanto o Centro de Formação, da Câmara dos Deputados como o Interlegis, do Senado Federal, ofertam conteúdo de cursos em nível intermediário e usam dos sites para divulgarem cursos avançados em pós-graduações, incluindo, no caso do Cefor, um curso de Mestrado Profissional.

No caso do PE, não foi encontrado nada que se relacionasse com cursos mais aprofundados sobre o tema ou realizado pela instituição, gerando um índice de valor zero (0), o mesmo se aplicou para a AR. O PRU, considerando os itens apresentados em sua página, alcançou o índice 0,60.

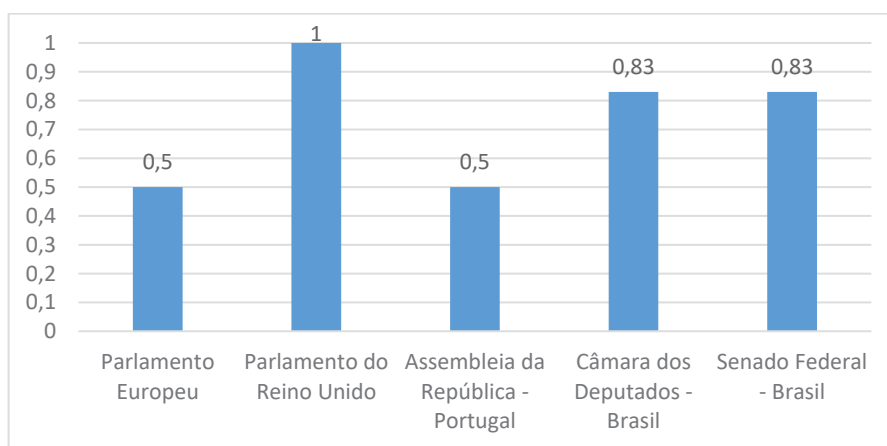
GRÁFICO 25 – Ferramentas de conhecimento avançado nos sites dos parlamentos



FONTE: O autor (2022).

Na quinta categoria, denominada como *conteúdo educativo em espaço noticioso*, se entende a informação jornalística como ferramenta educativa, não apenas pela disponibilização da informação, mas pelo tratamento da notícia de modo a ser compreendida pelo maior número de pessoas. Como itens de análise foram elencados a existência de: 31) portal de notícias; 32) ferramentas de combate as *fake news*; 33) Parlamento e Covid-19; 34) transmissões ao vivo de sessões; 35) *newsletter* educativa; e 36) um canal próprio da casa legislativa on-line, com a disponibilização de conteúdos educativos. Nesse aspecto o PUK cumpre com todos os quesitos, obtendo o índice máximo. Seguido pela CD e pelo SF com índices de 0,83, enquanto o PE e AR alcançaram 0,50. Tanto o PE, quanto AR não contam com ferramentas de combate as *fake News*, como também não apresentaram um campo específico de notícias sobre a pandemia. No caso do PE, ao invés da pandemia, o assunto que está constantemente em destaque em sua página, com a divulgação de medidas tomadas pela instituição, é referente a guerra na Ucrânia. Exceto o PRU, nenhum dos demais sites conta com *newsletter* educativa, no caso, voltada para a educação no âmbito legislativo.

GRÁFICO 26 – Conteúdo educativo em espaço noticioso nos sites dos parlamentos

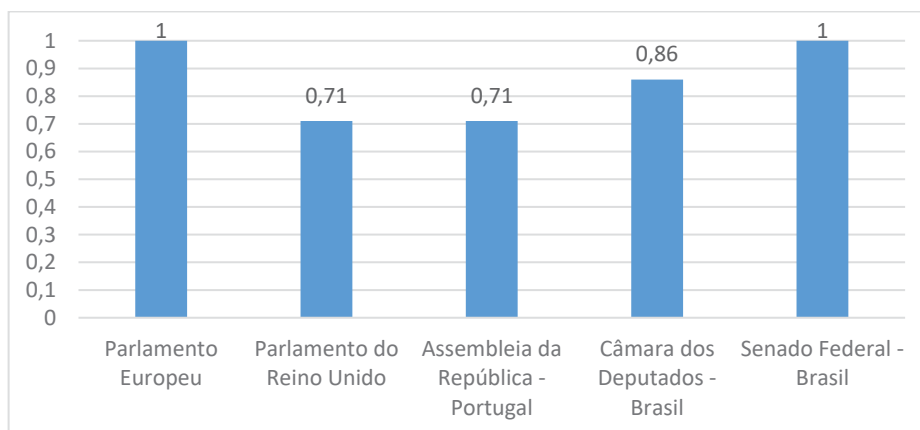


FONTE: O autor (2022).

Na última categoria, avaliou-se a *presença das instituições nas redes sociais digitais*. A pesquisa, além da checagem no site através dos links disponibilizados, ainda testou outras redes sociais, considerando a falta de atualização no site da inserção de links. Dessa forma, as subcategorias ficaram elencadas em: 37) Facebook; 38) Instagram; 39) Youtube; 40) Tik Tok; 41) Twitter; 42) LinkedIn; e 43) Outras. Nesse quesito, o PE e o SF destacaram-se ultrapassando as redes sociais elencadas e contando com outras informadas em sua página na internet. A CD com um índice de 0,86, limitando-se às plataformas elencadas para formação desse índice, mas não contando com nenhuma outra, por isso, não contemplando a subcategoria 43. Enquanto a

AR e o PRU, entre as propostas na pesquisa, não contavam também com o Tik Tok, obtendo um índice de 0,71.

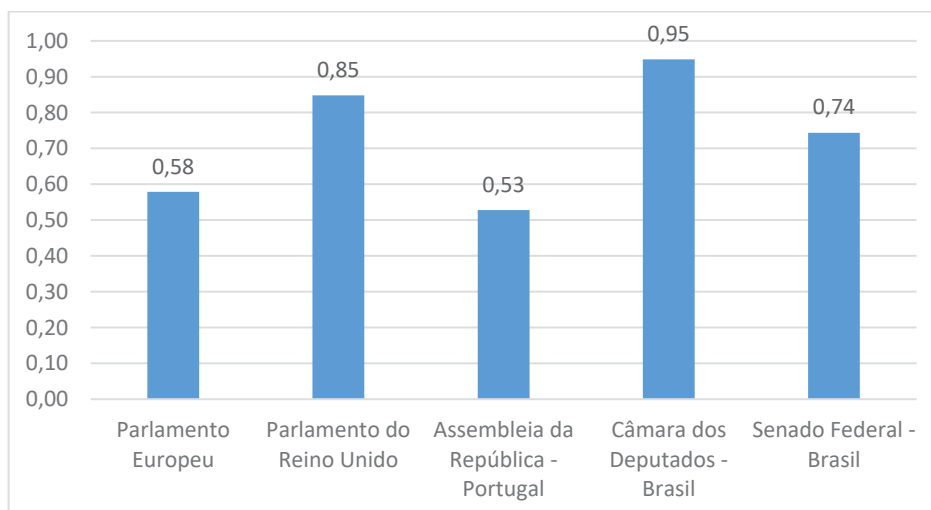
GRÁFICO 27 – Presença nas Redes Sociais Digitais



FONTE: O autor (2022).

Dessa forma, considerando os 43 itens, das seis categorias propostas, a CD ficou com o melhor índice, com 0,95, seguido pelo PRU, com 0,85, o SF, com 0,74 e, quase empatados, o PE com 0,58 e a AR com 0,53.

GRÁFICO 28 – Índice geral de conteúdo educativo das casas legislativas estudadas



FONTE: O autor (2022).

## 5.2 CARACTERÍSTICAS DAS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS EM SITES DE PARLAMENTOS JOVENS

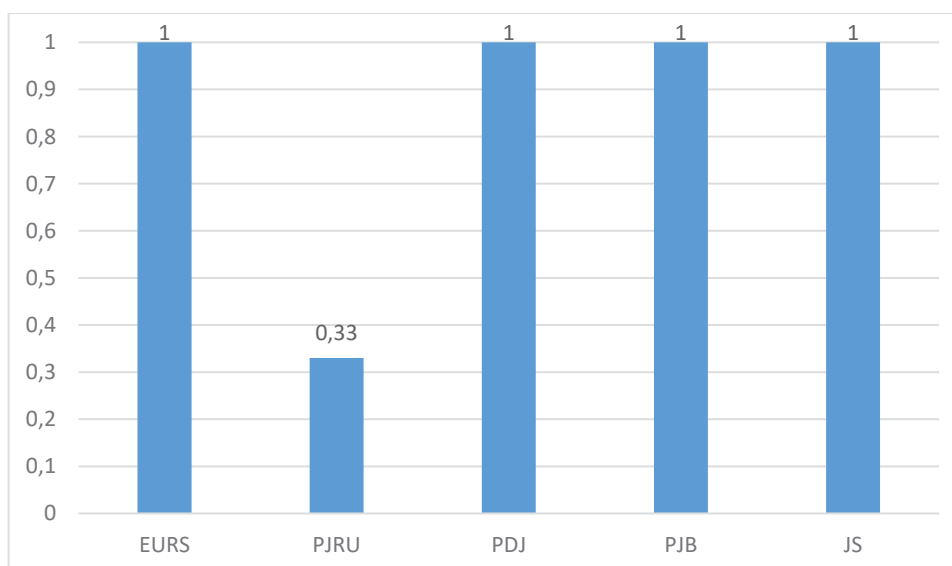
A segunda etapa da mensuração através de índices foi realizada nos sites dos programas de parlamentos jovens. A primeira categoria visa entender *o espaço dado ao PPJ no*

*site da casa legislativa*. Para isso, foram elencadas as seguintes subcategorias: 1) vínculo com a casa legislativa; 2) conexão do PPJ com o site do parlamento; 3) destaque e facilidade de acesso do PPJ no site da casa legislativa; 4) mesmo domínio do site do Parlamento com o PPJ; 5) Legitimidade do PPJ pela casa legislativa (busca no site) e 6) Notícias e divulgação sobre o PPJ no site da casa legislativa (busca no site).

Nessa categoria, o índice mais baixo é do Parlamento Juvenil do Reino Unido (PJRU) com 0,33, o que representa que existe uma parceria entre o programa de simulação de parlamento com a *House of Commons*, mas que são entidades distintas, de modo que o Parlamento Juvenil não é subordinado ao Parlamento do Reino Unido, tal qual as demais experiências presentes nesse estudo, conforme visto no capítulo quatro.

No entanto, por mais que o vínculo não seja estreito, o programa de parlamento jovem refere-se constantemente à atuação frente à *House of Commons* e o mesmo acontece, ao contrário, como o relatório publicado pelo Parlamento do Reino Unido com resposta das demandas levadas pelos jovens após a Sessão Anual, que acontece no Plenário da Câmara Baixa do Parlamento. O mesmo pode-se dizer quanto a divulgação do PPJ no site da Casa Legislativa, com notícias no site do Parlamento sobre a iniciativa.

GRÁFICO 29 – Espaço dado ao PPJ no site da Casa Legislativa



FONTE: O autor (2022).

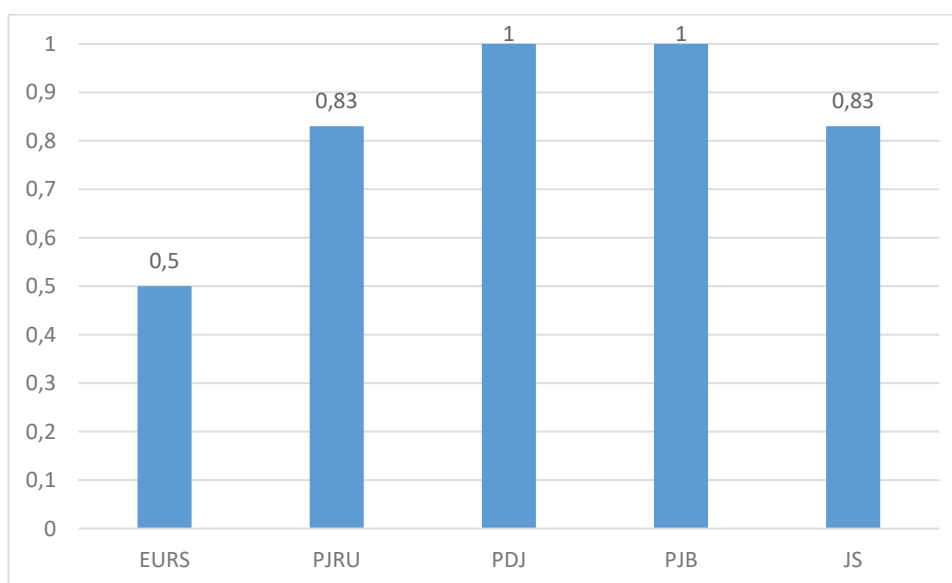
As demais iniciativas relacionadas obtiveram o índice máximo por serem realizadas pelos parlamentos estudados, demonstrando uma conexão plena entre as instâncias.

O levantamento realizado na segunda categoria visa a descoberta do índice das *informações das ferramentas de educação política do PPJ*, com os seguintes itens: 7) conteúdo

completo das edições anteriores; 8) explicações sobre a história e função do PPJ; 9) explicações sobre o funcionamento do PPJ; 10) explicações sobre a seleção para o PPJ presencial; 11) resultados da edição e produção parlamentar do PPJ e 12) conteúdo complementar para facilitar a participação no PPJ.

Somente o PJB e o PDJ obtiveram o índice máximo. O PJRU e o JS alcançaram o índice 0,83 por não terem um registro completo da edição anterior. Já o Euroscola (EURS), do Parlamento Europeu, não trabalha com edições temáticas, por isso os itens que remetem a temas não se aplicam à iniciativa, que acabou com o índice 0,50 nessa categoria.

GRÁFICO 30 – Informações das ferramentas de educação política do PPJ



FONTE: O autor (2022).

Na terceira categoria, que trata de *conteúdos específicos de democracia e poder legislativo*, foram definidas as seguintes subcategorias para a formação do índice: 13) conteúdos sobre poder legislativo; 14) conteúdos sobre democracia; 15) conteúdo para professores; 16) transmissões ao vivo das sessões anuais; 17) acesso a cursos sobre legislativo, democracia e política; 18) lives sobre assuntos relacionados ao PPJ e 19) acesso a conteúdos rápidos em vídeo ou formato de podcast.

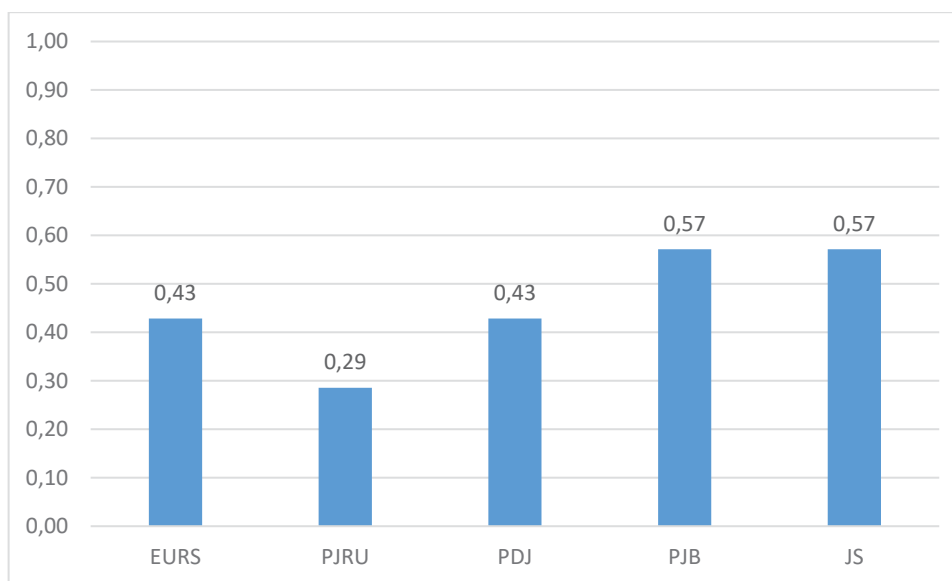
As iniciativas mais bem colocadas nessa categoria foram o JS e CD, com um índice de 0,57, por não contemplarem três itens. Com exceção do PJRU, que ficou com 0,29, os demais alcançaram o índice de 0,43. Nenhum dos sites de parlamento jovens analisados conta com conteúdos próprios de poder legislativo e democracia. No caso da CD e do JS, há links que encaminham o internauta para as páginas de PEPs das casas legislativas, diferentemente do PDJ e EURS, que não fazem a conexão com o conteúdo disponibilizado pelos respectivos



parlamentos. No PJRU não há conteúdo sobre esses temas e nem na casa legislativa, como já apontado anteriormente. Além disso, não se pode ignorar a falta de vínculo institucional entre a iniciativa educadora do CBY e o PRU.

Isso demonstra que, para os PPJs europeus, assuntos como Poder Legislativo e Democracia já devem ser de conhecimento dos participantes ou entusiastas da iniciativa para participarem dos programas.

GRÁFICO 31 – Conteúdos sobre democracia e poder legislativo



FONTE: O autor (2022).

A próxima categoria analisa se *o site de parlamento jovem dá protagonismo aos atores envolvidos*, no caso, os estudantes e professores, bem como se promove uma maior participação externa através dos seguintes itens: 20) fóruns, enquetes e outros espaços de interação on-line no site; 21) protagoniza os participantes e egressos; 22) protagoniza outros atores envolvidos no processo; 23) protagoniza os professores das instituições participantes; 24) protagoniza parlamentares da casa legislativa no site do PPJ e 25) temas deliberados pelos participantes.

Essa é outra área dos sites do PPJs que necessita de uma reflexão mais apurada para o engajamento com o público-alvo. Somente a iniciativa brasileira JS obteve o nível máximo. O PJB e o PJRU obtiveram 0,33 e tanto o EURS quanto PDJ alcançaram somente 0,17. Vale ressaltar que no PJB e no JS fica a explícito o interesse de gerar uma relação de identidade com o público através desse protagonismo no site. O JS conta atualmente com uma seção de depoimentos, tanto dos estudantes participantes, quanto dos professores orientadores<sup>64</sup>. Além

<sup>64</sup> Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jovemensenador/depoimentos>>. Acesso em: 16 maio 2022.

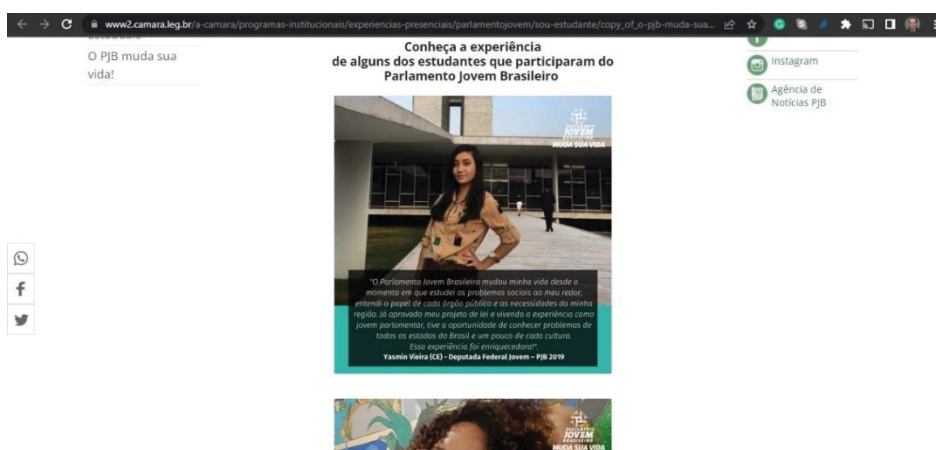
disso, no site garante a visibilidade para egressos do programa e também de parlamentares em casos apropriados.

FIGURA 6 – JS prestigia egressa do Programa que foi eleita vereadora na cidade onde mora<sup>65</sup>



FONTE: Site Jovem Senador (2022).

FIGURA 7 – Demonstração de protagonismo dos participantes da experiência presencial no PJB<sup>66</sup>



FONTE: Site PJB (2022).

Pesquisador da área da comunicação, Martino (2014) comenta que a ideia principal é a de que a identidade de uma pessoa ou grupo, nesse caso a faixa etária, passa por relações de comunicação a partir das quais são criadas e disseminadas as narrativas e discursos que permitem o reconhecimento como parte de alguma coisa, “como iguais” ou considerando determinado grupo “diferente de outros”.

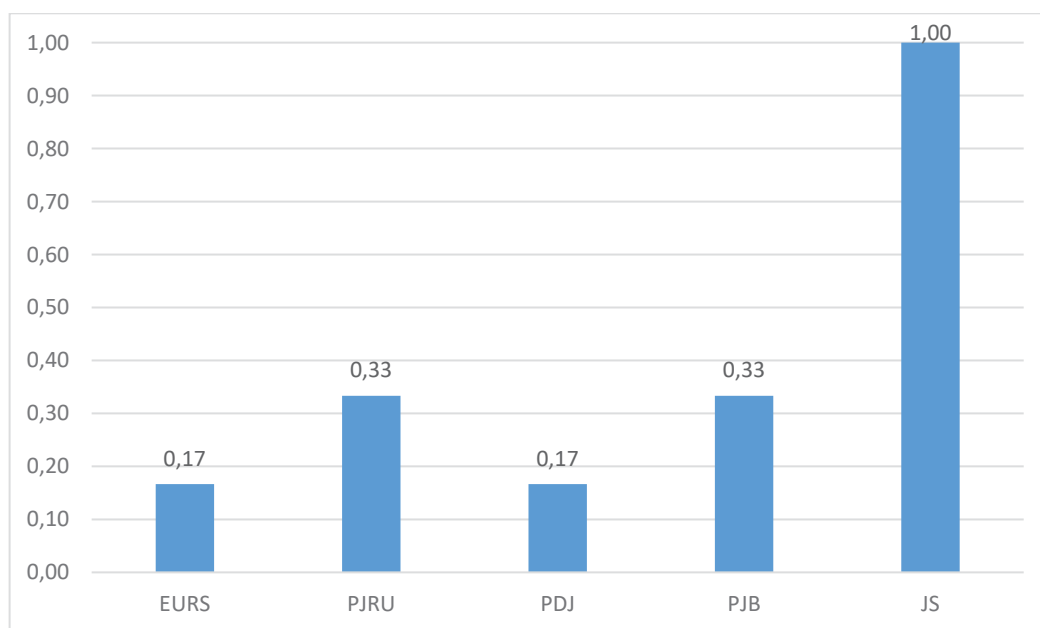
<sup>65</sup> Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jovensenador/home/noticias-1/externas/2021/03/eleita-aos-19-anos-vereadora-mais-jovem-de-ro-e-unica-mulher-na-camara-de-buritis>>. Acesso em: 16 maio 2022.

<sup>66</sup> Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem/sou-estudante/copy\\_of\\_o-pjb-muda-sua-vida](https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem/sou-estudante/copy_of_o-pjb-muda-sua-vida)>. Acesso em: 16 maio 2022.

Dessa forma, o estudante pretendo a participar, a partir do momento em que vê casos de outras participações de egressos bem-sucedidos na área política, ou percebendo que a simulação fez diferença na vida de jovens como ele, certamente se sentirá mais motivado. Sendo assim, o que falta nesses sites que não desenvolvem essa conexão é entender seu público, para então chamar sua atenção e, por consequência, estabelecer um diálogo com ele.

Como é o caso do PDJ, que emprega o protagonismo dos jovens, professores e outros personagens, como alunos que não passam para a fase regional, por exemplo, de maneira atrativa nas suas redes sociais. E o faz desde as Sessões nas Escolas, mostrando a movimentação eleitoral e o debate político, em fotos e vídeos, até a Sessão Nacional. No entanto, o PDJ utiliza o site praticamente como um repositório de informações. O mesmo pode ser dito quanto ao EURS, mas nesse caso, mesmo nas redes sociais não há um protagonismo expressivo dos participantes, professores e membros do parlamento.

GRÁFICO 32 – Protagonismo dos atores envolvidos / participação



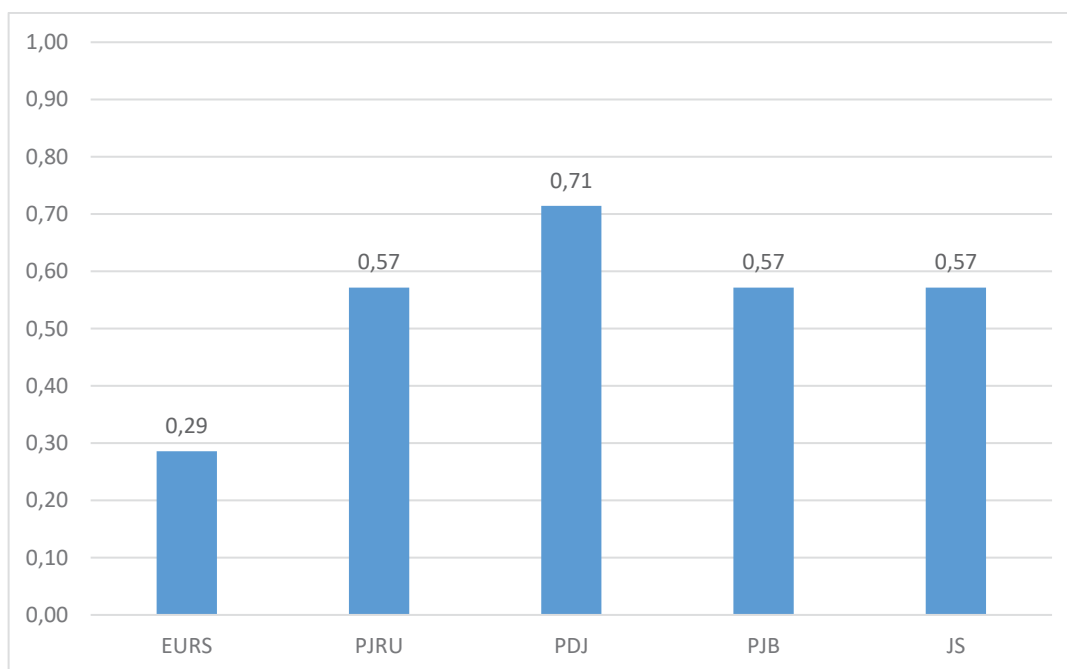
FONTE: O autor (2022).

Um outro fator, no que diz respeito ao protagonismo, trata da escolha dos temas para a edição subsequente. Tanto na experiência do Reino Unido quanto na de Portugal, os jovens participantes interferem na decisão através de deliberação plenária (no PDJ) ou mesmo por consulta pública (no PJRU), de forma a demonstrar que a vontade do jovem pode ser ouvida. No PJB e JS a escolha é realizada pelas equipes das iniciativas dos respectivos parlamentos e no EURS não há temáticas a serem definidas pelo perfil do programa.

Na quinta categoria é buscado entender mais sobre as *informações noticiosas e de sensibilização ao PPJ e ao público-alvo*. Para isso, foram testados os seguintes itens: 26) informações noticiosas do PPJ no site do programa; 27) informações noticiosas para o público do PPJ; 28) campanhas motivacionais à participação do PPJ e protagonismo juvenil; 29) campanhas de sensibilização ao tema de discussão da temporada do PPJ; 30) campanhas de sensibilização para outros temas de debate; 31) cronograma da temporada off-line do PPJ; e 32) registro fotográfico e noticioso da imersão presencial no PPJ na edição.

As iniciativas PDJ apresentaram a maioria dos itens dessa categoria, obtendo um índice de 0,71. O PJRU, CD e SF alcançaram o índice de 0,57. Enquanto o EURS, por ter um formato diferente, contemplou somente os itens 26 e 28, obtendo do índice de 0,29.

GRÁFICO 33 – Informações noticiosas e de sensibilização ao PPJ e ao público-alvo



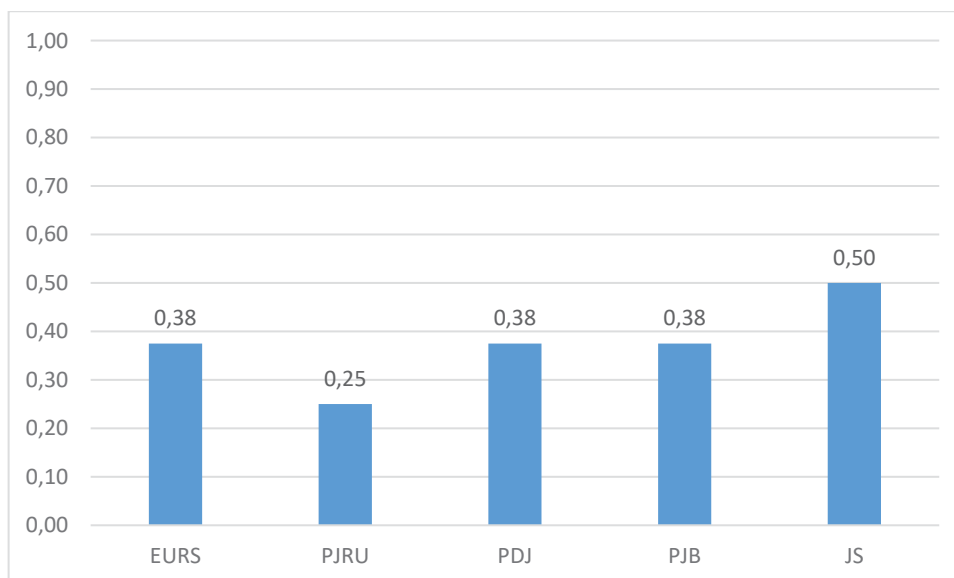
FONTE: O autor (2022).

A sexta categoria replica a análise dos *formatos de mídia* das páginas dos parlamentos com o objetivo de perceber se há a mesma preocupação em variar os formatos para um melhor entendimento. Dessa forma, avaliou-se: 33) texto; 34) vídeo; 35) animações; 36) jogos; 37) atividades lúdicas; 38) histórias em quadrinhos; 39) lives de debates e lives educativas; 40) podcasts / áudio.

Em relação a utilização de vários *formatos de mídia*, o cenário é bem diferente do que visto nas páginas educativas dos parlamentos. Isso porque o modelo de conteúdo é predominantemente o texto e sem fotos, como um repositório. Somente o JS alcançou o índice

0,50, tendo a experiência brasileira além do texto, vídeos, jogos e lives. Já o EURS, PDJ e PJB contemplaram apenas três itens e o PRJU apenas duas.

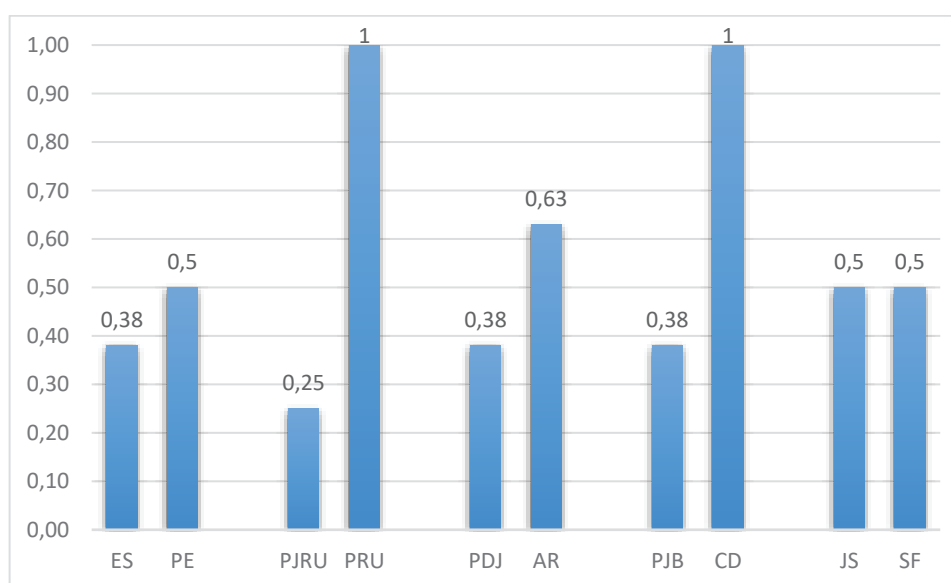
GRÁFICO 34 – Formatos de mídia usados nos sites de parlamentos jovens



FONTE: O autor (2022).

No GRÁFICO 32 pode ser observado que, no geral, as páginas dos parlamentos contam com uma versatilidade maior na maneira de apresentar o conteúdo educativo para o internauta. Ainda mais, pelo fato que atendem mais faixas etárias que os PPJs.

GRÁFICO 35 – Variedade de formatos de mídia PPJs x Parlamentos

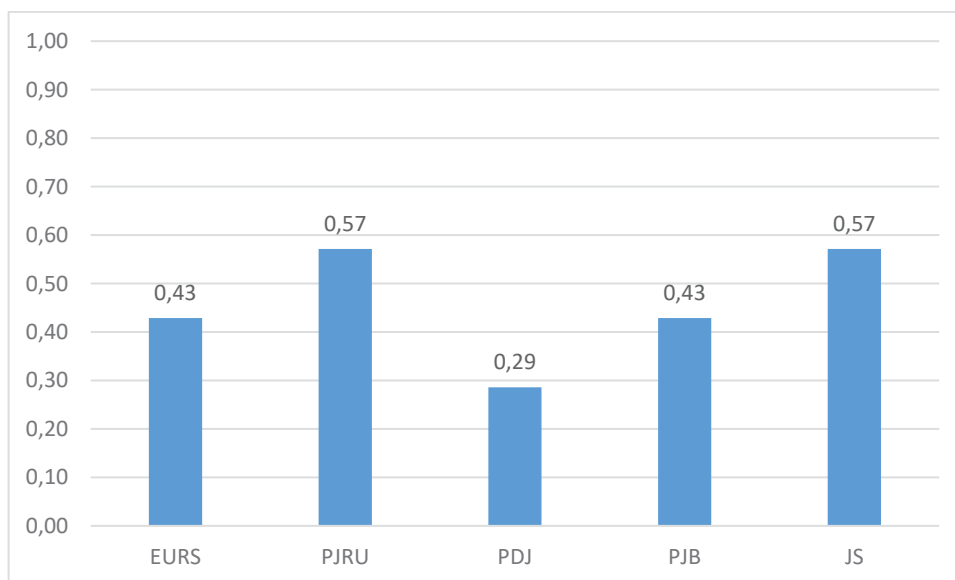


FONTE: O autor (2022).

A mesma diferença notada em relação aos sites dos parlamentos na categoria anterior foi encontrada na sétima fase do levantamento, que avalia a presença dos PPJs nas redes sociais digitais. Notou-se que pelo menos até meados do mês de maio de 2022, os PPJs tinham presença das redes sociais, mas em menos canais que os parlamentos, considerando a quantidade de plataformas que as iniciativas têm conta. Com um índice de 0,29, o PDJ compartilha conteúdo apenas no Facebook e Instagram. Os vídeos são publicados em uma plataforma própria, não pelo Youtube. O EURS e o PJB empataram com um índice de 0,43 por terem contas apenas no Facebook, Instagram e Youtube. Enquanto o PJRU e o JS obtiveram um índice de 0,57.

No caso do programa do Reino Unido, o diferencial é ser o único em ter uma conta do Twitter. Isso se dá pelo perfil questionador e formador de opinião do PJRU que é adequado ao perfil do Twitter. Já, o JS chegou a ter uma conta no Twitter, mas suas publicações eram apenas de propaganda da iniciativa de forma que, em agosto de 2015, foi publicado um aviso que a conta seria desativada, acompanhado da sugestão para ser seguida a página do Twitter do Senado Federal.

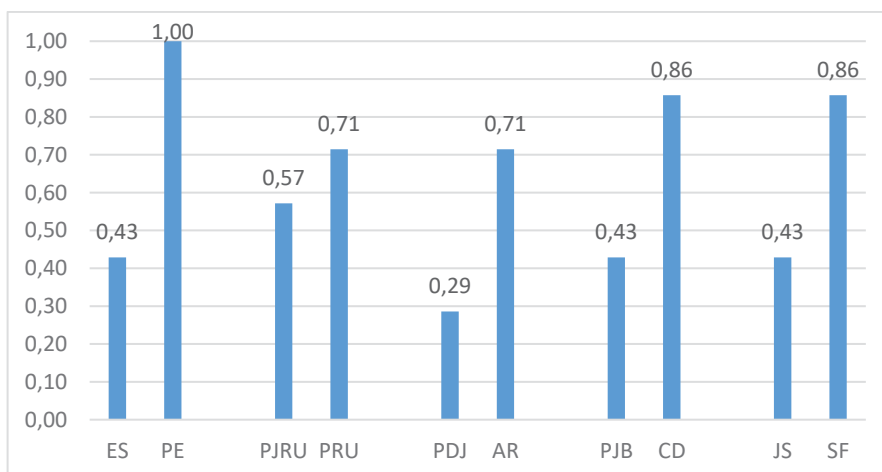
GRÁFICO 36 – Presença nas Redes Sociais na Internet



FONTE: O autor (2022).

É possível, então, no GRÁFICO 37, visualizar a diferença expressiva entre a adesão dos parlamentos com as redes sociais digitais, comparado com as páginas dos PPJs.

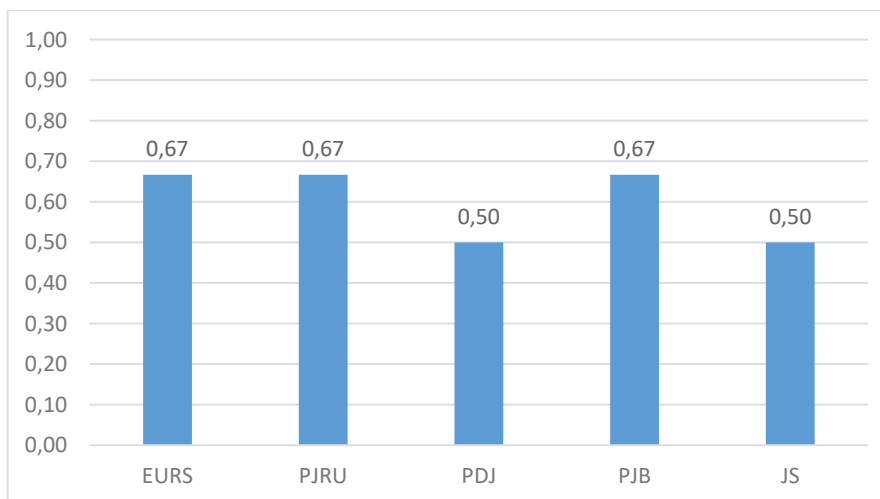
GRÁFICO 37 – Presença nas Redes Sociais digitais PPJs x Parlamentos



FONTE: O autor, 2022.

Por fim, a pesquisa buscou elencar a disponibilidade das principais formas de contato para dúvidas dos internautas, sendo procurados itens de informações como: 48) Telefone; 49) E-mail; 50) Fale Conosco (pelo site); 51) WhatsApp/Telegram; 52) Perguntas frequentes; 53) Endereço.

GRÁFICO 38 – Formas de contato disponíveis no site

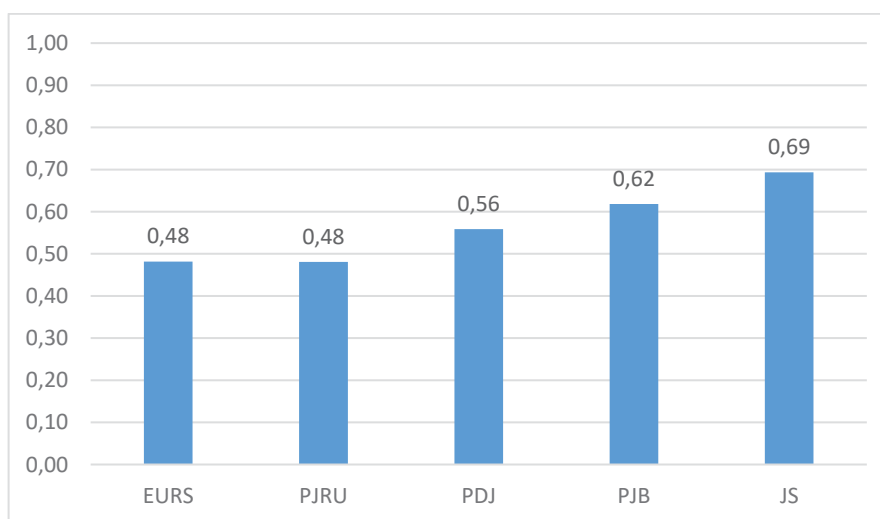


FONTE: O autor, 2022.

Pode ser observada uma certa similaridade entre as iniciativas quanto aos canais de contato com os jovens e professores. Nenhuma delas conta com a utilização do WhatsApp ou Telegram. As iniciativas brasileiras não disponibilizam o endereço de e-mail, diferentemente das demais. Por outro lado, as iniciativas PJRU, PDJ e JS não contam com o canal 'Perguntas Frequentes'. Desse modo, o EURS, PRJU e PJB obtiveram um índice de 0,67, seguido pelo PDJ e JS com 0,50.

Em um índice geral o JS foi o mais bem colocado, com 0,69, sendo entre os sites estudados o que oferece mais elementos educativos para uma iniciativa de programa presencial de simulação de parlamento, seguido pelo PJB com 0,62 e pelo PDJ com 0,56. O PJRU e o EURS finalizaram com 0,48 esta categoria.

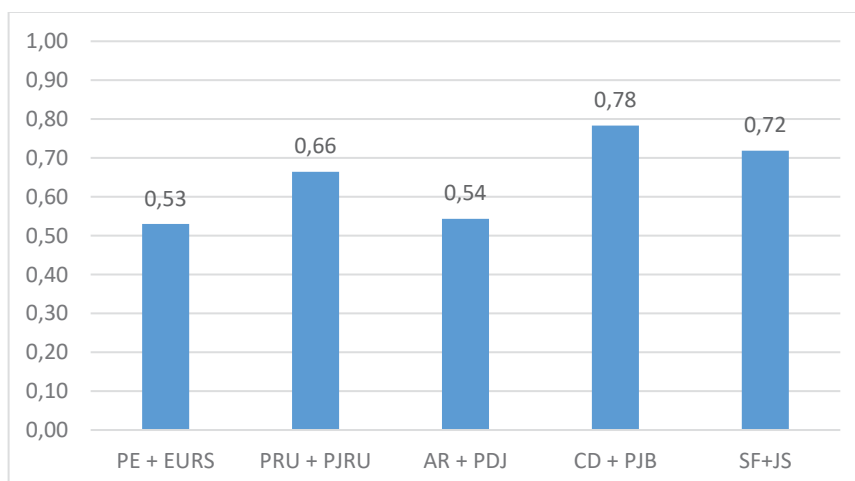
GRÁFICO 39 – Índice geral dos conteúdos nos sites de parlamentos jovens



FONTE: O autor, 2022.

Para se ter uma noção geral, calculou-se a média dos índices entre as casas legislativas e os programas de educação política. Concluiu-se que a CD e o PJB ficaram com a primeira colocação, com um índice de 0,78. O SF e o JS ocupam o segundo lugar, com o índice de 0,72, enquanto o PRU e o PJRU (mesmo não sendo executado pela instituição) ocupam a terceira posição, com 0,66. Com um índice inferior a 0,6 ficaram a AR e o PDJ, índice 0,54, seguidos de PE e EURS com 0,53.

GRÁFICO 40 – Índices das ferramentas on-line de Educação Política em parlamentos junto com os PPJs



FONTE: O autor, 2022.



## **6 FERRAMENTAS COMUNICATIVAS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA EM MIÚDOS: UMA AVALIAÇÃO QUALITATIVA NOS SITES DE PARLAMENTOS E PROGRAMAS DE PARLAMENTO JOVEM**

Após a apresentação e a análise dos programas de educação política presenciais, em formato de simulação de atividade parlamentar, bem como de elementos quantitativos dos conteúdos educativos em seus respectivos sites, essa tese entendeu como necessário apresentar uma análise qualitativa descritiva-analítica do objeto de estudo. A ideia é que se tenha uma noção mais precisa do que as referidas iniciativas têm a oferecer para o internauta, vislumbrando não somente a possibilidade de registro da atual formatação dessas ferramentas digitais, mas servindo de base para a atualização, aprimoramento ou mesmo até a inspiração para a elaboração de sites nesses segmentos.

A análise compara as diferentes experiências de educação política nos parlamentos digitais, através de categorias, visando a compreensão de se as ferramentas educativas on-line nos sites especificamente dos parlamentos dão conta de explicar sobre a importância do parlamento; de explicar como o referido parlamento interfere na vida do internauta; de estimular o aprendizado sobre a atividade parlamentar em diversas faixas etárias, respeitando suas especificidades, e se oferecem a oportunidade de aprofundamento no conteúdo.

Por outro lado, na análise dos programas de parlamento jovem foi avaliado de modo comparativo se as ferramentas educativas on-line atendem as expectativas de apresentar uma noção prática ou de vivência de atuação parlamentar; possibilitam a interação e participação on-line; prestam suporte de maneira adequada para a seleção e participação presencial (estudantes e professores), e se utilizam da experiência presencial para gerar conteúdo educativo e de engajamento no âmbito on-line.

Através de quadros explicativos, essas categorias serão sistematizadas para uma melhor compreensão do leitor.

### **6.1 A EDUCAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL ON-LINE DO PARLAMENTO EUROPEU**

A página inicial do site do Parlamento Europeu conta com diversos fragmentos que remetem ao entendimento sobre a instituição, já na página inicial por exemplo, está disponível um infográfico explicativo e interativo sobre as atividades do órgão legislativo em que, além da busca pelos parlamentares, biografias e principais atividades, são apresentados os Comitês

(órgãos colegiados técnicos e preparatórios parecidos com as comissões permanentes dos parlamentos brasileiros); as Delegações que são os tratados de informações com outros países que não fazem parte do PE (incluindo o Brasil); como também, os sete grupos políticos existentes<sup>67</sup>, de acordo com as filiações dos membros do parlamento.

FIGURA 8 – Fração da página inicial do Parlamento Europeu que explica o parlamento



FONTE: Parlamento Europeu<sup>68</sup> (2022).

Na parte inferior da FIGURA 8, o link Plenário leva o internauta ao entendimento sobre o espaço onde as decisões são tomadas. Além de informações sobre o processo legislativo como a ‘Ordem do Dia’, ‘Votações’, ‘Atas’, o ‘Debates’, bem como os textos aprovados. Há um material explicativo sobre a divisão do Hemiciclo e as motivações da distribuição dos deputados no Plenário, porcentagem de membros por funções e grupos políticos.

Ainda na página inicial, há um campo com o questionamento ‘O que é o Parlamento Europeu?’, que traz informações básicas sobre a instituição no âmbito dos poderes e procedimentos, a organização e o funcionamento sobre o papel do PE na defesa da democracia e dos direitos humanos. Também é disponibilizado um histórico da evolução da entidade legislativa na tomada de decisões em nome dos países membros da União Europeia.

<sup>67</sup> Grupo do Partido Popular Europeu (PEE); Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas do Parlamento Europeu (S&D); Renovar a Europa (Renovar); Os Verdes / Aliança Livre Europeia (Verdes / EFA); Identidade e Democracia (ID); Conservadores e Reformistas (ECR); e A Esquerda – GUE/NGL (A Esquerda).

<sup>68</sup> Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/portal/pt>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

O Parlamento Europeu conta com uma ferramenta com link também na página inicial, que mesmo não se podendo considerar como educativa, pode auxiliar no entendimento do processo legislativo. O Programa do ‘Trem Legislativo’<sup>69</sup> disponibiliza de uma forma diferente os elementos legislativos, de modo que as demandas do PE são apresentadas através de metáforas do serviço ferroviário.

FIGURA 9 – A plataforma Trem Legislativo do Parlamento Europeu

		Demandas de Partida	Partidas	Partiu	Em espera	Chegadas esperadas	Chegado	Descarrilou
1	UM ACORDO VERDE EUROPEU	1	59	33	1	4	28	4
2	UMA EUROPA ADEQUADA À ERA DIGITAL	5	31	21	6	2	18	3
3	UMA ECONOMIA QUE TRABALHA PARA AS PESSOAS	3	25	27	11	2	33	4
4	UMA EUROPA MAIS FORTE NO MUNDO	0	11	7	6	1	36	1
5	PROMOVER O NOSSO MODO DE VIDA EUROPEU	1	23	21	4	2	29	1
6	UM NOVO IMPULSO PARA A DEMOCRACIA EUROPEIA	3	24	16	1	1	9	1

FONTE: Parlamento Europeu<sup>70</sup> (2022).

O objetivo é que através dessa comparação, o acompanhamento do andamento dos processos legislativos fique mais acessível e de fácil entendimento. São utilizados termos como ‘Demandas de Partida’ (*Departure Demands*), ‘Partidas’ (*Departures*), ‘Partida’ (*Departet*), ‘Em espera’ (*On hold*), ‘Expectativa de chegada’ (*Expected Arrivals*), ‘Chegada’ (*Arrived*) e ‘Descarrilado’ (*Desrailed*). A ferramenta conta com um glossário para ficar mais próxima essa relação entre as questões legislativas com a viagem de trem.

Sendo assim, considerando as iniciativas da Comissão Europeia e o sistema ferroviário, o cronograma dos trens legislativos oferece um panorama detalhado sobre as próximas iniciativas (*demandas de partida*), sobre as propostas legislativas (*demandas de partida*, *partida* e *expectativa de chegada*), procedimentos já finalizados (*chegada*), bem como questões bloqueadas (*em espera*) ou documentos retirados (*descarrilou*).

<sup>69</sup> Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/legislative-train/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

<sup>70</sup> Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/erpl-public/hemicycle/index.htm?lang=en&loc=str#>>. Acesso em: 15 maio 2022.

Uma outra página que tem um cunho educativo, não está disponível na *home page*, mas que cumpre um papel importante na sensação de pertencimento do povo europeu e nas decisões tomadas pela instituição é a ‘O que a Europa faz por mim’. Dividida em três partes, a página apresenta o que as decisões do PE influenciam em cada região, de cada país membro, no campo denominado de *Na Minha Região*. O que interfere na vida dos europeus, desde questões trabalhistas, de saúde, de relações comerciais entre os países, pesquisas nucleares, entre diversos outros temas em que ocorreram definições de maneira padrão entre os países integrantes do PE, no campo *Na Minha Vida*.

Na terceira parte dessa página específica, denominada como *Em Foco*, são apresentados os temas que estão como prioridade de discussão pelo PE em 25 temáticas, como a luta contra o terrorismo; contra o desemprego; no combate à corrupção; migração; promoção da democracia; política de segurança e defesa; política de igualdade entre homens e mulheres, entre outros assuntos.

FIGURA 10 – Página que apresenta a diferença que o Parlamento Europeu faz para os cidadãos da União Europeia



FONTE: Parlamento Europeu<sup>71</sup>.

No QUADRO 5, as principais características das ferramentas educativas do site do Parlamento Europeu, separadas em quatro categorias, com seus respectivos indicadores e endereços dos *websites*:

<sup>71</sup> Disponível em: <<https://www.what-europe-does-for-me.eu/en/portal>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

QUADRO 5 – Principais características qualitativas do site do Parlamento Europeu

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>websites</b>
1) Elucidam sobre a importância do parlamento nos respectivos sistemas políticos	Na página inicial do Parlamento Europeu um infográfico interativo disponibiliza para o internauta a possibilidade de entender melhor não apenas sobre os deputados, mas também as atividades dos grupos políticos, das comissões, delegações e do próprio plenário, em páginas explicativas e independentes.	<a href="https://www.europarl.europa.eu/portal/pt">https://www.europarl.europa.eu/portal/pt</a>
2) Explicam como o parlamento interfere na vida do cidadão-internauta	Ligada ao Parlamento Europeu a página 'O que a Europa faz por mim' mostra para o internauta as decisões e ações oriundas do legislativo europeu que impactam na região em que o cidadão mora, na vida individual de cada europeu e em temas sensíveis para a população em geral e grupos de interesse.	<a href="https://www.europarl.europa.eu/portal/pt">https://www.europarl.europa.eu/portal/pt</a>
	O Trem Legislativo compara o processo legislativo ao sistema ferroviário, explicitando as fases dos assuntos tratados pelo Parlamento Europeu.	<a href="https://www.europarl.europa.eu/legislative-train/#">https://www.europarl.europa.eu/legislative-train/#</a>
3) Estimulam o aprendizado sobre a atividade parlamentar em diversas faixas etárias, respeitando suas especificidades	O conteúdo do Parlamento Europeu na internet não conta com conteúdo sobre o legislativo e funcionamento da casa legislativa de forma para ser destinada para crianças. O foco da informação educativa está restrito a jovens e adultos. A página conta com conteúdo destinado para crianças, mas sobre a história da Europa entre outros assuntos.	<a href="https://visiting.europarl.europa.eu/pt/">https://visiting.europarl.europa.eu/pt/</a>
4) Oferecem a oportunidade de aprofundamento no conteúdo em outras ferramentas digitais ou mesmo em cursos presenciais	O site do Parlamento Europeu não conta com cursos de curta e média duração, ou mesmo de pós-graduações, nem no formato on-line, nem no presencial. No entanto, o site oportuniza ao internauta o agendamento de palestras para grupos no âmbito digital, bem como a participação em seminários on-line em vários idiomas.	<a href="https://visiting.europarl.europa.eu/pt/visitor-offer/online/online-ep-talks">https://visiting.europarl.europa.eu/pt/visitor-offer/online/online-ep-talks</a>
		<a href="https://visiting.europarl.europa.eu/pt/education-learning/online/online-european-youth-seminars">https://visiting.europarl.europa.eu/pt/education-learning/online/online-european-youth-seminars</a>

FONTE: O autor (2022).

### 6.1.1. Visitando o Parlamento Europeu e o Euroescola

Nesse mapeamento do que o Parlamento Europeu disponibiliza de informações no âmbito on-line em relação a conteúdos educacionais, a página Visitando o Parlamento Europeu é o espaço dedicado para ofertas de atividades presenciais e remotas, além de ferramentas de educação e aprendizagem sobre o maior parlamento transnacional do mundo.

Entre as primeiras opções de visita estão as ofertas presenciais tanto em Bruxelas (Bélgica), como em Estrasburgo (França), para agendamento, que possibilita que indivíduos, famílias ou grupos maiores possam acompanhar as sessões do PE ou mesmo transitar pelas instalações da instituição em ambos os países sede. De acordo com o site, essa modalidade de visita não necessita de agendamento e está disponível em 24 idiomas em guias multimídia, já

visitas de grupos de 10 a 100 pessoas devem ser agendadas com pelo menos dois meses de antecedência.

A realidade e a interatividade misturam-se na experiência presencial *Parliamentarium*<sup>72</sup>, em que totens multimídia levam para o visitante informações sobre o funcionamento da cooperação entre os países europeus, como funciona o Parlamento Europeu e como deputados enfrentam os desafios na atualidade.

As ferramentas ‘Casa da História Europeia’ e ‘Casa Jean Monet’, mesmo presentes no site, distanciam-se dos objetivos dessa pesquisa, em analisar as ferramentas on-line dos sites de órgãos parlamentares, pois presencialmente disponibilizam informações da história da Europa e da arquitetura no continente por Jean Monet.

Na categoria ‘Educação e Aprendizagem’ da página ‘Visitando o Parlamento Europeu’, além do Euroscola, que ocorre presencialmente somente na sede de Estrasburgo, o internauta pode obter mais informações sobre outra ferramenta de simulação de parlamento que se chama Jogo de RPG, que remete a interpretações de papéis ou de personagens dentro do contexto legislativo.

A experiência em questão, que ocorre tanto em Bruxelas como em Estrasburgo, remete a interpretação do papel de um membro do parlamento e o seu dia a dia, de forma que os jogadores, no caso, estudantes, de 14 a 18 anos, em Bruxelas, e de 16 a 30 anos, em Estrasburgo, são divididos em grupos políticos simulados e assumem o papel de deputados do PE. De acordo com o site, ao debater sobre questões e temas reais, os participantes aprendem como é criada a legislação da União Europeia e como é pensado o futuro da Europa.

O site aponta também que o role-play game (RPG) revela toda a extensão do processo legislativo, desde a consulta de grupos de interesse e a formação de alianças, até a negociação com outras instituições e a comunicação com a mídia. Além de explicar o funcionamento do jogo através de um guia<sup>73</sup>, no site são elucidadas também as maneiras de se inscrever e de participar.

O site do Euroscola não pode ser definido como um espaço de oferta de conhecimento on-line sobre o PE, democracia e Poder Legislativo. Devido ao fato de o site contar apenas com informações para participação no Programa, sem ter um registro do atividades dos participantes quanto a propostas e debates. Seu conteúdo explora apenas a experiência da visita.

---

<sup>72</sup> O *Parliamentarium* foi reconhecido como uma boa prática de educação política, pelo estudo austríaco, que fez um mapeamento em diversos países de ferramentas educativas oriundas de parlamentos, citado no Capítulo 2, desse trabalho.

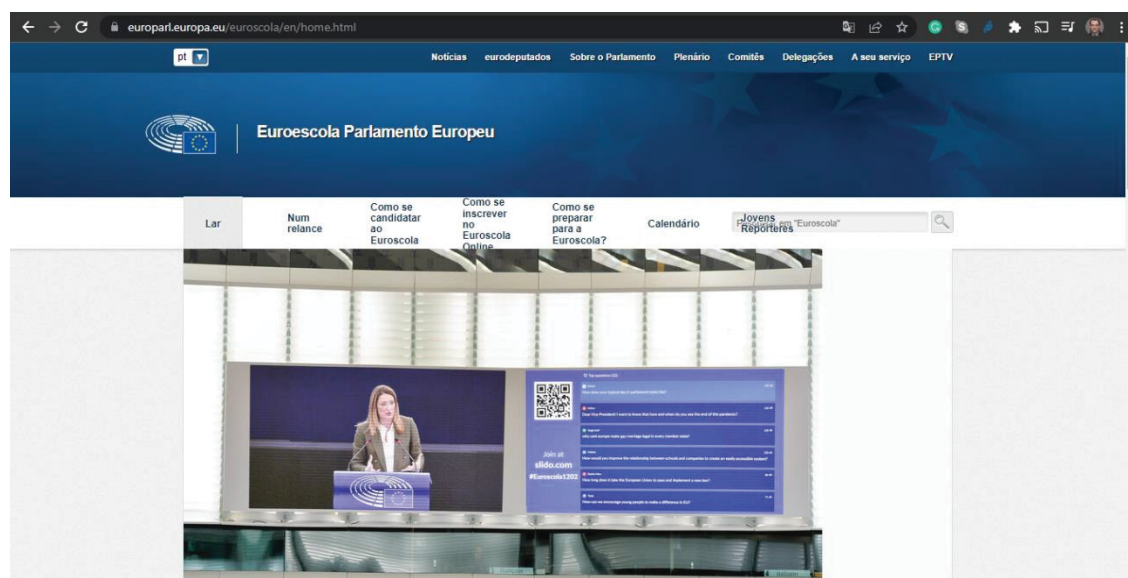
<sup>73</sup> Disponível em: <<https://visiting.europarl.europa.eu/files/live/sites/visiting/files/Leaflets/Role%20Play%20Game%20Brussels%20Leaflet/EP-brochure-role-play-game-EN.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2022.



Mesmo sem ter um ícone específico na página inicial do Parlamento Europeu, o Euroescola pode ser encontrado em poucos cliques. No menu principal, o internauta deve ir até a sétima e última aba denominada de ‘Outros sítios da Web’ e entre diversas opções, incluindo o site do presidente, bem como, do secretário geral do PE, está a opção ‘Visitas’. Ainda na página inicial está o link ‘Visite-nos’, que também leva para a página do programa de parlamento jovem do PE.

A barra de ferramentas superior é composta por um histórico do Programa, ‘Como se candidatar ao Euroescola’, ‘Como se inscrever no Euroescola On-line’, ‘Como se preparar para o Euroescola’ e o ‘Calendário’ das atividades no ano. O mesmo acontece na página do Euroescola de Portugal, elaborada pelo governo português (<https://programas.juventude.gov.pt/euroescola>).

FIGURA 11 – Página inicial do Euroescola



FONTE: Parlamento Europeu<sup>74</sup>.

Em ambos os sites da experiência de PPJ, o geral por Estrasburgo ou pelo gabinete português, o PE direciona o internauta para a página <[www.youthideas.eu](http://www.youthideas.eu)>, que é de iniciativa da Unidade de Extensão Juvenil do Parlamento Europeu, com o objetivo de promover a participação ativa do jovem na vida democrática europeia. A iniciativa, de acordo com o site, é oriunda do *European Youth Event 2018* e apresenta uma plataforma on-line em que os jovens podem expor as ideias deles sobre os problemas que a Europa enfrenta atualmente, bem como pensar em soluções para problemas futuros.

<sup>74</sup> Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/euroescola/en/home.html>>. Acesso em: 20 mar. 2022

O site contabiliza 2.588<sup>75</sup> ideias compartilhadas e 10 repórteres trabalhando na plataforma. Mesmo o processo de consulta estando encerrado no momento, a página é utilizada como um banco de dados de ideias. O *Youth Ideas* remete para outro site, o <futureu.europa.eu>, que trata da Conferência sobre o Futuro da Europa.

A Conferência é uma iniciativa do Parlamento Europeu, do Conselho e a Comissão Europeia, com o objetivo de ouvir os europeus e a dar seguimento, no âmbito das suas competências, às recomendações formuladas através dessa plataforma. Em fevereiro de 2020, foi lançado um relatório da Conferência, sendo registrado mais de 50 mil participantes na plataforma que partilharam mais de 16 mil ideias sobre o futuro da Europa. Mais de 6 mil eventos foram organizados durante esse período em toda a Europa.

Vale ressaltar que a Conferência sobre o futuro da Europa não é uma iniciativa do Euroscola, mas o site do Programa sugere que seus participantes se inteirem das necessidades dos países membros através dessa plataforma de consulta pública.

De volta para a página Visitando o ‘Parlamento Europeu’, encontra-se o campo ‘Atividades on-line’, com os Seminários Europeus da Juventude e as Palestras PE on-line. A atividade, de aproximadamente duas horas, é disponibilizada em inglês, francês ou alemão. As faixas etárias sugeridas são de jovens de 16 a 18 anos e de 18 a 26 anos. De acordo com a iniciativa, a atividade tem como objetivo desenvolver as competências interpessoais e o pensamento crítico dos participantes, através do debate e das diferenças culturais, linguísticas e sociais encontradas durante a atividade, tal como acontece com os deputados no Parlamento Europeu.

Já no caso da iniciativa Palestras do PE on-line, um servidor da instituição realiza uma palestra de aproximadamente 60 minutos para grupos, em formato remoto sobre as competências, atribuições e as atividades da instituição. A ferramenta ao vivo pode ser solicitada para a realização em 24 idiomas e tem como objetivo proporcionar uma formação mínima para o participante e facilitar a interação com os deputados do PE.

No QUADRO 6, as principais características das ferramentas on-line educativas do site do Euroscola, separadas em quatro categorias, com seus respectivos indicadores e endereços dos *websites*:

---

<sup>75</sup> Dado de 9 de julho de 2022.



QUADRO 6 – Principais características qualitativas do site do Euroscola

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Websites</b>
1) Apresentam uma noção prática ou de vivência de atuação parlamentar	O site do Euroscola limita-se a uma página com um videoclipe promocional de 1 minuto e 9 segundos dos estudantes interagindo na experiência no Parlamento Europeu. A página portuguesa do Euroscola tem o mesmo formato, com a diferença de ter notícias sobre o programa, mas sem apresentar uma noção prática parlamentar dos jovens.	<a href="https://www.europarl.europa.eu/euroscola/en/">https://www.europarl.europa.eu/euroscola/en/</a>
2) Possibilitam interação e participação on-line	A página do Euroscola não disponibiliza ferramentas de interação e participação on-line, mas direciona o internauta para o site <i>Youth Ideas</i> , de iniciativa da unidade de Extensão Juvenil do Parlamento Europeu, que visa à promoção da participação ativa dos jovens propondo e discutindo temas da Europa. Esse site já recebeu mais de 2,5 mil ideias desde 2018.	<a href="http://www.youthideas.eu">www.youthideas.eu</a>
	Uma outra ferramenta possível de interação, porém no site do Parlamento Europeu, mas não do Euroscola, é o acesso aos seminários europeus da juventude on-line, que são atividades digitais para grupos do Parlamento Europeu. Na ferramenta, os jovens de diferentes países da EU podem para trocar ideias, discutir e debater desafios sociais. Integrados num grupo multicultural.	<a href="https://visiting.europarl.europa.eu/pt/education-learning/online/online-european-youth-seminars">https://visiting.europarl.europa.eu/pt/education-learning/online/online-european-youth-seminars</a>
3) Prestam suporte de maneira adequada para a seleção e participação presencial (estudantes e professores)	O Euroscola conta com três páginas distintas com explicações para a participação no programa. Primeiramente na página do Parlamento Europeu, também na do Gabinete do PE em Portugal e a versão mais completa, na página do IPDJ.	<a href="https://www.europarl.europa.eu/euroscola/en/how-to-apply-and-register.html">https://www.europarl.europa.eu/euroscola/en/how-to-apply-and-register.html</a>
		<a href="https://www.europarl.europa.eu/portugal/pt/juventude_formacao/euroscola.html">https://www.europarl.europa.eu/portugal/pt/juventude_formacao/euroscola.html</a>
		<a href="https://ipdj.gov.pt/euroscola">https://ipdj.gov.pt/euroscola</a>
4) Utilizam da experiência presencial para gerar conteúdo educativo e de engajamento no âmbito on-line	O site do Euroscola não apresenta repositórios das atividades e temas debatidos pelos jovens na experiência de simulação de atividade parlamentar.	

FONTE: O autor (2022).

## 6.2 OS CONTEÚDOS DIGITAIS DO PARLAMENTO DO REINO UNIDO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO POLÍTICA

Como já dito anteriormente, é sabido que o Parlamento Juvenil do Reino Unido não é realizado pela Casa dos Comuns ou pela Casa dos Lordes, mas sim, pelo Conselho Britânico da Juventude. No entanto, utilizando o referido país como parâmetro para essa pesquisa, a análise dar-se-á, em um primeiro momento, nas páginas oriundas do Parlamento do Reino Unido, iniciando pela página inicial e explorando ferramentas de educação política e que

motivem a participação cidadã no processo legislativo. Em um segundo momento, essa investigação fará um levantamento sobre educação política no site do Parlamento Juvenil do CBJ.

Em uma análise inicial, deve-se destacar que a relação do Parlamento do Reino Unido com a população já está evidente em sua *home page*, tanto pela localização do acesso ao conteúdo educativo e de participação, como pela quantidade de ferramentas diferentes com esse objetivo. Na página principal, quatro dos seis links do menu no topo da página disponibilizam informações, materiais e iniciativas que levam conhecimento e estimulam o envolvimento do cidadão, sendo elas *Get Involved* (Envolver-se), *Visit* (Visite) e *More* (Mais). O acesso mais rápido ao conteúdo educativo está na opção ‘Mais’, no link *Learning* (Aprendendo).

O campo *About* (Sobre) traz explicações sobre a Casa Legislativa de modo geral, sobre o funcionamento do parlamento, sobre a função dos membros do parlamento, tanto da Casa dos Comuns como da Casa dos Lordes, entre outros dados. Além disso, o campo, intitulado de *Parliament's role* (O papel do Parlamento), dá espaço para *Workplace Equality Networks* (Local de trabalho de redes de igualdade)<sup>76</sup> para que pessoas comuns, oriundas de grupos de minorias LGBTQ+, questões de gênero e étnicas, bem como pessoas com deficiência, possam discutir questões relevantes no âmbito parlamentar, em fóruns protegidos pela legislação de igualdade, atuando de maneira prática a inclusão.

A página *Sobre* dá acesso também ao campo *Living heritage* (Patrimônio vivo) que oferece uma visão dos papéis políticos, sociais e culturais que o Parlamento tem desempenhado no desenvolvimento da sociedade britânica. Destacando o conteúdo ‘Evolução do Parlamento’<sup>77</sup> que faz um resgate histórico do Parlamento do Reino Unido.

O campo *Envolver-se* traz duas colunas, sendo a primeira denominada como *In this section* (Nessa seção), que apresenta nove maneiras de obter mais informações sobre a Casa dos Comuns, como também da Casa dos Lordes. Na primeira opção, denominada como *Get involved home*, o internauta verá as opções elencadas como ‘Entre em contato com um MP ou Lord’; ‘Assine ou inicie uma petição’; ‘Dê sua opinião: leis e debates’; ‘Dê sua opinião: selecione as consultas do comitê’; ‘Assista o trabalho do parlamento’; ‘Votar em eleições gerais e referendos’; ‘Participe de um programa de aprendizado’; Solicite uma oficina’; ‘Impactos da pesquisa no Parlamento do Reino Unido’; e o campo *Y Gornel Gymraeg* (o canto galês), que é

<sup>76</sup> Disponível em: <<https://www.parliament.uk/about/working/workplace-equality-networks/>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

<sup>77</sup> Disponível em: <<https://www.parliament.uk/about/living-heritage/evolutionofparliament/>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

um espaço exclusivo de informações sobre o Parlamento no idioma Galês, falado no País de Gales.

O campo *Contact an MP or member of the Lords* (Entre em contato com um MP ou Lord) possibilita ao usuário entrar em contato com os membros do parlamento da Casa dos Comuns e da Casa dos Lordes, orienta ainda quem deve ser contactado de acordo com o problema a ser resolvido, em acordo com a região do Reino Unido e com o departamento governamental, se for o caso. Além desses, explica para o usuário o que é *Lobby* e como isso é feito em ambas as casas legislativas.

À direita, em *Sign or create a petition* (Assine ou inicie uma petição), o usuário tem condições de iniciar uma nova ou assinar as petições disponíveis, ter mais informações sobre petições eletrônicas, bem como também solicitar para um parlamentar apresentar uma petição. Até o dia 10 de abril de 2022, o site<sup>78</sup> informou que 645 petições obtiveram resposta do Governo e 123 foram debatidas na Câmara dos Comuns, em um universo de 1.363 petições registradas na plataforma.

A página informa que, para o governo do Reino Unido responder a uma petição, ela deve contar com um mínimo de 10 mil assinaturas, enquanto para a petição ser considerada para debate no parlamento, deve ter pelo menos 100 mil assinaturas.

Outras ferramentas de participação estão disponibilizadas na página principal do Envolve-se, no entanto, com o cunho educativo objeto dessa pesquisa, pode-se destacar o campo *Join a learning programme* (Participe de um programa de aprendizado), que está como a quarta opção da primeira coluna na página.

Já na primeira opção está o ‘Site de Aprendizagem’, que leva o internauta para a página ‘Aprendendo’<sup>79</sup>, que é apresentado como ‘serviços de educação gratuitos premiados para escolas, faculdades, comunidades e educadores domésticos’.

Uma foto principal mostra estudantes visitando o parlamento com hiperlinks nas palavras ‘presenciais’, ‘divulgação’, ‘recursos de aprendizado’ e ‘desenvolvimento profissional para educadores’. Os devidos links indicam as frentes trabalhadas nesse portal de aprendizado on-line e presencial, para estudantes de diversas faixas etárias, bem como, para que os professores tornem-se multiplicadores sobre o funcionamento e trabalho do Parlamento do Reino Unido.

---

<sup>78</sup> Disponível em: <<https://petition.parliament.uk/#petitions-with-response>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

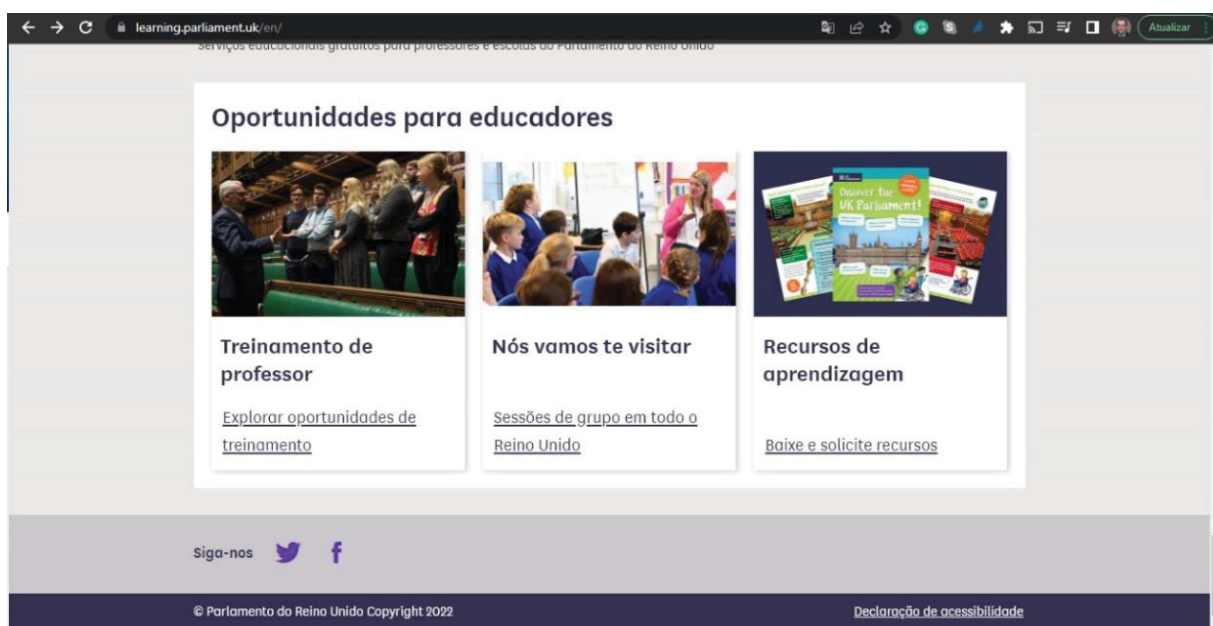
<sup>79</sup> Disponível em: <<https://learning.parliament.uk/en/>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

Na sequência, são divulgados programas presenciais como o ‘Aprenda com os Lordes’, o ‘Visita de grupo de jovens’, as ‘Sessões on-line para escolas’ e o ‘Traga o Parlamento do Reino Unido diretamente para a sua escola!’. Um serviço de *newsletter* sobre educação no parlamento também está disponível e em destaque na página. Somente após essas iniciativas presenciais em destaque, e um vídeo de 1 minuto e 24 segundos sobre elas<sup>80</sup>, abre-se espaço para as ferramentas especificamente digitais.

As iniciativas ‘Sessões on-line para escolas’ e o ‘Traga o Parlamento do Reino Unido diretamente para a sua escola!’, foram destaque no levantamento do Parlamento Austríaco quanto a iniciativas educadoras entre os países membros da União Interparlamentar. De acordo com o estudo (SCHINDLER-MÜLLER, E. *et al*, 2020), desde 2009, as iniciativas já atingiram mais de 100 mil estudantes entre 7 e 18 anos e 22 mil adultos em grupos comunitários.

Essas ferramentas estão inseridas no campo *Opportunities for educators* (Oportunidades para educadores) e estão divididas em três categorias denominadas como ‘Treinamento de professor’, ‘Nós vamos te visitar’ e ‘Recursos de aprendizagem.

FIGURA 12 – Trecho da página principal do Envolve-se do Parlamento do Reino Unido



FONTE: Site do Parlamento do Reino Unido. Acesso em: 10 abr. 2022.

Na categoria ‘Treinamento de professor’<sup>81</sup>, a ferramenta motiva o público docente a realizar os treinamentos on-line e gratuitos. Nesse espaço está disponível uma rede de *networking* através da ‘Rede de Professores do Parlamento do Reino Unido’, com cursos de e-

<sup>80</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wxX2LuicT6E&t=2s>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

<sup>81</sup> Disponível em: <<https://learning.parliament.uk/en/teacher-training/>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

*learning* que dividem em módulos formações para entendimento do Parlamento e do governo do Reino Unido; Como as leis são feitas; O trabalho e o papel da Câmara dos Comuns; e O trabalho e o papel da Câmara dos Lordes.

Por último, a página dedicada aos professores compartilha transmissões de eventos que tratam sobre o parlamento. São sete eventos que disponibilizam desde uma formação inicial on-line para professores, até o tema ‘Gabinete e Responsabilidade Ministerial: Como o Executivo gerencia sua relação com o Parlamento’.

Na segunda opção da página está o item ‘Nós vamos te visitar’<sup>82</sup>. Nesses espaços são oferecidos eventos e treinamentos on-line ou presenciais gratuitos para ‘Comunidades e grupo de jovens’, com três oficinas sobre temas como: uma introdução ao Parlamento do Reino Unido; o que fazer para o cidadão ser ouvido no Parlamento; e informações para adultos como dificuldade de aprendizagem. O outro campo, denominado como ‘Atendimento em escolas e faculdades’, traz também três oficinas sobre temas como ‘Campanha pela mudança’, ‘Eleições e votação’ e ‘Leis de debates’; e para encerrar esta página está a categoria ‘Aprenda com os Lordes na Escola’, que possibilita que estudantes interajam com membros da Câmara dos Lordes.

De acordo com o site, são priorizados grupos como jovens; mulheres; pessoas de origens étnicas negras, asiáticas e minoritárias; pessoas com deficiência e pessoas que estão desempregadas há bastante tempo.

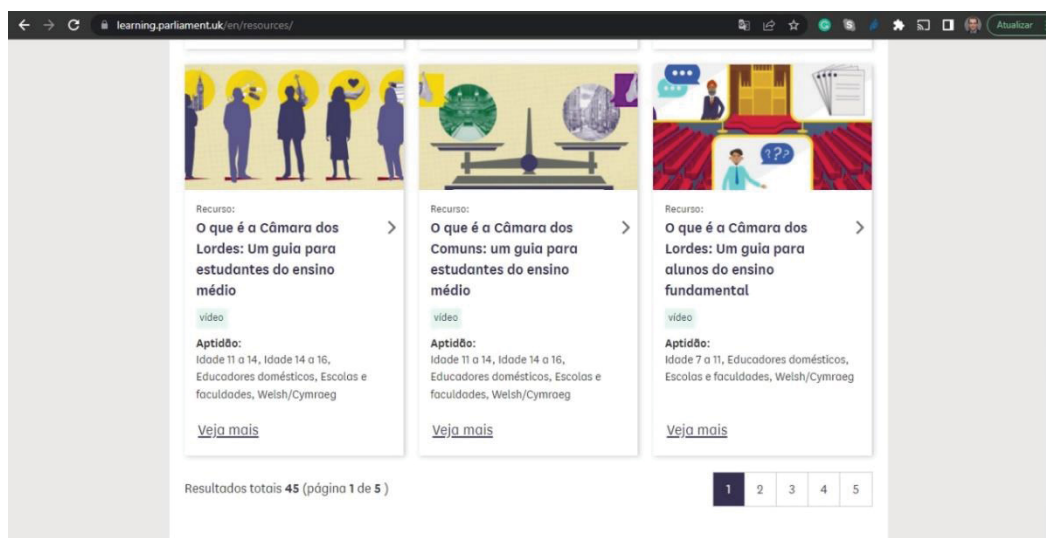
Retornando para as três opções finais da página <<https://learning.parliament.uk/en/>> é chegado na terceira opção de aprendizado, denominada como Recursos de aprendizagem<sup>83</sup>. Nesse espaço são 45 materiais educativos em vídeo e em PDF, no formato de livretos, em cinco páginas com nove conteúdos em cada, para ser utilizado por professores no ensino dos temas, mas também por estudantes.

---

<sup>82</sup> Disponível em: <<https://learning.parliament.uk/en/well-visit-you/community-and-youth-groups/>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

<sup>83</sup> Disponível em: <<https://learning.parliament.uk/en/resources/>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FIGURA 13 – Conteúdo da página Aprendendo do site do Parlamento do Reino Unido



FONTE: Parlamento do Reino Unido.

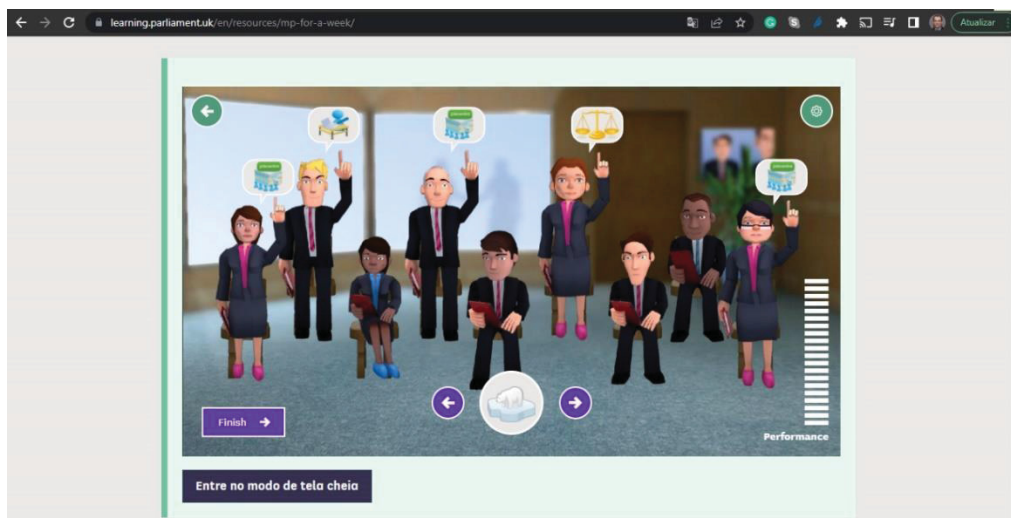
Os temas desses conteúdos abordam desde o funcionamento do Parlamento do Reino Unido, passando por discussões de gênero, questões LGBT+, deficiência, Segunda Guerra Mundial, como as leis são feitas, a primeira petição popular do Reino Unido, desigualdade, sistema de votação, entre outros assuntos, como a história da conspiração da pólvora de 1605, capitaneada pelo soldado católico Guy Fawkes, que tinha como objetivo explodir o Parlamento Britânico e assassinar o rei Jaime I.

Um diferencial para os outros conteúdos apresentados das demais experiências educativas on-line, do Brasil, Portugal e do Euroscola, é que para um maior aproveitamento do usuário, cada recurso educativo apresenta informações como o público de interesse e a faixa etária, tal qual pode ser visto na descrição de cada conteúdo na FIGURA 13. A ferramenta de busca da página também facilita a experiência do internauta, pois pode ser especificada em seis faixas etárias e três grupos de interesses. Como também podem ser filtrados 11 temas de interesse de quem utiliza o espaço virtual educativo, como cidadania, eleições, igualdade e diversidade, por exemplo.

Entre os 45 recursos educativos está um jogo chamado de ‘MP por uma semana’. Nessa experiência virtual, o interessado tem condições de entender o dia a dia de um parlamentar. O jogo conta com níveis de dificuldade fácil, médio e difícil, e possibilita ao jogador escolher priorizar demandas locais, globais ou financeiras. O atendimento a *stakeholders*, ao partido político, à população, ou mesmo à imprensa estão entre as atividades do parlamentar que devem ser administradas pelo jogador. As FIGURAS 14 e 15 apresentam telas do jogo.

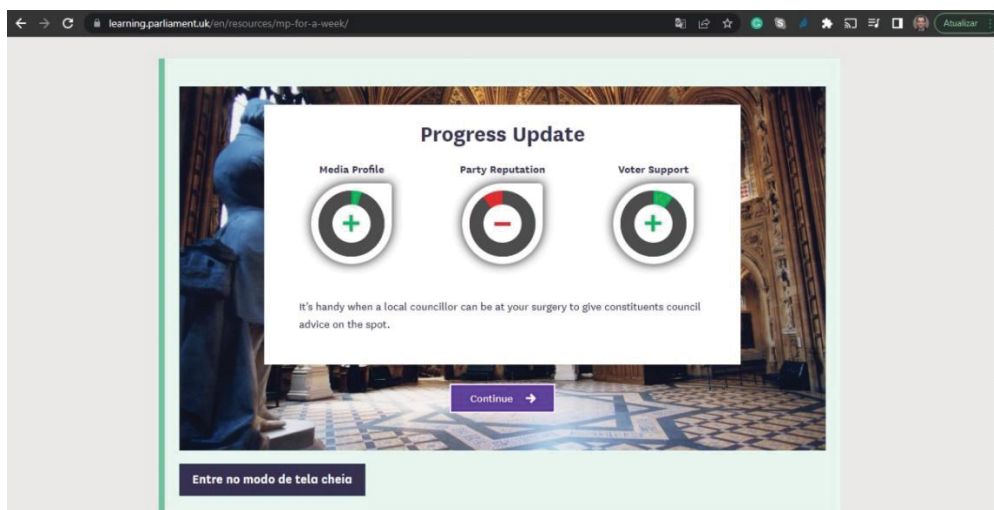


FIGURA 14 – Reprodução do jogo MP for Week - Atendimento à imprensa



FONTE: Parlamento do Reino Unido. Acesso em 10 de abril de 2022.

FIGURA 15 – Reprodução do jogo MP for Week - Atualização de Progresso



FONTE: Parlamento do Reino Unido. Acesso em: 10 abr. 2022.

O desempenho do parlamentar em cada situação e decisão tomada interferem de maneira positiva ou negativa, como se fosse um placar, tanto em relação ao relacionamento com a mídia, passando pela relação com o partido político e, por fim, no atendimento aos anseios do eleitor, como demonstrado na FIGURA 15.

No âmbito da visita presencial, o site do Parlamento do Reino Unido conta com o Centro de Educação do Parlamento do Reino Unido<sup>84</sup> que organiza as visitas de grupos educacionais para crianças e jovens de 7 a 18 anos. Além disso, são disponibilizadas a

<sup>84</sup> Disponível em: <<https://learning.parliament.uk/en/visit-us/uk-parliament-education-centre/>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

participação de grupos de 5 a 18 anos de idade em *tours* e *workshops* on-line, tanto para escolas como para educação domiciliar.

No QUADRO 7, as principais características das ferramentas on-line educativas do site do Parlamento do Reino Unido, separadas em quatro categorias, com seus respectivos indicadores e endereços dos *websites*:

QUADRO 7 – Principais características qualitativas do site do Parlamento do Reino Unido

(continua)

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>websites</b>
1) Apresentam a importância do parlamento nos respectivos sistemas políticos	No botão 'Sobre' há acesso para diversas páginas que apresentam de maneira objetiva as funções do parlamento e papéis dele perante a sociedade.	<a href="https://www.parliament.uk/about/">https://www.parliament.uk/about/</a>
	Já a opção 'Envolver-se', na página inicial, leva o internauta a ter acesso aos conteúdos educativos de como participarem das discussões e formulação de leis, bem como entrar em contato com os deputados.	<a href="https://www.parliament.uk/get-involved/">https://www.parliament.uk/get-involved/</a>
	A página 'Envolver-se' dá acesso às ferramentas educativas através do site 'Programas de Aprendizado', que como é definido na ferramenta, são serviços de educação gratuitos para escolas, faculdades, comunidades e educadores domésticos. São 45 materiais educativos em vídeo e PDF disponibilizados.	<a href="https://learning.parliament.uk/en/">https://learning.parliament.uk/en/</a>
2) Explicam como o parlamento interfere na vida do cidadão-internauta	A página 'Patrimônio Vivo', além da história do Parlamento, apresenta as funções de cada casa legislativa e sua utilidade para a sociedade.	<a href="https://www.parliament.uk/about/living-heritage/">https://www.parliament.uk/about/living-heritage/</a>
	O conteúdo jornalístico da página apresenta materiais que não apenas informam o internauta, mas esclarecem questões importantes sobre o trabalho realizado pelo Parlamento e demonstram a importância das casas legislativas em contextos que ultrapassam o entendimento apenas das funções de legislação e fiscalização, bem como de que maneira esses assuntos influenciam na vida das pessoas.	<a href="https://www.parliament.uk/business/news/">https://www.parliament.uk/business/news/</a>
3) Estimulam o aprendizado sobre a atividade parlamentar em diversas faixas etárias, respeitando suas especificidades	Nesse aspecto, o site do Parlamento do Reino Unido é referência para os demais, pois apresenta não somente para qual faixa etária o conteúdo é destinado, mas também para que público é destinado. Abaixo de cada miniatura, que leva ao conteúdo, há uma classificação denominada como 'Aptidão' (Suitability). A página conta com um sistema de busca por faixa etária, público e temas.	<a href="https://learning.parliament.uk/en/resources/">https://learning.parliament.uk/en/resources/</a>
	Conteúdos foram criados para o público infantil e jovem, com características específicas para cada segmento, com linguagem adequada à realidade.	<a href="https://learning.parliament.uk/en/resources/what-is-the-house-of-commons-video/">https://learning.parliament.uk/en/resources/what-is-the-house-of-commons-video/</a>
	Jogo educativo simula de maneira on-line a atividade parlamentar.	<a href="https://learning.parliament.uk/en/resources/mp-for-a-week/">https://learning.parliament.uk/en/resources/mp-for-a-week/</a>



QUADRO 7 – Principais características qualitativas do site do Parlamento do Reino Unido

(conclusão)

Categoria	Indicadores	websites
4) Oferecem a oportunidade de aprofundamento no conteúdo, em outras ferramentas digitais ou mesmo em cursos presenciais	São várias as plataformas de conteúdos educativos do site do Parlamento do Reino Unido, com oportunidades de aprofundamento, como é o exemplo das sessões on-line para as escolas, professores para educadores domiciliares, para grupos comunitários, bem como palestras presenciais em escolas e universidades.	<a href="https://learning.parliament.uk/en/visit-us/uk-parliament-education-centre/online-tours-and-workshops/">https://learning.parliament.uk/en/visit-us/uk-parliament-education-centre/online-tours-and-workshops/</a>
		<a href="https://learning.parliament.uk/en/well-visit-you/community-and-youth-groups/">https://learning.parliament.uk/en/well-visit-you/community-and-youth-groups/</a>
	O Parlamento do Reino Unido conta com um programa que trabalha em parceria com Universidades na formação presencial e on-line para acadêmicos e pesquisadores	<a href="https://www.parliament.uk/get-involved/education-programmes/students-and-parliament/">https://www.parliament.uk/get-involved/education-programmes/students-and-parliament/</a>

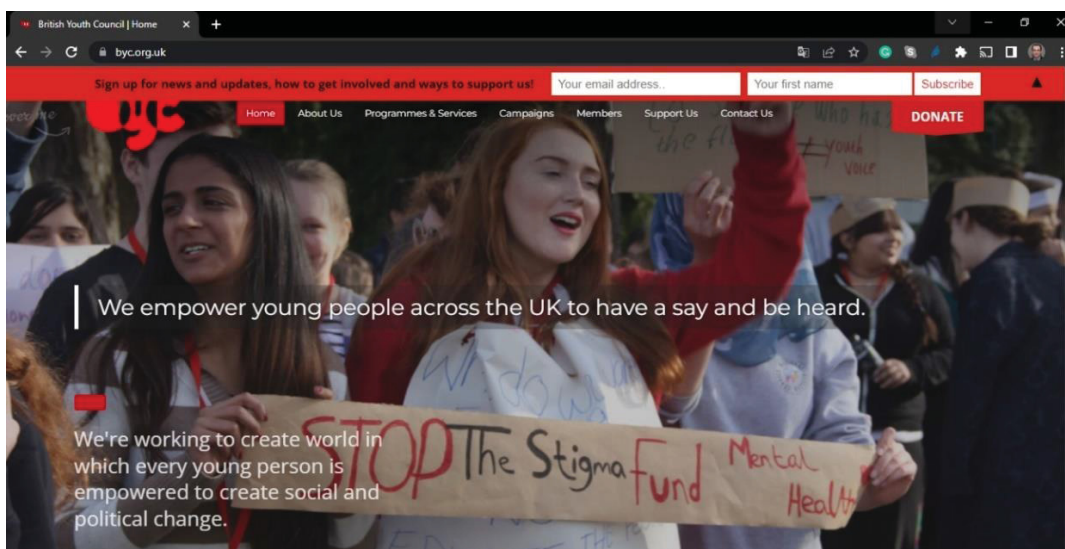
FONTE: O autor (2022).

### 6.2.1. O site do Parlamento Juvenil do Reino Unido

Diferente dos demais sites de programas de simulação de parlamento abordados nesta investigação, a página do Parlamento da Juventude do Reino Unido apresenta um perfil singular, não apenas por não ser realizado pelo Parlamento, mas por não se preocupar, em sua plataforma on-line, na educação política básica e sobre o poder legislativo dos jovens, mas sim com a participação e engajamento desse público em causas específicas.

Realizado pelo Conselho Britânico da Juventude, já na página inicial do CBJ (*British Youth Council*), podemos ver frases como *We empower Young people across the UK to have a say and be heard* (Nós capacitamos os jovens em todo o Reino Unido a terem uma palavra a dizer e serem ouvidos) e logo na sequência, outra frase afirma que *We're working to create world in which every young person is empowered to create social and political change* (Estamos trabalhando para criar um mundo em que cada jovem tenha o poder de criar mudanças sociais e políticas). As sentenças, enfim, remetem ao internauta o propósito educativo da iniciativa.

FIGURA 16 – Página inicial do Conselho Britânico da Juventude



FONTE: Site do Conselho Britânico da Juventude<sup>85</sup>.

O que se pode observar é que o Conselho Britânico da Juventude, em sua página na internet, assume posicionamentos sobre a necessidade de discutir causas sensíveis para a sociedade, ao invés de se colocar como uma instituição a levar apenas educação cidadã sobre o poder legislativo, como visto nas outras iniciativas utilizadas nessa pesquisa.

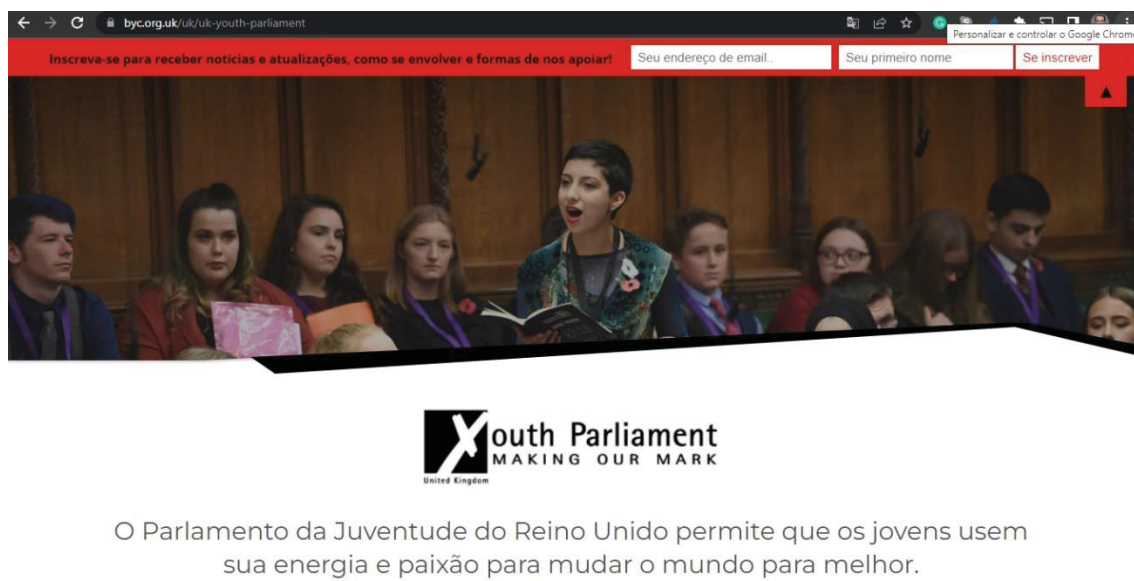
Na página inicial são divulgadas as campanhas em andamento, notícias das ações do CBJ, blogs de assuntos de interesse do público jovem, bem como formas para participar de alguma forma do Conselho, que conta com outras iniciativas além do Parlamento Juvenil do Reino Unido, como por exemplo, do Comitê de Seleção Juvenil, que também tem o apoio da Casa dos Comuns. O Comitê conta com a participação de dois membros do parlamento jovem do CBJ, com idades entre 15 e 17 anos, dos 11 que compõem a iniciativa.

Entre os serviços apresentados na página inicial do CBJ, estão também treinamentos para jovens atuarem em questões sociais e políticas, bem como em âmbito nacional e internacional. Além desses, na iniciativa *All-Party Parliamentary Group on Youth Affairs*, que funciona com um grupo de 70 pessoas, que têm a oportunidade de debater com parlamentares da Casa dos Comuns temas que afetam os jovens no Reino Unido.

Outro grande diferencial prático percebido do CBJ, com as demais iniciativas demonstradas nessa pesquisa, é um sentimento de militância para a participação em debates e deliberações para as causas escolhidas em consulta pública pelos jovens e divulgadas nas campanhas.

<sup>85</sup> Disponível em: <<https://www.byc.org.uk/>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

FIGURA 17 – Página inicial do Parlamento Juvenil do Reino Unido



FONTE: Conselho Britânico da Juventude.

As opções na parte superior da foto (FIGURA 17) são as mesmas presentes no site do CBJ e o conteúdo a seguir apresenta as campanhas criadas pelo Parlamento Juvenil. As mais recentes campanhas visam sensibilizar sobre a poluição causada pelos plásticos, sobre mudanças no tratamento da saúde mental e na transformação da educação no âmbito do ensino superior, deixando-a gratuita de forma universal, como forma de inclusão social.

São disponibilizadas no site do CBJ tanto as formas para votar e qual será o trabalho do parlamentar jovem durante os dois anos de mandato<sup>86</sup>. Porém, não constam de maneira acessível informações sobre como se candidatar. Essas informações de quem e como se candidatar estão no livro de normas do Programa, em formato PDF<sup>87</sup>. Sendo a candidatura possível somente off-line, no Conselho Local da cidade onde vive o candidato.

Pode-se dizer que o Conselho Juvenil Britânico e o Parlamento Juvenil do Reino Unido assumem um papel de articulação política, em relação aos temas que defendem a partir das campanhas. Como pode ser percebido no conteúdo publicado no dia 6 de setembro de 2021, que discorre sobre a campanha em prol da diminuição de poluição produzida por produtos plásticos:

O Parlamento da Juventude do Reino Unido está trabalhando ao lado dos Amigos da Terra para pressionar os políticos, pedindo ao governo que aborde a emergência climática e acabe com os plásticos descartáveis não essenciais até 2025. Como parte da campanha, os membros do Parlamento da Juventude publicaram uma carta aberta

<sup>86</sup> Disponível em: <<https://www.byc.org.uk/uk/youth-parliament/elections>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

<sup>87</sup> Disponível em: <<https://www.byc.org.uk/uk/youth-parliament/about-us#acceluid7808e3ae4>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

ao Rt Hon Lord Goldsmith de Richmond Park, o Ministro responsável pelo Pacífico e Meio Ambiente<sup>88</sup>. (AFFLICK, 2021, tradução nossa<sup>89</sup>).

O texto demonstra claramente o interesse de pressão política quanto a demanda levantada pelo Parlamento Juvenil. A iniciativa ocorre após a participação de, aproximadamente, meio milhão de jovens que escolheu esse como um dos temas de campanha da iniciativa. Sobre a campanha de Saúde Mental, os jovens são municiados com informações importantes sobre o assunto que está em pauta:

- 20% dos adolescentes podem experimentar um problema de saúde mental em qualquer ano.
- 50% dos problemas de saúde mental são estabelecidos aos 14 anos e 75% aos 24 anos.
- Em 2020, uma em cada seis (16,0%) crianças de 5 a 16 anos foi identificada como portadora de provável transtorno mental, passando de uma em cada nove (10,8%) em 2017.
- Crianças e jovens com um provável transtorno mental eram mais propensos a dizer que o confinamento piorou sua vida (54,1% de 11 a 16 anos e 59,0% de 17 a 22 anos), do que aqueles com pouca probabilidade de ter um transtorno mental (39,2% e 37,3% respectivamente). (MCGOWAN, 2021, tradução nossa<sup>90</sup>).

No entanto, percebe-se que as informações disponibilizadas no site não se referem ao Poder Legislativo, funcionamento do processo decisório, ou mesmo, temas para debate, pré-estipulados pelo Parlamento do Reino Unido, ou mesmo pelos participantes da edição anterior, mas sim, decidido pelos jovens que deliberam anualmente os temas a serem debatidos.

Em reportagem publicada no site da Câmara dos Comuns, de 7 de novembro de 2017, é relatada a Sessão do Parlamento da Juventude do Reino Unido, na Câmara dos Comuns, que reuniu mais de 280 jovens. De acordo com o registro, o evento deu o pontapé inicial para a Semana do Parlamento do Reino Unido, que aconteceu de 13 a 19 de novembro, denominado pelo texto como um festival anual de eventos destinado a conectar comunidades em todo o

---

<sup>88</sup> Disponível em: <<https://www.byc.org.uk/news/2021/uk-youth-parliament-intervene-in-lords-climate-debate-with-open-letter>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

Texto original: <sup>89</sup> UK Youth Parliament is working alongside Friends of the Earth to lobby politicians, calling on the government to address the climate emergency and put a stop to non-essential single-use plastics by 2025. As part of the campaign, Members of Youth Parliament have published an open letter to the Rt Hon Lord Goldsmith of Richmond Park, the Minister responsible for the Pacific and the Environment.

Texto original: <sup>90</sup> - 20% of adolescents may experience a mental health problem in any given year.

- 50% of mental health problems are established by age 14 and 75% by age 24.

- In 2020, one in six (16.0%) children aged 5 to 16 years were identified as having a probable mental disorder, increasing from one in nine (10.8%) in 2017.

- Children and young people with a probable mental disorder were more likely to say that lockdown had made their life worse (54.1% of 11 to 16 year olds, and 59.0% of 17 to 22 year olds), than those unlikely to have a mental disorder (39.2% and 37.3% respectively)

Reino Unido com a democracia. A matéria jornalística conta com uma declaração do presidente da Casa dos Comuns na época, John Bercow:

Estou muito satisfeito por dar as boas-vindas ao Parlamento da Juventude do Reino Unido à Câmara dos Comuns para a sua sessão anual, que agora está firmemente estabelecida como um momento importante no calendário parlamentar. O fato de quase um milhão de jovens votarem nas moções a serem debatidas pelos MYPs mostra que os jovens estão fazendo suas vozes serem ouvidas e se engajando com entusiasmo no processo democrático<sup>91</sup>. (BERCOW, 2017, tradução nossa <sup>92</sup>).

Depois da Sessão na Câmara dos Comuns, anualmente, é produzido um relatório<sup>93</sup> pela Casa de Leis sobre os temas levantados pelo Parlamento Juvenil. Esse documento registra as informações e levantamentos sobre os temas discutidos, entre eles, pesquisas relacionadas com o público ou mesmo com especialistas. Além disso, as iniciativas realizadas pelos países do Reino Unido que vão ao encontro das proposições dos jovens.

Devido ao levantamento realizado pode-se constatar que os temas são definidos pela população, mais especificamente pelos jovens através de consulta pública elaborada pelo Parlamento Juvenil do Reino Unido, e não pelo departamento de educação política da casa legislativa, como nos demais casos abordados nesse trabalho, com exceção do Euroscola, do Parlamento Europeu, que não conta com um tema base a ser discutido.

Pôde ser notado que alguns temas, como o Voto-16, repetem-se de um ano para outro, considerando a falta de avanço do assunto na Casa dos Comuns. Além disso, foi verificado que mesmo não sendo uma iniciativa própria do Parlamento do Reino Unido, o Programa conta com o apoio e também com o respeito do Poder Legislativo, que considera não somente o Manifesto do Parlamento Juvenil, como também os debates ocorridos na Sessão Anual, no plenário da *House of Commons*.

Anualmente, o Parlamento Juvenil do Reino Unido elabora um documento denominado como Manifesto<sup>94</sup>. Cada uma das demandas propostas por jovens tratadas nesse documento, chamadas de moções, são debatidas por membros do Parlamento da Juventude de todo país na Conferência Anual, em que cada uma delas é votada. Somente as moções

---

<sup>91</sup> Disponível em: <<https://www.parliament.uk/mps-lords-and-offices/offices/commons/media-relations-group/news/uk-youth-parliament-session-to-raise-curtain-on-parliament-week-2017/>>. Acesso em: 17 abr. 2022.

Texto original: <sup>92</sup> I am delighted to be welcoming the UK Youth Parliament to the House of Commons for their annual sitting, which is now firmly established as an important moment in the parliamentary calendar. The fact that almost a million young people voted for the motions to be debated by the MYPs shows that young people are making their voices heard, and engaging enthusiastically with the democratic process.

<sup>93</sup> Disponível em: <<https://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/CBP-8411/CBP-8411.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2022.

<sup>94</sup> Disponível em: <<https://2u6szgq3e9x2hmfuy16guf8q-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/2020/11/UK-Youth-Parliament-Manifesto-2020-21.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2022.

aprovadas farão parte do Manifesto do Parlamento da Juventude do Reino Unido. De acordo com o documento:

O objetivo do nosso Manifesto é moldar o debate nacional, destacando as questões que interessam aos jovens, pois buscamos influenciar os tomadores de decisão locais e nacionais, garantindo que aqueles que estão em posições de poder estejam cientes das necessidades dos jovens. Acreditamos que os jovens devem moldar as políticas locais e nacionais, desde as ações de um conselho local até os manifestos dos principais partidos políticos. (UK YOUTH PARLIAMENT, 2018, p. 22)

É possível, assim, perceber que o atendimento das demandas é acompanhado e as moções são divididas entre ‘devolvida’ ou ‘reservada’. A divisão acontece porque as decisões são tomadas por diferentes grupos, dependendo de decisão local. Isto é, algumas definições podem ser tomadas pelo Parlamento Escocês e a Assembleia Nacional do País de Gales, a Assembleia da Irlanda do Norte e alguns prefeitos na Inglaterra, sendo essas demandas separadas como questões ‘devolvidas’. No entanto, outras decisões que afetam todo o Reino Unido só podem ser tomadas pelo Parlamento do Reino Unido em Westminster, sendo elas separadas e acompanhadas como questões ‘reservadas’.

O relatório da Casa dos Comuns sobre a edição anual do Parlamento Juvenil, tanto pela Sessão Anual, como pelo Manifesto, apresenta as iniciativas desenvolvidas em regiões específicas como na Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte, como exemplo, sobre a reivindicação do para atendimento de mulheres em vulnerabilidade social, quanto a pobreza menstrual, no País de Gales.

Em 23 de março de 2018, o governo galês anunciou que as autoridades locais receberiam £ 440.000 nos próximos dois anos para combater a pobreza do período em suas áreas. Além disso, £ 700.000 de financiamento de capital serão disponibilizados para melhorar as instalações nas escolas para garantir que “todas as meninas e mulheres jovens possam ter acesso a boas instalações sanitárias quando precisarem delas”. Em uma declaração por escrito, a líder na Câmara, Julie James, afirmou que o anúncio foi “um primeiro passo” na criação de “uma resposta nacional sustentável à pobreza do período”. Ela acrescentou que o financiamento estava sendo concedido às autoridades locais, pois elas “estão em melhor posição para saber onde direcionar ações eficazes para combater a pobreza do período em suas comunidades”. (PARKIN *et al.*, 2018, p. 14, tradução nossa<sup>95</sup>).

---

Texto original: <sup>95</sup> On 23 March 2018, the Welsh Government announced that local authorities would receive £440,000 over the next two years to tackle period poverty in their areas. In addition, £700,000 of capital funding will be made available to improve facilities in schools to ensure that “all girls and young women can access good sanitary facilities when they need them.” In a written statement, the Leader of the House and Chief Whip, Julie James, stated that the announcement was “a first step” in creating “a national sustainable response to period poverty.” She added that the funding was being given to local authorities as they “are best placed to know where to target effective action for tackling period poverty in their communities.



Como exemplo de demanda ‘Reservada’, o Manifesto solicitou que as universidades deveriam ser gratuitas para todos os jovens, considerando que as mensalidades das instituições de ensino superior, por questões financeiras, poderiam fazer com que os jovens não atingissem seu potencial pleno. Como explicado anteriormente, as demandas rotuladas pela Casa dos Comuns como ‘reservadas’, deveriam ser deliberadas exclusivamente pelo Parlamento do Reino Unido, em Westminster, e não de maneira fracionada como visto no exemplo anterior.

Dessa forma, registra-se a existência desses dois importantes documentos, disponíveis on-line, que podem ser utilizados de maneira educativa e complementar, mas em uma perspectiva avançada de aprendizado, pois prestam conta, como é o caso do Manifesto, dos anseios dos jovens representados pelo Parlamento Juvenil do Reino Unido. Já o caso do Relatório, publicado pela Biblioteca da Casa dos Comuns, é uma devolutiva do Parlamento para as demandas levantadas pelos jovens. Isso demonstra tanto a seriedade do trabalho efetuado pela instituição filantrópica, mas também da relevância dada pelo Parlamento para a instituição, em uma condição de sinergia entre as ambas as instituições.

Uma outra observação a se reforçar, é a ausência de conteúdo de educação política institucional no site do Parlamento Juvenil do Reino Unido e do próprio Conselho Britânico da Juventude, tal qual ocorre nas demais iniciativas abordadas nessa tese, mas sim, de conscientização dos temas defendidos após escolhidos pelos jovens em plebiscito organizado pelo CBJ. Os conteúdos não são apenas informativos, mas sim, demonstram o posicionamento da instituição sobre o referido tema, através das campanhas.

Dessa forma, o PJRU aproxima-se dos formatos apontados por Coleman e Blumler (2009), em que através de campanhas, movimentava-se a opinião pública, conquistando espaço na agenda da mídia e na pauta parlamentar, sendo assim, uma forma sistemática e legítima de interação do povo, através dos jovens, com o poder público.

No QUADRO 8 estão as principais características das ferramentas on-line educativas do site do Parlamento Juvenil do Reino Unido, separadas em quatro categorias, com seus respectivos indicadores e endereços dos *websites*:

QUADRO 8 – Principais características qualitativas do site do Parlamento Juvenil do Reino Unido

(continua)

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Websites</b>
1) Apresentam uma noção prática ou de vivência de atuação parlamentar	A noção prática da vivência da atuação parlamentar é perceptível devido às fotos dos jovens na sessão anual e as descrições das escolhas de temas para os debates e campanhas.	<a href="https://www.byc.org.uk/uk-youth-parliament/people">https://www.byc.org.uk/uk-youth-parliament/people</a>

QUADRO 8 – Principais características qualitativas do site do Parlamento Juvenil do Reino Unido

(conclusão)

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Websites</b>
2) Possibilitam interação e participação on-line	No site do Parlamento Juvenil do Reino Unido são disponibilizadas informações sobre as eleições dos membros do parlamento juvenil. No entanto, a eleição acontece através dos conselhos locais de maneira presencial.	Apenas presencial
	A participação on-line acontece através da escolha de temas a serem discutidos na Sessão Anual na Casa dos Comuns e que serão utilizados nas campanhas de sensibilização durante o ano.	<a href="https://www.makeyourmark.youthimpact.app/voting/closed">https://www.makeyourmark.youthimpact.app/voting/closed</a>
3) Prestam suporte de maneira adequada para a seleção e participação presencial (estudantes e professores)	As informações estão disponibilizadas no site do CBJ para votar em qual será o trabalho do parlamentar jovem durante os dois anos de mandato. Porém, não conta com informações sobre como faz para se candidatar. As informações de quem e como se candidatar estão no livro de normas do Programa, em formato PDF. Sendo a candidatura possível somente off-line, no Conselho Local da cidade onde vive o candidato.	<a href="https://www.byc.org.uk/uk-youth-parliament/elections">https://www.byc.org.uk/uk-youth-parliament/elections</a>
		<a href="https://www.byc.org.uk/uk-youth-parliament/people">https://www.byc.org.uk/uk-youth-parliament/people</a>
		<a href="https://www.byc.org.uk/uk-youth-parliament/about-us#acceluid7808e3ae4">https://www.byc.org.uk/uk-youth-parliament/about-us#acceluid7808e3ae4</a>
4) Utilizam da experiência presencial para gerar conteúdo educativo e de engajamento no âmbito on-line	O conteúdo gerado com a experiência presencial são as campanhas de sensibilização para assuntos de interesse do Programa.	<a href="https://www.byc.org.uk/campaigns">https://www.byc.org.uk/campaigns</a>
	O Manifesto que tem como objetivo documentar os temas abordados e os avanços em cada área de interesse.	<a href="https://2u6szgq3e9x2hmfuy16guf8q-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/2020/11/UK-Youth-Parliament-Manifesto-2020-21.pdf">https://2u6szgq3e9x2hmfuy16guf8q-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/2020/11/UK-Youth-Parliament-Manifesto-2020-21.pdf</a>

FONTE: O autor (2022).

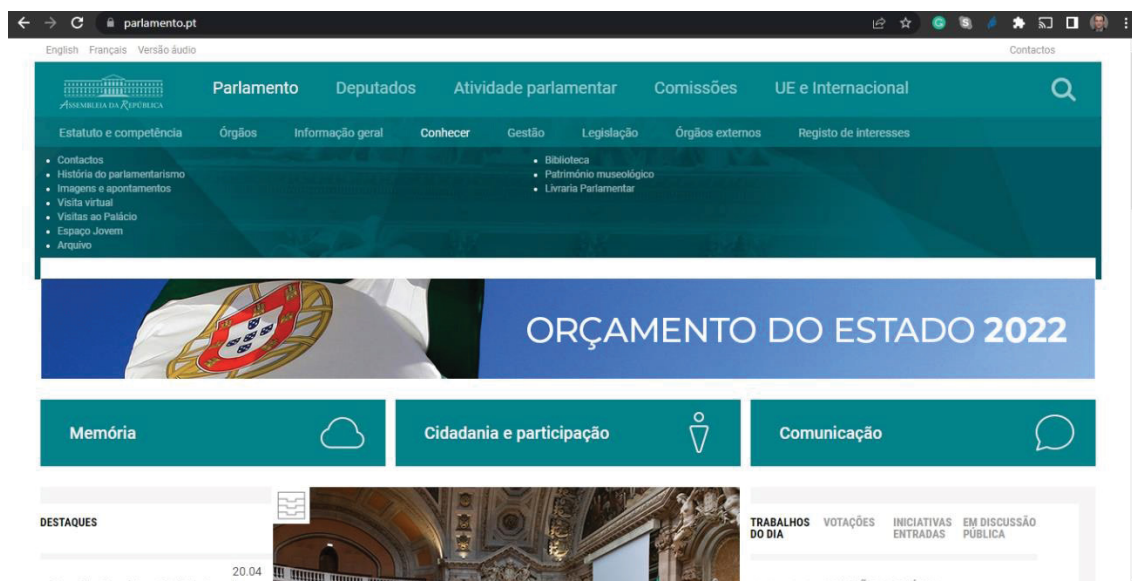
### 6.3. EDUCAÇÃO POLÍTICA NO SITE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O site da Assembleia da República Portuguesa passou por uma reformulação em seu design em 2022 e a área destinada para um maior conhecimento sobre a casa de leis e o poder legislativo também ficou facilitada para o internauta de diversas faixas etárias.

Pode-se dizer que a informação educativa no ambiente on-line está concentrada em dois principais locais, denominados como ‘Conhecer’ e ‘Comunicação’. Em ambas as macrocategorias chega-se ao Espaço Jovem, que dá acesso à página do Parlamento dos Jovens, que é o tema dessa tese. Já o botão ‘Cidadania e Participação’ direciona para o atalho da página do referido Programa, juntamente com mais sete outros tópicos, de ferramentas relacionadas a cidadania.



FIGURA 18 – Página inicial da Assembleia da República Portuguesa



FONTE: Site da Assembleia da República Portuguesa<sup>96</sup>.

Começando pela página inicial da Assembleia da República Portuguesa, no menu superior, se clicado na palavra ‘Parlamento’, a quarta opção ‘Conhecer’, leva o internauta para as opções como Contato, História do Parlamentarismo, Imagens e apontamentos, Visita Virtual, Visitas ao Palácio, Espaço Jovem, Arquivo, Biblioteca, Patrimônio museológico e Livraria Parlamentar. Desses links e temas, foi entendido como relevante para a pesquisa, discorrer brevemente sobre a ‘História do parlamentarismo’ e de maneira mais aprofundada ‘Espaço Jovem’.

Ainda na página inicial, como demonstrado na FIGURA 18, estão os botões ‘Cidadania e Participação’, bem como ‘Comunicação’. No primeiro apontado, temos na última opção da página o acesso para o Parlamento dos Jovens. De modo que por esse caminho, em três cliques, é possível chegar ao conteúdo do programa de simulação de atividade parlamentar português.

Já o botão ‘Comunicação’ dá acesso a outros conteúdos correlatos à esta investigação, como Redes Sociais, Boletim Semanal da AR, o link para o Canal Parlamento ARTV e os Dados Abertos. No entanto, esse trabalho dá destaque para os botões Vídeos e também, o Espaço Jovem, em que estão os conteúdos educativos.

Entre os tópicos levantados, será dado início pela ‘História do Parlamentarismo’, que conta desde a Monarquia Constitucional, em 1820, passando pelo período da 1ª República, citando o período da ditadura, que teve início em maio de 1926 e que dissolveu o parlamento,

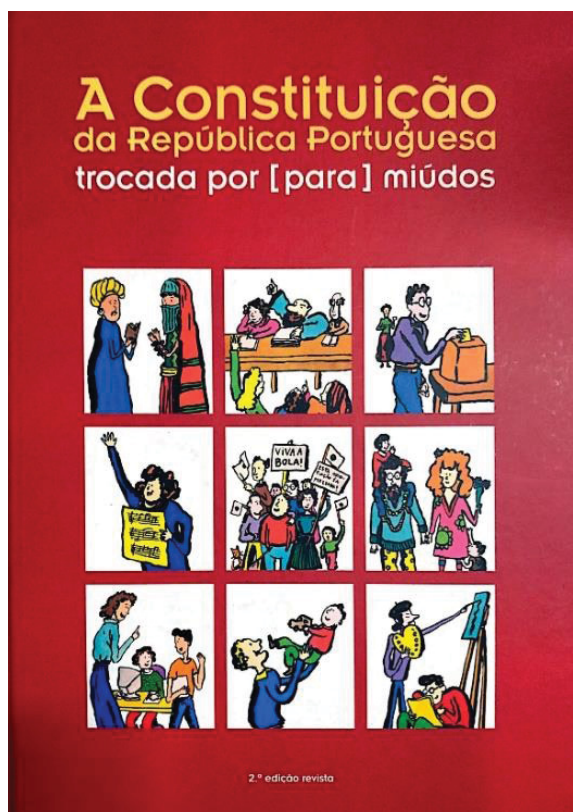
<sup>96</sup> Disponível em <<https://www.parlamento.pt/>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

até chegar as eleições para a Assembleia Constituinte que se realizaram em 25 de abril de 1975, “nas primeiras eleições por sufrágio verdadeiramente universal realizadas em Portugal, com uma afluência histórica de 91% dos cidadãos recenseados”, como explica a página, que encerra o levantamento histórico, com o tópico Estado Democrático<sup>97</sup>.

No Espaço Jovem são disponibilizados dois campos, sendo o Parlamento dos Jovens e ‘O Parlamento explicado aos miúdos’<sup>98</sup>. A propósito, o termo miúdos é utilizado em outro material importante na educação política de Portugal. Em 2001 foi publicado o livro ‘A Constituição da República Portuguesa trocada por [para] miúdos’, que em 100 páginas de tamanho A4, explana de maneira lúdica sobre a lei maior do país, de forma acessível para crianças e jovens. Não há edição digital disponível da publicação.

Vale destacar que a publicação portuguesa inspirou o Interlegis, vinculado ao Senado Federal Brasileiro, em parceria com a Câmara Municipal de Pouso Alegre, cidade do interior do estado de Minas Gerais, a elaborar um material lúdico sobre a Constituição Federal Brasileira, que é denominada como ‘Constituição em Miúdos’, de 2015.

FIGURA 19 - Capa do livro ‘A Constituição da República Portuguesa trocada por [para] miúdos’



Fonte: Registro fotográfico da versão impressa feito pelo autor.

<sup>97</sup> Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/democracia.aspx>>. Acesso em: 21 maio 2022.

<sup>98</sup> Miúdos em português lusitano refere-se a crianças.

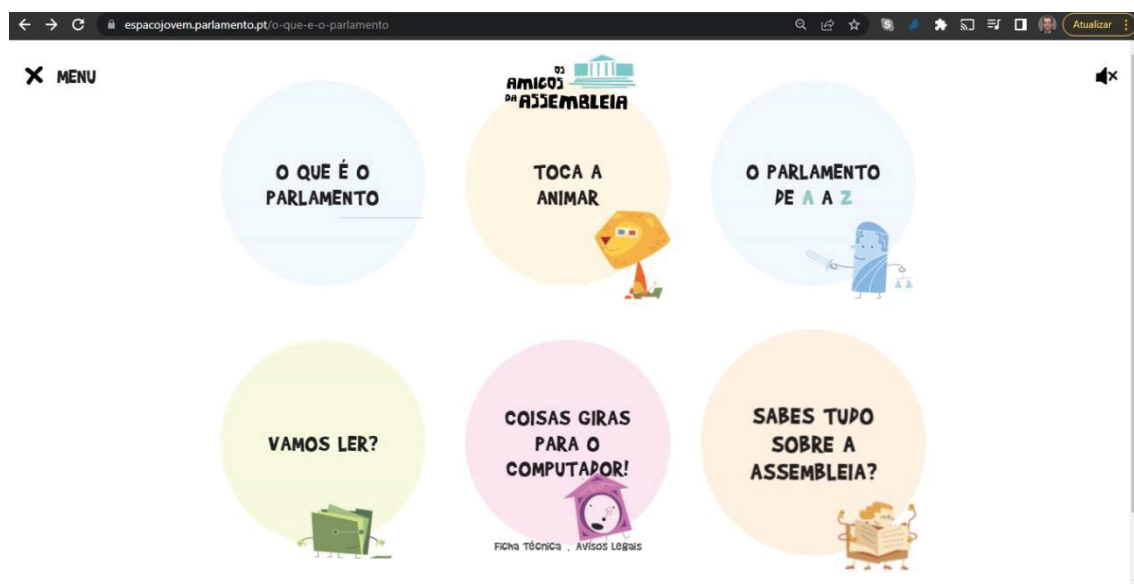
O conteúdo de ambas as publicações, portuguesa e brasileira, seguem um mesmo padrão, em que a legislação é explicada através de diálogos entre jovens, com o intuito de gerar uma relação de identidade entre as personagens e o público-alvo da publicação.

O site ‘O Parlamento explicado para miúdos’ conta com seis categorias de conteúdo. A primeira delas está denominada como ‘O que é o Parlamento’ e apresenta textos breves, que não passam de 400 caracteres, e discorrem sobre questões como as funções do parlamento; a Constituição da República; funções da Assembleia da República; sobre os deputados e presidente da Assembleia; grupos e comissões parlamentares, reuniões plenárias, e sobre o canal de TV da Assembleia.

A segunda ferramenta educativa do Espaço Jovem se chama ‘Toca a animar’, que em apenas dois vídeos de animação explica sobre ‘O Parlamento e os Deputados’, com quase sete minutos de duração, e o que elucida ‘Como se faz uma lei’, em pouco mais de 10 minutos de conteúdo. Esses vídeos contam com uma mascote, chamado de Jubas, que faz referência às estatuas de leões que estão em frente à sede da Assembleia da República, em Lisboa.

O leão não explica o conteúdo sozinho, ele conta com outras personagens que garantem um sistema de diálogo, com perguntas desses atores, denominados como Amigos da Assembleia, à mascote. Os nomes dos integrantes dessa turma são bem peculiares, como a Menina República, a Senhora Constituição, a estátua Senhora Lei, o Senhor Arquivo e o Senhor Pombo. O Parlamento de A a Z é a ferramenta seguinte, em que são explicados 52 verbetes sobre o Poder Legislativo Português

FIGURA 20 – Menu do Espaço Jovem da Assembleia da República Portuguesa



FONTE: Disponível em: <<https://espacojovem.parlamento.pt/inicio>>. Acesso em: 11 maio 2022.

No campo ‘Vamos ler’<sup>99</sup> estão disponíveis dois e-books. ‘O Parlamento e os Deputados’, o primeiro deles, conta com 38 páginas e com mais informações que no vídeo, com o mesmo nome comentado anteriormente, mas também apresenta o formato de diálogo entre as personagens.

O outro livro eletrônico denominado como ‘Vamos conhecer a Assembleia da República’, em 60 páginas utiliza-se de 18 para apresentar as personagens, mas também outras estátuas<sup>100</sup> que contam a história do edifício do Legislativo Português, desde o tempo em que era um mosteiro. O livro discorre sobre as mudanças no passar do tempo, seus principais espaços, além de outras informações pertinentes ao funcionamento da Casa de Leis.

Mesmo não tendo o perfil educativo, mas possivelmente com o interesse de ampliar o vínculo com os usuários, estão disponíveis no campo ‘Coisas giras<sup>101</sup> para o computador!’, papeis de parede e protetor de tela para computadores. Como última opção no Menu do Espaço Jovem, está a opção ‘Sabes tudo sobre a Assembleia?’ em que um quiz de 10 perguntas testa o conhecimento do internauta sobre a Assembleia da República Portuguesa.

O formato do Espaço Jovem apresenta semelhança com o Plenarinho da Câmara dos Deputados brasileira, mas em menor proporção de conteúdo. No entanto, o teor lúdico, com as animações, tem um perfil ainda mais infantil que o modelo brasileiro.

Fora do Espaço Jovem, os Amigos da Assembleia<sup>102</sup> podem ser encontrados em mais dois vídeos de animação, na página denominada como ‘Comunicar’, na opção Vídeos. Um deles, com 2 minutos e 36 segundos, faz alusão aos filmes de Indiana Jones e Tomb Rider, em que os personagens devem encontrar a Constituição perdida. Em outro curta, com 2 minutos e 24 segundos, aos moldes da saga Star Wars, os personagens, juntamente com Papai Noel, travam uma batalha contra o novo coronavírus. Nesse segundo, não é possível entender a ligação da Assembleia da República no contexto.

Com acesso no botão ‘Comunicação’, da página inicial, a opção ‘Vídeos’ comentada acima, além dos Amigos da Assembleia, também traz outros conteúdos que podem ser considerados educativos. Como é o caso dos dois vídeos de pouco mais de um minuto de duração, que falam sobre os 200 anos de Parlamento em um episódio que aborda a Revolução Liberal e outro que discorre sobre as primeiras versões da Constituição Portuguesa.

---

<sup>99</sup> Disponível em: <<https://espacojovem.parlamento.pt/vamos-ler>>. Acesso em: 11 maio 2022.

<sup>100</sup> Na entrada da Assembleia da República estão quatro estátuas que representam: a Prudência, a Força, a Temperança e Justiça.

<sup>101</sup> O termo Gira, em Portugal, é uma gíria que pode ser entendido como legal, bonito ou interessante.

<sup>102</sup> Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/Comunicar/Paginas/amigos-da-assembleia.aspx>>. Acesso em: 11 maio 2022.

O campo Parlamento em Números com dados recentes, conta com seis animações com duração inferior a 30 segundos. Esses vídeos, apresentam dados quantitativos da Assembleia da República dos anos de 2020 e 2021, tratando de temas como balanços estatísticos do trabalho das Comissões, do Plenário, de Iniciativas, de Fiscalização e de Petições. Pelo tamanho e formato do vídeo (quadrado), acredita-se que o conteúdo foi produzido para publicação no Instagram e replicado no site.

Considerando esse fator, é importante registrar um aumento expressivo na produção de conteúdo no Instagram, que chega a ter uma média de três postagens por dia, principalmente a partir de 2020, com assuntos que estão sendo tratados no Parlamento, bem como, temas educativos.

Como é o caso do ‘Parlamentês Breve’, também localizado na categoria vídeos, e que apresentam explicações de no máximo 30 segundos sobre o funcionamento atual da Assembleia da República e Constituição Portuguesa. No site, nas consultas efetuadas para essa pesquisa, estão disponíveis nove vídeos.

O termo Parlamentês é encontrado em outra página do site da Assembleia da República, com mais 16 vídeos, também educativos, mas em formato *widescreen*, que demonstram que não foram criados com o interesse de publicação apenas na plataforma Instagram, como os do Parlamentês Breve. Essas categorias apresentam duas diferenças. A primeira tem relação com o tempo do vídeo, que dura em média 3 minutos.

O campo ‘Vídeos’ conta com outros segmentos importantes para o entendimento sobre o poder legislativo português, como é o caso do ‘A Lei num minuto’, que apresenta mudanças na legislação, como por exemplo, o vídeo publicado em 26 de junho de 2020, que aborda sobre a revogação de uma Lei de 1966, sobre o Prazo Intermunicipal.

De acordo com o conteúdo e com a antiga lei, os homens deveriam esperar 180 dias para outro matrimônio, enquanto as mulheres 300 dias, o equivalente a 10 meses a mais. A partir da Lei aprovada em outubro de 2019, não seria necessário prazo nenhum para homens e mulheres casarem-se novamente.

Ao todo, até 12 de maio de 2022, a página ‘Lei num minuto’ contava com oito vídeos. Considerando essa mesma data, registra-se mais 57 vídeos divididos em 10 categorias, sendo elas: ‘Dimensão Parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia’ com 11 vídeos; ‘Longe da vista’, que apresenta curiosidades sobre o edifício da Assembleia da República, com três vídeos; com o título ‘Como fazer’, dois vídeos explicam como fazer uma proposição de iniciativa popular, e também, como funciona para fazer uma visita guiada ao parlamento.



Através dos links ‘Há peças no Palácio’, com oito vídeos, e ‘Espaços com História’, com cinco, são mostradas peças de arte existentes na sede do Legislativo, como também espaços importantes no edifício da Assembleia da República, atrelado ao seu contexto histórico. Como registro e com forte apelo histórico, o campo ‘Peço a Palavra’ com dois vídeos, reproduz discursos de parlamentares; enquanto o ‘Cápsula do Tempo’, com 13 vídeos, conta trechos importantes da história portuguesa em que houve a participação do parlamento.

Referente a ‘Cápsula do Tempo’, pode-se usar como exemplo o vídeo ‘As mulheres na Constituinte’, que aborda a participação feminina no parlamento no processo de redemocratização de Portugal e na edição da Constituinte logo em seguida e do Código Civil, de forma a reduzir a desigualdade entre homens e mulheres no país.

Ainda na seção de ‘Vídeos’, o campo ‘Ordem do Dia’ apresenta três temas de destaque no parlamento sobre os temas ‘Teletrabalho em Debate’, publicado em 5 de maio de 2021, em virtude da pandemia da covid-19; sobre o Estatuto do Cuidador Informal, de 8 de março de 2019, e sobre a morte medicamente assistida (eutanásia), de 29 de maio de 2019.

FIGURA 21 – Conteúdo sobre o Estatuto do Cuidador Informal veiculado na página Ordem do Dia, da Assembleia da República



FONTE: Assembleia da República Portuguesa<sup>103</sup>.

Percebe-se que nessas produções, além de ser em formato *widescreen*, há a presença de uma repórter e a identificação da ARTV, isto é, da emissora de TV da Assembleia da República, que também conta com link na página ‘Comunicar’, oferecendo transmissão ao vivo

<sup>103</sup> Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/Comunicar/Paginas/ordem-do-dia.aspx>>. Acesso em: 12 maio 2022.

da ARTV<sup>104</sup>. Nos campos ‘Em foco’, com três vídeos, e ‘Outros vídeos’, com oito, são demonstrados temas de destaque com perfis variados, também outras atividades parlamentares.

No QUADRO 9, as principais características das ferramentas on-line educativas do site da Assembleia da República Portuguesa, separadas em quatro categorias, com seus respectivos indicadores e endereços dos *websites*:

QUADRO 9 – Principais características qualitativas do site da Assembleia da República

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>websites</b>
1) Explicam sobre a importância do parlamento nos respectivos sistemas políticos	Na página inicial, na aba Parlamento, na opção Estatuto e Competência, o site da Assembleia da República apresenta um conteúdo completo sobre o papel da instituição, funções, competências e organização.	<a href="https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/funcionamento.aspx">https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/funcionamento.aspx</a>
	A história do Parlamentarismo em Portugal é contada, elucidando a importância da democracia e desse sistema de governo.	<a href="https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/historia-do-parlamentarismo.aspx">https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/historia-do-parlamentarismo.aspx</a>
2) Explicam como o parlamento interfere na vida do cidadão-internauta	O campo ‘Cidadania e Participação’ seria o espaço que poderia ser utilizado com esse objetivo de demonstrar como o parlamento interfere na vida do cidadão, porém cumpre com o objetivo apenas de disponibilizar ferramentas de participação.	<a href="https://www.parlamento.pt/Cidadania/Paginas/default.aspx">https://www.parlamento.pt/Cidadania/Paginas/default.aspx</a>
3) Estimulam o aprendizado sobre a atividade parlamentar em diversas faixas etárias, respeitando suas especificidades	Além do conteúdo do parlamento, destinado para o público adulto, a Assembleia da República disponibiliza no 'Espaço Jovem' com acesso para o Parlamento dos Jovens, também para 'O Parlamento explicado aos Miudos' com conteúdo educativo e lúdico para atrair a intenção das crianças.	<a href="https://www.parlamento.pt/espacojovem/Paginas/default.aspx">https://www.parlamento.pt/espacojovem/Paginas/default.aspx</a>
4) Oferecem a oportunidade de aprofundamento no conteúdo em outras ferramentas digitais ou mesmo em cursos presenciais	A Assembleia da República Portuguesa não conta com cursos de média ou longa duração, também não tem cursos de pós-graduação.	Não apresenta o recurso.

FONTE: O autor (2022).

### 6.3.1. O website do Parlamento dos Jovens

Com o acesso pelo Espaço Jovem, ou diretamente como uma das opções no botão ‘Cidadania e Participação’, o site do Parlamento dos Jovens apresenta uma interface simples, baseada no cartaz da edição que está vigente.

<sup>104</sup> Disponível em: <<https://canal.parlamento.pt/>>. Acesso em: 12 maio 2022.

FIGURA 22 – Página do Programa Parlamento dos Jovens



FONTE: Parlamento dos Jovens<sup>105</sup>.

Na página inicial, pode-se observar as duas principais separações. A primeira, em formato de cartazes, com botões embaixo destinados para os estudantes aptos a participarem do programa e os respectivos resultados, tanto no ensino básico, como no ensino secundário, já explicado anteriormente. Como também, à direita, ao lado do cartaz do ensino secundário, está a segunda parte, com o campo da ‘Exposição: Olhares de repórter sobre o Parlamento do Jovens’, função essa também já elucidada no capítulo sobre o programa português.

Na primeira parte estão as páginas a serem exploradas do Parlamento dos Jovens do ensino básico e secundário. Ambas contam com um menu lateral com informações idênticas em muitos casos, com diferenças apenas em alguns documentos específicos por grupo, exceto no que trata dos resultados do Programa e no campo Histórico Sessões.

FIGURA 23 – Página do Programa Parlamento dos Jovens / ensino secundário



FONTE: Parlamento dos Jovens<sup>106</sup>.

<sup>105</sup> Disponível em: <<https://jovens.parlamento.pt/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 12 maio 2022.

<sup>106</sup> Disponível em: <<https://jovens.parlamento.pt/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 12 maio 2022.



Na primeira aba do menu lateral ‘Fases do Programa’ estão os links das três etapas da iniciativa (escolar, distrital e nacional), com explicações específicas sobre o andamento da iniciativa e os selecionados em cada etapa. Já no link ‘Apresentação’, são dadas informações gerais como os objetivos do Programa, parcerias para a execução, o calendário com as datas gerais da realização e as principais normas para a participação em todas as fases. O ‘Regimento’ conta com o regramento completo sobre o assunto, para as duas modalidades da iniciativa.

Na categoria ‘Material de Apoio’ são disponibilizadas para os estudantes, em um formato de perguntas e respostas, 31 questões sobre o funcionamento do Programa e sobre a participação em ambos os níveis. Já para os professores são ofertados dois arquivos, um sobre a participação dos alunos de Portugal e outro para a participação de estudantes portugueses que moram dentro ou fora da Europa.

Os últimos dois tópicos do ‘Material de Apoio’ são os mais importantes no âmbito educativo. Primeiramente as ‘Dicas para exploração de temas’ reúne um conteúdo robusto sobre o tema vigente no ano. Dessa forma, em um texto corrido, com diversas referências, inclusive brasileiras, o material disponibilizado municiou os estudantes, na edição 2021-2022, sobre o tema *Fake News*. Em ambos os níveis, o conteúdo dessa edição contava com 15 páginas. Já o último tópico é o material de divulgação da edição do Programa.

No link Multimedia, são disponibilizados quatro vídeos. Sendo o primeiro o ‘Convite à inscrição na edição 2021/2022’<sup>107</sup>; o segundo ‘Comissão Eleitoral Escolar’, que explica de maneira rápida sobre a formação de um grupo de alunos que cuidará da eleição nas escolas; outro que explica sobre o funcionamento da ‘Sessão Escolar’ e mais um ‘vídeo de 25 anos do Parlamento dos Jovens’. Dessa forma, o PDJ é o único programa que conta com vídeos para explicações de como participar.

A opção abaixo da Multimedia trata-se do ‘Prêmio Reportagem’. Como a coleta de dados foi efetuada em 12 de maio de 2022 e a Sessão Nacional do Ensino Básico foi realizada nos dias 9 e 10 de maio e a do Ensino Secundário aconteceu apenas no dia 30 e 31 de maio<sup>108</sup>, os campos ‘Jornalistas: Reportagens’ e ‘Candidatas ao Prêmio’ ainda não estavam disponíveis. Em seguida está o ‘Regulamento’ e o link que leva para os ‘Vencedores de 2021’.

O último link do menu pode ser considerado um dos mais relevantes da página, pois apresenta o ‘Histórico Sessões’, tendo o registro das atividades desde 2004. Porém, é a partir

---

<sup>107</sup> Em 13 de maio de 2022 o link apresentava erro ao tentar acessar. Disponível em: <<https://app.parlamento.pt/parjov/spot-parlamentodosjovens-AR.mp4>>. Acesso em: 12 maio 2022.

<sup>108</sup> No dia 25 de julho 2022 foi checado se ocorreu alguma atualização na página, mas continuava como descrito em 12 de maio.

de 2008 que o internauta tem a possibilidade de ver o resultado de um trabalho de praticamente oito meses do Parlamento dos Jovens, bem como a evolução das propostas com os Projetos de Recomendação aprovados nas Sessões Distritais/Regionais<sup>109</sup> do Ensino Básico e da Recomendação para os deputados da Assembleia da República, oriunda da Sessão Nacional<sup>110</sup> do Parlamento dos Jovens.

Dessa forma, no link ‘Histórico Sessões’, o próprio registro das atividades, mesmo que não sendo de maneira lúdica ou mesmo chamativa, também cumpre um papel educativo, tanto para o aprendizado do funcionamento do Programa, que simula o da Casa de Leis, quanto pelos resultados das discussões que chegarão à Comissão de Educação e Ciência, da Assembleia da República.

Retornando à página inicial do Programa, está disponível a Exposição: ‘Olhares de repórter sobre o Parlamento dos Jovens’, com registros efetuados pelos estudantes escalados para efetuarem a cobertura jornalística da Sessão Nacional em Lisboa, desde 2005.

Sobre o Concurso de Reportagem é importante salientar que, em primeiro lugar, motiva-se a profissão de jornalista, mas principalmente do repórter que entende do funcionamento de uma Casa Legislativa, para evitar assim a divulgação de notícias equivocadas por desconhecimento do processo legislativo por parte do profissional, como é percebido em muitos casos nos veículos de imprensa.

Além disso, o ganho acontece também pelo testemunho ocular e partidário da escola ao qual o estudante representa como jornalista. A linguagem é simples, longe de obedecer ao modelo jornalístico, mas a história é contada de uma maneira compreensível aos demais estudantes, gerando a identificação com quem lê.

Isso pode ser percebido nas impressões do autor José Miguel Xavier, estudante do ensino básico, aluno do Agrupamento de Escolas de Nelas, da cidade de Viseu. Ele foi ganhador na categoria Reportagem Escrita, do Concurso de Reportagem de 2019, do Parlamento dos Jovens, que tratou do tema ‘Alterações climáticas e o salvamento dos oceanos’:

Na comissão houve apresentação de medidas e votação de projetos. Momento renhido, tendo-se verificado um empate entre Coimbra e Portalegre, mas... acabaram por ganhar as medidas do projeto da cidade dos estudantes. Dentro da equipa de Viseu

---

<sup>109</sup> Exemplos de Projetos de Recomendação de 2020 disponíveis por região. Disponível em: <[https://app.parlamento.pt/Webjovem2020/2019\\_2020/Basico/ProjetosRecomendacao/Quadro\\_PR\\_aprov.pdf](https://app.parlamento.pt/Webjovem2020/2019_2020/Basico/ProjetosRecomendacao/Quadro_PR_aprov.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2022.

<sup>110</sup> Exemplos de Recomendação Aprovada em 2020 na Sessão Nacional: <[https://app.parlamento.pt/Webjovem2020/2019\\_2020/docs/Recomendacao\\_SN\\_BAS2021.pdf](https://app.parlamento.pt/Webjovem2020/2019_2020/docs/Recomendacao_SN_BAS2021.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2022.

houve alguns desentendimentos, que geraram alguma discussão entre os deputados, porém, no final, tudo correu pelo melhor. (XAVIER, 2019<sup>111</sup>)

Da mesma forma que as impressões do jornalista mirim, é importante o teor informativo da reportagem, que também pode ser considerada como uma ferramenta educativa sobre o Programa e, por consequência, sobre a Assembleia da República. Como visto no registro da estudante Margarida Tavares Raposo, aluna da Escola Secundária de Estarreja, da cidade de Aveiro, que fez um jornal em formato A4 sobre o Parlamento dos Jovens:

Os deputados dos vários círculos foram divididos por comissões. Em cada uma das seis comissões houve um debate, na generalidade e na especialidade, dos projetos de recomendação aprovados nos vários círculos eleitorais. Estes debates contaram com a orientação de Deputados da Assembleia da República que se mostraram prestáveis em ajudar no necessário. (RAPOSO, 2019<sup>112</sup>)

Pode-se calcular um alcance regional do conteúdo, considerando que os estudantes deputados da referida escola representaram não apenas a cidade, mas também a região, no Parlamento dos Jovens. Sendo, então, um importante difusor de informações pela relação de identidade do público.

De acordo com os dados disponibilizados no site do Programa, de 2005 a 2019 foram inscritas 902 reportagens escritas e 18 em formato multimídia. Do ensino básico foram 473 reportagens escritas e 13 multimídia, enquanto no ensino secundário foram 429 reportagens escritas e cinco multimídia. Vale ressaltar que as reportagens em formato multimídia tiveram início apenas em 2017. Na edição de 2021, foram inscritas 73 reportagens, entre escritas e multimídia, sendo 35 do ensino básico e 38 do ensino secundário.

Com apenas 6 reportagens inscritas, em 2006, a iniciativa paralela ao Parlamento dos Jovens chegou a receber 45, em 2018, oriundas do ensino básico, e 44 em 2016, do ensino secundário.

Um outro fator importante a ser destacado é o rigor do julgamento do Concurso, pois percebe-se em alguns anos, tanto na categoria de reportagens escritas e como multimídia, que não há ganhadores, mesmo tendo inscritos. Com 14 membros, a comissão julgadora é composta por nove deputados da Assembleia da República e mais cinco profissionais que atuam no Casa de Leis, como também, no IPDJ e da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

---

<sup>111</sup> Reportagem vencedora de 2019, no Concurso do Parlamento dos Jovens / Ensino Básico. Disponível em: <[https://app.parlamento.pt/Webjovem2019/2018\\_2019/PremioReportagem/Basico/Viseu\\_ES\\_\\_Nelas-Jose-Miguel-Xavier.pdf](https://app.parlamento.pt/Webjovem2019/2018_2019/PremioReportagem/Basico/Viseu_ES__Nelas-Jose-Miguel-Xavier.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2022.

<sup>112</sup> Reportagem vencedora de 2019, no Concurso do Parlamento dos Jovens / Ensino Secundário. Disponível em: <[https://app.parlamento.pt/Webjovem2019/2018\\_2019/PremioReportagem/Secundario/Aveiro\\_ES-Estarreja-Margarida-Raposo.pdf](https://app.parlamento.pt/Webjovem2019/2018_2019/PremioReportagem/Secundario/Aveiro_ES-Estarreja-Margarida-Raposo.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2022.

No QUADRO 10, as principais características das ferramentas on-line educativas do site do Parlamento dos Jovens, separadas em quatro categorias, com seus respectivos indicadores e endereços dos *websites*:

QUADRO 10 – Principais características qualitativas do site do Parlamento dos Jovens

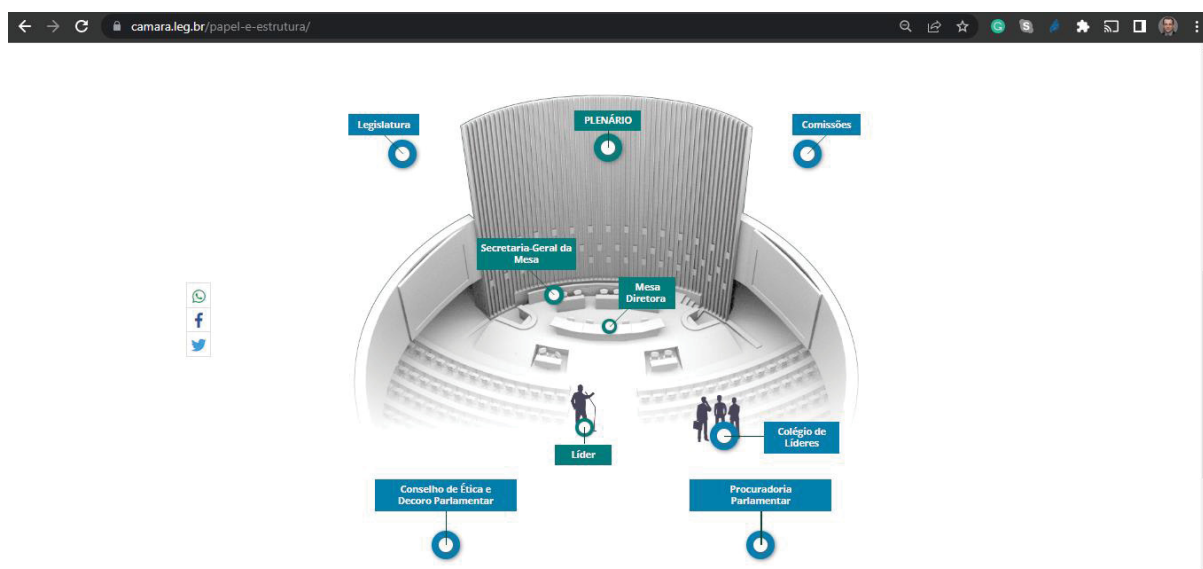
<b>Categoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Websites</b>
1) Apresentam uma noção prática ou de vivência de atuação parlamentar	Registro fotográfico da experiência parlamentar dos jovens.	<a href="https://jovens.parlamento.pt/bas/Paginas/galeriaFotos_basico2022.aspx">https://jovens.parlamento.pt/bas/Paginas/galeriaFotos_basico2022.aspx</a>
	Registro dos jornalistas do Parlamento dos Jovens que são estudantes das escolas participantes e produzem reportagens e jornais para as escolas participantes.	<a href="https://app.parlamento.pt/Webjovem2017/2016_2017/PremioReportagem/Secundario/Faro_ESPinheiroRosa.pdf">https://app.parlamento.pt/Webjovem2017/2016_2017/PremioReportagem/Secundario/Faro_ESPinheiroRosa.pdf</a>
2) Possibilitam interação e participação on-line	O Parlamento dos Jovens conta com a interação dos jovens de maneira expressiva nas fases iniciais do Programa no formato presencial com as sessões nas escolas e distritais. No entanto, no site, de maneira virtual, não há um canal para possibilitar essa interação e participação on-line.	Não conta como ferramenta de participação e interação on-line no site.
3) Prestam suporte de maneira adequada para a seleção e participação presencial (estudantes e professores)	O PDJ é a iniciativa com uma dinâmica prévia mais complexa para a seleção dos jovens deputados. Em virtude disso, disponibiliza diversas formas de orientação para os estudantes como guias para estudantes, guias para professores, dicas para exploração dos temas, sendo o material mais completo entre as demais iniciativas desse estudo.	<a href="https://jovens.parlamento.pt/sec/Paginas/regimento.aspx">https://jovens.parlamento.pt/sec/Paginas/regimento.aspx</a>
		<a href="https://jovens.parlamento.pt/sec/Paginas/guia_jovem_deputado.aspx#collapseFour">https://jovens.parlamento.pt/sec/Paginas/guia_jovem_deputado.aspx#collapseFour</a>
		<a href="https://jovens.parlamento.pt/Documents/DicasExploraTemas_29out2021.pdf">https://jovens.parlamento.pt/Documents/DicasExploraTemas_29out2021.pdf</a>
		<a href="https://jovens.parlamento.pt/sec/Paginas/multimedia.aspx">https://jovens.parlamento.pt/sec/Paginas/multimedia.aspx</a>
4) Utilizam da experiência presencial para gerar conteúdo educativo e de engajamento no âmbito on-line	Além do registro fotográfico e das reportagens, o site do Parlamento dos Jovens conta com um histórico das sessões anteriores com todo o registro da atividade parlamentar do Programa.	<a href="https://jovens.parlamento.pt/sec/Paginas/historico.aspx">https://jovens.parlamento.pt/sec/Paginas/historico.aspx</a>

FONTE: O autor (2022).

## 6.4 O CONTEÚDO ON-LINE EDUCATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

Na *homepage*, ao lado da logo da Casa de Leis, no link denominado como Institucional, o internauta conta com diversas opções que apresentam características educativas como o ‘Papel e Estrutura’, ‘História e Arquivo’, ‘Transparência’, e ‘Programas Educacionais’. Dessa forma, mesmo sem chegar ao acesso aos ‘Programas Educacionais’, através do ‘Papel e Estrutura’, o internauta já conta sobre as atribuições da instituição e o funcionamento da Casa a partir dos sistemas políticos. Por meio de um infográfico do Plenário, o formato lembra o visto anteriormente do Parlamento Europeu, em que cada descritivo é um link para mais informações (FIGURA 24).

FIGURA 24 – O plenário e os sistemas políticos na página ‘Papel e Estrutura’ da página da Câmara dos Deputados



FONTE: Câmara dos Deputados. Acesso em: 17 maio 2022.

Através do link ‘Programas Educacionais’, tem-se acesso à Escola da Câmara, que se pode considerar a antessala da página do Parlamento Jovem Brasileiro, mas com diversas outras ferramentas educativas. É perceptível uma quantidade expressiva de programas e conteúdos desenvolvidos de educação para a cidadania no ambiente legislativo e também política, sendo um Portal exclusivo destinado a explicar o funcionamento da Câmara dos Deputados.

FIGURA 25 – Página inicial da Escola da Câmara, em que está o acesso para o site do Parlamento Jovem Brasileiro



FONTE: Câmara dos Deputados<sup>113</sup>.

De maneira simples e direta, logo abaixo ao título da página estão os botões do que é oferecido no âmbito da educação política e iniciativas por segmentação de público com o ‘Portal EVC’, ‘Pós-Graduação’, ‘Para Crianças e Jovens’, ‘Para Universitários’, ‘Para Professores’, e ‘Para a Sociedade Civil Organizada’.

O Portal EVC é um ambiente que reúne materiais e programas educacionais para quem quer entender, atuar e educar para democracia. E essa divisão pode ser encontrada no acesso a ferramenta. Ao todo, 128 conteúdos são disponibilizados em formatos de texto, vídeo, áudio, jogos e multimídia, separados em categorias temáticas.

<sup>113</sup> Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/escola-da-camara/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

FIGURA 26 – Interface do Portal EVC, site de conteúdos educacionais básicos da Câmara dos Deputados



FONTE: Câmara dos Deputados<sup>114</sup>.

No quesito ‘Entender’, a página é dividida em duas partes, uma denominada ‘Muito prazer, sou a Câmara dos Deputados’, que através de vídeos de curta e média duração explicam o que é o Poder Legislativo, funcionamento da Casa dos Comuns brasileira, o dia a dia dos deputados e uma visita virtual na Câmara dos Deputados, como também, o papel das leis. Informações são disponibilizadas sobre como as leis são criadas, bem como ferramentas de controle externo, através do acesso à informação pelo cidadão e de transparência dos atos da Câmara.

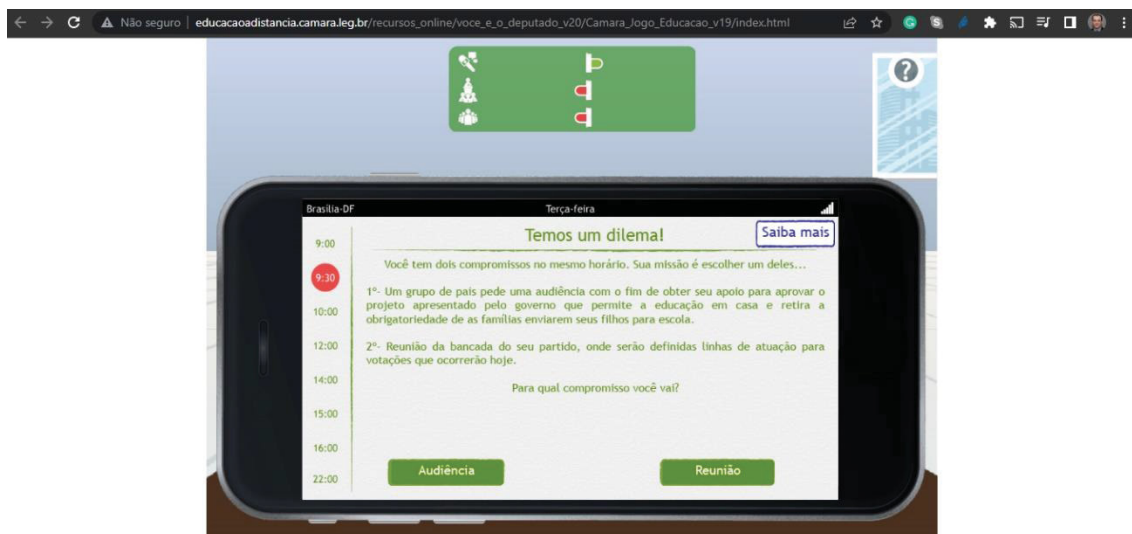
O campo ‘Entender’ conta com uma ferramenta interativa em um jogo chamado de ‘Você é o Deputado’, que simula as tarefas de um parlamentar no âmbito do atendimento ao público durante uma semana, em delegar funções para os assessores, atendimento à imprensa, reuniões em comissões, partidos, prefeitos, entre outras atribuições.

Aos moldes do jogo MP for Week do site do Parlamento do Reino Unido, ambos os dispositivos de entretenimento educativo apresentam uma simulação rápida e superficial, que não dá conta de demonstrar a rotina e as reais experiências, principalmente no âmbito deliberativo, vividas pelos parlamentares no exercício do mandato, de modo a simplificar e até banalizar as funções dos deputados.

<sup>114</sup> Disponível em: <<https://evc.camara.leg.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.



FIGURA 27 – Tela do jogo ‘Você é o Deputado’



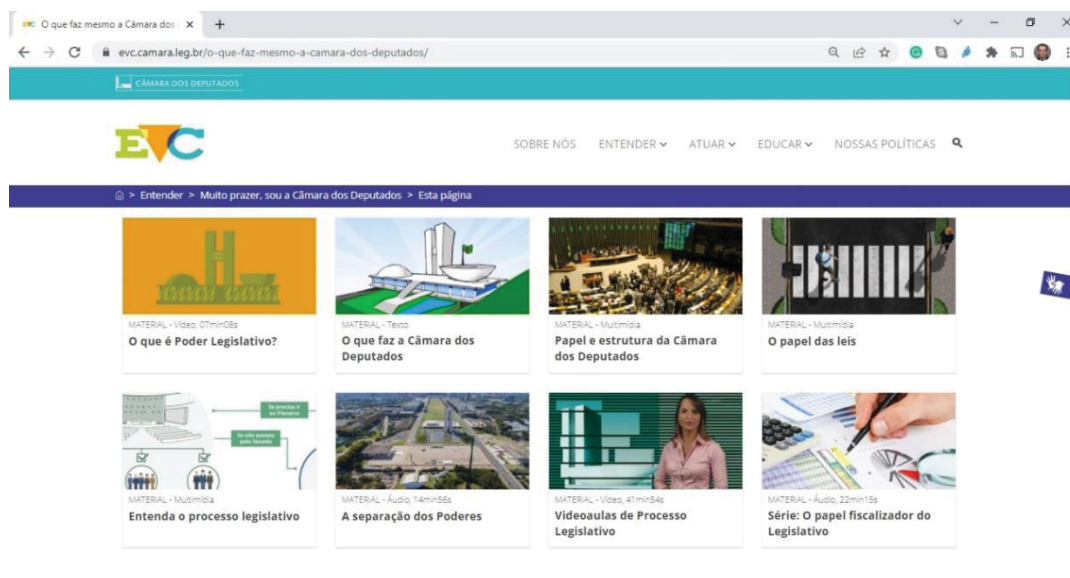
FONTE: Câmara dos Deputados<sup>115</sup>.

Nessa página ainda há um campo específico de ‘como participar da produção de leis’, que por fim, cumpre um papel maior, disponibilizando materiais não apenas para a criação de leis, mas também possibilita a participação em enquetes, o envio de questionamentos para audiências públicas, sugestões para projetos de lei em tramitação, bem como a conferência se notícias que circulam na internet sobre a Câmara dos Deputados são realmente verdadeiras ou falsas.

Além de uma formação sobre o ambiente parlamentar, o campo ‘Entender’ conta com uma orientação cidadã, em um espaço denominado ‘Eu, Cidadã! Eu, Cidadão!’, em que são abordados temas como ‘O que é cidadania?’, ‘O que é Política?’, ‘O que é Estado?’, ‘O que são direitos civis, políticos e sociais?’, entre outros conteúdos que evidenciam a cidadania.

<sup>115</sup> Disponível em: <[http://educacaoadistancia.camara.leg.br/recursos\\_online/voce\\_e\\_o\\_deputado\\_v20/Camara\\_Jogo\\_Educacao\\_v19/index.html](http://educacaoadistancia.camara.leg.br/recursos_online/voce_e_o_deputado_v20/Camara_Jogo_Educacao_v19/index.html)>. Acesso em: 15 fev. 2022.

FIGURA 28 – Exemplos de conteúdo do Portal EVC



FONTE: Câmara dos Deputados<sup>116</sup>.

Em um segundo tópico desse campo, estão materiais didáticos sobre a cidadania na prática, como conviver com a desinformação, o que é o controle social e sobre a participação cidadã na política. No terceiro tópico, são apresentados casos de sucesso e inspiradores de participação na vida política.

Por fim, o tópico ‘Cidadania e Inclusão’ apresenta conteúdos específicos sobre pessoas com deficiências intelectual, auditiva, física, visual e fatores de inclusão no âmbito do trabalho e da educação. No campo ‘Entender’ são sugeridos os programas educacionais ‘Parlamento Jovem Brasileiro’ e o ‘Estágio Visita’.

No segundo tópico do Portal EVC está o ‘Atuar’ que, de acordo com a definição contida na página, destina o conteúdo para quem quer fazer mais e ir além em sua atuação política e tem como objetivo potencializar o poder de transformação.

O primeiro tópico do Atuar é o ‘Mulheres Na Política’, que oferece diversas subdivisões destinadas para quem quer trabalhar com política, não importando o gênero. O restante é específico para a motivação e empoderamento feminino no âmbito eleitoral, como também da importância das mulheres na política. Em cada subtópico podem ser encontrados de cinco a oito conteúdos entre textos e vídeos explicativos.

No segundo tópico, o assunto é o incentivo para a participação na política como vereador ou vereadora. Com conteúdo em texto, áudio e vídeo, são tratados de temas que

<sup>116</sup> Disponível em: <<https://evc.camara.leg.br/o-que-faz-mesmo-a-camara-dos-deputados/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

discorrem sobre qual é o trabalho do vereador e, de maneira secundária, do prefeito, bem como de que forma as decisões dos parlamentos e dos governantes interferem no dia a dia das pessoas. Entre os programas educacionais presenciais sugeridos na página ‘Atuar’ do Portal EVC está a ‘Oficina de Atuação no Parlamento’.

O terceiro e último campo do Portal EVC é o ‘Educar’, destinado para professores. A página destaca a importância da educação para política enquanto formação cidadã. Em virtude disso, seu único subtópico é denominado como ‘Educação para Democracia Transforma!’. O objetivo com esse conteúdo é garantir subsídios, para que os professores possam transformar a escola em um espaço de vivência democrática.

Com um material multimídia, os conteúdos atuam tanto na formação dos professores, como também na busca do engajamento em educar para a cidadania. Como em outras instâncias do Portal EVC, o conteúdo conta com produções da Câmara dos Deputados, mas também de instituições parceiras. Além disso, o sistema de busca do Portal EVC permite escolher qual é o formato de mídia o internauta quer utilizar (multimídia, texto, vídeo e áudio).

A partir de meados do primeiro semestre de 2022, a Câmara dos Deputados oferece também na Escola da Câmara a plataforma Eleve, que é um ambiente de aprendizagem dos cursos à distância que são oferecidos de maneira segmentada para servidores da própria Câmara, para servidores públicos em geral e para cidadãos.

Em 15 de maio de 2022, um total de 12 cursos eram disponibilizados para os cidadãos; 17 para servidores públicos de modo geral e 23 específicos para servidores da Câmara dos Deputados.

FIGURA 29 – Interface do Eleve, site de conteúdos educacionais avançados, da Câmara dos Deputados



FONTE: Educação a distância da Câmara dos Deputados<sup>117</sup>.

<sup>117</sup> Disponível em: <<https://educacaoa distancia.camara.leg.br/site/>>. Acesso em: 21 maio 2022.

Para os cidadãos são oferecidos cursos como *Accountability* política, com carga horária de 5 horas; Administração do tempo (5 horas); Atendimento ao público (5 horas); Cerimonial e protocolo: noções básicas (10 horas); Educação financeira (sem certificação); Gênero e atuação legislativa (32 horas); Gestão de projetos (10 horas); Mulheres na política (sem certificação); Papel do cidadão (6 horas); Reuniões Produtivas (5 horas) e Técnica Legislativa - Noções Básicas (15 horas).

Além de cursos intermediários com certificação (ou não), a Câmara dos Deputados oferece também curso de pós-graduação. No entanto, esse campo é muito específico, de modo que não se enquadra na formação para qualquer cidadão, mas sim, com o intuito de qualificação de mão de obra, pois é composto por cursos de mestrado e especialização voltados para políticas públicas, governança e poder legislativo.

Mesmo não se tratando de uma experiência on-line, que é o objeto desse estudo, o site da Câmara dos Deputados apresenta iniciativas educativas presenciais para diversos grupos. Por mais que não represente uma interação instantânea com o parlamento, a publicidade dada fomenta a participação nas iniciativas citadas a seguir.

Através do programa ‘Oficina de Atuação no Parlamento’, representantes da sociedade civil organizada têm condições de entender melhor como funciona o poder legislativo e como acompanhar o processo de elaboração das leis por meio da iniciativa ‘Para a Sociedade Civil Organizada’. De acordo com a página no Portal da Câmara dos Deputados, 650 integrantes de organizações da sociedade civil organizada já aprenderam como participar de forma mais ativa do processo legislativo na Câmara dos Deputados. O Programa continua suspenso devido à pandemia da covid-19. Já o levantamento efetuado por Mota e Barros (2020), até julho de 2018, cerca de 700 pessoas participaram da experiência presencial.

De acordo com o site, para cada turma, são oferecidas 70 vagas para o curso presencial, sendo metade delas destinadas preferencialmente a membros de Organização Não Governamental (ONGs), Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIPS), associações comunitárias, e demais organizações afins, e a outra metade, preferencialmente, a membros de entidades sindicais, profissionais ou de classe. O Programa tem quatro dias de duração e carga horária de 30 horas. Entre os materiais relacionados indicados para quem buscou informações sobre o curso estão os vídeos ‘Como a sociedade civil organizada pode propor leis’ e ‘O que é *Lobby*’, do Portal EVC.

A página de programas educativos divulga que a Câmara dos Deputados conta com duas iniciativas específicas para professores. A ‘Missão Pedagógica no Parlamento’ e o

‘Estágio-Participação’. Em ambos os Programas, há uma imersão sobre o funcionamento da Casa Legislativa.

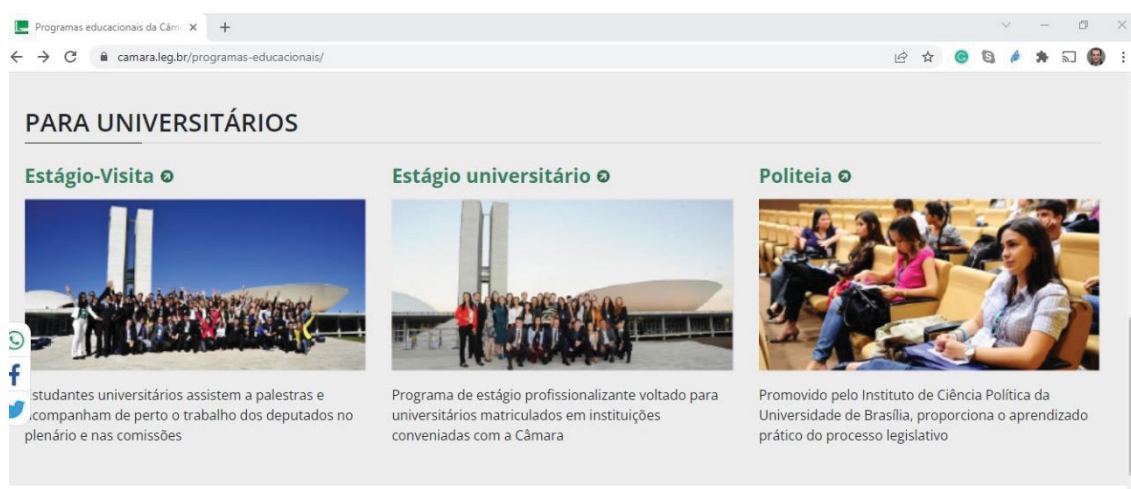
Na Missão Pedagógica, além das condições de participação, o *website* informa que, até 2022, cerca de 2.100 educadores e educadoras concluíram o curso Educação para Democracia e o Parlamento. Além desses, outros 450 participaram da formação completa e desenvolveram um projeto de educação para democracia em suas escolas. A página conta com testemunhos de professores que passaram pela iniciativa, com o regulamento e com materiais relacionados condizentes com a função de educar para a cidadania em sala de aula.

A outra iniciativa para professores é o ‘Estágio-Participação’. São três dias de imersão com 25 horas de carga horária. Entre os conhecimentos a serem adquiridos, o programa foca no aprendizado e sensibilização dos professores quanto ao Poder Legislativo, Educação para a Democracia e Metodologias Participativas.

O *website* contabiliza a participação de 122 educadores até o momento, considerando que, em virtude da pandemia, o programa está suspenso. Entre os materiais relacionados estão os que falam sobre a ‘Democracia na Escola’, ‘Conversas Democráticas’ e ‘Plenarinho’, todos oriundos do Portal EVC.

Para universitários, a Câmara dos Deputados conta com três iniciativas educativas presenciais que estão descritas no site. Sendo apenas uma delas disponível para pessoas que residam em qualquer lugar do Brasil, como é o caso do PJB, que é nosso objeto de estudo.

FIGURA 30 – Conteúdos informativos para experiências presenciais para universitários



FONTE: Câmara dos Deputados<sup>118</sup>.

<sup>118</sup> Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/escola-da-camara/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

Tanto o Estágio Universitário, quanto o Politeia (exclusivo para acadêmicos da Universidade Nacional de Brasília) são iniciativas apenas para os estudantes que residem em Brasília, em virtude disso, esse estudo realizou um levantamento superficial por suas páginas na internet. Ambas as iniciativas não contam com links ou materiais relacionados do Portal EVC. Além disso, trazem informações apenas explicativas de como participar.

O Estágio-Visita compreende em cinco dias de curso presencial na Câmara dos Deputados com palestras, debates, visitas, vivências e simulações que possibilitam o desenvolvimento de conhecimentos sobre democracia e o papel do Legislativo e de habilidades necessárias ao exercício de sua cidadania. De acordo com o levantamento efetuado por Mota e Barros (2020), o programa que teve início em 2003 e, até julho de 2018, contou com a participação estimada de 11.760 estudantes.

Na programação ainda há dois debates organizados com deputados. Um deles é o chamado Encontro com Deputados, em que um grupo de deputados convidados pela Segunda Secretaria responde a perguntas feitas pelos universitários. O outro é um programa da TV Câmara – Programa #Ocupação – com formato semelhante ao Encontro com Deputados, com a diferença que tem um tema específico diferente a cada edição e conta apenas com um deputado e um especialista no assunto. (SILVA, 2016, p. 25).

Esse mesmo processo de conversar com os deputados eleitos pode ser notado no Parlamento dos Jovens do período de debates e eleição da Sessão Nacional, como também na Sessão do Euroscola, em Estrasburgo e também no PJB.

Em todas as páginas de iniciativas presenciais, depoimentos dos participantes com foto endossam a experiência de simulação. Além disso, abaixo das opções de compartilhamento nas redes sociais, materiais relacionados, oriundos do Portal EVC, já descritos, estão disponíveis.

Já o campo ‘Para Crianças e Jovens’ conta com três iniciativas, sendo o ‘Plenarinho’ na internet e o ‘Câmara Mirim’ e ‘Eleitor Mirim’ em formato presencial, com suporte on-line. O Plenarinho é voltado para crianças e adolescentes, de 7 a 14 anos, tendo um viés lúdico e educativo.

De acordo com o levantamento efetuado por Mota e Barros (2020), estima-se que até julho de 2018 a iniciativa Plenarinho, em funcionamento desde 2004, já atendeu cerca de 60 mil pessoas. Já, a Câmara Mirim, com início em 2006, contou com aproximadamente 9.600 participantes e o Eleitor do Mirim, em atividade desde 2010, com periodicidade bienal, atendeu mais de 6.400 crianças.

Lima (2017) relata que o Plenarinho é fruto de uma proposta de servidores da Câmara dos Deputados, apresentada em 2002, que tinha como missão a melhoria da imagem da Câmara



dos Deputados, aproximando das crianças a simulação do processo legislativo e o desenvolvimento do senso de cidadania.

No Brasil, o Plenarinho foi pioneiro na construção de conteúdo explicitamente político, voltado para crianças, na internet. Primeiro na internet, é considerado referência para outros sites institucionais que têm a mesma finalidade. Seis personagens foram criados para serem os porta-vozes do Plenarinho, formando uma turma. Cada personagem tem uma característica própria, com o objetivo de representar diferentes segmentos e funções na sociedade, além de personificar cada área do Portal atual. (LIMA, 2017, p. 111).

No Plenarinho, a linguagem é diferente dos demais conteúdos. Na animação ‘Conheça a Câmara’, como outros conteúdos em forma de músicas, como é o caso do ‘Baião do Projeto de Lei Ordinária’, a ‘Ciranda da Proposta de Emenda à Constituição’, o ‘Pagode da Lei Complementar’, o ‘Rock da Resolução’ e o ‘Samba da Medida Provisória’, por exemplo.

Em um mapeamento realizado sobre o conteúdo do Plenarinho, em março de 2022, no campo ‘Diversão’, a criança que tiver acesso ao site terá à sua disposição 34 áudios, divididos entre nove radionovelas, 17 músicas explicativas e oito histórias. Além disso, estão disponíveis 36 passatempos, 23 jogos, 25 revistas e 60 vídeos de animação. No link, ‘Descubra!’ esse conteúdo é redistribuído em temas como Brasil, Cultura, Cidadania, Conheça a Câmara, Educação, Esporte, Leis, Meio Ambiente, Mundo, Política e Saúde.

O desafio diário do Plenarinho é tratar um assunto, geralmente árido, de forma criativa e compreensível para as crianças, sem nunca perder de vista seu caráter institucional. Para analisar a Dimensão Comunicacional do portal, serão usados como guia os 8 Cês da boa comunicação enumerados por Cutlip e Center (*apud* PINHO, 1990): Credibilidade; Contexto; Conteúdo; Clareza; Continuidade; Consistência; Canais de Comunicação; e Capacidade de entendimento do público. (LIMA, 2017, p. 112).

Todos os conteúdos sucintos e objetivos, contam com uma linguagem educativa. Dessa forma, não falta criatividade para chamar a atenção do público infantil. Vale registrar que todos os links utilizados no site são com ilustrações que demonstram o assunto a ser tratado, como apresenta Costa e Melo (2010), que se aprofundam no conteúdo da página do Plenarinho.

Todo o material do Plenarinho é diferente dos demais disponíveis no Portal EVC e nenhum conteúdo dessa outra plataforma é compartilhado nesses espaços.



FIGURA 31 – Página inicial do Plenarinho da Câmara dos Deputados



FONTE: Plenarinho, Câmara dos Deputados<sup>119</sup>.

O Plenarinho atua de maneira educativa exclusivamente com seu conteúdo on-line, de forma que a experiência de simulação de parlamento acontece a partir da iniciativa Câmara Mirim, por ser um concurso, que se torna uma experiência presencial. A página do Câmara Mirim é um desdobramento do site Plenarinho. De acordo com a definição contida no próprio site, o Câmara Mirim é um concurso de projetos de lei, que acontece no mês de outubro, sendo aberto a todos os estudantes do 5º ao 9º ano de escolas públicas e particulares do país.

De acordo com o regulamento do Câmara Mirim, os projetos inscritos pelas crianças são selecionados por uma comissão de consultores legislativos da Câmara dos Deputados e como prêmio, os autores dessas proposições vão à Brasília com as despesas pagas pela Câmara dos Deputados. Em um evento no plenário da Casa, as crianças defendem suas propostas na Sessão Mirim, composta por outras crianças.

Lima (2017, p. 116) comenta que, entre 2006 e 2013, foram mais de 4.500 projetos enviados, com destaque para 2011, quando o Plenarinho recebeu 1.237 inscrições. Como também, destaca que dos 24 projetos, sete foram apadrinhados por deputados federais e tramitam na Câmara, trazendo referências explícitas ao Câmara Mirim.

No *website*, o conteúdo é dividido em três categorias principais: para estudantes; para professores e para câmaras mirins municipais. No espaço dedicado aos estudantes estão disponíveis instruções de como desenvolver um projeto de lei para o programa, o regulamento, os projetos enviados e aprovados em edições anteriores, explicações sobre as reuniões das comissões e relatos de estudantes que participaram da experiência.

<sup>119</sup> Disponível em: <<https://plenarinho.leg.br/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

No campo para os professores, estão disponíveis o regulamento e o resultado do concurso. Vale destacar que tanto na página específica para estudantes, quanto na dos educadores, estão os destaques do conteúdo do Câmara Mirim, com explicações sobre o funcionamento da iniciativa, alterações no regulamento, reflexões sobre a versão remota do programa, realizada em 2020, casos de sucesso e testemunhos de estudantes e professores participantes.

Costa e Melo (2010) descrevem a sessão em que os autores das proposições vencedoras defendem seus projetos de lei em uma experiência de simulação de parlamento.

Todos os anos, no mês de outubro, o Plenário da Câmara recebe as 400 crianças que vão participar do Câmara Mirim. Elas tomam lugar no Plenário e na Mesa Diretora, escolhem seu presidente da Câmara Mirim, sobem à tribuna para defender seu projeto, votam no painel eletrônico e aprendem, na prática, a fazer o papel de deputados mirins. (COSTA; MELO, 2010, p. 15).

Lima (2017) aponta que a internet é preponderante para o Plenarinho, um programa de uma instituição de representação nacional, mas com apenas uma sede, na capital federal. Segundo ela, já naquela época o foco era deixar de ser o acesso exclusivo por computadores para que fosse migrado para dispositivos móveis (celulares e tablets), que é por onde a geração atual de crianças utiliza a internet. No entanto, salienta a importância de manter a experiência presencial.

Mesmo com a internet, o Plenarinho não abre mão de ações presenciais. São elas que podem acrescentar o aspecto social ao letramento político, conforme recomendado por Arthur e Davison (2000). O Câmara Mirim traz resultados animadores sobre o letramento político das crianças participantes e tende a continuar como carro-chefe do programa. [...] O primeiro benefício da participação está na própria oportunidade de participação, reiterando que a orientação prévia para inscrição acrescenta valores, práticas e conhecimentos já de início. (LIMA, 2017, p. 125).

Toda essa contextualização fez-se necessária para demonstrar a gama de conteúdos on-line disponibilizados pela Câmara dos Deputados, independentemente do Parlamento Jovem Brasileiro. Como também que o letramento político acontece desde a alfabetização básica, a partir dos 7 anos de idade, alcançando não apenas os jovens, mas universitários, adultos e trabalhadores de entidades representativas.

No QUADRO 11, as principais características das ferramentas on-line educativas do site da Câmara dos Deputados, separadas em quatro categorias, com seus respectivos indicadores e endereços dos *websites*:

QUADRO 11 – Principais características qualitativas do site da Câmara dos Deputados

(continua)

Categoria	Indicadores	websites
1) Explicam sobre a importância do parlamento nos respectivos sistemas políticos	Sem ter a necessidade de chegar na página de programas educativos da Câmara, o internauta já conta com a oportunidade de entender o papel da instituição e o funcionamento da Casa a partir dos sistemas políticos.	<a href="https://www.camara.leg.br/papel-e-estrutura/">https://www.camara.leg.br/papel-e-estrutura/</a>
	O Portal EVC vai além e através dos vídeos educativos, em vídeos curtos, disponibiliza conhecimentos sobre o papel e estrutura da Câmara, bem como o que fazem os deputados e o processo legislativo, entre outros assuntos ligados a democracia e cidadania.	<a href="https://evc.camara.leg.br/muito-prazer-sou-a-camara-dos-deputados/">https://evc.camara.leg.br/muito-prazer-sou-a-camara-dos-deputados/</a>
	A plataforma Eleve também apresenta conteúdos que auxiliam na compreensão da importância do legislativo e da atuação no sistema político.	<a href="https://educacaoadistancia.camara.leg.br/site/para-cidadaos/">https://educacaoadistancia.camara.leg.br/site/para-cidadaos/</a>
	O Plenarinho, com uma linguagem mais lúdica e em consonância com o público infantil, apresenta a importância da Câmara dos Deputados para o país, como ocorre o processo político na instituição, entre outros temas ligados a cidadania e democracia.	<a href="https://plenarinho.leg.br/index.php/2018/12/o-que-e-a-camara-dos-deputados/">https://plenarinho.leg.br/index.php/2018/12/o-que-e-a-camara-dos-deputados/</a> <a href="https://plenarinho.leg.br/index.php/2019/01/o-que-fazem-os-deputados/">https://plenarinho.leg.br/index.php/2019/01/o-que-fazem-os-deputados/</a>
2) Explicam como o parlamento interfere na vida do cidadão-internauta	O Portal EVC vai além e através dos vídeos educativos, em vídeos curtos, disponibiliza conhecimentos sobre o papel das leis, a importância da separação dos poderes para a democracia e como funciona o poder legislativo, por exemplo. Além disso, aborda conceitos de cidadania e a importância da fiscalização, acompanhamento e participação do cidadão na política.	<a href="https://evc.camara.leg.br/">https://evc.camara.leg.br/</a>
		<a href="https://plenarinho.leg.br/index.php/2018/01/os-3-poderes-dentro-de-casa/">https://plenarinho.leg.br/index.php/2018/01/os-3-poderes-dentro-de-casa/</a>
3) Estimulam o aprendizado sobre a atividade parlamentar em diversas faixas etárias, respeitando suas especificidades	A Câmara dos Deputados é um exemplo de produção de conteúdo para diversos públicos, como a produção para cidadãos em geral, servidores públicos, professores e também crianças. O conteúdo do Parlamento Jovem Brasileiro também é um exemplo de segmentação de público.	<a href="https://plenarinho.leg.br/">https://plenarinho.leg.br/</a>
		<a href="https://evc.camara.leg.br/">https://evc.camara.leg.br/</a>
		<a href="https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem">https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem</a>
		<a href="https://educacaoadistancia.camara.leg.br/site/para-cidadaos/">https://educacaoadistancia.camara.leg.br/site/para-cidadaos/</a>
<a href="https://educacaoadistancia.camara.leg.br/site/para-servidores-publicos/">https://educacaoadistancia.camara.leg.br/site/para-servidores-publicos/</a>		

QUADRO 11 – Principais características qualitativas do site da Câmara dos Deputados

(conclusão)

Categoria	Indicadores	websites
4) Oferecem a oportunidade de aprofundamento no conteúdo em outras ferramentas digitais ou mesmo em cursos presenciais	Além dos conteúdos básicos em vídeos curtos, a Câmara dos Deputados conta com páginas que disponibilizam conteúdos mais completos através de cursos de curta duração, que podem ser feitos pela população em geral, servidores públicos e servidores do próprio legislativo federal, com e sem certificação.	<a href="https://educacaoadistancia.camara.leg.br/site/">https://educacaoadistancia.camara.leg.br/site/</a>
	A página dos programas educacionais divulga também cursos presenciais para professores e para organizações da sociedade civil organizada	<a href="https://evc.camara.leg.br/programas/missao-pedagogica-no-parlamento/">https://evc.camara.leg.br/programas/missao-pedagogica-no-parlamento/</a> <a href="https://evc.camara.leg.br/programas/oficina-de-atuacao-no-parlamento/">https://evc.camara.leg.br/programas/oficina-de-atuacao-no-parlamento/</a>
	A Câmara dos Deputados disponibiliza ainda no formato presencial cursos de pós-graduações lato e stricto sensu.	<a href="https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao">https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao</a>

FONTE: O Autor (2022).

#### 6.4.1 O site do Parlamento Jovem Brasileiro

A estrutura da página do PJB é diferente das demais da Escola da Câmara. Sendo visualmente mais parecida com o layout do site da Câmara dos Deputados, isto é, com um design não muito atrativo para o público jovem.

FIGURA 32 – Página inicial do Parlamento Jovem Brasileiro, da Câmara dos Deputados

FONTE: Câmara dos Deputados<sup>120</sup>.

<sup>120</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem>>. Acesso em: 15 maio 2022.

A página é dividida em três partes, sendo um menu lateral no lado esquerdo, um espaço em evidência por contar com temas acompanhados de imagens e, na lateral direita, um outro menu denominado como ‘Destaque’, em que estão os links ‘Quem Somos’, abaixo os atalhos para as redes sociais, Facebook e Instagram.

Por fim, nessa barra de opções, está a Agência de Notícias PJB, que leva a uma compilação de notícias de interesse dos jovens, que são replicadas do conteúdo da Agência de Notícias da Câmara dos Deputados, como de sites como da Agência Senado, do Ministério da Educação, da Agência Brasil, Organização das Nações Unidas, entre outros sites parceiros.

O menu do lado esquerdo conta com um link que leva para ‘Todas as Edições’ do Programa, em que é apresentado um breve histórico da edição, com os projetos discutidos pelo Plenário da simulação de parlamento e os respectivos temas discutidos e aprovados, bem como, os parlamentares jovens da edição e seus projetos e temas aprovados. Na página, há botões com o ano de realização da edição em evidência, de 2004 a 2020. No menu específico dessa página, um link ‘Projeto’, disponibiliza ao internauta o acesso aos projetos, na íntegra, de 2012 a 2020.

Ao meio da página estão os destaques do site do Parlamento Jovem Brasileiro, iniciando com o banner ‘Saiba tudo o que rolou no PJB 2020/2021’. Nessa página, o usuário encontrará uma grande quantidade de informações sobre a mais recente edição<sup>121</sup>.

Um ponto importante a ser destacado, somente na edição 2020/2021, é a fluidez do conteúdo informativo com diversos hiperlinks, que levam o leitor ao perfil do parlamentar jovem citado, ao partido e comissões permanentes em que o deputado jovem faz parte, bem como, ao projeto de lei analisado e o respectivo resultado. As edições anteriores são mais simples e sem hipertextos.

Dessa forma, pode-se dizer que a construção dessa página, especificamente, traz um texto objetivo, mas com ramificações importantes para a compreensão do contexto parlamentar. Sobre a hiperlinkagem, Koch (2007, p. 26) aponta que a linearidade rompe-se em unidades de informação, cujo nós e nexos associativos formam um sistema de conexões que permite interligar um nó a outro, nesse caso, a explicação do que se trata ao que está informado no texto.

O texto, assim constituído, é dinâmico, está sempre por fazer. Isto implica, por parte do leitor, um trabalho contínuo de organização, seleção, associação, contextualização de informações e, conseqüentemente, de expansão de um texto em outros textos ou a partir de outros textos, uma vez que os textos constitutivos dessa grande rede estão contidos em outros e também contém outros. (KOCH, 2007, p. 24)

---

<sup>121</sup> A coordenação do programa Parlamento Jovem Brasileiro informou em 4 de julho, em seu site, que não serão abertas inscrições para o programa em 2022 e que será trabalhado na construção de uma nova proposta para o PJB, buscando aumentar o alcance do programa e levar o aprendizado sobre política e democracia para as salas de aula.

Na página em que se disponibiliza informações sobre a edição 2020, por exemplo, no quesito informativo, pode-se notar mais quatro botões ao final da página, que explicam funções colegiadas similares ao parlamento, com características parecidas no PJB como o ‘Saiba como atuam os partidos no PJB’ e o ‘Colégio de Líderes: o que ele faz?’. O ‘Saiba como atuam os partidos no PJB’ explica ao internauta que os partidos são fictícios, porém, atuam de forma similar ao Parlamento convencional no andamento do PJB.

Na edição 2020 o PJB vivenciou a formação de quatro partidos: União Brasileira Pela Justiça Social (UNIJUS), Partido Social Sustentável (PSS), Partido Democrata Conservador (PDC), Partido Da Liberdade Democrática (PLD). Cada jovem deputado escolheu sua legenda. Alguns candidataram-se a liderança ou vice-liderança dos partidos, assumindo assim a tarefa de encaminhar as votações nas comissões, por exemplo. Ou pedir vistas ou apresentar emendas a determinados projetos considerados importantes para o grupo<sup>122</sup>.

Além disso, o texto aponta a quantidade de parlamentares por partido político simulado, como também suas funções nas comissões permanentes ou mesmo da composição da Mesa Diretora, como no exemplo abaixo:

O Partido Social Sustentável (PSS) reúne a segunda maior bancada do PJB 2020, contando com 24 parlamentares e também teve a oportunidade de presidir duas comissões: a Comissão de Agricultura e Meio Ambiente (CAMA) e a Comissão de Educação (CE). Dos 23 projetos apresentados pelos integrantes do partido, 15 sofreram alterações indicadas pelos relatores e apenas uma proposta foi rejeitada. As deputadas jovens Lídia Nataly (MG) e Madeleine Moreira (RJ) ocuparam, respectivamente, os cargos de vice-presidente e primeira-secretária da Mesa Diretora.<sup>123</sup>

O Colégio de Líderes é outra instância colegiada do parlamento convencional, representada no PJB. O texto explica que sua existência como necessária para assessorar o presidente da Câmara (nesse caso do PJB) a definir quais propostas devem ser encaminhadas, com prioridade, dentre os milhares de projetos prontos para votação no Plenário. Além disso, salienta o papel das Comissões Permanentes, considerando que nem todos os projetos de lei apresentados pelos parlamentares são votados no plenário da Câmara dos Deputados.

De acordo com o texto explicativo, a maioria das proposições é debatida e votada na Comissões em caráter conclusivo, isto é, o que o conjunto das comissões definir é dado como parecer da própria Câmara.

---

<sup>122</sup> Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem/noticias\\_para\\_voce/saiba-como-atuam-os-partidos-no-pjb](https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem/noticias_para_voce/saiba-como-atuam-os-partidos-no-pjb)>. Acesso em: 15 fev. 2022.

<sup>123</sup> Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem/noticias\\_para\\_voce/saiba-como-atuam-os-partidos-no-pjb](https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem/noticias_para_voce/saiba-como-atuam-os-partidos-no-pjb)>. Acesso em: 15 fev. 2022.



No PJB, depois que todos os projetos são debatidos nas comissões, o Colégio de Líderes se reúne para decidir quais propostas irão para a Plenária Final, um dos momentos mais aguardados da simulação. Esse colegiado é formado pelas lideranças dos partidos criados, que se reúnem com a Mesa Diretora do PJB para tomarem uma decisão em conjunto.<sup>124</sup>

A imersão educativa na prática, em formato on-line, vai além na página que faz um ‘Resumão plenária final PJB 2020’<sup>125</sup> ao final dela, um link discreto oferece a possibilidade de assistir em vídeo os debates da Sessão Plenária do PJB. O link apresenta o texto: ‘Quer saber como foram as negociações que levaram esses dois projetos à plenária final? Então clica nos links abaixo e leia sobre os bastidores dessa votação histórica’<sup>126</sup>.

Nesse momento, o internauta é encaminhado para outra plataforma, com uma interface e funções diferentes, em formato similar a plataforma e-Democracia<sup>127</sup> da Câmara dos Deputados. O link direciona para a transmissão realizada ao vivo, remotamente, devido a pandemia, em 30 de abril de 2021 às 09h30. A sessão plenária teve com 3 horas e 40 minutos de duração e está disponível no Youtube.

Essa pesquisa acredita que um dos ganhos mais significativo para o PJB, no que se refere a tecnologias digitais, aconteceu para a edição 2020/2021 com a plataforma interativa<sup>128</sup>. Esse espaço virtual congrega o perfil de cada deputado jovem entre outras ferramentas importantes de interação, não apenas dos próprios parlamentares, mas de qualquer cidadão cadastrado.

As sessões da Comissões do PJB também são armazenadas e disponibilizadas no Youtube com link na página de mídias da Câmara dos Deputados<sup>129</sup>. Estão disponíveis as sessões das comissões de Direitos Humanos e Minorias; Saúde e Segurança Pública; Educação; Cultura, Cidadania, Esporte e Turismo; Economia, Emprego e Defesa do Consumidor; Agricultura e Meio Ambiente; Adolescentes no Sistema Socioeducativo Brasileiro e a Comissão de Combate ao Racismo e Preconceitos; juntamente com a Sessão de Diplomação e

---

<sup>124</sup> Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem/noticias\\_para\\_voce/colegio-de-lideres](https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem/noticias_para_voce/colegio-de-lideres)>. Acesso em: 15 fev. 2022.

<sup>125</sup> Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem/noticias\\_para\\_voce/resumao-plenaria-final-pjb-2020](https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem/noticias_para_voce/resumao-plenaria-final-pjb-2020)>. Acesso em: 15 fev. 2022

<sup>126</sup> Disponível em: <<https://midias.camara.leg.br/pjb/audiencias/sala/16>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

<sup>127</sup> O e-Democracia é uma plataforma modular que agrega mecanismos de participação com diferentes processos participativos (online/offline, livre/estruturado) e níveis de complexidade. Cada organização pode escolher quais ferramentas adotar. A plataforma surgiu com o formato de projeto piloto em 2009, se institucionalizou em 2013 através da Resolução 043 e em 2016 passou por uma reformulação que deu origem ao formato que está em funcionamento atualmente. Mais informações: <<http://www.edemocracia.leg.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

<sup>128</sup> Disponível em: <<https://midias.camara.leg.br/pjb/participe/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

<sup>129</sup> Disponível em: <<https://midias.camara.leg.br/pjb/audiencias/fechadas>>. Acesso em: 15 fev. 2022.



Posse dos Deputados Jovens e a Plenária Final, em que foram deliberados os projetos que não tiveram a votação conclusiva na Comissão. Em 2020, foram realizadas, ao todo, 16 sessões que possibilitaram a interação em tempo real.

Outra ferramenta importante da plataforma é o Wikilegis, em que o internauta pode contribuir com as propostas de lei do programa. Ao todo, considerando apenas 2020, 76 proposições estavam à disposição para a cooperação on-line através da interação digital de usuários inscritos, que não obrigatoriamente teriam que ser deputados jovens.

FIGURA 33 – Página inicial do Wikilegis, da Câmara dos Deputados



FONTE: Plataforma digital interativa do Parlamento Jovem Brasileiro<sup>130</sup>.

No entanto, apenas 15 tiveram sugestões, sendo sete delas com uma interação, quatro com duas, três com mais de três interações, e apenas uma delas com mais de 10 sugestões, somando ao todo 13 interações. A ferramenta apresenta um relatório de participação por proposição.

Com 13 interações, a proposta de lei do PJB 385/2020, proposta pelo deputado jovem André Távora, visa à expansão do acesso democrático ao Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o território nacional, a partir da redistribuição da regionalização do SUS e do aprimoramento dos serviços e do número de profissionais na atenção às saúdes primária, secundária e terciária, em localidades carentes de acesso a tal direito fundamental.

O relatório aponta que das 13 propostas de modificação, a proposição contou com quatro participantes, obtendo dois votos favoráveis no projeto<sup>131</sup>, 63 votos positivos em

<sup>130</sup> Disponível em: <<https://midias.camara.leg.br/pjb/wikilegis>>. Acesso em: 15 maio 2022.

<sup>131</sup> Os votos favoráveis nessa instância da plataforma equivalem ao 'Curtir' nas redes sociais.

dispositivos (sugestões) do projeto. As sugestões de modificações ao projeto são oriundas do próprio autor, como também da deputada jovem Sofia Oliveira.

Com cinco sugestões de modificações, está a PEC 1012/2020, da parlamentar jovem Cristine Rodrigues, que dá nova redação ao art. 144 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 144-A, 144-B, 144-C e 144-D, estabelecendo uma reforma da segurança pública, norteadas pela desmilitarização, unificação, formação humanizada, sindicalização, integridade psicológica e sistema de inteligência. No relatório de participação consta que houve três participantes e dois votos positivos no projeto. Porém, as cinco sugestões foram feitas pela própria autora da proposição.

Uma outra ferramenta tão importante quanto a de Audiências Interativas, na disponibilização ao vivo das sessões das Comissões e Plenárias, bem como no armazenamento dos vídeos gravados desses eventos parlamentares e a possibilidade de propor mudanças nas propostas criadas pelos parlamentares jovens, é um repositório das propostas legislativas originais do PJB.

O campo ‘Expressão’ é um espaço virtual destinado a interação diretamente com o deputado jovem. Porém, considerando as 76 possibilidades de interações com os deputados, apenas cinco foram registradas, sendo uma de teste, três de fixar a conversa e uma foi realizada, em que um parlamentar jovem pergunta se pode contribuir com proposição de outro deputado jovem. De forma que nenhuma contribuição significativa está disponível nessa ferramenta da plataforma na edição 2020/2021.

Por mais que já existam modelos similares, em mais de 1.700 municípios brasileiros, pelo e-Democracia, a ferramenta sendo utilizada para a simulação de atividade parlamentar pode ser considerada um divisor de águas no processo de educação política, a partir de parlamentos, por abrir a experiência de parlamento jovem para a interação e participação externa, por meio da tecnologia digital. Sendo assim, o exercício de cidadania deixaria de acontecer apenas pelos deputados jovens, podendo o acompanhamento da edição tornar-se uma atividade escolar, nas instituições de ensino.

No entanto, por ser a primeira edição a usar a referida plataforma, a falta de uma interação mais efetiva é compreensível, tanto por não estar na cultura do internauta simpatizante do PJB, como talvez por uma carência de maior divulgação da possibilidade.

Nas demais páginas das edições anteriores, percebe-se um relato superficial da experiência, em um formato linear de conteúdo, que poderia ser reproduzido no formato impresso, com palavras em negrito para enfatizar nomes e áreas de análises das proposições, mas que não se nota a possibilidade de interação através de links, contendo apenas a lista dos

deputados jovens. Nas edições mais recentes, fotos dos momentos de simulação presencial ilustram a execução do Programa.

Na edição 2012, além da lista de deputados jovens, é inserido em um link a relação dos projetos de autoria dos parlamentares, também dos projetos escolhidos para a Plenária final do Programa. Já em 2015, os projetos aprovados no PJB que foram apadrinhados por deputados federais também começaram a ser disponibilizados na página em links para os arquivos das proposições em PDF.

Na edição 2020, no campo em que estão disponíveis todas as edições, ao invés do texto descritivo sobre a edição, diversos links, em formato de publicação no Instagram oferecem informações sobre o andamento do Programa, bem como explicações sobre o processo legislativo do PJB. Ao todo, são 18 links com informações sobre a edição do Programa.

FIGURA 34 – Edição PJB 2020 com mais conteúdos on-line ofertados



FONTE: Câmara dos Deputados<sup>132</sup>

A pandemia do novo coronavírus apresentou um avanço para a iniciativa no ambiente on-line, pois o que não se tinha registro nas edições anteriores com tanta riqueza de detalhes e conteúdo, ganhou espaço no âmbito digital, com a plataforma de mídia interativa do PJB, que garante uma maior riqueza de detalhes, conteúdo e possibilidade de interação entre os participantes e quem está longe da capital federal.

<sup>132</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem/edicoes-antiores/parlamento-jovem-2020-1/parlamento-jovem-2020>>. Acesso em: 15 maio 2022

FIGURA 35 – Página inicial da Plataforma do PJB, da Câmara dos Deputados



FONTE: Plataforma interativa do PJB<sup>133</sup>.

Em virtude disso, considerando todo o material educativo, disponibilizado pelo Portal da Câmara dos Deputados, para todas as faixas etárias e segmentos contemplados, incluindo agora o Eleve, com níveis de aprendizado e intermediário e avançado, conclui-se que a experiência brasileira é a mais completa entre todas as iniciativas estudadas nesse trabalho. Como também, que na maioria dos momentos utiliza bem a ferramenta de hipertexto deixando o conteúdo interligado e, com isso, mais eficiente.

Visto que o hipertexto oferece uma multiplicidade de caminhos, cabendo ao leitor incorporar ainda outros caminhos e inserir outras informações, este passa a ter um papel ainda mais ativo e oportunidades ainda mais ricas que o leitor do texto impresso. Como dificilmente dois leitores tomarão exatamente as mesmas decisões e seguirão os mesmos caminhos, jamais haverá leituras exatamente iguais. (KOCH, 2009, p. 30).

Porém, com relação ao site do PJB e as demais ferramentas educativas, falta uma maior conexão. Motivo esse que no capítulo anterior a iniciativa obteve um índice geral de 0,66, ficando na segunda colocação, atrás do JS, com 0,69. Um dos motivos para isso foi o site do PJB não conversar com as outras ferramentas educativas do site da Câmara.

Vale destacar que se nota certa convergência entre os links do Portal EVC com a página do PJB, mas não ao contrário. De forma que a página do PJB se retroalimenta apenas de seu conteúdo, que para o leigo, pode não ser o suficiente. Necessitando, assim, de uma interligação maior com o Portal EVC, evitando, dessa forma, que jovens interessados em participar do PJB desmotivem-se com a complexidade das informações disponibilizadas de

<sup>133</sup> Disponível em: <<https://midias.camara.leg.br/pjb/participe/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

maneira muito específica, para quem não teve a experiência de simulação de parlamento presencial.

Podemos utilizar, para explicar a necessidade de uma interação maior entre os conteúdos, o conceito de comunicação integrada do campo da comunicação e do marketing apresentada por Kunsch (2009), que entende que as instituições devem praticar a filosofia da comunicação não-fragmentada. Com isso, a autora quer dizer que os dados podem e devem estar em compartimentos separados, porém, a união, através da linkagem hipertextual, cumpre com um propósito de tornar os conceitos muito mais didáticos e compreensíveis, levando em conta as demandas, os interesses e as exigências dos públicos estratégicos e da sociedade.

Fator positivo esse que deve ser destacado na centralização de conteúdo na rede social da Escola da Câmara, possibilitando que o internauta veja não apenas o conteúdo do PJB, mas outros pertinentes com a educação política, sendo um hub de conteúdo nas redes sociais.

No QUADRO 12, as principais características das ferramentas on-line educativas do site do Parlamento Jovem Brasileiro, separadas em quatro categorias, com seus respectivos indicadores e endereços dos *websites*:

QUADRO 12 – Principais características qualitativas do site do Parlamento Jovem Brasileiro

(continua)

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Websites</b>
1) Apresentam uma noção prática ou de vivência de atuação parlamentar	Nas audiências interativas das comissões temáticas, além das discussões entre os parlamentares, é possível, a partir da plataforma, fazer comentários e questionamentos em relação ao que está em debate, incluindo a plenária final da edição do Programa.	<a href="http://midias.camara.leg.br/pjb/audiencias/">http://midias.camara.leg.br/pjb/audiencias/</a>
	No campo 'Todas as Edições', o site apresenta um resumo do que aconteceu na temporada presencial do programa no ano, com fotos dos parlamentares no plenário da Câmara dos Deputados e os projetos de leis que foram debatidos.	<a href="https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem/edicoes-antteriores/copy_of_jovens-deputados-e-projetos-apresentados-edicoes-antteriores">https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem/edicoes-antteriores/copy_of_jovens-deputados-e-projetos-apresentados-edicoes-antteriores</a>
	Aos moldes do parlamento convencional, a ferramenta apresenta os deputados jovens, com um mini-currículo, os projetos protocolados e em que comissões técnicas o parlamentar faz parte.	<a href="http://midias.camara.leg.br/pjb/participe/deputado/list">http://midias.camara.leg.br/pjb/participe/deputado/list</a>

QUADRO 12 – Principais características qualitativas do site do Parlamento Jovem Brasileiro

(conclusão)

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Websites</b>
2) Possibilitam interação e participação on-line	A ferramenta Wikilegis permite a interação do internauta nos projetos de leis propostos pelos parlamentares jovens, em que é possível sugerir modificações, adições e supressões em artigos das proposições.	<a href="http://midias.camara.leg.br/pjb/wikilegis/">http://midias.camara.leg.br/pjb/wikilegis/</a>
	Denominada como ‘Expressão’, a ferramenta permite o diálogo entre os parlamentares jovens e os internautas, em formato de fórum, diversos assuntos podem ser debatidos, desde proposições, até a eleição da Mesa Diretora do PJB.	<a href="http://midias.camara.leg.br/pjb/expressao/">http://midias.camara.leg.br/pjb/expressao/</a>
3) Prestam suporte de maneira adequada para a seleção e participação presencial (estudantes e professores)	O PJB conta com diversos campos para elucidar aos participantes e professores como proceder para o processo de seleção.	<a href="https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem/sou-educador">https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem/sou-educador</a>
	No menu lateral dessa página, o internauta, interessado em participar do PJB terá explicações sobre o processo seletivo, sobre o curso à distância que terá que fazer caso seja selecionado, explicações sobre a jornada parlamentar e sobre as despesas para a experiência presencial. O jovem recebe nesse espaço até orientações quanto a vestimentas a serem usadas na Câmara dos Deputados.	<a href="https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem/o-que-e-o-parlamento-jovem-brasileiro">https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem/o-que-e-o-parlamento-jovem-brasileiro</a>
	Nessa página, o Programa apresenta temas que já são usados pelos jovens frequentemente, evitando a repetição de propostas.	<a href="https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojem/outras-conteudos/projetos-pjb">https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojem/outras-conteudos/projetos-pjb</a>
4) Utilizam da experiência presencial para gerar conteúdo educativo e de engajamento no âmbito on-line	Os projetos de leis ficam disponíveis para consulta no site do PJB. As sessões e reuniões das comissões também são disponibilizadas na íntegra, o mesmo pode-se dizer quanto as discussões e debates. A partir da edição 2020 a compilação de todo esse material ficou mais acessível e de fácil manuseio.	<a href="http://midias.camara.leg.br/pjb/participe/">http://midias.camara.leg.br/pjb/participe/</a>

FONTE: O autor (2022).

## 6.5 O SENADO FEDERAL BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO POLÍTICA ON-LINE

Na página inicial, na opção Institucional do Menu podem ser encontradas informações referentes ao funcionamento do Senado Federal, como suas atribuições, composição, estrutura



administrativa, história, entre outros. Aprofunda, ainda, na atividade legislativa, explicando as diferenças de atribuições com a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional, como também faz um raio-x do sistema político da Casa<sup>134</sup>, elucidando sobre os tipos de matérias legislativas, medidas provisórias, projetos de resolução, mensagens, requerimentos, pareceres, as diferenças entre PECs e projetos de lei, como também explica de maneira objetiva e sucinta as prerrogativas do Senado Federal.

Logo após as notícias e as atividades legislativas com os trabalhos e a agenda do Senado, o conteúdo da página inicial conta com campos explicativos ‘Sobre os Senadores’ e ‘Sobre o Senado’, entre outros tópicos, até chegar nos programas institucionais.

FIGURA 36 – Página inicial do Senado Federal, programas institucionais



FONTE: Senado Federal.

A instituição disponibiliza links como o ‘Visite o Senado’, ‘Cursos’, ‘Biblioteca’, ‘Livraria’, a ‘Constituição Federal’, o ‘Arquivo’, ‘Regimento Interno’ e o ‘Manual de Redação’. Esse trabalho irá ater-se apenas às que contam com viés educativo.

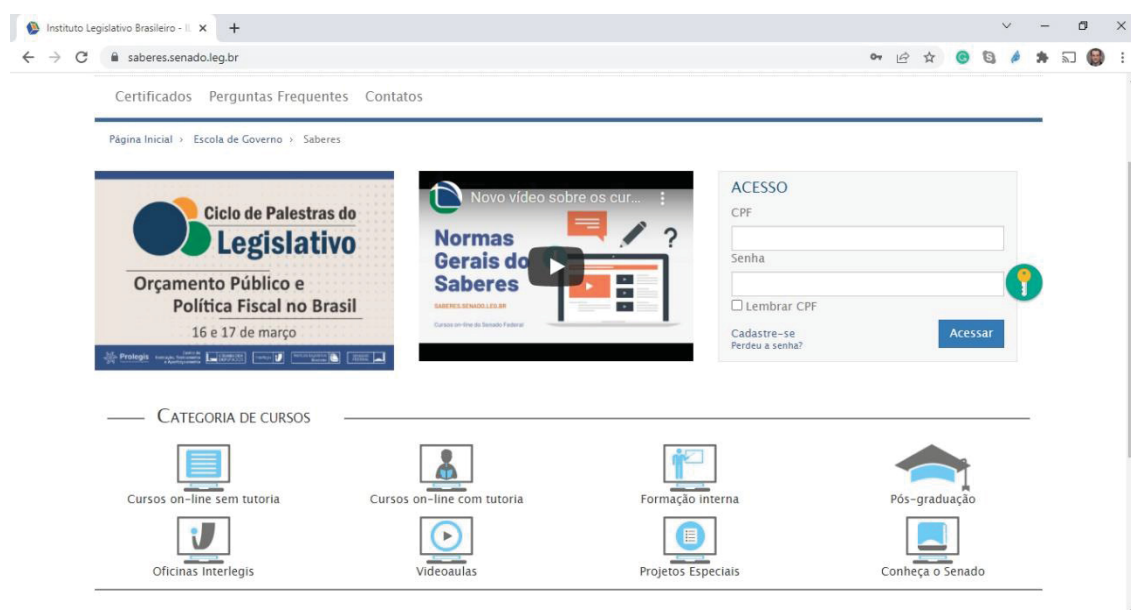
Enquanto conteúdo educativo pode-se destacar o ‘Visite o Senado’, que tem por finalidade tanto contar a história da instituição, como também, agendar uma visita presencial. A ‘Biblioteca’ oferece mais de 3,5 milhões de documentos digitais e digitalizados do Senado, enquanto o ‘Arquivo’ disponibiliza um acervo de 152 mil documentos para consulta e reprodução. A ‘Livraria’ do Senado também conta com uma quantidade significativa de livros, que podem ser comprados a preços de custo via internet. O Regimento Interno e a Constituição Federal estão à disposição na página inicial também.

<sup>134</sup> Disponível em: <<https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/entendaatleg/>>. Acesso em: 17 maio 2022.



O link ‘Curso’ leva para a Escola de Governo do Senado Federal. Essa plataforma necessita de login e senha para acessar. Denominado como Saberes, essa plataforma educativa foi desenvolvida pelo Interlegis<sup>135</sup>, que é um programa do Senado Federal, criado para fortalecer o Poder Legislativo, estimulando a modernização e a integração das Casas Legislativas do país e que tem como objetivo garantir a transferência de tecnologia e ações de capacitação, principalmente para quem trabalha com o Poder Legislativo.

FIGURA 37 – Página inicial da plataforma Saberes



FONTE: Plataforma Saberes, Interlegis, Senado Federal<sup>136</sup>.

A plataforma Saberes é dividida em *curso on-line sem tutoria, com tutoria, formação Interna* (exclusivo para servidores do Senado), *Pós-Graduação, Oficinas Interlegis, Videoaulas, Projetos Especiais e Conheça o Senado*. Porém, apenas três dessas ferramentas podem ser utilizadas e compreendidas mais facilmente por qualquer cidadão.

Considerando o nível de imersão destinado para o cidadão na Plataforma Interlegis, pode-se analisar a experiência educativa em níveis básico, intermediário e avançado. Como nível básico temos o ‘Conheça o Senado’, que proporciona 16 vídeos produzidos pela TV Senado apresentando os setores da Casa que dão apoio, transparência ao processo legislativo e

<sup>135</sup> Além de trabalhar com informação para os servidores do Poder Legislativo em âmbito geral, o Interlegis (também conhecido como Instituto Legislativo Brasileiro – ILB) desenvolve ferramentas tecnológicas que são disponibilizadas gratuitamente para as Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, que possibilitam a criação de portais na internet para as casas, o armazenamento de sistemas, a identificação .leg nos endereços eletrônicos e a automatização de todo o processo legislativo em âmbito municipal e estadual. Uma quantidade significativa de municípios brasileiros já migrou para essa plataforma gratuita de site legislativo oferecido pelo Interlegis.

<sup>136</sup> Disponível em: <<https://saberes.senado.leg.br/>>. Acesso em: 21 maio 2022.

oferecem serviços ao cidadão brasileiro. Nessa ferramenta, não há prazo para assistir os vídeos, não há avaliações de conhecimento e também não há certificação.

Os vídeos têm a duração de 1 a 2 minutos e 30 segundos e explicam a função desde a Secretaria Executiva da Casa, passando pela Secretaria das Comissões do Senado e do Congresso, Comissões Permanentes importantes do Senado Federal, como a de Infraestrutura; Relações Internacionais; Ciência e Tecnologia; Agricultura e Reforma Agrária; Meio Ambiente; Assuntos Sociais; Direitos Humanos e Legislação Participativa; Assuntos Econômicos; e a Comissão de Educação do Senado Federal.

Em nível intermediário, o campo Videoaulas também oferece conteúdos organizados de maneira parecida com o ‘Conheça o Senado’, porém mais específicos como: Introdução à Ciência Política; Orçamento Fácil, Política Contemporânea; Temas Contemporâneos de Gênero e Raça; a Constituição Cidadã; Economia Descomplicada; Brasil das Letras; e Ergonomia no Home Office e Ginástica Laboral. Destaca-se que nos dois últimos cursos citados, não foi compreendido o sentido em dividir espaço com temas tão específicos com a educação política e gestão pública.

Esse campo da plataforma apresenta cursos em vídeos únicos ou então fracionados em subtemas. Por exemplo, o curso de ‘A Constituição Cidadã’, com seis vídeos, ‘Introdução à Ciência Política’, com 10 vídeos, e ‘Política Contemporânea’ com 19 vídeos. Da mesma forma que no ‘Conheça o Senado’, o campo ‘Videoaulas’ também não oferecem certificação.

Ainda em nível intermediário, especificamente para o cidadão, essa pesquisa entende que se classificam os cursos on-line sem tutoria em que é disponibilizada para a população em geral. São 30 cursos 100% on-line e, por mais que haja cursos específicos para servidores do poder legislativo, qualquer internauta tem a oportunidade de cursar sobre doutrina políticas separadas em Liberalismo, Esquerdas, Social Democracia e Socialismo, por exemplo, ou mesmo o Estado e as Organizações da Sociedade Civil, Relações Internacionais, Política Contemporânea.

São disponibilizados cursos específicos para entendimento da gestão pública como Introdução ao Direito Público e ao Orçamento Público, sobre a Lei de Acesso à Informação, Transparência, Ouvidoria e sobre o Processo Legislativo Federal. Sobre o Poder Legislativo de maneira mais ampla, a plataforma conta com dois cursos, um de modo geral e outro específico sobre o Poder Legislativo Municipal.

Os cursos, que contam com prazo de dois meses para a conclusão, apresentam carga horária que varia entre 12 e 60 horas, bem como com certificação em que é registrado o

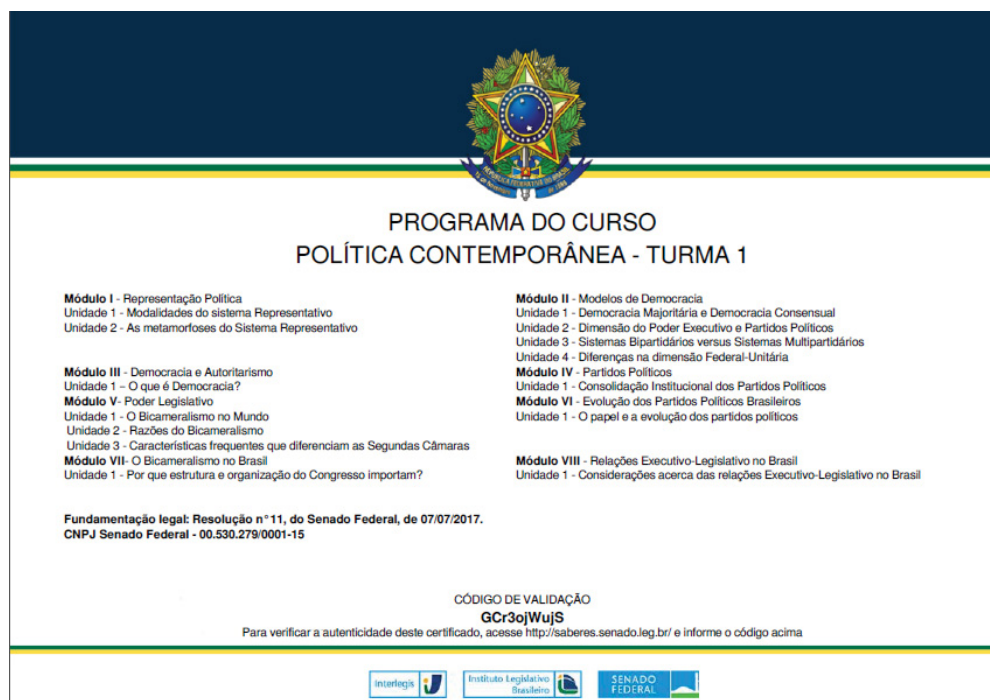
conteúdo aplicado, como também a nota que o cursista obteve. Para ter direito a certificação, o interessado deve alcançar pelo menos a pontuação 70, como demonstrado no certificado abaixo:

FIGURA 38 – Frente do certificado emitido após a conclusão do curso desenvolvido pela plataforma Saberes



FONTE: Arquivo pessoal do autor.

FIGURA 39 – Verso do certificado emitido após a conclusão do curso desenvolvido pela plataforma Saberes, com a descrição dos módulos



FONTE: Arquivo pessoal do autor.

Os cursos sem tutoria são divididos em módulos e unidades, aos moldes de outras plataformas de Ensino a Distância. Além dos conteúdos disponibilizados, os cursos contam com exercícios de fixação e um módulo de conclusão, com uma prova final em que a nota obtida dará o direito, ou não, à certificação.

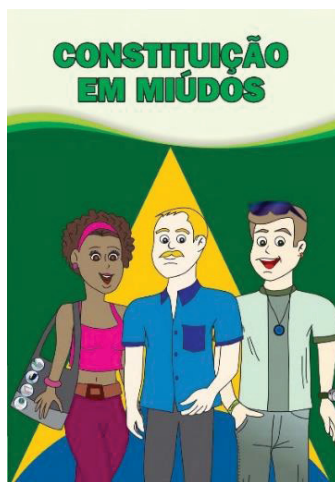
Ainda na página inicial ‘Saberes’, nada impede do cidadão também inscrever-se no botão ‘Oficinas’, em eventos realizados para o ILB. Nem todos são exclusivos para servidores do poder legislativo em suas três esferas, ou mesmo, produzidos unicamente para os funcionários do Senado Federal. Porém, dos eventos disponíveis, pode-se considerar em todos os casos um conhecimento para pessoas que já têm uma vivência prévia no assunto.

Em virtude disso, para fomento desse conhecimento, o Senado Federal, através do Interlegis e a parceria da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas<sup>137</sup> (ABEL) oferece suporte para a criação de Escolas do Legislativo nas câmaras municipais, assembleias legislativas e tribunais de contas por todo o Brasil.

Foi em parceria com a ABEL, com o Interlegis, com o Parlamento Jovem de Minas Gerais (realizado pela Assembleia Legislativa) e a Escola do Legislativo Professor Romulo Coelho, da Câmara Municipal de Pouso Alegre (MG), que o Senado Federal publicou em 2015, o livro Constituição em Miúdos<sup>138</sup>.

Em cerca de 126 páginas, a Constituição Federal de 1988 é explicada de forma didática, com ilustrações e diálogos, com uma linguagem acessível, tanto no livro, como em audiobook.

FIGURA 40 – Capa da publicação Constituição em Miúdos produzida pelo Senado Federal



FONTE: Registro fotográfico da versão impressa feito pelo autor.

<sup>137</sup> Disponível em: <<https://www.portalabel.org.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

<sup>138</sup> Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/514442>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

Por mais que o objetivo da publicação seja proporcionar um primeiro contato da Constituição Federal com jovens de 12 a 15 anos, possibilitando uma reflexão entre as garantias constitucionais com as realidades dos jovens, e ainda despertar o interesse desse público para um posicionamento mais crítico, tornando esses jovens mais atuantes, objetivos correlatos ao programa de educação política do Senado, o site do Jovem Senador não conta com um link para a publicação, nem cita a existência dela, que pode ser encontrada em link da Escola de Governo da instituição.

No QUADRO 13, as principais características das ferramentas on-line educativas do site do Senado Federal, separadas em quatro categorias, com seus respectivos indicadores e endereços dos *websites*:

QUADRO 13 – Principais características qualitativas do site do Senado Federal

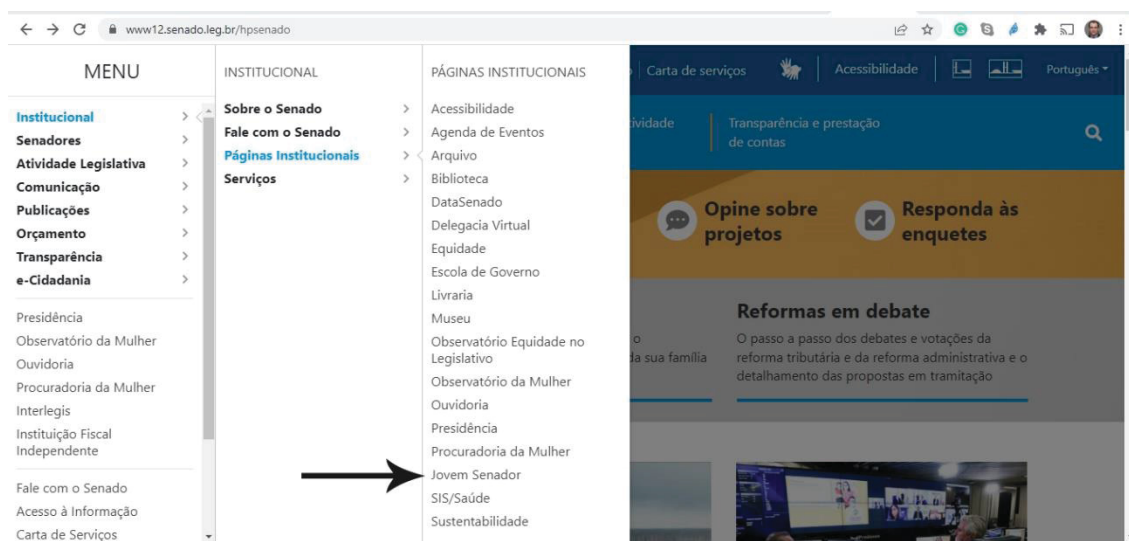
<b>Categoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>websites</b>
1) Explicam sobre a importância do parlamento nos respectivos sistemas políticos?	Na página inicial, na opção Institucional do Menu podem ser encontradas informações referentes ao funcionamento do Senado Federal, como suas atribuições, composição, estrutura administrativa, história, entre outros.	<a href="https://www12.senado.leg.br/hpsenado">https://www12.senado.leg.br/hpsenado</a>
	Esse conhecimento aprofunda-se na atividade legislativa, explicando as diferenças de atribuições com a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional, como também faz um raio-x do sistema político da Casa.	<a href="https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/entendaatleg/">https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/entendaatleg/</a>
2) Explicam como o parlamento interfere na vida do cidadão-internauta?	Não há uma página específica para isso, porém, essas explicações estão nos conteúdos jornalísticos, na apresentação de projetos de leis que mudam as realidades das pessoas.	<a href="https://www12.senado.leg.br/hpsenado">https://www12.senado.leg.br/hpsenado</a>
3) Estimulam o aprendizado sobre a atividade parlamentar em diversas faixas etárias, respeitando suas especificidades?	A webpage do Senado Federal não conta com conteúdos para crianças. Tendo como conteúdo específico para faixa etária com menos idade, apenas a página do Jovem Senador.	<a href="https://www12.senado.leg.br/jovensenador">https://www12.senado.leg.br/jovensenador</a>
4) Oferecem a oportunidade de aprofundamento no conteúdo em outras ferramentas digitais ou mesmo em cursos presenciais?	Através da plataforma Saberes, criada pelo Instituto Legislativo Brasileiro, do Senado Federal, é possível ter acesso a cursos de média e longa duração livres para qualquer cidadão, como também cursos de pós-graduação lato sensu, que são exclusivos para servidores do Senado.	<a href="https://saberes.senado.leg.br/">https://saberes.senado.leg.br/</a>

FONTE: O Autor (2022).

### 6.5.1. O site do Jovem Senador

Diferente do PJB, o Jovem Senador conta com uma menção já na página inicial do Senado Federal e está localizado na parte inferior do site, em um dos links do campo ‘Senado Informa’. Mesmo assim, no menu inicial da página, localizado no canto superior esquerdo, do site da instituição, o Programa também poderá ser encontrado com precisamente quatro cliques pelo caminho Menu – Institucional – Páginas Institucionais e Jovem Senador.

FIGURA 41 – Caminho para chegar ao site do Jovem Senador, pela página do Senado Federal



FONTE: Senado Federal<sup>139</sup>.

Com interface atrativa, o site do Jovem Senador é objetivo e intuitivo quanto as informações disponibilizadas para os jovens. Com qualidade gráfica superior aos demais sites analisados, a *homepage* apresenta uma distribuição de fácil orientação para os campos específicos destinados para explicação sobre o programa.

Na página inicial, o caráter noticioso está em ênfase, com um banner rotativo com cinco conteúdos em destaque. Os assuntos elencados no banner principal, no dia 13 de março de 2022, falavam sobre a seleção dos participantes e do funcionamento do Programa em si, incluindo o tema do concurso de redação.

O apelo factual do conteúdo está na preparação da edição, com um dos assuntos focados no tema da edição, que é nos 200 anos da comemoração da Independência do Brasil; outro que anuncia que as inscrições vão até 18 de março; um consultor do Senado Federal deu dicas para a elaborar uma boa redação para o concurso em outra postagem; as vantagens da

<sup>139</sup> Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jovemsenador>>. Acesso em: 2 mar. 2022.



participação dos jovens no concurso, da viagem à Brasília e da atuação simulada como senador; e o último que tratou do esforço dos coordenadores dos estados na divulgação do Programa, no Brasil.

FIGURA 42 – *Homepage* do Programa Jovem Senador



FONTE: Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jovemsenador>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

Ainda na *homepage*, ao lado direito, está o campo Notícias, que conta com seis links de notícias em destaque e que leva para um repositório de notícias sobre o programa. Todo o conteúdo noticioso está diretamente ou indiretamente ligado ao Jovem Senador e seus desdobramentos.

Vale destacar que esse conteúdo noticioso é atualizado sempre que possível, chegando a ter duas atualizações por dia, como também ficar mais de uma semana sem publicação. Além disso, obedece às mudanças no processo de seleção, bem como dos acontecimentos do programa, tendo como ponto alto o período em que os jovens estão em Brasília para a experiência presencial. Porém, registram visitas de escolas ou outras instituições legislativas na sede do programa, resultados de outros programas de educação política, ações de destaque de ex-participantes ou professores do Programa.

Na notícia publicada no dia 10 de março de 2022<sup>140</sup> é dado destaque para a jovem senadora Suzanny Dias Kuhlmann, da edição de 2019, que foi aceita para estudar na Franklin & Marshall College, em Lancaster, Pensilvânia. A notícia cita outros ex-participantes que foram

<sup>140</sup> Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/home/noticias-1/releases/2022/03/jovem-senador-contribui-para-estudante-ser-aceita-em-universidade-americana>>. Acesso em: 10 mar. 2022.



aceitos em Dartmouth College, em New Hampshire, como também na Universidade de Harvard, em Massachusetts.

Fica clara a intenção de agregar valor ao programa, através do reconhecimento da iniciativa e dos seus ex-participantes. Isso acontece em outros momentos, como no caso da jovem senadora da edição de 2019, Thalita Pacher<sup>141</sup>, do estado de Santa Catarina, como também, Matheus Bacelar Vieira da Silva<sup>142</sup>, da Bahia, que são protagonizados através da página do Jovem Senador, fator esse já comentado no capítulo anterior.

Além da ferramenta de busca, acima dos links noticiosos, estão os links ‘Quem somos’, com informações sobre quem é responsável pela iniciativa a partir do Senado Federal, os coordenadores nos estados e no DF, uma Linha do Tempo com os principais acontecimentos do programa desde a sua criação em 2008, além do link ‘Fale Conosco’.

Na aba ‘Alunos’, são prestigiados os participantes do programa, desde os finalistas estaduais, também as redações vencedoras e ainda os depoimentos dos participantes. Já na aba ‘Professores’, está o registro dos professores orientadores, um link para cursos da Plataforma Saberes do ILB, em que o Programa Jovem Senador sugere para os docentes três dos 30 cursos oferecidos, no caso ‘Política Contemporânea’ (60h), ‘O Poder Legislativo’ (40h) e ‘Processo Legislativo’ (45h). A intenção é que os professores tenham melhores condições de orientar os alunos na produção de textos com mais chances de vencer o concurso de redação.

Na ‘Atividade Legislativa’ é apresentada a composição da Mesa Diretora do programa, que ficou responsável pela coordenação dos trabalhos parlamentares. Além da composição mais recente, tem a opção para ver nas edições anteriores quem foi o presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretário da Mesa, além de informações como a escola e estado de origem, bem como o nome do professor orientador.

Nesse importante campo estão documentadas todas as propostas de lei elaboradas, separadas por edição do programa, desde o ano de 2011. Além de constar os autores das sugestões, explica-se ao internauta qual foi o destino do projeto de lei ou requerimentos, desde a proposição, até a tramitação no Senado ou no processo legislativo bicameral.

Diferente dos outros programas analisados, pode ser percebido no Jovem Senador que a participação do estudante vai além da mera simulação de parlamento, mas também oferece a

---

<sup>141</sup> Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/home/noticias-1/releases/2021/11/thalita-pacher-jovem-senadora-de-santa-catarina-recebe-homenagem>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

<sup>142</sup> Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/home/noticias-1/releases/2020/01/jovem-senador-desenvolve-acoes-de-cidadania-para-a-juventude-no-interior-da-bahia>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

possibilidade de participação do jovem no âmbito legislativo, fazendo com que as ideias debatidas pela iniciativa sejam utilizadas pelos senadores.

Ainda na aba ‘Atividade Legislativa’, na opção ‘Como são feitas as leis’, é explicado sobre o trabalho dos jovens senadores, que as propostas aprovadas em plenário no programa são encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, como Sugestões Legislativas (SUG). Essas Sugestões Legislativas são relatadas pelos senadores da República e, caso aprovadas pela CDH, tramitam normalmente pelo Congresso Nacional.

Como no exemplo da FIGURA 43 do projeto de lei 3.140 de 2019, oriundo da Sugestão 40/2018, do Programa Jovem Senador.

FIGURA 43 – Sugestão do Programa Jovem Senador transformada em Projeto de Lei

Atividade Legislativa · Projetos e Matérias · Pesquisas · SUG 40/2018

### Sugestão nº 40, de 2018

**Autoria** Jovem Senador Jovem Senadora Bibiana Brum, Jovem Senador Jovem Senadora Giulia Lima Mendes, Jovem Senador Jovem Senadora Ivana Brandão, Jovem Senador Jovem Senadora Letícia Silva, Jovem Senador Jovem Senadora Luana Freire, Jovem Senador Jovem Senadora Lynda Oliveira, Jovem Senador Jovem Senador Pedro Vinicius, Jovem Senador Jovem Senadora Rackel Resende, Jovem Senador Jovem Senador Thales Corismo

**Natureza** Sugestão Legislativa

**Texto inicial**

**Imprimir**

**Ementa:**  
Prevê a inclusão do princípio do respeito à diversidade no ambiente escolar.

**Situação Atual** Tramitação encerrada

**Participe**

Consulta pública encerrada

9 SIM 3 NÃO

**Decisão:** Transformada em Projeto de Lei do Senado  
**Último estado:** 28/05/2019 – TRANSFORMADA EM PROJETO DE LEI DO SENADO

Resultado anunciado em 2022-03-12 às 16:16

Compartilhe

FONTE: Senado Federal<sup>143</sup>.

A última aba, denominada como ‘Divulgação’, oferece links para Notícias, Fotos, Vídeos, Áudios e Materiais de Divulgação da campanha da edição vigente. No link ‘Fotos’ são disponibilizadas imagens separadas por álbuns, desde 2008 até a edição 2019. Enquanto no link ‘Áudios’ ocorre uma mistura entre conteúdos noticiosos específicos do Jovem Senador e do Senado Federal no programa radiofônico ‘A Voz do Brasil’.

A página inicial foca também no Concurso de Redação que seleciona os jovens senadores, com o link ‘Material de Divulgação’, em que são disponibilizados release, cartazes, logomarca, bem como post e stories sobre a edição do Programa, para Facebook e Instagram.

<sup>143</sup> Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/134958>>. Acesso em: 10 mar. 2022

FIGURA 44 – Explicações sobre o concurso Jovem Senador



FONTE: Programa Jovem Senador<sup>144</sup>.

O link ‘Regulamento 2022’ direciona o internauta para um arquivo em PDF de 21 páginas, que explica sobre a participação do estudante no Concurso de Redação do Senado Federal e também sobre a participação na simulação de parlamento para os autores das redações vencedoras.

Focado ainda na seleção dos participantes, o link ‘Espaço da escola’ disponibiliza a ficha de inscrição e a folha de redação, enquanto o ‘Espaço do estudante’ traz, em três partes, informações sobre o tema da redação que em 2022 é: "200 anos de Independência: lições da história para a construção do amanhã", como também explicações sobre a tipologia dissertativo-argumentativa da redação e ainda mais informações específicas de como o tema poderá ser trabalhado, chamado de repertório.

É disponibilizado o Calendário 2022 do programa com as datas de entrega, seleção estadual, anúncio dos 27 selecionados para participar da edição do Programa em Brasília, como também do vencedor do Concurso e o início da semana de vivência legislativa no Senado Federal.

Logo ao lado está um mapa do Brasil em que estão os contatos das coordenações do Programa nos estados da Federação e no DF, bem como maneiras de entrar em contato. Na sequência, o link ‘Vídeos’ encaminha o internauta para uma página em que estão os conteúdos sobre o programa, separados em listas, por edição, desde 2015 até 2019, no Youtube e no Facebook, em 2020, que em virtude da pandemia, foram realizadas *lives* pela equipe do Jovem Senador, nessa rede social digital.

<sup>144</sup> Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jovemsenador>>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

Ao final da página inicial foi percebida apenas replicações de links já citados nos parágrafos anteriores, sendo alguns deles em maior destaque e outros apenas registrados ao final da página.

Da maneira pela qual é trabalhada, a informação na página do Programa Jovem Senador, entende-se que há um claro objetivo em protagonizar o participante, os professores orientadores e deixar evidente a intenção de ir além de uma simulação de parlamento, mas dar condições das propostas debatidas por esses jovens serem utilizadas como base para proposições reais no Senado Federal.

A análise dessa etapa da pesquisa demonstra os motivos pelos quais o site do Jovem Senador, no capítulo anterior, alcançou o índice 0,69, sendo o mais próximo da pontuação máxima permitida na avaliação (1,0). Isso porque fica clara a missão educativa da experiência on-line, não apenas pela forma de divulgação do programa, pela divulgação dos resultados do concurso de redação e pela publicidade das proposições aprovadas pelo parlamento simulado que tramitam nas Casas Legislativas do Congresso Nacional. Mas vai além, com a ligação estreita para estudantes e professores no âmbito formador, através da plataforma Saberes, do Instituto Legislativo Brasileiro, sendo uma ferramenta eficiente.

No QUADRO 14, as principais características das ferramentas on-line educativas do site do Programa Jovem Senador, separadas em quatro categorias, com seus respectivos indicadores e endereços dos *websites*:

QUADRO 14 – Principais características qualitativas do site do Programa Jovem Senador

(continua)

Categoria	Indicadores	Websites
1) Apresentam uma noção prática ou de vivência de atuação parlamentar?	A forma de apresentação destas noções práticas da vivência parlamentar está nas notícias publicadas no site do Jovem Senador durante a temporada presencial.	<p data-bbox="1134 1491 1428 1733"><a href="https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/home/noticias-1/externas/2022/06/2018jovens-senadores2019-tomam-posse-e-elegem-integrantes-da-mesa-diretora">https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/home/noticias-1/externas/2022/06/2018jovens-senadores2019-tomam-posse-e-elegem-integrantes-da-mesa-diretora</a></p> <p data-bbox="1134 1778 1428 1989"><a href="https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/home/noticias-1/releases/2022/07/jovemsenador-propostas-dos-estudantes-vaio-a-plenario-nesta-sexta">https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/home/noticias-1/releases/2022/07/jovemsenador-propostas-dos-estudantes-vaio-a-plenario-nesta-sexta</a></p>

QUADRO 14 – Principais características qualitativas do site do Senado Federal

(conclusão)

Categoria	Indicadores	Websites
		<a href="https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/home/noticias-1/releases/2022/07/jovens-senadores-concluem-programa-e-aprovacao-de-projetos">https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/home/noticias-1/releases/2022/07/jovens-senadores-concluem-programa-e-aprovacao-de-projetos</a>
2) Possibilitam interação e participação on-line?	O Jovem Senador não conta, em seu site, com uma ferramenta própria de interação e participação on-line. No entanto, utiliza do Portal e-Cidadania do Senado Federal para realizar a interação no momento da Sessão de votação dos projetos propostos pelos jovens senadores.	<a href="https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=23401">https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=23401</a>
3) Prestam suporte de maneira adequada para a seleção e participação presencial (estudantes e professores)?	Na <i>homepage</i> do Jovem Senador estão disponíveis, um ao lado do outro, botões (links) que disponibilizam o regulamento da edição vigente, o 'Espaço da Escola' com a ficha de inscrição e folha padrão de redação, como também o 'Espaço do Estudante' com informações que visam informar o participante sobre o tema da redação.	<a href="https://www12.senado.leg.br/jovemsenador">https://www12.senado.leg.br/jovemsenador</a>
4) Utilizam da experiência presencial para gerar conteúdo educativo e de engajamento no âmbito on-line?	O Programa conta com um banco de projetos de leis elaborados pelos jovens senadores, em que se é possível acompanhar a tramitação nos parlamentos reais.	<a href="https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/menu/atividade-legislativa/propostas-dos-jovens-senadores">https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/menu/atividade-legislativa/propostas-dos-jovens-senadores</a>
	O site conta com depoimentos de professores e alunos participantes sobre a experiência de simulação de atividade parlamentar.	<a href="https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/depoimentos/#professores">https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/depoimentos/#professores</a>
	O Jovem Senador prestigia os egressos do Programa protagonizando suas ações com notícias veiculadas no site da iniciativa.	<a href="https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/home/noticias-1/releases/2020/11/jovemsenadora-do-maranhao-fala-sobre-experiencia-no-programa">https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/home/noticias-1/releases/2020/11/jovemsenadora-do-maranhao-fala-sobre-experiencia-no-programa</a>
	As notícias são publicadas com periodicidade razoável fora da temporada presencial do Programa, mas que a constância nas publicações auxilia no engajamento do conteúdo educativo do site. Vale ressaltar que as notícias do site do Jovem Senador são exclusivas sobre a iniciativa.	<a href="https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/centralnoticias?b_start:int=60">https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/centralnoticias?b_start:int=60</a>

FONTE: O autor (2022).

## 6.6 QUADROS COMPARATIVOS DOS PARLAMENTOS E SUAS INICIATIVAS EDUCATIVAS ON E OFF-LINE

Os quadros a seguir apresentam comparações entre as iniciativas educativas, off-line e on-line dos parlamentos estudados:

Como forma de comparação e sistematização dos principais dados coletados no Capítulo 4<sup>145</sup>, segue o QUADRO 15, com as principais características das experiências presenciais de cada parlamento jovem desse estudo. Foram elencadas categorias para facilitar a visualização das ferramentas e como conduzidas.

QUADRO 15 – Sistematização comparativa das experiências presenciais dos programas de parlamento jovem estudados

(continua)

Ferramentas educativas dos programas		Euroscola	Parlamento Juvenil do Reino Unido	Parlamento dos Jovens	Parlamento Jovem Brasileiro	Jovem Senador
Parlamentos Jovens Presencial	<b>Interação</b>	Debates obrigatório nas escolas.	Debate opcional nas escolas, dependendo dos professores.	Debates obrigatório nas escolas.	Debate opcional nas escolas, dependendo dos professores.	Debate opcional nas escolas, dependendo dos professores.
	<b>Participação dos professores</b>	Orientação dos professores.	Não tem participação de professores.	Orientação dos professores.	Orientação dos professores.	Orientação dos professores.
	<b>Descentralização do programa presencial</b>	Existência de sessões regionais.	Não conta com debates regionais, mas com atuação regionalizada do parlamentar.	Existência de sessões regionais.	Não existem sessões regionais.	Não existem sessões regionais.
	<b>Forma de seleção</b>	Modelo de eleições pelo voto direto nas escolas.	Parlamentares jovens eleitos pelo voto de outros jovens.	Modelo de eleições pelo voto direto nas escolas.	Seleção dos participantes através de concurso de projeto de lei.	Seleção dos participantes através de concurso de redação.
	<b>Influência das instituições escolares</b>	Forte interferência das escolas na participação dos estudantes na escolha de representantes.	Forte interferência das escolas na participação dos estudantes na escolha de representantes.	Forte interferência das escolas na participação dos estudantes na escolha de representantes.	Participação condicionada a vontade dos professores das escolas, de modo opcional.	Participação condicionada a vontade dos professores das escolas, de modo opcional.

<sup>145</sup> Optou-se em colocar o quadro comparativo do Capítulo 4 nesse momento do trabalho com o objetivo de facilitar a comparação entre as iniciativas, considerando suas características.

QUADRO 15 – Sistematização comparativa das experiências presenciais dos programas de parlamento jovem estudados

(conclusão)

Ferramentas educativas dos programas		Euroescola	Parlamento Juvenil do Reino Unido	Parlamento dos Jovens	Parlamento Jovem Brasileiro	Jovem Senador
	<b>Deliberação através dos jovens</b>	Escolha de temas para debates sugeridos pelos jovens no Parlamento dos Jovens.	Independência do Programa em relação ao parlamento na escolha de temas.	Escolha de temas sugerida pelos jovens na Sessão Nacional.	Temas para as redações de seleção definidas pelo programa.	Temas para os projetos de leis da seleção definidos pelo programa.
		Não há proposição pelos jovens participantes.	Proposições dos jovens discutidas em Sessão Nacional recebem resposta do Parlamento.	Recomendações elaboradas pelos jovens são enviadas para a Comissão da AR.	Projetos de leis elaborados no programa de simulação necessitam de proposição parlamentar para tramitar.	Projetos de leis elaborados no programa de simulação necessitam de proposição parlamentar para tramitar.
	<b>Divulgação através dos estudantes</b>	Não há nenhuma ferramenta de divulgação pelos jovens.	Divulgação independente das campanhas formuladas pelo Programa.	Prêmio reportagem.	Não há nenhuma ferramenta de divulgação pelos jovens.	Não há nenhuma ferramenta de divulgação pelos jovens.
	<b>Debate final</b>	Realização de diversas sessões do Euroescola por ano.	Uma Sessão Nacional por ano.	Uma Sessão Nacional como término de cada edição anual.	Uma Sessão Nacional como término de cada edição anual.	Uma Sessão Nacional como término de cada edição anual.

FONTE: O autor (2022).

O QUADRO 16 apresenta a comparação de ferramentas e características realizadas de modo off-line pelos parlamentos estudados. Esses dados são apresentados nesse Capítulo 6, de forma descritivo-analítico, no entanto, percebeu-se a necessidade de sistematizar a partir de quadros explicativos com o objetivo de estabelecer visualmente um cenário comparativo entre os programas de educação política das Casas Legislativas, divulgados nos sites, mas que acontecem presencialmente.

Quanto as categorias sistematizadas está a periodicidade dessas iniciativas divididas em ‘Constantes’ que acontecem sem datas pré-definidas em cronograma e as ‘Periódicas’ que contam com um calendário anual específico durante o ano/edição de realização<sup>146</sup>.

<sup>146</sup> Foi analisado também se as iniciativas educadoras aconteciam dentro ou fora da estrutura do parlamento.



QUADRO 16 – Comparações das características off-line das ferramentas educativas dos parlamentos

Ferramentas educativas	Tempo	Local	Parlamento Europeu	Parlamento do Reino Unido	Assembleia da República Portuguesa	Câmara dos Deputados	Senado Federal
Experiências presenciais a partir dos parlamentos	Constantes	Dentro do parlamento	Visita Guiada	Home Education Day Visit (visita ao parlamento)	Visita Guiada	Visita Guiada	Visita Guiada
			Parliamentarium			Oficina de atuação no parlamento	
			Jogos de simulação	UK Parliament Teacher Ambassador Programme (formação de professores)		Estágio-Visita	
		Estágio-Participação		Missão Pedagógica no Parlamento			
		Fora do parlamento	Não conta com ferramenta educativa fora dos parlamentos	Community and youth groups		Não conta com ferramenta educativa fora dos parlamentos	
	Schools and colleges (workshops e palestras em escolas).						
	Periódicas	Dentro do parlamento	Euroscola (mensal - Estrasburgo)	UK Parliament Week (sociedade em geral - uma vez por ano)	Parlamento dos Jovens (anual)	Câmara Mirim (anual)	Programa Jovem Senador (anual)
				Learn with the Lords: Question Time for UK Parliament Week (interação com os lords - anual)		Parlamento Jovem Brasileiro (anual)	
		Fora do parlamento	Não conta com ferramenta educativa fora dos parlamentos	UK Parliament Week (as atividades acontecem dentro e fora do parlamento)	Debates nas sessões escolares e regionais do Parlamento dos Jovens.	Não conta com ferramenta educativa fora dos parlamentos	Não conta com ferramenta educativa fora dos parlamentos

FONTE: O autor (2022).

Por fim, no QUADRO 17, estão dispostas as informações sobre o levantamento on-line qualitativo, também descritos nesse Capítulo 6. No entanto, nesse Quadro, estão elencadas

apenas as principais ferramentas educativas exclusivamente on-line encontradas nos sites dos parlamentos e também dos programas de parlamento jovem.

Em relação a experiência do Reino Unido, mesmo não sendo realizado pelo Parlamento UK, as características foram organizadas como se fosse uma só, tanto pelo apoio dado pela *House of Commons* para a iniciativa, como também em virtude da possível experiência do internauta, que em caso de querer mais informações sobre a Casa de Leis, irá acessar o site da referida instituição.

QUADRO 17 – Comparações das características on-line das principais ferramentas educativas dos parlamentos e parlamentos jovens

(continua)

Principais ferramentas educativas digitais	Níveis	Parlamento Europeu e Euroscola	Parlamento do Reino Unido e PJRU	Assembleia da República Portuguesa e o PDJ	Câmara dos Deputados e o PJB	Senado Federal e o JS
Sites do Parlamento e Parlamento Jovem	<b>Básico</b>	Espaço Deputados, órgãos e atividades da home page	Aba Institucional da home page 'About'	Aba Institucional da home page	Aba Institucional da home page	Aba Institucional da home page
		Palestras e seminários on-line.	Aba da home page 'Get Involved'	Estatuto e Competências	Entenda o processo legislativo	
		Aba 'Sobre o Parlamento'	Aba da home page 'Parliamentary business'	História do Parlamentarismo	Papel e estrutura	Aba Atividade legislativa da home page
		O Parlamento no seu país	Aba home page 'Visit Parliament'	Registros dos jornalistas do PDJ	Visite	Visite o Senado
		Visitas	Palestras e seminários on-line para escolas e comunidades	Espaço Jovem	Câmara Mirim e Plenarinho	
	<b>Intermediário</b>	Euroscola	UK Parliament Week (UKPW)	Parlamento dos Jovens	Parlamento Jovem Brasileiro	Programa Jovem Senador
		Trem Legislativo	Learning	Cidadania e participação	Portal EVC	
		O que a Europa faz por mim				
	<b>Avançado</b>	Não conta com ferramentas avançadas de informação sobre o parlamento	Parliamentary Studies module (em parceria com Universidades)	Não conta com ferramentas avançadas de informação sobre o parlamento	Eleve	Cursos Interlegis
						Estudos Legislativos
						Cursos de pós-graduação lato sensu (Interlegis)

QUADRO 17 – Comparações das características on-line das principais ferramentas educativas dos parlamentos e parlamentos jovens

(conclusão)

Principais ferramentas educativas digitais	Níveis	Parlamento Europeu e Euroscola	Parlamento do Reino Unido e PJRU	Assembleia da República Portuguesa e o PDJ	Câmara dos Deputados e o PJB	Senado Federal e o JS
Sites do Parlamento e Parlamento Jovem	<b>Participação</b>	Youth Ideias	Youth Select Committee Research impact at the UK Parliament Relatório da House of Commons sobre a sessão do PJRU Manifesto (PJRU)	Não conta com ferramentas de participação on-line	Plataforma e-Democracia  Plataforma e-Democracia para o PJB	Plataforma e-Cidadania

FONTE: O autor (2022).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que embasou essa tese desenvolveu a compreensão da relação triangular entre as funções educativas dos parlamentos, as iniciativas educadoras com ênfase nos programas de simulação de atividade parlamentar presenciais e as tecnologias digitais de comunicação. Para tanto, utilizou-se de modelos comunicativos de casas legislativas e parlamentos jovens europeus no intuito de estabelecer comparações com os programas desenvolvidos em parlamentos brasileiros. Dessa forma, foram sistematizadas suas principais ferramentas para avaliar suas aplicabilidades de maneira transversal.

Os resultados dessa investigação são oriundos de estudos quantitativos e qualitativos de ferramentas de educação política on-line contidas em sites parlamentares e dos programas de parlamentos jovens na criação de índices. Além disso, foram analisados fatores endógenos e exógenos dos programas desenvolvidos especificamente para a juventude, em formato de simulação de atividade parlamentar, através de análise documental.

Com os resultados quantitativos, inicialmente, conferiu-se destaque para sites brasileiros como o da Câmara dos Deputados (CD) e o do Senado Federal (SF), através das ferramentas digitais disponibilizadas para a população. Nesses casos, tanto nos resultados obtidos nos índices quantitativos, quanto na análise qualitativa, fica em evidência o conteúdo das duas casas parlamentares brasileiras em relação às demais estudadas.

Entre os quesitos analisados da CD, merece atenção a segmentação de público on-line, com as ferramentas Plenarinho, Parlamento Jovem, Portal EVC e recentemente com a Plataforma Eleve. Esta última mesma segmentação, com fronteiras bem definidas, é percebida nas iniciativas educativas presenciais. Dessa forma, os conteúdos digitais contemplam desde crianças, passando pelo público jovem dividido entre adolescentes e universitários, como também atuam de modo a atender a sociedade em geral com temas sobre o poder legislativo, democracia e temas sensíveis a grupos de interesse.

É notável o desejo em atender um público maior e também mais heterogêneo. Nessa ambição em ser o mais claro possível, o conteúdo da CD é disponibilizado nos mais variados formatos, tendo produção em vídeo e animações em quantidade muito superior a qualquer outra instituição legislativa utilizada como objeto desse estudo.

O Senado Federal também apresenta diversos conteúdos que cumprem com o papel educativo sobre o as atribuições e atividades da Casa, atendendo critérios básicos, como as demais casas analisadas. Porém, tratando-se de cursos, destaca-se perante os outros sites estudados, com o conteúdo didático do Interlegis, que disponibiliza experiências curtas de

aprendizado, e também com formações on-line com carga horária determinada, sistema de avaliação e certificação ao participante.

Cabe destacar que as ferramentas educativas do Senado Federal não possuem conteúdo infantil, da mesma forma que o site do Parlamento Europeu. Mesmo assim, a instituição alcançou o segundo melhor índice nesse estudo, contemplando grande parte das mídias disponíveis para distribuição de conteúdo sobre a Casa Legislativa, Poder Legislativo e gestão pública.

Tanto no caso do site do Parlamento Europeu (PE), do Parlamento do Reino Unido (PRU) e no da Assembleia da República Portuguesa (ARP), foram encontrados elementos comuns com as experiências brasileiras. Destaca-se no PE a ferramenta *Train Legislative*, que apresenta a comparação do processo legislativo com serviço ferroviário de passageiros, bem didático, e ainda a página ‘O que a Europa faz por mim’, que mostra todo o trabalho do parlamento para toda a Europa, para investimentos em regiões e para as pessoas a partir de grupos de interesses específicos.

No Parlamento do Reino Unido, a indicação de idade e aptidão são elementos importantes para a seleção do conteúdo de acordo com o perfil do internauta. No entanto, na página *Learning* (Aprendendo) esses materiais estão disponibilizados sem uma segmentação de público, como também estão apresentados por ordem de data de publicação. Todavia, no geral, o site apresenta um conteúdo educativo e informativo organizado, com fronteiras bem estabelecidas para a divulgação de cursos on e off-line para públicos específicos.

O conteúdo educativo da Assembleia da República Portuguesa contempla recursos para o público infantil, além do adulto e jovem. Em formato parecido com a iniciativa brasileira do Plenarinho, que conta com personagens por animação, o Espaço Jovem parte de um modelo similar e busca explicar o funcionamento da Casa de Leis de maneira lúdica e divertida. Nesse quesito, cabe comentar que, para crianças e jovens, a AR conta com uma quantidade expressiva de materiais impressos de educação política, mas pelo observado, no ambiente digital ainda está em fase de evolução, com um conteúdo modesto comparado com as outras iniciativas estudadas nessa pesquisa (com exceção do PE, que não conta com conteúdo on-line educativo para o público infantil).

Quanto ao estudo quantitativo referente aos sites dos programas de parlamento jovem, o Jovem Senador (JS) evidencia-se por sua interface chamativa, com fotos grandes de notícias e links convidativos à leitura. Outro fator que também influenciou no resultado é o fato do site do programa também estabelecer conexão com a plataforma Saberes, do Interlegis. Por esses, entre outros motivos, o site do JS alcançou o índice geral mais alto entre os demais.

Mesmo com este apelo quanto a questão estética, e ao fato de constantemente protagonizar os participantes e egressos da iniciativa, o site não apresenta um repositório das edições que contemple os procedimentos e atividades do que aconteceu no evento presencial do JS. Por outro lado, deixa em evidência a produção legislativa oriunda dos jovens que estão em tramitação nas Casas Legislativas do Congresso Nacional, em uma clara demonstração de que as ideias dos jovens têm condições de se tornarem leis e alterarem a realidade do país.

Com o segundo índice mais alto, o site do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) apresenta uma experiência com muita informação para o internauta, tanto para aquele que quer participar, como também para aquele que quer entender melhor como a iniciativa funciona através da participação dos escolhidos das edições anteriores. Por outro lado, a questão estética não pode ser considerada uma qualidade no *website*, mesmo contando com mais recursos educativos que o site do Jovem Senador.

Outra fragilidade, notada em ferramentas de participação on-line da Câmara dos Deputados, é a falta de unidade na distribuição e na ligação dos conteúdos nas ferramentas digitais da instituição, como se os setores (Portal EVC, Plenarinho, PJB e Eleve) não se conversassem para a criação, disponibilização e apresentação de alguns conteúdos. A página do PJB é um exemplo claro disso em relação aos demais sites da CD.

Além do conteúdo das edições anteriores do PJB, a experiência poderia contar com atalhos para conteúdos disponíveis no Portal EVC, por exemplo, aumentando a permanência do jovem na página, sem necessitar a procura em outras instâncias do site da Câmara ou em ferramentas de busca de assuntos que causem dúvida ou que necessitem de mais conhecimento do internauta. De tal forma, a imersão seria mais completa para o usuário, que utilizaria o site do programa de maneira fluida, através desses links lá existentes.

Tanto no JS como no PJB há um esforço para uma relação mais estreita da iniciativa com os jovens, que ocorre no fomento do protagonismo juvenil e também dos professores, no caso específico do JS. Enquanto o JS utiliza de personagens para agregar valor ao programa, através dos feitos dos participantes durante e depois da passagem pela iniciativa. A estratégia usada também pelo PJB limita-se na afirmação da qualidade do programa pelos jovens participantes, em declarações pelo período em que estiveram em Brasília. Porém, não se registra o que acontece com os egressos no ambiente estudantil e político, posteriormente como feito pelo JS.

Com dito anteriormente, o modelo português conta com qualidades exemplares de que a educação para a democracia deve começar da base para chegar até os representantes, no formato off-line e isso acontece também no Parlamento dos Jovens, sendo uma excelente

referência educativa. O sistema de listas e os debates ocorridos nas escolas, para a escolha dos representantes nos distritos, fortalecem o processo e auxiliam na divulgação da própria iniciativa pelos estabelecimentos de ensino, por meio dos estudantes, professores e pais dos alunos, que difundem o programa no ambiente escolar e fora dele em suas redes sociais digitais<sup>147</sup>.

O formato competitivo, nos debates de temas sensíveis, resulta não somente em uma triagem final dos estudantes para participarem da Sessão Nacional, mas atua na propagação do programa, destacando a importância do parlamento, evidenciando o tema que está sendo discutido, como também protagoniza o jovem e suas ideias dentro da escola, em suas regiões e na Assembleia da República. Um modelo semelhante escolhe os vencedores do Euroscola, em Portugal, que como prêmio viajam a Estrasburgo conhecer o PE e ter a experiência presencial do funcionamento da Casa Legislativa.

Para se tornar um membro do parlamento juvenil no Reino Unido, o estudante deve receber o voto dos jovens da sua região de modo presencial nos Conselhos Locais. Sem contar que o programa do Conselho Britânico da Juventude tem um diferencial marcante perante os demais estudados, por não ser de domínio da Casa dos Comuns. A diferença é refletida na liberdade de escolha dos temas, bem como a competência e autonomia para realizar campanhas, bem como fazer *lobby*<sup>148</sup> sobre tais assuntos, defendendo posicionamentos, antes mesmo da Sessão Nacional.

Sendo assim, os modelos implementados em Portugal, Reino Unido e no Parlamento dos países da União Europeia são de grande importância para a reflexão desse estudo em relação ao modelo brasileiro. Esses programas têm em comum um tempo maior de execução da experiência, bem como uma regionalização nas primeiras fases, o que permite ampliar o debate e apresentar um formato de seleção baseado no voto, tanto nas escolhas das listas em Portugal no PDJ e EURS, como no voto direto no Reino Unido.

Os dados coletados e analisados, tanto no âmbito off-line, como no on-line, apontam para uma nova fase dos programas de parlamentos jovens nacionais, com a pandemia da covid-19 sendo um divisor de águas nesse aspecto, por acelerar o processo digital nos programas brasileiros, na utilização de plataformas inspiradas na e-Democracia (CD) e e-Cidadania (SF). Esses canais podem oferecer uma experiência mais completa para estudantes e professores no

---

<sup>147</sup> Vale ressaltar que a presente investigação não analisou as redes sociais digitais, mas sim, somente os sites dos parlamentos e dos programas de parlamento jovem.

<sup>148</sup> Jovens manifestando-se no Parlamento do Reino Unido. Disponível em: <<https://www.byc.org.uk/blog/2022/lobbying-for-votes-at-16-at-parliament>>. Acesso em: 18 de jul. 2022.



acompanhamento da atuação dos parlamentares jovens, que estiverem em atividade presencial, em Brasília.

Esse fator endógeno dos programas, através do uso mais avançado das tecnologias digitais, possibilitaria romper com uma barreira exógena que até então parecia intransponível, sofrida tanto pelo PJB, como pelo JS, que são as dimensões territoriais do Brasil, a grande quantidade de escolas e a significativa quantidade de jovens. Em virtude desses fatores, para o Brasil, por meio de suas casas legislativas, buscar ser referência em plataformas on-line de educação política é uma necessidade para que esses dispositivos educativos sejam realmente eficazes.

Pelos dados extraídos da plataforma interativa do PJB, entende-se que, por ter sido utilizada em apenas uma edição, não foi possível garantir uma participação significativa dos jovens nas ferramentas passíveis de interação. Isso é perceptível principalmente com relação ao público em geral, o que limitou a participação da plataforma interativa somente a aqueles indivíduos que foram selecionados pelo programa, o que resultou em uma interação praticamente pequena no referido canal digital. No entanto, esse estudo entende que a cultura estabelecida nas experiências europeias na execução off-line pode ser fomentada no Brasil em âmbito on-line.

Notou-se que, em virtude da pandemia da covid-19, com a experiência de PPJ do Reino Unido, a participação dos jovens nas escolhas dos temas reduziu significativamente, em mais de 82%, ainda que a consulta pública tenha sido disponibilizada de forma on-line. Presume-se que se deve às restrições pandêmicas de presencialidade escolar, resultando em um menor incentivo por parte dos professores e colegas.

Em Portugal, percebe-se a participação ativa off-line dos jovens nas sessões escolares e distritais, nas discussões dos temas oferecidos em cada edição e escolha de seus representantes na eleição das listas. Essa interferência no meio estudantil através da AR e do IPDJ viabilizou a adesão de 51% das escolas, na edição 2019, do Parlamento dos Jovens. Pelos números demonstrados, mais do que qualquer outro programa deste estudo, o PDJ acontece efetivamente nos estabelecimentos de ensino portugueses.

Em ambos os casos, destaca-se importância de os PPJs estarem presentes nas escolas para que as instituições escolares atuem na difusão e na maior participação dos jovens no programa. E dessa forma, seguindo o exemplo da iniciativa do Reino Unido, a participação do jovem não deve ser vista apenas enquanto candidato ou parlamentar jovem, mas sim, no quanto a iniciativa reverbera dentro do ambiente escolar, na escolha dos temas, na votação de seus

representantes e na possibilidade de sugerir mudanças nas proposições dos eleitos. Tudo isso, por meio do uso das tecnologias digitais.

A presença, mesmo que virtual dos programas junto às secretarias de educação dos estados e dos professores, pode ser uma ‘mola propulsora’ da participação das escolas para com os programas e uma adesão maior dos estudantes, não apenas como candidatos, nessas iniciativas. Para isso, destaca-se também, tanto no Parlamento Europeu, como no do Reino Unido, as palestras on-line realizadas por servidores dos parlamentos para escolas e universidades. No PE há, ainda, a ferramenta Seminário on-line, em que o participante tem espaço de expressão e comunicação.

Outro fator a ser estimulado, a partir dessas práticas, é a conscientização da participação feminina nos parlamentos. Pôde ser percebido um interesse significativo das jovens aos programas de simulação de atividade parlamentar no Brasil, mas esses números são muito diferentes na realidade parlamentar. Esse fator acentua-se na Câmara dos Deputados, em que registra uma média de 48% da participação das jovens, frente a apenas 15% da participação feminina no parlamento, mesmo com um amplo material no Portal EVC que trata sobre o tema.

Uma última reflexão de boa prática, percebida na relação entre o Parlamento Juvenil do Reino Unido com a Casa dos Comuns, é o Manifesto criado pelo PJRU apontando o que o público jovem debateu e deliberou, bem como o que se espera do PRU sobre os temas. Esse documento é desenvolvido nos mesmos moldes pelo PDJ, em Portugal, e através dos projetos de lei nas iniciativas brasileiras. Todavia, a versão britânica conta com um *feedback* do Parlamento, dado em uma publicação on-line em formato de um Relatório da Casa dos Comuns, posicionando-se sobre as possíveis soluções e compromissos sobre as demandas elencadas pelos jovens.

Tal retorno, dado pela Casa dos Comuns, é uma demonstração de que há uma real preocupação com as demandas apresentadas pelos jovens. Evita-se, assim, que o pensamento sobre o programa de simulação de atividade parlamentar não passe de um mero evento educativo, mas confira à prática o status de instrumento de participação política.

No Brasil, esse relatório poderia ser elaborado pela comissão parlamentar responsável pelo referido programa e dada publicidade do avanço das medidas aprovadas no simulacro do plenário, como já feito pela CD, evitando que as propostas aprovadas pelos jovens dependam exclusivamente de um parlamentar simpatizante com a proposição, para que seja oferecida para apreciação da Casa.

Dito tudo isso, pode-se destacar que os sites dos parlamentos nacionais brasileiros e seus respectivos programas de parlamento jovem possuem:

- 1) uma grande quantidade de conteúdo educativo on-line disponível para a população, em vários formatos, de modo que torna acessível ao cidadão comum e aos jovens o entendimento sobre a casa legislativa;
- 2) ferramentas digitais que permitem o acompanhamento e a participação do público jovem, não apenas na transmissão das sessões nacionais e reuniões das comissões, mas na possibilidade de interagir e participar pelas plataformas on-line na reformulação e alteração de proposições;
- 3) mais condições de estreitarem relações não somente com as secretarias de educação dos estados, mas com assembleias legislativas e como os próprios professores e estudantes, a partir das tecnologias digitais;
- 4) a possibilidade de, através do incentivo e suporte das instituições escolares, promover consultas públicas on-line sobre temas a serem discutidos nos PPJs e até eleições on-line de participantes por estado, após debates em fase seletiva regional dos candidatos a parlamentares jovens;
- 5) a oportunidade de proporcionar maior *feedback* das proposições aprovadas pelos jovens nos programas de simulação de parlamento, pelas comissões responsáveis e pela execução dos programas.

Por fim, concluímos que as Casas Legislativas brasileiras e seus programas de parlamento jovem, através das tecnologias digitais de comunicação, contam com um conteúdo que dá condições de um amplo conhecimento sobre o Poder Legislativo, sobre o funcionamento dos parlamentos em questões políticas e temas de interesses de grupos da sociedade, e possibilita o letramento político discutido teoricamente nessa tese.

No entanto, as tecnologias digitais de comunicação fazem acreditar que é possível mais, como sugere a União Interparlamentar em seu Relatório 2022. O documento reconhece que é necessária a reavaliação das ferramentas educativas para melhor entender a juventude, capacitar esse público e apostar no engajamento a partir de abordagens mais ousadas, com a criação de hubs digitais de discussões para jovens, fomentando a comunicação entre eles de maneira assistida tecnicamente, mas também com o parlamento.

O uso dessas tecnologias dá a oportunidade de fazer com que a educação política brasileira nacional ultrapasse efetivamente as fronteiras de Brasília, mesmo que as iniciativas de parlamento jovem sejam presenciais. Essa tese propõe que, por meio da internet e do estreitamento com as instituições escolares, seja possibilitada uma maior adesão do público

utilizando, como em Portugal, o espaço escolar. Isso é necessário para que se garanta a interação e participação de um público maior que os selecionados para a experiência presencial, para que por fim, todo o conteúdo já disponibilizado no âmbito on-line, que compôs esta investigação, tenha maior audiência entre estudantes, professores e pela sociedade em geral.

## REFERÊNCIAS

- ALBANO, K.V; SANTOS JÚNIOR, E. G; SOUSA, F. Z. A. Politização e participação política de jovens no Poder Legislativo: O Parlamento Jovem de Palmeira. **Revista do Legislativo Paranaense**. Ano 1, n. 1, Escola do Legislativo. Curitiba, PR. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 2017.
- ARENDRT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- AUSTRIA, Parliament of. **Parliaments Promoting Democracy: Report on programmes of national parliaments promoting democracy and human rights**. 2020. Disponível em: <[https://www.parlament.gv.at/ZUSD/PDF/IPU\\_Publikation\\_ParliamentsPromotingDemocracy\\_2020\\_BF.pdf](https://www.parlament.gv.at/ZUSD/PDF/IPU_Publikation_ParliamentsPromotingDemocracy_2020_BF.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- BARBER, B. **Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age**. Berkeley: University of California Press, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2012.
- BARRON, G. C. To address a crisis: The role of education and parliaments in bolstering democracy. In: SCHINDLER-MÜLLER, E. *et al.* **Parliaments Promoting Democracy: report on programmes of national parliaments promoting democracy and human rights**. Vienna. 2020. Disponível em: <[https://www.parlament.gv.at/ZUSD/PDF/IPU\\_Publikation\\_ParliamentsPromotingDemocracy\\_2020\\_BF.pdf](https://www.parlament.gv.at/ZUSD/PDF/IPU_Publikation_ParliamentsPromotingDemocracy_2020_BF.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2022.
- BARROS, A. T. Educação e legislação: desafios para o aprendizado político e a cultura democrática. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 136, jul./set. 2016.
- BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B.; DIAS, M. C. Perspectiva sociopolítica da interatividade na mídia legislativa: o caso da Câmara dos Deputados. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 59-83, jul./dez. 2009.
- BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B.; RODRIGUES, M. R. O Parlamento brasileiro e as novas mídias: balanço da experiência recente da Câmara dos Deputados. In: SATHLER, A.; BRAGA, R. (org.). **Legislativo Pós-1988: reflexões e perspectivas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, p.183-221, 2015.
- BARROS, A. T.; MANEGUIN, A. M. P. L. Dimensão sociopolítica da inserção social difusa de conteúdos culturais e educativos: estudo sobre o projeto Baixe e Use da TV Câmara. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 3, set./dez. 2014.
- BARROS, A. T.; SANTOS, T. T. Informação política e interação digital nos parlamentos dos países lusófonos. **Análise Social**, v. 52, n. 223, p. 360-391, 2017. Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2017. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/44322652>>. Acesso em: 20 out. 2022.

BENEVIDES, M. V. M. Educação para a democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** [online]. n. 38, p. 223-237, 1996. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451996000200011>>. Acesso em: 8 nov. 2022.

BERNARDES, C. B.; BANDEIRA, C. L. Information vs Engagement in parliamentary websites—a case study of Brazil and the UK. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 59, p. 91-107, 2016.

BERNARDES, C. B.; LOPEZ, V. A. Educação para cidadania na simulação parlamentar: o caso do programa Deputado por um dia da ALRS. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, v. 16, n. 16, p. 79-95. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.51206/e-legis.v16i16.217>>. Acesso em: 20 maio 2022.

BERNARDES, C. B. Engajamento público e o uso institucional do Facebook nas assembleias legislativas da Região Sudeste. **Revista de Sociologia Política**, v. 28, n. 76, 2020.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRAGA, S. S. **Podem as TICs auxiliar na institucionalização das Democracias?** Um estudo sobre a informatização dos Órgãos legislativos na América do Sul e no Brasil. Brasília: Editora Plenarium, 2008.

BRAGA, S. S.; MITOZO, I. B.; TADRA, J. As funções desempenhadas pelos websites parlamentares brasileiros e o papel dos programas educativos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 136, p. 793-819. 2016. Centro de Estudos Educação e Sociedade.

BRAGA, S.; TANDRA, J. Ensinando democracia pela web: as experiências da escola do legislativo e do parlamento jovem nos portais legislativos brasileiros. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, n. 8, p. 196-219, 2013.

CARLOMAGNO, M. C.; ROCHA, L. C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, 2016.

CARVALHO, A. V. C. **O Parlamento Jovem e a experiência das Escolas do Legislativo mineiro e da Câmara dos Deputados: O Desenvolvimento da Cultura Cívica, propícia à Democracia**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2009.

CERVI, E. U. **Manual de Métodos Quantitativos para iniciantes em Ciência Política**. Curitiba: CPOP-UFPR, 2017.

COLEMAN, S.; BLUMLER, J. G. **The Internet and democratic citizenship: Theory, practice and policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

COSSON, R. J. O Estágio-Visita como Educação para a Democracia: o que se ensina aos jovens brasileiros na Câmara dos Deputados? **Cadernos Adenauer**, v. 17, n. 1, p. 165-180. 2016.

COSSON, R. **Letramento político: a perspectiva do legislativo no estudo do Programa Estágio-Visita da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2018.

CRICK, B. **Cidadania: Relatório Crick, 1998**. Tradução de Mendo Castro Henriques, autorizada pela Qualifications and Curriculum Authority. Londres: Universidade de Londres, 2000.

DAHL, R. A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DAMARTINI, Z. B. F. Trabalhando com Relatos Oraís: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In: LANG, A. B (org.). **Reflexões Sobre a Pesquisa Sociológica**. São Paulo: CERU, 1992. p. 42-60.

DANTAS, H. O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. **Cadernos Adenauer**, ano XI, v. 3. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 3-11, 2010.

DANTAS, H.; COSSON, R.; ALMEIDA, R. E de. Educação para a democracia: desafios na prática da formação política de adolescentes. In: BERNARDES, C.; SCHWARTZ, F. P. (org). **Comunicação, Educação e Democracia no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara. 2015. p. 91-111.

DANTAS, H; SILVA, B. Educação política e participação: um estudo a partir das experiências práticas com jovens de Araraquara-SP e Suzano-SP. **II Encontro Internacional participação, democracia e políticas públicas**. Campinas, 2015.

FARIA, C. F. S. **O Parlamento aberto na era da internet: Pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração de leis?** Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2012.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, D. I. C. **A participação dos alunos no programa Parlamento dos Jovens**. Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2018.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUKS, M. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, v. 20, n. 3, p. 425-449, dez. 2014.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. Trust and political information: Attitudinal change among participants **Youth Parliament in Brazil**. *Brazilian Political Science Review*, v. 6 n.1, p. 70-88, 2012.



FUKS, M.; CASALECCHI, G. A. Educação em contexto: como o legado democrático molda o impacto de educação sobre o compromisso democrático na América Latina. **IX Congresso ALACIP**, Montevideu, 2017.

FUKS, M.; AVILA, C. Trust and Political Information: Attitudinal Change in Participants in the Youth Parliament in Brazil. **Brazilian Political Science Review**. V. 6, n. 1, p. 70-89, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394341999004>>. Acesso em: 31 out. 2021.

GAETANI, F. O ensino de administração pública no Brasil em um eixo de inflexão. **Revista do Serviço Público**. Ano 50, n. 4, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIBSON, C.; LEVINE, P. (org.) **The civic mission of schools - a report from Carnegie Corporation of New Yourk and Circle**: The Center for Information and Research on Cive Learning and Engagement. Carnegie Corporation of New Yourk, 2003. Disponível em: <<https://www.carnegie.org/publications/the-civic-mission-of-schools/>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 27, 2005.

GOMES, W.; AMORIM, P. K. D. F; ALMADA, M. P. Novos desafios para a ideia de transparência pública. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-compós**, Brasília, v. 21, n. 2, maio/ago. 2018.

GUTMANN, A. **Democratic Education**: with a new preface and epilogue. Princeton: Princeton University Press, 1987.

HANSARD SOCIETY. **Connecting Citizens to Parliament**. London: Hansard Society, 2011.

HENRIQUE, A. L. **Quem disse que mulher não gosta de política?** Uma análise da representação feminina no Parlamento Jovem Brasileiro. **8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Gramado, 2012.

JARDIM, L. B. S. O que se entende por educação política no Brasil? **Revista Parlamento e Sociedade**, Câmara Municipal de São Paulo, v. 6, n. 11, 2018.

KELLY, R; BOCHEL, C. **Parliament's engagement with the public**. House of Commons Library, Briefing Paper n. 8279, 2018.

KOCH, I. G. V. Hipertexto e construção do sentido. **Revista de Linguística Alfa**. São Paulo, v. 51, n. 1. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.felar.unesp.br/alfa/article/view/1425>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

KUNSCH, M. M. K. **Gestão estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2009.

LE BON, G. **A psicologia das multidões**. Tradução de Ivone Moura Delraux. Edições Roger Delraux. 1980.

LESTON-BANDEIRA, C. The Impact of the Internet on Parliaments: a Legislative Studies Framework. **Parliamentary Affairs**, v. 60, n. 4, p. 655-674, 2007.

LESTON-BANDEIRA, C. Parliamentary functions portrayed on european parliaments' websites. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 13-27, out. 2009.

LESTON-BANDEIRA, C.; THOMPSON, L. Mind the Gap: Using UK Parliamentary Sources to Enhance Teaching. **The Journal of Legislative Studies**, 19:3, p. 410-421, 2013.

LESTON-BANDEIRA, C. The Pursuit of Legitimacy as a Key Driver for Public Engagement: The European Parliament Case. **Parliamentary Affairs**, v. 67, Issue 2, p. 415-436, abr. 2014.

MARQUES, F. P. J. A. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro**. 2008. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11303/1/tese%20Francisco%20Marques.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1950.

MARTINO, L. M. S. **Comunicação e identidade: Quem você pensa que é?** São Paulo: Paulus, 2014.

MARTINS, L. M. O Nível de Letramento Político Infante juvenil: educomunicação para a democracia. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**, Águas Claras, 2014.

MARTINS, L. M.; BARROS, A. T. Impactos do Parlamento Jovem Brasileiro na imagem pública do Poder Legislativo na visão dos egressos. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 68, n. 1, p. 157-189, 2017.

MARTINS, L. M. Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 26, n. 66, p. 49-78, 2018.

MCCOY, J. **Political Learning and Democratization in Latin America: Do Politicians Learn from Crisis?** Coral Gables: North-South Center, 2000.

MILL, J. S. **O governo representativo**. São Paulo: IBRASA, 1983.

MISSIRA, V. Strengthening European citizenship education. **Journal of Social Science Education**, v. 18, n. 3, p. 55-68, out. 2019.

MITOZO, I. B. Dinâmicas institucionais no desenvolvimento de mecanismos de e-participação nos legislativos no Brasil e no Reino Unido. **Revista E-Legis**. v. 14, n. 36 set./dez. 2021.

MITOZO, I. B. **E-Participação nos parlamentos: Desenvolvimento e uso de iniciativas pela Câmara dos Deputados brasileira e pela House Of Commons britânica**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MOTA, R. C.; BARROS, A. T. Parlamento e educação: cursos e lógicas do sistema brasileiro de educação legislativa. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 70, p. 125-156, 2019.

MOTA, R. C.; BARROS, A. T. Olhares sobre a educação para a democracia: a visão dos educadores que atuam no Congresso Nacional. **Pro-Posições**. Campinas, v. 31. p. 1-37, 2020.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

NORRIS, P. **Democratic divide?** The impact of the internet on parliaments worldwide. Cambridge: Harvard Univ.; J. Kennedy School of Government, 2000.

PARLAMERICAS. **Caixa de ferramentas para a transparência legislativa: Conceitos, instrumentos de trabalho e boas práticas**. ParlAmericas, EUROsociAL+, Rede de transparência e acesso à informação, 2020. Disponível em: <[https://www.parlamericas.org/uploads/documents/Transparency\\_Access\\_POR.pdf](https://www.parlamericas.org/uploads/documents/Transparency_Access_POR.pdf)>. Acesso em: 8 fev. 2022.

PONTES, A. I.; HENN, M.; GRIFFITHS, M. D. Youth political (dis)engagement and the need for citizenship education: Encouraging Young people's civic and political participation through the curriculum. *Education, Citizenship and Social Justice*. **Sage Journals**, v. 14, Issue 1, March 2019, p. 3-21, 2017.

ROCHA, M. M. da; VIEIRA, R. dos S. O legislativo vai à escola: as instituições políticas e o poder legislativo no âmbito da educação regular. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, n. 7, p. 94-114, 2011. <<https://doi.org/10.51206/e-legis.v7i7.86>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

SAMPAIO, R.; LYCARIÃO, D. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Revista de Sociologia e Política**. v. 26, n. 66, p. 31-47, jun. 2018.

SAMPAIO, R.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021.

SANTOS JÚNIOR, E. G. **O Jornalismo da Fonte como parte necessária de um jornalismo plural democrático** – as rotinas da divulgação da Assembleia Legislativa do Paraná. 2015. Dissertação (Mestrado em Processos Jornalísticos) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2015.

SANTOS JÚNIOR, E. G. **Parlamento Jovem: Como Implementar?** Relato da experiência na Câmara de Palmeira – PR. Instituto Legislativo Brasileiro; Senado Federal, 2017.

SANTOS JÚNIOR, E. G. A objetividade e o jornalismo da fonte na assembleia legislativa do paraná: sistema estatal x público na comunicação para o cidadão. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.51206/e-legis.v10i24.303>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SANTOS JÚNIOR, E. G; BECKER, M. L. Assessoria de imprensa e jornalismo da fonte: novas práticas desafiam a teoria. In: XAVIER, C; PONTES, F. S; MORAIS, C. W. J. (org.). **Perspectivas da Pesquisa em Jornalismo: Agenda processos produtivos e atores sociais**. Ponta Grossa: Editora Estúdio Texto, 2015. p. 73-91.

SANTOS JÚNIOR, E. G; BECKER, M. L. Assessoria de Imprensa e Jornalismo da Fonte: um mapeamento do conteúdo da comunicação pública da Assembleia Legislativa do Paraná, **Comunicação Pública**, v. 10, n. 19, 2015. DOI: <<https://doi.org/10.4000/cp.1110>>. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cp/1110>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SILVA, A. M. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. rev. Fortaleza: EDUECE, 2015

SCHINDLER-MÜLLER, E. *et al.* **Parliaments Promoting Democracy: report on programmes of national parliaments promoting democracy and human rights**. Vienna, 2020. Disponível em: <[https://www.parlament.gv.at/ZUSD/PDF/IPU\\_Publikation\\_ParliamentsPromotingDemocracy\\_2020\\_BF.pdf](https://www.parlament.gv.at/ZUSD/PDF/IPU_Publikation_ParliamentsPromotingDemocracy_2020_BF.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2022.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SLOAM, J. Rebooting Democracy: Youth Participation in Politics in the UK. **Parliamentary Affairs**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR (Suíça). **World e-Parliament Report 2020**. Genebra, 2021. Courand Et Associés. Disponível em: <<https://www.ipu.org/resources/publications/reports/2021-07/world-e-parliament-report-2020>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR (Suíça). **Youth participation in national parliaments**. Genebra: Courand Et Associés, 2021. 73 p. Disponível em: <<https://www.ipu.org/youth2021>>. Acesso em: 23 out. 2021.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR (Suíça). **Women in Parliament in 2021**. Genebra: Courand Et Associés, 2022. 23 p. Disponível em: <<https://www.ipu.org/resources/publications/reports/2022-03/women-in-parliament-in-2021>>. Acesso em: 30 maio 2022.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR (Suíça). **Global Parliamentary Report 2022**. Genebra: Courand Et Associés, 2022. 90 p. Disponível em: <<https://www.ipu.org/resources/publications/reports/2022-03/global-parliamentary-report-2022>>. Acesso em: 30 maio 2022.

VIEIRA, F. A. **e-Parlamentos e o desempenho das funções legislativas parlamentares dos países das américas no contexto da pandemia do covid-19**. 2022. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, 2022.

WALKER, A. ‘A People’s Parliament?’ **Parliamentary Affairs**, n. 65, p. 270-280, 2012.

## ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA EM PROFUNDIDADE

Marlene Viegas, coordenadora da equipe do Parlamento do Jovens. Assembleia da República Portuguesa, Lisboa, Portugal. 26 de junho de 2017, às 15 horas. Duração 1h45min.

## APÊNDICE 1 – LIVRO DE CÓDIGOS

### INICIATIVAS EDUCATIVAS NOS WEBSITES PARLAMENTARES

	<b>1 - Noções básicas</b>	<b>Existência</b>	<b>Dados a serem buscados:</b>
1	Poder Legislativo	Sim = 1 / Não = 0	Informações básicas sobre a divisão dos poderes, com ênfase no Poder Legislativo.
2	História do Parlamento	Sim = 1 / Não = 0	História da constituição do respectivo parlamento.
3	Visita Virtual on-line	Sim = 1 / Não = 0	Visitas virtuais pela estrutura física do parlamento através do site.
4	Papel da Casa Legislativa	Sim = 1 / Não = 0	Informações básicas sobre as funções específicas da referida casa legislativa.
5	Como elaborar leis	Sim = 1 / Não = 0	Informações básicas de como as leis são criadas, através do parlamento.
6	Funções dos Parlamentares	Sim = 1 / Não = 0	Explicações referentes a funções dos deputados e senadores.
7	Processo Legislativo	Sim = 1 / Não = 0	Explicações sobre o funcionamento do processo legislativo.
8	Função Comissões da Casa	Sim = 1 / Não = 0	Explicações sobre o funcionamento das comissões permanentes ou temporárias, no processo legislativo.
9	Perfil dos Deputados	Sim = 1 / Não = 0	Local específico para apresentação dos deputados e senadores.
10	Outros temas de interesse da sociedade e minorias	Sim = 1 / Não = 0	Sobre poder democracia, como também temas políticos ou sociais.

	<b>2 - Variedade de conteúdos para públicos específicos</b>	<b>Existência</b>	<b>Dados a serem buscados:</b>
11	Crianças	Sim = 1 / Não = 0	Página ou conteúdos específicos para crianças com material lúdico.
12	Adolescentes	Sim = 1 / Não = 0	Página ou conteúdos com linguagem e layout específico para adolescentes.
13	Universitários	Sim = 1 / Não = 0	Página ou conteúdos específicos com destinação direcionada para estudantes universitários.
14	Professores	Sim = 1 / Não = 0	Página ou conteúdos para formação de professores e utilização em sala de aula.
15	Instituições e Sociedade Civil Organizada	Sim = 1 / Não = 0	Página ou conteúdos específicos para aprendizado de representantes de instituições da sociedade civil organizada.
16	Servidores públicos	Sim = 1 / Não = 0	Página ou conteúdos específicos para servidores públicos de outros poderes ou esferas do legislativo.

17	Indicação de faixa etária	Sim = 1 / Não = 0	Recomendação de público do conteúdo ou indicação de faixa etária.
----	---------------------------	----------------------	---

	<b>3 - Formatos de mídia</b>	<b>Existência</b>	<b>Dados a serem buscados:</b>
18	Texto	Sim = 1 / Não = 0	Conteúdos educativos em texto, com ou sem fotos para ilustrar.
19	Vídeo	Sim = 1 / Não = 0	Conteúdos educativos em vídeo sobre poder legislativo, como também temas políticos ou sociais.
20	Animações	Sim = 1 / Não = 0	Conteúdos educativos em formato de animação / desenho animado sobre poder legislativo, como também temas políticos ou sociais.
21	Jogos	Sim = 1 / Não = 0	Conteúdos educativos em formato de jogos interativos sobre poder legislativo, como também temas políticos ou sociais.
22	Atividades lúdicas	Sim = 1 / Não = 0	Atividades lúdicas e infantis sobre poder legislativo, como também temas políticos ou sociais.
23	História em quadrinhos	Sim = 1 / Não = 0	Histórias em quadrinhos sobre poder legislativo, histórias do parlamento, como também temas políticos ou sociais.
24	Lives de debates e lives educativas	Sim = 1 / Não = 0	Lives educativas e debates ao vivo sobre o parlamento, democracia, como também temas políticos ou sociais.
25	Podcast / Áudio	Sim = 1 / Não = 0	Conteúdos educativos em áudio sobre poder legislativo, democracia, como também temas políticos ou sociais.

	<b>4 - Ferramentas de conhecimento avançado</b>	<b>Existência</b>	<b>Dados a serem buscados:</b>
26	Cursos avançados com tutoria	Sim = 1 / Não = 0	Cursos on-line com o auxílio de tutores no aprendizado e acompanhamento do interessado.
27	Cursos sem tutoria	Sim = 1 / Não = 0	Cursos on-line autoinstrucional, sem o auxílio e acompanhamento de tutores no aprendizado.
28	Certificação	Sim = 1 / Não = 0	Certificação ao final do curso, comumente com a carga horária.
29	Pós-Graduação	Sim = 1 / Não = 0	Explicações sobre os cursos de pós-graduações realizados de maneira presencial ou híbrida no formato lato sensu e stricto sensu.



30	Parcerias com universidades	Sim = 1 / Não = 0	Parceria com instituições de ensino superior para produção de conteúdo, programa de estágios na casa legislativa ou disponibilização de bolsas para estudos legislativos.
----	-----------------------------	----------------------	---

	<b>5 - Conteúdo educativo em espaço noticioso</b>	<b>Existência</b>	<b>Dados a serem buscados:</b>
31	Portal de Notícias	Sim = 1 / Não = 0	Campo específico com conteúdo noticioso, que cumpre com um papel informativo.
32	Ferramentas de combate a Fake News	Sim = 1 / Não = 0	Campo específico no site que realize um trabalho informativo sobre as principais notícias falsas que circulam na internet.
33	Parlamento e a covid-19	Sim = 1 / Não = 0	Ferramenta informativa sobre as ações e decisões do parlamento sobre a covid-19.
34	Transmissões ao vivo	Sim = 1 / Não = 0	Transmissões ao vivo de sessões plenárias, reuniões das comissões e audiências públicas.
35	Newsletter educativo	Sim = 1 / Não = 0	Cadastro para recebimento por e-mail de material específico sobre educação oferecida pelo parlamento, bem como decisões que impactam o âmbito educacional em geral.
36	Canal de TV da Casa Legislativa em formato on-line	Sim = 1 / Não = 0	Transmissão do canal de TV legislativo pela internet, com os conteúdos educativos existentes na programação.

	<b>6 - Presença nas Redes Sociais</b>	<b>Existência</b>	<b>Dados a serem buscados:</b>
37	Facebook	Sim = 1 / Não = 0	Existência de conta ativa, com publicação de conteúdo, sem necessidade de periodicidade.
38	Instagram	Sim = 1 / Não = 0	Existência de conta ativa, com publicação de conteúdo, sem necessidade de periodicidade.
39	Youtube	Sim = 1 / Não = 0	Existência de conta ativa, com publicação de conteúdo, sem necessidade de periodicidade.
40	Tik Tok	Sim = 1 / Não = 0	Existência de conta ativa, com publicação de conteúdo, sem necessidade de periodicidade.
41	Twitter	Sim = 1 / Não = 0	Existência de conta ativa, com publicação de conteúdo, sem necessidade de periodicidade.
42	Linkedin	Sim = 1 / Não = 0	Existência de conta ativa, com publicação de conteúdo, sem necessidade de periodicidade.
43	Outras	Sim = 1 / Não = 0	Existência de conta ativa, em uma ou mais redes sociais não elencadas anteriormente, com publicação de conteúdo, sem necessidade de periodicidade.

<b>Site do Parlamento</b>	<b>Endereço inicial do site</b>
Parlamento Europeu	<a href="https://www.europarl.europa.eu/portal/pt">https://www.europarl.europa.eu/portal/pt</a>
Parlamento do Reino Unido	<a href="https://www.parliament.uk/">https://www.parliament.uk/</a>
Assembleia da República - Portugal	<a href="https://www.parlamento.pt/">https://www.parlamento.pt/</a>
Câmara dos Deputados - Brasil	<a href="https://www.camara.leg.br/">https://www.camara.leg.br/</a>
Senado Federal - Brasil	<a href="https://www12.senado.leg.br/hpsenado">https://www12.senado.leg.br/hpsenado</a>



### INICIATIVAS EDUCATIVAS EM SITES DOS PPJS

	<b>1 - Espaço dado ao PPJ no site da casa legislativa</b>	<b>Existência</b>	<b>Dados a serem buscados:</b>
1	Vínculo com a Casa Legislativa	Sim = 1 / Não = 0	Links que levem o internauta do site do parlamento, para o site do programa de educação política.
2	Conexão do PPJ com o site do parlamento	Sim = 1 / Não = 0	Demonstração que o programa de educação política é realizado pela casa legislativa.
3	Facilidade de acesso do PEP	Sim = 1 / Não = 0	Destaque e facilidade de acesso do PPJ no site da Casa Legislativa (até 3 clicks)
4	Domínio do site	Sim = 1 / Não = 0	Mesmo domínio do site do Parlamento com o PPJ
5	Legitimidade do PPJ pela Casa Legislativa	Sim = 1 / Não = 0	Elementos que legitimem o apoio ao programa de educação política por parte da Casa Legislativa (busca em ferramenta de busca do site)
6	Notícias e divulgação sobre o PPJ no site da Casa Legislativa (busca no site)	Sim = 1 / Não = 0	Notícias que relatem atividades em comum entre o programa de educação política e a Casa Legislativa.

	<b>2 - Informações das ferramentas de educação política do PPJ</b>	<b>Existência</b>	<b>Dados a serem buscados:</b>
7	Conteúdo completo das edições anteriores	Sim = 1 / Não = 0	Disponibilização do conteúdo gerado das edições anteriores em documentos, vídeos, fotos e debates.
8	Explicações sobre a história e função do PPJ	Sim = 1 / Não = 0	Explicações de como se originou o programa de educação política e elementos que atestem a importância para a sociedade, de sua realização pela respectiva instituição.
9	Explicações sobre o funcionamento do PPJ	Sim = 1 / Não = 0	Explicações de como funciona a iniciativa presencial, enquanto programa educativo, sobre o processo legislativo e o que a atividade realizada pelos jovens gera para o parlamento
10	Explicações sobre a seleção para o PPJ presencial	Sim = 1 / Não = 0	Orientações de como acontece o processo seletivo para a formação do grupo que fará a atividade de simulação de parlamento presencial (ou mesmo remoto durante a pandemia).
11	Resultados da edição e produção parlamentar do PPJ	Sim = 1 / Não = 0	Divulgação das discussões, fotos, redações, projetos de lei, e todo o conteúdo gerado a partir da edição corrente.
12	Conteúdo complementar para facilitar a participação no PPJ	Sim = 1 / Não = 0	Conteúdo disponibilizado para facilitar a compreensão sobre o tema abordado pelo programa de educação política, com o intuito de facilitar a produção de projetos de lei, redações ou mesmo o debate nas sessões simuladas.

	<b>3 - Conteúdos sobre democracia e poder legislativo</b>	<b>Existência</b>	<b>Dados a serem buscados:</b>
13	Conteúdos sobre Poder Legislativo	Sim = 1 / Não = 0	Conteúdos do site ou disponibilizado acesso em outros sites que expliquem sobre poder legislativo.
14	Conteúdos sobre democracia	Sim = 1 / Não = 0	Conteúdos do site ou disponibilizado acesso em outros sites que expliquem sobre democracia.
15	Conteúdo para professores	Sim = 1 / Não = 0	Conteúdos específicos para professores, que orientem a participação dos docentes no programa de educação política
16	Transmissões ao vivo das sessões anuais	Sim = 1 / Não = 0	Disponibilização ao vivo e gravada das sessões de simulação de parlamento das iniciativas estudadas.
17	Acesso a cursos sobre legislativo, democracia e política	Sim = 1 / Não = 0	Links que levem a mais conteúdos sobre a temática, sob mesmo domínio, ou mesmo diferente.
18	Lives sobre assuntos relacionados ao PPJ	Sim = 1 / Não = 0	Disponibilização de conteúdo ao vivo, realizado pela iniciativa, para tratar de assuntos relacionados com o programa de educação política.
19	Acesso a conteúdos rápidos em vídeo ou formato de podcast	Sim = 1 / Não = 0	Disponibilização de conteúdo produzido pela iniciativa, em vídeo ou áudio, que tratem do programa de parlamento jovem.

	<b>4 - Protagonismo dos atores envolvidos / participação</b>	<b>Existência</b>	<b>Dados a serem buscados:</b>
20	Fóruns, enquetes e outros espaços de interação on-line no site	Sim = 1 / Não = 0	Fóruns, enquetes e outros espaços de interação on-line no site utilizados tanto pelos participantes, como outros interessados.
21	Protagonismo dos participantes e egressos	Sim = 1 / Não = 0	Informações por meio de notícias, entre outros elementos que destaquem os estudantes participantes da edição vigente, com das anteriores.
22	Protagonismo on-line de outros atores envolvidos no processo	Sim = 1 / Não = 0	Informações por meio de notícias, entre outros elementos que destaquem os servidores da casa legislativa, pais, entre outros.
23	Protagonismo dos professores das instituições participantes	Sim = 1 / Não = 0	Informações por meio de notícias, entre outros elementos que destaquem os professores envolvidos na participação dos estudantes.
24	Protagonismo de parlamentares no site do PPJ	Sim = 1 / Não = 0	Informações por meio de notícias, entre outros elementos que destaquem os membros do parlamento.
25	Temas de discussão deliberados pelos participantes	Sim = 1 / Não = 0	Participação dos estudantes participantes para a escolha de temas a serem discutidos em edições posteriores.

	<b>5 - Informações noticiosas e de sensibilização ao PPJ e ao público-alvo</b>	<b>Existência</b>	<b>Dados a serem buscados:</b>
26	Informações noticiosas para o público do PPJ	Sim = 1 / Não = 0	Espaço reservado no site para notícias sobre o programa de educação política e suas respectivas atividades antes, durante e depois do evento presencial.
27	Informações noticiosas para o público do PPJ	Sim = 1 / Não = 0	Espaço para conteúdo noticioso de tema de interesse dos estudantes e professores, mas que não são referentes ao PPJ.
28	Campanhas motivacionais à participação do PEP e protagonismo juvenil	Sim = 1 / Não = 0	Material com cunho publicitário para divulgação e motivação da participação dos jovens para a iniciativa presencial.
29	Campanhas de sensibilização ao tema de discussão da temporada do PEP	Sim = 1 / Não = 0	Disponibilização de material específico para tratar do tema da edição vigente, ou de assunto que necessita ser discutido pelos jovens no exercício de simulação.
30	Campanhas de sensibilização para outros temas de debate	Sim = 1 / Não = 0	Disponibilização de material específico para tratar de outros temas que não seja o principal da edição vigente.
31	Cronograma da temporada off-line do PEP	Sim = 1 / Não = 0	Disponibilização de cronograma com datas desde as inscrições até a sessão de simulação do programa de educação política.
32	Registro fotográfico e noticioso da imersão presencial no PEP na edição	Sim = 1 / Não = 0	Conteúdo noticioso específico sobre o período de imersão dos jovens no exercício de simulação.

	<b>6 - Formatos de mídia</b>	<b>Existência</b>	<b>Dados a serem buscados:</b>
33	Texto	Sim = 1 / Não = 0	Conteúdos educativos em texto, com ou sem fotos para ilustrar.
34	Vídeo	Sim = 1 / Não = 0	Conteúdos educativos em vídeo sobre poder legislativo, como também temas políticos ou sociais.
35	Animações	Sim = 1 / Não = 0	Conteúdos educativos em formato de animação / desenho animado sobre poder legislativo, como também temas políticos ou sociais.
36	Jogos	Sim = 1 / Não = 0	Conteúdos educativos em formato de jogos interativos sobre poder legislativo, como também temas políticos ou sociais.
37	Atividades lúdicas	Sim = 1 / Não = 0	Atividades lúdicas e infantis sobre poder legislativo, como também temas políticos ou sociais.
38	História em quadrinhos	Sim = 1 / Não = 0	Histórias em quadrinhos sobre poder legislativo, histórias do parlamento, como também temas políticos ou sociais.
39	Lives de debates e lives educativas	Sim = 1 / Não = 0	Lives educativas e debates ao vivo sobre o parlamento, democracia, como também temas políticos ou sociais.
40	Podcast / Áudio	Sim = 1 / Não = 0	Conteúdos educativos em áudio sobre poder legislativo, democracia, como também temas políticos ou sociais.

	<b>7 - Redes sociais na internet</b>	<b>Existência</b>	<b>Dados a serem buscados:</b>
41	Facebook	Sim = 1 / Não = 0	Existência de conta ativa, com publicação de conteúdo, sem necessidade de periodicidade.
42	Instagram	Sim = 1 / Não = 0	Existência de conta ativa, com publicação de conteúdo, sem necessidade de periodicidade.
43	Youtube	Sim = 1 / Não = 0	Existência de conta ativa, com publicação de conteúdo, sem necessidade de periodicidade.
44	Tik Tok	Sim = 1 / Não = 0	Existência de conta ativa, com publicação de conteúdo, sem necessidade de periodicidade.
45	Twitter	Sim = 1 / Não = 0	Existência de conta ativa, com publicação de conteúdo, sem necessidade de periodicidade.
46	Linkedin	Sim = 1 / Não = 0	Existência de conta ativa, com publicação de conteúdo, sem necessidade de periodicidade.
47	Outras	Sim = 1 / Não = 0	Existência de conta ativa, em uma ou mais redes sociais não elencadas anteriormente, com publicação de conteúdo, sem necessidade de periodicidade.

	<b>8 - Formas de contato disponíveis no website</b>	<b>Existência</b>	<b>Dados a serem buscados:</b>
48	Telefone	Sim = 1 / Não = 0	Presença de um contato telefônico para dúvidas referentes ao programa de parlamento jovem presencial.
49	E-mail	Sim = 1 / Não = 0	Presença de um contato de e-mail para dúvidas referentes ao programa de parlamento jovem presencial.
50	Fale Conosco' - pelo site	Sim = 1 / Não = 0	Presença de um canal 'Fale conosco' referentes ao programa de parlamento jovem presencial.
51	WhatsApp / Telegram	Sim = 1 / Não = 0	Presença de um contato via app WhatsApp e/ou Telegram para dúvidas referentes ao programa de parlamento jovem presencial.
52	Perguntas frequentes	Sim = 1 / Não = 0	Presença de um espaço com perguntas que costumam ser frequentes, com as respectivas respostas para dúvidas referentes ao programa de parlamento jovem presencial.
53	Endereço	Sim = 1 / Não = 0	Presença de um endereço para correspondência física para dúvidas referentes ao programa de parlamento jovem presencial.

<b>Programas de parlamento jovem</b>	<b>Endereço inicial do site</b>
Euroscola	<a href="https://www.europarl.europa.eu/euroscola/en/">https://www.europarl.europa.eu/euroscola/en/</a>
Parlamento Juvenil do Reino Unido	<a href="https://www.byc.org.uk/uk/uk-youth-parliament">https://www.byc.org.uk/uk/uk-youth-parliament</a>
Parlamento dos Jovens	<a href="https://jovens.parlamento.pt/">https://jovens.parlamento.pt/</a>
Parlamento Jovem Brasileiro	<a href="https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem">https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem</a>
Jovem Senador	<a href="https://www12.senado.leg.br/jovemsenador">https://www12.senado.leg.br/jovemsenador</a>

## APÊNDICE 2 – PLANILHA DE COLETA DE DADOS

N	Casa Legislativa	Parlamento Europeu	Parlamento do Reino Unido	Assembleia da República - Portugal	Câmara dos Deputados - Brasil	Senado Federal - Brasil
N	<b>Websites</b>	<a href="https://www.europarl.europa.eu/portal/pt">https://www.europarl.europa.eu/portal/pt</a>	<a href="https://www.parliament.uk/">https://www.parliament.uk/</a>	<a href="https://www.parlamento.pt/">https://www.parlamento.pt/</a>	<a href="https://www.camara.deputados.gov.br/">https://www.camara.deputados.gov.br/</a>	<a href="https://www12.senado.gov.br/hp Senado">https://www12.senado.gov.br/hp Senado</a>
	<b>D) INICIATIVAS EDUCATIVAS NOS WEBSITES PARLAMENTARES</b>					
	<b>1) Informações gerais noções básicas</b>					
1	Poder Legislativo	1	0	1	1	1
2	História do Parlamento	1	1	1	1	1
3	Visita Virtual on-line	0	1	1	1	1
4	Papel da Casa Legislativa	1	1	1	1	1
5	Como elaborar leis	1	1	1	1	0
6	Funções dos Parlamentares	1	1	1	1	1
7	Processo Legislativo	1	1	1	1	1
8	Função Comissões da Casa	1	1	1	1	1
9	Perfil dos Deputados	1	1	1	1	1
10	Outros temas de interesse da sociedade e minorias	1	1	0	1	1
		0,90	0,90	0,90	1,00	0,90
	<b>2) Conteúdo para públicos específicos</b>					
11	Crianças	0	1	1	1	0
12	Adolescentes	1	1	1	1	1
13	Universitários	1	1	0	1	0
14	Professores	0	1	1	1	1
15	Instituições e Sociedade Civil Organizada	1	1	0	1	0
16	Servidores públicos	0	1	0	1	1
17	Indicação de faixa etária	1	1	0	1	0
		0,57	1,00	0,43	1,00	0,43
	<b>3) Formatos de mídia</b>					
18	Texto	1	1	1	1	1
19	Vídeo	1	1	1	1	1
20	Animações	1	1	1	1	1
21	Jogos	0	1	1	1	0
22	Atividades lúdicas	0	1	0	1	0
23	História em quadrinhos	0	1	1	1	0
24	Lives de debates e lives educativas	0	1	0	1	1
25	Podcast / Áudio	1	1	0	1	0
		0,50	1,00	0,63	1,00	0,50

	<b>4) Ferramentas de conhecimento avançado</b>					
26	Cursos avançados com tutoria	0	0	0	1	1
27	Cursos sem tutor	0	1	0	1	1
28	Certificação	0	1	0	1	1
29	Pós-Graduação	0	0	0	1	1
30	Parcerias com universidades	0	1	0	1	0
		0,00	0,60	0,00	1,00	0,80
	<b>5) Conteúdo educativo em material noticioso</b>					
31	Portal de Notícias	1	1	1	1	1
32	Ferramentas de combate a Fake News	0	1	0	1	1
33	Parlamento e a covid-19	0	1	0	1	1
33	Transmissões ao vivo	1	1	1	1	1
34	Newsletter educativo	0	1	0	0	0
35	Canal da Casa Legislativa on-line	1	1	1	1	1
		0,50	1	0,5	0,83	0,83
	<b>6) Presença em redes sociais</b>					
36	Facebook	1	1	1	1	1
37	Instagram	1	1	1	1	1
38	Youtube	1	1	1	1	1
39	Tik Tok	1	0	0	1	1
40	Twitter	1	1	1	1	1
41	Linkedin	1	1	1	1	1
42	Outras	1	0	0	0	1
		1,00	0,71	0,71	0,86	1,00
	<b>PEPs Parlamentos - Índice Geral</b>	0,58	0,87	0,53	0,95	0,74

	Website	<a href="https://www.europarl.europa.eu/euroscola/en/">https://www.europarl.europa.eu/euroscola/en/</a>	<a href="https://www.byc.org.uk/uk/youth-parliament">https://www.byc.org.uk/uk/youth-parliament</a>	<a href="https://jovens.parlamento.pt/">https://jovens.parlamento.pt/</a>	<a href="https://www2.camara.leg.br/areas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem">https://www2.camara.leg.br/areas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem</a>	<a href="https://www12.senado.leg.br/jovem senador">https://www12.senado.leg.br/jovem senador</a>
	<b>II) INICIATIVAS EDUCATIVAS EM SITES DOS PPJS</b>					
1	Vínculo com a Casa Legislativa	1	0	1	1	1
2	Conexão do PPJ com o site do parlamento	1	0	1	1	1
3	Destaque e facilidade de acesso do PPJ no site da Casa Legislativa (até 3 clicks)	1	0	1	1	1
4	Mesmo domínio do site do Parlamento com o PPJ	1	0	1	1	1
5	Menção pelo PPJ sobre a Casa Legislativa em prol do PPJ (busca no site)	1	1	1	1	1
6	Notícias e divulgação sobre o PPJ no site da Casa Legislativa (busca no site)	1	1	1	1	1
		1,00	0,33	1,00	1,00	1,00
7	Conteúdo completo das edições anteriores	0	0	1	1	0
8	Explicações sobre a história e função do PPJ	1	1	1	1	1
9	Explicações sobre o funcionamento do PPJ	1	1	1	1	1
10	Explicações sobre a seleção para o PPJ presencial	1	1	1	1	1
11	Resultados da edição e produção parlamentar do PPJ	0	1	1	1	1
12	Conteúdo complementar para facilitar a participação no PPJ	0	1	1	1	1
		0,50	0,83	1,00	1,00	0,83
13	Conteúdos sobre Poder Legislativo	0	0	0	0	0
14	Conteúdos sobre democracia	0	0	0	0	0
15	Conteúdo para professores	1	0	1	1	1



16	Transmissões ao vivo das sessões anuais	1	1	1	1	1
17	Acesso a cursos sobre legislativo, democracia e política	0	0	0	1	1
18	Lives sobre assuntos relacionados ao PPJ	0	0	0	1	1
19	Acesso a conteúdos rápidos em vídeo ou formato de podcast	1	1	1	0	0
		0,43	0,29	0,43	0,57	0,57
20	Fóruns, enquetes e outros espaços de interação on-line no site	0	0	0	1	1
21	Protagonismo dos participantes e egressos	1	1	0	1	1
22	Protagonismo on-line de outros atores envolvidos no processo	0	0	0	0	1
23	Protagonismo dos professores das instituições participantes	0	0	0	0	1
24	Protagonismo de parlamentares no site do PPJ	0	0	0	0	1
25	Temas de discussão deliberados pelos participantes	0	1	1	0	1
		0,17	0,33	0,17	0,33	1,00
26	Informações noticiosas sobre o PPJ	1	1	1	1	1
27	Informações noticiosas para o público do PPJ	0	1	0	1	0
28	Campanhas motivacionais à participação do PPJ e protagonismo juvenil	1	1	1	0	1
29	Campanhas de sensibilização ao tema de discussão da temporada do PPJ	0	1	1	0	1
30	Campanhas de sensibilização para outros temas de debate	0	1	0	0	0
31	Cronograma da temporada off-line do PPJ	0	0	1	1	0
32	Registro fotográfico e noticioso da participação presencial na edição do PPJ	0	0	1	1	1
		0,29	0,71	0,71	0,57	0,57

33	Texto	1	1	1	1	1
34	Vídeo	1	1	1	1	1
35	Animações	0	0	1	0	0
36	Jogos	0	0	0	0	1
37	Atividades lúdicas	0	0	0	0	0
38	História em quadrinhos	0	0	0	0	0
39	Lives de debates e lives educativas	1	0	0	1	1
40	Podcast / Áudio	0	0	0	0	0
		0,38	0,25	0,38	0,38	0,50
41	Presença no Facebook	1	1	1	1	1
42	Presença no Instagram	1	1	1	1	1
43	Presença no Youtube	1	1	0	1	1
44	Presença no Tik Tok	0	0	0	0	0
45	Presença no Twitter	0	1	0	0	0
46	Presença no LinkedIn	0	0	0	0	0
47	Outras	0	0	0	0	1
		0,43	0,57	0,29	0,43	0,57
48	Telefone	1	1	1	1	1
49	E-mail	1	1	1	0	0
50	Fale Conosco' - pelo site	0	1	0	1	1
51	WhatsApp / Telegram	0	0	0	0	0
52	Perguntas frequentes	1	0	0	1	0
53	Endereço	1	1	1	1	1
		0,67	0,67	0,50	0,67	0,50
	<b>PPJs - Índice Geral</b>	0,48	0,50	0,56	0,62	0,69
	<b>ÍNDICE GERAL - PEPs + PPJs</b>	0,53	0,68	0,54	0,78	0,72